



Revista Brasileira de
**História
Militar**

Ano V - N° 15
Dezembro 2014



Editorial

Nesta edição tratamos essencialmente de temas ligados a História Militar do Brasil. Para tanto contamos com a ilustre participação dos Professores Leandro Vilar da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e Wagner Cardoso Jardim Da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, e também do pesquisador Aldeir Isael Faxina Barros da Universidade Estadual de Maringá. Além disso, disponibilizamos para nossos leitores os Anais do Primeiro Encontro de História Militar Antiga e Medieval, realizado no ano passado e organizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. (CEPHiMEx). Havia mais um artigo pré-selecionado para esta edição, mas lamentavelmente encontramos fortes indícios de plágio em alguns trechos do trabalho, que foi excluído sem que houvesse tempo hábil para substituí-lo.

Desejamos à todos Boas Festas e um 2015 repleto de realizações.

Cesar Machado

Editor Responsável

Imagem desta Edição

“A Passagem do Humaitá”, pintura em óleo de Victor Meirelles, 1886.





Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura	

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050

E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Memórias de uma Guerra: A primeira invasão holandesa na Capitania da Paraíba (1631).....6

Leandro Vilar

Forçamento do Passo de Humaitá: Um estudo sobre as asserções que os documentos oficiais exibem.....25

Aldeir Isael Faxina Barros

A Marcha paraguaia sobre o Rio Grande do Sul [1865].....44

Wagner Cardoso Jardim

Livro em Destaque.....63

Anais do Primeiro Encontro de História Antiga e Medieval.....65

MEMÓRIAS DE UMA GUERRA:

A PRIMEIRA INVASÃO HOLANDESA NA CAPITANIA DA PARAÍBA (1631)¹

Leandro Vilar²

Resumo:

A Capitania da Paraíba durante o Domínio Holandês (1630-1654) foi a segunda maior produtora de açúcar das capitanias capturadas pelos holandeses, como também foram necessárias três expedições para domar a intrépida coragem dos paraibanos, que vieram a sucumbir ao poderio neerlandês em 1634. No entanto, o presente estudo focou sua análise na primeira expedição invasora, ocorrida em dezembro de 1631. O intuito da pesquisa foi relatar a ocorrência dessa invasão que durou cerca de uma semana, tendo como fonte três relatos de época, os quais consistiram em obras memorialistas sobre testemunhas daquele estado de beligerância. Com base no estudo da memória para se pesquisar e estudar a história, essa pesquisa foi desenvolvida tendo como referenciais teóricos as obras de Michael Pollack, Maurice Halbwachs, Ecléa Bósi, Pierre Nora, entre outros autores.

Palavras-chaves: Capitania da Paraíba, Domínio Holandês, memória.

Abstract:

The Captaincy of Paraíba during Dutch Brazil (1630-1654) was the second largest producer of sugar captaincies captured by the Dutch, as were three expeditions also necessary to tame the intrepid courage of Paraíba, who came to succumb to Dutch power in 1634. However, this study focused its analysis on the first invading expedition, which took place in December 1631 the purpose of this study was to report the occurrence of this invasion that lasted about a week, taking three accounts as a source of time, which consisted of works memoir about witnesses that state of belligerency. Based on the study of memory to research and study the history, this research was undertaken with the theoretical references the works of Michael Pollack, Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Pierre Nora, among other authors.

Keywords: Captaincy of Paraíba, Dutch Brazil, memory.

¹ Esse artigo foi desenvolvido a partir do meu estudo para a dissertação de mestrado, ainda em desenvolvimento, a qual aborda as invasões holandesas na Capitania da Paraíba.

² Mestrando em História e Cultura Histórica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciado em História pela (UFPB). Escritor e poeta.

INTRODUÇÃO:

Na historiografia sobre as invasões holandesas ocorridas durante a primeira metade do século XVII, na colônia do Brasil, normalmente estudamos acerca da invasão e tomada de Salvador (1624-1625), e posteriormente a invasão e conquista de Olinda e Recife (1630), que nesse caso, marcou o início do Domínio Holandês (1630-1654). Essa mesma historiografia nos informa, que após a derrocada de Olinda e Recife, os exércitos da Companhia das Índias Ocidentais³ (*West-Indische Compaigne*), se dirigiram para atacar outras áreas de Pernambuco, assim como, invadir as capitanias vizinhas de Itamaracá, Sergipe, Paraíba e Rio Grande, e posteriormente o Ceará e o Maranhão.

A conquista do Nordeste durou sete longos anos de contínua guerra, podendo-se distinguir duas fases principais, uma que vai de 1630 a 1632 e outra de 1632 a 1637. Durante a primeira, os holandeses seguiram uma estratégia que visava se assenhorear das praças-fortes do litoral, cuja posse, julgavam, dar-lhes-ia automaticamente o controle de toda a região. Tal não ocorreu, porém. [...]. Configurou-se assim um impasse militar que, de imediato, não puderam romper nem os reforços trazidos de ambos os lados pelas armadas de Pater e Oquendo, nem a batalha naval, de desfecho ambíguo, travada em setembro de 1631 entre elas. (MELLO, 2010, p. 71-72).

Em geral a historiografia colonial brasileira privilegia Bahia e Pernambuco, deixando em segundo plano as demais capitanias, no entanto, não significa que as invasões holandesas nas outras capitanias referidas, não foram contadas. Pelo contrário, existem obras que remontam desde o século XVII, que abordam as guerras luso-holandesas nas demais capitanias.

No entanto, no que se refere à Capitania da Paraíba durante o período holandês, poucos sabem, que a Paraíba foi uma das capitanias que mais resistiu aos ataques dos exércitos da Companhia das Índias Ocidentais. De fato, foram necessárias três investidas para subjugar essa capitania. O primeiro ataque ocorreu em dezembro do ano de 1631, quanto ao segundo e terceiro ataques, aconteceram respectivamente em fevereiro e dezembro de 1634. Apenas na terceira investida os holandeses obtiveram vitória sobre as forças luso-hispânicas paraibanas, e assim conseguiram anexar à Paraíba a colônia da Nova Holanda. Sendo ela a segunda maior produtora⁴ do cobiçado açúcar, o então “ouro

³ A Companhia das Índias Ocidentais foi fundada em 1621 com base no modelo da Companhia das Índias Orientais (1602). Ambas as companhias holandesas de comércio tinham como meta monopolizar o comércio com as Índias Orientais (Ásia) e as Índias Ocidentais (Américas e África Ocidental). As companhias eram privadas e com caráter de uma “sociedade anônima”, possuindo do Estado o direito de formarem um exército e marinha próprios, assim como, de fundar e administrar suas próprias colônias. ALBUQUERQUE (2012, 2014).

⁴ Sobre a produção açucareira na década de 1630 na Paraíba, consulte as tabelas em: GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630* (2007), onde a autora mostrou a produção açucareira de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande nesse período.

branco” da época.

Neste artigo foi priorizada a primeira invasão, que ocorreu de 5 a 10 de dezembro de 1631. E para este estudo escolheu-se três obras do período, nas quais consistem em três livros, sendo dois relatos de testemunhas diretas e um relato de uma testemunha indireta.

As obras escolhidas foram a *Relaçam Breve e Verdadeira da Memorável Victoria que ovve o Capitão môr da Capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda* (1632) de frei Paulo do Rosário⁵. O segundo livro trata-se das *Memórias diárias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M. DC. XXX* (1654) de Duarte de Albuquerque Coelho⁶. Por fim, o último livro trata-se do *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais* (1677), escrito por Ambrósio Richshoffer⁷.

Esse breve estudo foi dividido em dois momentos: no primeiro procurou se esboçar alguns dos motivos que teriam levado cada um dos autores a registrar suas memórias sobre essa guerra. No segundo momento, com base nos três livros, buscou narrar um pouco da história da primeira invasão como foi contada e representada por estes homens. Ao longo do texto procurou-se trabalhar com a questão da memória como uma fonte histórica.

MOTIVOS A SE RECORDAR:

Maurice Halbwachs em seu livro a *Memória Coletiva* (1950), disse que para se escrever sobre a história era necessário o autor ter um distanciamento dos acontecimentos com os quais ele pretendia trabalhar, pelo contrário, ele estaria profundamente influenciado por suas memórias recentes acerca da experiência que tivera contato. “Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, ou mesmo fixá-la, pura e simplesmente”. (HALBWACHS, 1995, p. 80).

No entanto, frei Paulo do Rosário, Duarte de Albuquerque Coelho e Ambrósio Richshoffer não foram homens com pretensões de serem historiadores, mas homens que tiveram a pretensão de

5 Frei Paulo do Rosário (?-1655), foi um frei beneditino português, tendo assumido os cargos de abade e prelado em mosteiros beneditinos no Brasil e em Portugal. No ano de 1631 estava de retorno a Capitania da Paraíba, ao encargo de Comissário Provincial da Província do Brasil da Ordem do Patriarca São Bento. Na ocasião o frei foi testemunha do ataque holandês.

6 Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658) foi o quarto donatário da Capitania de Pernambuco. Após a sua capitania ter sido invadida pelos holandeses em 1630, no ano seguinte, Duarte o qual vivia em Portugal, viajou para a colônia no intuito de recuperar a sua capitania. Ele passou de 1631 a 1638 nessa empreitada de recuperar Pernambuco, mas acabou fracassando. No entanto, aproveitou para escrever um livro de memórias sobre esse período de beligerância.

7 Ambrósio Richshoffer (1612-?) foi um jovem estrasburguês (hoje Estrasburgo pertence à França, mas na época dele, fazia parte do Sacro Império Romano-Germânico (Alemanha)), o qual se alistou no exército da Companhia das Índias Ocidentais, servindo durante os anos de 1630 a 1632. Richshoffer participou dos ataques a Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Sobre essa sua experiência militar, ele redigiu um livro de viagem que foi traduzido para o Brasil com o título de diário.

deixar registrado o que eles viram e ouviram, de preservar para a posterioridade aqueles acontecimentos bélicos dos quais tiveram contato, e suporão ser importantes, embora não saibamos ao certo os motivos que os levaram a escrever seus livros.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLACK, 1992, p. 202).

Michael Pollack elucida também como terceiro lugar e quarto lugar respectivamente, as *pessoas* e os *lugares*. Esses quatro aspectos consistem para ele, os elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva. Nesse âmbito, podemos de antemão dizer que o *lugar de memória* em comum, ou como Pollack disse “em tabela”, foi a Capitania da Paraíba. Mais especificamente, o Forte do Cabedelo e seu entorno.

Esse será o principal *lugar de memória* no qual as três narrativas se reportarão. Mas tal decisão não se deu propriamente por uma escolha dos autores, mas por uma ocorrência da época, pois nessa primeira invasão, as forças holandesas se limitaram a atacar apenas o Forte do Cabedelo.

Nesse aspecto, o forte se torna um monumento⁸ desse período, embora que na prática muitos não reconheçam essa identidade. De todas as fortificações originárias dos séculos XVI e XVII, o Forte do Cabedelo (hoje mais conhecido como Fortaleza de Santa Catarina) é a única fortificação que permanece de pé, e com certa integridade mantida. Ironicamente a versão que conhecemos hoje desse forte, é oriunda da reforma que os holandeses fizeram durante o seu governo na Paraíba (1634-1654).

O forte se perfaz como esse “monumento bélico” de um período distante da história paraibana, que infelizmente é pouco conhecido da população paraibana no geral. Os guias na fortaleza, na maioria das vezes pouco falam sobre os acontecimentos da época do Domínio Holandês, e a história por trás daquela fortificação e seu papel em ter adiado a conquista holandesa por quase quatro anos,

⁸ A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala *dos monumenta hujus ordinis* [*Philippicae*, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. (LE GOFF, 1990, p. 536).

em geral não é contada.



Legenda: Forte do Cabedelo (atualmente mais conhecido como Fortaleza de Santa Catarina), Cabedelo, Paraíba. Foto tirada por Mazaomi Mochizuki.

Fonte: <http://jcspedreira.blogspot.com.br/2011/05/fortaleza-santa-catarina-de-cabedelo.html>.

Por sua vez, no que diz respeito ao terceiro lugar da memória, como proposto por Pollack, estão às *peessoas* ou *personagens*. Nestas obras, mas principalmente nos relatos de Rosário e Coelho, encontramos dezenas de nomes, no entanto, uns mais importantes do que outros. E tal importância se deve principalmente pelas patentes militares e pelos feitos no campo de batalha.

Todavia, podemos elencar alguns personagens importantes que se destacaram tanto no lado português e no lado holandês, mas principalmente do lado português, no qual os relatos nos trazem mais detalhes sobre quem foram aqueles homens, pois Ambrósio em seu diário, pouco falou das pessoas com que conviveu.

Do lado luso-espanhol destacaram-se entre esses personagens centrais: Antônio de Albuquerque Maranhão (?-1667), então Capitão-mor da Capitania da Paraíba; seu irmão Mathias de Albuquerque Maranhão; os capitães espanhóis, Juan de Orellana, Juan de Xareda e d. Aleixo de Aza; o superintendente da guerra, Mathias de Albuquerque [Coelho] e seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho; o Conde de Bagnolo, os capitães irmãos, Cosmo e André da Rocha, Duarte Gomes da Silveira, proeminente senhor de engenho na Paraíba.

Do lado holandês os nomes mais mencionados são dos comandantes da primeira invasão: o tenente-coronel Steyn-Callenfels e o Major Berstedt. Desses nomes citados, os irmãos Coelho e o Conde de Bagnolo não tiveram participação no conflito. Por outro lado, os capitães espanhóis

mencionados e os irmãos Rocha, morreram em combate.

Esses homens são mencionados várias vezes em ambos os relatos, mas em especial destaque para Antônio de Albuquerque Maranhão, Mathias de Albuquerque e o Conde de Bagnolo. No caso de Rosário, ele elencou outros “heróis”, por sua vez, Coelho também elencou os seus.

Na concepção da chamada “história batalha”, uma referência à história militar ou história da guerra tradicional, esses “heróis de guerra” são um ponto recorrente de tais narrativas até o século XX. Hoje com a nova história militar⁹, se questiona a grande atenção dada a esses “heróis de guerra”, tão marcantes nas narrativas bélicas desde a Antiguidade. Para esse trabalho, preferi seguir o viés da nova história militar, e não me limitar aos “heróis de guerra”.

Não obstante, passamos para tratar dos dois primeiros elementos construtivos da memória apresentados por Michael Pollack: a vivência pessoal/individual, e a vivência por “tabela”. Para isso preferiu-se seguir a ordem cronológica da publicação de cada uma das obras, tentando identificar este dois parâmetros, assim como, apontando algumas características dos relatos destes homens.

Frei Paulo mencionou que achou importante relatar aquela invasão sofrida na capitania paraibana em 1631, embora ele não justificasse com clareza do porque ter escrito sua *relaçam breve*. Entretanto, ao se ler sua obra nota-se certo engajamento do frei beneditino, não na luta armada, mas no que se refere à defesa de uma identidade, de um patriotismo. Rosário embora fosse um português nascido no Porto, se apresentava como um súdito leal do rei de Espanha, Filipe IV¹⁰, mas por outro lado, ele em todo o seu livro refere-se aos holandeses os chamando de rebeldes e às vezes de traidores¹¹.

O fato de se referir em todo o seu livro aos holandeses como sendo os rebeldes de Holanda, já deixa nítido seu engajamento político e patriótico, pois da mesma forma que Rosário condenou os holandeses pelo seu ato de traição a Coroa Espanhola, ele ovacionou os portugueses por sua lealdade ao monarca espanhol, e por sua determinação em proteger a capitania paraibana. Por esse viés, a obra de Rosário se revela como motivada por um sentimento patriótico, como se fosse um “serviço

9 A nova história militar visa trabalhar o estudo das Forças Armadas e da guerra, não apenas por um viés político e econômico, mas atuando no estudo social, psicológico, cultural, demográfico, antropológico, literário, memorialista, etc. Wheling (2001) Parente (2009), Soares e Vainfas (2012).

10 Em 1580 o rei Filipe II de Espanha tornou-se o rei Filipe I de Portugal, dando início ao período da União Ibérica (1580-1640), onde por 60 anos a Coroa lusa e suas colônias ficaram sob o domínio da Espanha. Martins (1964, p. 255-256).

11 Quando Filipe II assumiu o trono espanhol em 1556, herdou de seu pai os atuais territórios da Holanda e da Bélgica, na época conhecidos como Dezessete Províncias. Todavia os neerlandeses acabaram se desentendendo com o rei e em 1568 teve início a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). Em 1581 sete das províncias rebeldes que participavam da guerra, se uniram e declararam independência do governo espanhol, tornando-se a República Unida dos Países Baixos ou Holanda. Por tal motivo, os holandeses foram chamados de insubmissos, rebeldes e traidores por essa afronta ao governo espanhol.

prestado a pátria”, embora ele não tenha servido com a espada, serviu com a pena. Onde ele deixou relatado a vitória das forças luso-espanholas contra o invasor holandês.

Mas além dessa característica patriótica, existe também no relato do frei, um forte discurso religioso, no qual por várias vezes o autor fez referência a trechos da *Bíblia*, comparando tais passagens com os acontecimentos vivenciados naquela semana de dezembro. Para frei Paulo, Antônio de Albuquerque revelou virtudes dignas de ser mencionadas e equiparadas aos feitos de homens como Judas Macabeu, o patriarca Abraão e São Bernardo¹².

Além dessa comparação religiosa, Rosário salientou que as vitórias no campo de batalha que levaram a desistência do inimigo, deveu-se graça a uma suposta intervenção divina, pois sendo Nossa Senhora das Neves a padroeira da capital paraibana e da capitania, ela junto a Jesus, intercederam a Deus para essa gloriosa vitória¹³.

Ainda no que se refere a esse discurso religioso, Rosário chamava os holandeses de hereges e “adoradores da serpente do Mal”, uma alusão ao Pecado Original. Sendo os neerlandeses em sua maioria protestantes calvinistas e judeus, Paulo os condenou como traidores da Santa Igreja. Novamente se nota um posicionamento do autor nesse ponto, no que se refere a defender a sua religião, o catolicismo romano.

Enquanto Rosário escreveu sobre a primeira invasão a Capitania da Paraíba e da Capitania do Rio Grande, ambas ocorridas em dezembro de 1631, redigindo seu relato em um opúsculo com trinta páginas e mais algumas de anexo, Duarte escreveu uma volumosa obra de quase seiscentas páginas, abordando um recorte temporal de quase nove anos. Período este que regressou ao Brasil, na tentativa de recuperar a posse de Pernambuco. Nesse seu vasto relato memorialista, Coelho abordou assuntos ocorridos em Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, além de outros locais, mas mantendo o foco nessas quatro capitanias.

Em seu relato se nota a sua preocupação em se vencer os holandeses e não se perder as demais capitanias, as quais acabaram sendo perdidas de fato. Ao mesmo tempo nota-se a preocupação de Coelho em se mostrar presente nos problemas vivenciados pelos pernambucanos e habitantes

12 Nas duas primeiras páginas de seu livro frei Paulo apresentou tais virtudes: zelo pela honra de Deus, maturidade ao discursar e perspicácia em por em prática seus planos. Nesse viés, Macabeu lutou para defender sua fé contra a imposição do imperador Antíoco IV, o qual tentou proibir o judaísmo em seu império. Abraão possuía sabedoria e maturidade em discursar, especialmente no que se tratou ao sequestro de seu sobrinho Ló (Gen 14:1-12), história essa mencionada pelo frei. Por fim, São Bernardo (1090-1153) foi um homem perspicaz em por em prática seus planos, e assim conseguiu legitimar a Ordem de Cister, a Ordem dos Templários, e reunir uma aliança para se formar a Segunda Cruzada (1147-1149).

13 Para Rosário as vitórias no dia 8 e 10 contaram com intervenção divina, onde Nossa Senhora das Neves protegeu seus fiéis.

vizinhos, e tal presença era algo bastante necessária naquele momento.

Pois Duarte viveu vários anos longe de sua capitania, morando em Portugal, enquanto lugares-tenentes administravam a capitania em seu nome, dentre os quais, seu irmão Matias de Albuquerque, o qual se tornou Superintendente da Guerra, sendo um dos principais generais nessa primeira fase dos conflitos, que foram de 1630 a 1637. De fato, em termos de comando e liderança nesse cenário beligerante, Matias tivera um papel mais importante do que seu irmão, que era o capitão donatário.

Num terceiro aspecto, além de mostrar sua preocupação em reaver sua capitania, em se mostrar presente no estado de guerra, Coelho pretendeu com seu livro mostrar ao rei Filipe IV de Espanha, sua atuação e lealdade: “Senhor, ponho aos Reais Pés de Vossa Majestade, os primeiros nove anos de guerra, que as armas de Vossa Majestade tiveram no Brasil contra os Holandeses, em que eu servi a Vossa Majestade”. (tradução minha), (COELHO, 1654, p. 2).

Neste caso, se pode levantar a opinião de que as memórias redigidas por Duarte de Albuquerque Coelho não foram apenas uma forma de preservar seus feitos e sua atuação nas guerras luso-holandesas, mas também, possuía uma prerrogativa de conquistar reconhecimento, neste caso, o reconhecimento do rei. Não sabemos se essa ideia foi pensada logo de início ou surgiu anos depois, já que o livro só foi publicado mais de vinte anos após a saída definitiva de Duarte, do Brasil.

Observa-se neste aspecto, que de certa forma, as *Memórias diárias da guerra no Brasil* foram organizadas e talvez “construídas” para se alcançar um determinado fim¹⁴. Enquanto o livro de frei Paulo foi publicado alguns meses logo após seu testemunho da primeira invasão a Paraíba, onde suas lembranças ainda estavam “frescas” acerca dos acontecimentos vistos e ouvidos, o livro de Duarte demorou anos para ser impresso, tempo esse, que lhe deu oportunidade para rever seus escritos e até mesmo mudar algo.

Quando falamos de memória, devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória. Ela é ainda, segundo Nora “um fenômeno sempre atual, um elo vívido no eterno presente”. (Nora, 1993, p. 9). Por conseguinte, a memória é também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes, um passado de riquezas que antecipa um futuro pleno de potencialidades. (MOTTA, 2012, p. 26).

14 Provavelmente Duarte esperava que ao dedicar seu livro a pessoa do rei Filipe IV isso lhe renderia alguma mercê por parte do monarca, mas tal esperança não veio. Embora foi Filipe IV que concedera a Duarte os títulos de Marquês de Bastos e Conde de Pernambuco, novas mercês não voltaram a lhe ser concedidas. E, se por um lado havia alguma pretensão de que seu livro o tornar-se famoso isso também não aconteceu. A obra por vários anos foi proibida em Portugal por se tratar do fato de ter sido escrita por um traidor, pois no momento que Duarte de Albuquerque Coelho escolheu declarar lealdade plena ao monarca espanhol, logo após a Restauração Portuguesa (1640), o novo rei de Portugal, D. João II o considerou um traidor da Coroa. Por vários anos o seu livro foi renegado em solo português, e mesmo na Espanha não obteve grande reconhecimento.

Além disso, é importante lembrar que alguns dos vários acontecimentos relatados em seu livro, Duarte obteve ciência deles ao ouvir seus relatos, não tendo sido testemunha ocular dos mesmos. De fato, ele ficou restrito a praça-forte do Arraial do Bom Jesus¹⁵, localizado cerca de seis quilômetros de Olinda e do núcleo inicial de Recife. Nestes anos que permaneceu em Pernambuco, sua liberdade esteve restrita ao perímetro em torno do arraial, mas pelo fato de se tratar da principal base de resistência nas cercanias de Olinda e Recife, atuava como um quartel-general, algo que rendeu o foco e o destino das informações de guerra, das quais Coelho se valeu para redigir seu livro.

No que se refere à obra de Ambrósio Richshoffer, essa embora também trate de uma “história batalha”, ela se caracteriza de forma diferente aos livros de Rosário e de Coelho, pois enquanto estes tratam de obras com um vínculo patriótico, como um dos fatores motivadores; o diário de Richshoffer consiste num relato de um viajante que vem a primeira vez ao Brasil, e neste caso, veio atuando como um mercenário pela Companhia das Índias Ocidentais.

Ambrósio chegou a Pernambuco aos 18 anos, tendo ingressado como soldado na WIC há poucos meses, e como muitos dos jovens de seu tempo, ele buscava por aventuras, glória e enriquecimento fácil¹⁶, e a guerra era um caminho que fornecia em alguns casos, respostas a tais anseios. Naquela época a Companhia das Índias Ocidentais estava aberta a recrutamentos, procurando jovens homens dispostos a arriscar suas vidas.

Richshoffer comentou em seu diário que de início seguiu a Amsterdã com planos de ingressar na Companhia das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*), mas acabou se alistando na WIC, e ao invés de ir para a Ásia, foi para a América do Sul. Todavia, ele estava ciente que seguia para o Novo Mundo com o objetivo de atuar no campo de batalha, mesmo assim, esperava que conseguisse ser promovido rapidamente e conquistar espólios de guerra valiosos. Nenhum dos dois aconteceu. Ambrósio foi nomeado sargento em 1632, mas meses depois ao retornar a Holanda, pediu baixa no serviço da WIC, e voltou para casa.

No entanto, nos quase dois anos que permaneceu a serviço da WIC e atuou no Brasil, embora narre sua participação aos ataques a Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, ele ao mesmo tempo, também relatou suas impressões e opiniões sobre a viagem e sua vivência como soldado/

¹⁵ O Arraial do Bom Jesus acabou dando nome a um bairro, o bairro do Arraial, localizado na atual cidade do Recife.

¹⁶ Sobre alguns dos motivos que levaram homens europeus de diferentes países a se alistarem na WIC, ver MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra* (2011), mais especificamente, a parte II.

mercenário da WIC, lutando por uma empresa mercantil de um país o qual não pertencia. Neste ponto, o relato de Richshoffer esboça um caráter bastante pessoal, pois se nos livros de Rosário e Coelho, embora existam suas informalidades, não se tratam de algo recorrente no relato, diferente do livro de Ambrósio onde isso se expõe de forma mais clara.

Escrito em forma de diário, o livro de Richshoffer, pelo seu estilo descuidado e pela sua caprichosa ortografia, revela-nos seu autor mais habituado ao manejo da espada que ao da pena. Fastidioso em alguns pontos, nos quais tem a monotonia de um livro de bordo, em geral a sua leitura deleita e interessa pela abundância de anedotas, episódios singulares e fatos típicos que bem nos patenteiam a crueza dos costumes e hábitos militares da época, e sobretudo o espírito de gananciosa rapinagem, e o baixo mercantilismo sem escrúpulos que presidia à celebre Companhia das Índias Ocidentais, cujo domínio ainda hoje mal avisados patriotas lamentam não se tenha perpetuado entre nós. (RICHSHOFFER, 1978, p. 18-19).

Entretanto, por mais que não saibamos todos os motivos que tenham levado Ambrósio a escrever este seu diário, se pode conjecturar que um dos motivos deu-se por questões pessoais, onde aquele jovem estrasburguês, maravilhado com sua primeira viagem para longe da Europa, decidiu registrar suas memórias e, além disso, tal possibilidade se reforça, pois não se nota fatores patrióticos como visto em Rosário e Coelho, embora Richshoffer se mostrasse engajado no seu serviço a WIC. Ele lutava como um mercenário para cumprir seu dever, mas não como um soldado neerlandês comprometido com a glória da Companhia.

Além disso, também não se nota ideias de uma possível publicação desse seu relato. O livro originalmente foi concebido como um testemunho particular, e de fato só foi impresso em 1677, mais de trinta anos após os acontecimentos narrados em suas páginas, período esse que temos um Richshoffer com mais de 60 anos, já no fim da vida, e então decide por motivos não claros, tornar pública sua aventura na juventude.

No entanto, Ecléa Bosi em seu estudo sobre a memória na velhice, em *Memória e Sociedade: a lembrança dos velhos*, ela apontou que uma das características da velhice é a recordação: quanto mais vamos ficando velhos, as lembranças da infância e da juventude se tornam mais vívidas, uma parte de nossa história, que nos faz sentir saudade de épocas, lugares, de pessoas e animais.

“A lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto vivenciada”. A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no

fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo. (BOSI, 1994, p. 68 apud STERN, 1957, p. 253).

Tal característica também pode ser proposta para o livro de Duarte de Albuquerque, pois sua obra foi publicada quando ele contava na idade de 63 anos. No entanto, como visto no caso de Duarte, ele claramente procurou novas mercês do rei espanhol, tentando conquistar sua atenção com seu livro, que há anos aguardava para ser publicado. Mas no que diz respeito a Ambrósio, não sabemos por que ele tornou sua memória, pública.

UMA SEMANA DE GUERRA:

Antes dos holandeses chegarem à Paraíba, no começo de dezembro de 1631, o quartel-general em Arraial do Bom Jesus havia enviado a mensagem de que os holandeses após terem conquistado Olinda e Recife, pretendiam atacar a Paraíba ainda naquele ano. O general Matias de Albuquerque enviou reforços para a capitania paraibana, ao mesmo tempo em que, Antônio de Albuquerque Maranhão encaminhou uma carta para a Metrópole solicitando ajuda.

A ajuda do reino demorou a chegar, mesmo assim, ela veio durante a invasão. Todavia, a capitania paraibana teve que resistir até lá, contando com três fortes (Cabedelo, Santo Antônio e Varadouro) e dois redutos (Restinga e Cabo Branco), para defender a capital Filipeia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa). Em contrapartida, os holandeses partiram do Recife, com uma armada de 16 navios e cerca de 1600 soldados, sendo comandados pelo tenente-coronel Steyn-Callenfels e o Major Berstedt.



Legenda: Mapa com a localização aproximada das principais defesas da Capitania da Paraíba no ano de 1631.

Em destaque o triângulo defensivo na foz do rio Paraíba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A principal estrutura de defesa da capitania paraibana era o seu “triângulo defensivo”, localizado na foz do rio Paraíba, tendo na margem leste, o Forte do Cabedelo, na margem oeste, o Forte de Santo Antônio, e mais para trás, na ilha da Restinga, um reduto com seis peças de canhão. O Forte do Varadouro ficava localizado próximo à cidade, sendo a última defesa se o “triângulo defensivo” falhasse. (LINS, 2005, p. 18-21).

Antônio de Albuquerque Maranhão prevendo que os holandeses evitariam aproximar seus navios da foz do rio, já que seria arriscado devido aos canhões, eles iriam desembarcar na praia do Cabo Branco¹⁷, ao leste do Forte do Cabedelo, então seguiriam a pé até o forte. Maranhão ordenou que um fosso e uma trincheira fossem escavados no perímetro do forte, e um reduto fosse montado no Cabo Branco. Foi nessa localidade que se iniciou a batalha que duraria uma semana.

Não é objetivo narrar todos os cinco dias de conflitos, mas abordar alguns aspectos principais, e como esses foram contados nos três relatos analisados, os quais apresentam três pontos de vista sobre a primeira invasão holandesa na Paraíba.

Para efeito dessa análise se preferiu seguir a ordem cronológica das publicações, logo, começamos com a chegada da armada holandesa, que nesse sentido já apresenta divergência entre os autores. “Sesta feira polla menhã apareceo a Armada dos Rebeldes cõ 20 nãos de guerra, a mais

¹⁷ A praia do Cabo Branco naquela época não se refere a atual praia do Cabo Branco, pois naquele tempo toda a extensão do atual Cabo Branco a Ponta do Cabedelo, era chamada de praia do Cabo Branco. Hoje tal porção litorânea é formada por várias praias divididas entre os municípios de Cabedelo e João Pessoa. Os relatos falam que o reduto ficava a distância de “um tiro de canhão” do forte do Cabedelo. O que significa algo em torno de 2 km.

dela de grande porte, & de duas andainas de artilheria todos cheos de bandeiras, cõ 27 lanchas, q lhe servirão neste dia de lançar a gete em terra”. (ROSÁRIO, 1632, p. 8).

Rosário mencionou que dois mil soldados seguiam nessa armada, além de mais alguns combatentes que vinham nos barcos menores (lanchas). Por sua vez, Duarte mencionou 26 navios, 26 lanchas e uma força de três mil soldados (1654, p. 148). Richshoffer contou que foram 13 companhias, embarcadas num total de 19 navios (1978, p. 99). No entanto, ele não mencionou quantos homens seguiam nessas companhias.

Todavia, Joannes de Laet (1581-1649) que era o então diretor da Câmara de Amsterdã (a mais importante das seis câmaras da WIC), contou em seu livro que foram 16 navios e cerca de 1600 homens. Assim como ele tomou conhecimento dos relatórios de guerra (1921, p. 218)¹⁸.

Nesse caso, não sabemos quais fatores levaram os três autores a divergirem quanto ao número de navios e tropas. Nota-se que a descrição de Rosário e Richshoffer estão bem próximas uma da outra, no entanto, a de Duarte é a que dista mais das deles, e por sua vez, põem dez navios a mais do que visto no relato de Laet, e quase o dobro de soldados. Mas sendo a memória sujeita a flutuações, mudanças, reelaborações, equívocos e ao esquecimento (POLLACK, 1992, p. 201), é sabido que a memória falada é diferente da memória escrita, pois a segunda possui melhor organização nas lembranças e histórias, por sua vez a memória contada através da história oral, vai se conectando na medida em que as lembranças vêm à tona, e assim ela vai ganhando um encadeamento narrativo.

No entanto, não foi o caso destes autores os quais redigiram suas recordações. Logo, o que podemos sublinhar e que também será válido para o restante do texto, é o fato deles terem se equivocado quanto ao número de navios de guerra e de soldados, ou por outro lado, eles podem ter interpretado mal o relato que receberam. Não parece ser o caso de uma manipulação deliberativa em se “falsear” tais informações, embora seja algo que possa ocorrer, mas pelo que parece ser mais provável, os três tenham se confundido quanto aos reais valores.

Prosseguindo o relato, após a armada ancorar diante do Cabo Branco, as tropas holandesas começaram a desembarcar e entraram em conflito contra os portugueses que estavam no reduto do Cabo Branco. Vários tiros foram trocados e de ambos os lados houve mortos.

No entanto, naquele momento os holandeses estavam em maior número e isso obrigou os portugueses a abandonar sua posição, e recuar inicialmente para a floresta, continuando o confronto,

¹⁸ Hoje em dia, o relato de Laet nesse contexto, é o mais aceito pelos historiadores.

até que decidiram retornar ao Forte do Cabedelo, e se preparar para o ataque seguinte, onde duas companhias neerlandesas foram destacadas para atacar o forte, mas foram rechaçadas pelos soldados entrincheirados. Rosário e Duarte mencionam que houve novos embates durante à tarde, pois os holandeses haviam chegado de manhã. Pela noite disparos dos canhões do forte, ecoavam pela noite de forma a intimidar o inimigo e lhe tirar o sono, como os três autores mencionam.

No entanto, Ambrósio em seu relato não narrou os eventos ocorridos ao longo dessa semana, após a batalha do dia cinco e a noite barulhenta da madrugada do dia seis, Ambrósio contou que foram feitos alguns prisioneiros e estes falaram que reforços da Coroa estavam a caminho. Tal informação é tão importante, que Ambrósio omitiu falar sobre o restante do dia seis, os dias sete e oito, passando para o dia nove.

Estando a memória passível de uma seleção, algo que Michael Pollack (1989, p. 8) se referiu como sendo o “não-dito”¹⁹, e no caso de Richshoffer, ele preferiu omitir os acontecimentos desses dois dias e meios, embora através dos relatos de Rosário e Coelho saibamos que os conflitos continuaram, havendo novas investidas de ambos os lados, no que resultou em um novo saldo de feridos e mortos, ao mesmo tempo, que tanto no forte quanto no acampamento, ordens para se construir novas trincheiras e fortalecer as defesas foram dadas e executadas.

Ambrósio informou que temendo que os reforços inimigos pudessem chegar, foi ordenado que uma nova investida contra o forte ocorresse na tentativa de tomá-lo antes que tais reforços chegassem.

Chegamos até debaixo dos canhões e com escadas às estacadas, porém o inimigo defendeu-se tão briosamente, dentro e fora da trincheira, e do reduto fizeram-nos através do rio tão mortífero fogo com os canhões que fomos obrigados a retirar-nos. Novamente ficaram de ambos os lados muitos mortos e feridos. No espaço destes primeiros cinco dias cada companhia teve, entre mortos e feridos, 30 e mais homens, subindo o total da nossa perda a mais de 500 soldados. (RICHSHOFFER, 1978, p. 101).

Ambrósio informou que no dia seguinte a essa frustrada investida, os portugueses e espanhóis decidiram contra-atacar, e os pegaram desprevenido em torno do acampamento. Ambrósio e seu melhor amigo Hans Carol Spiessen, foram feridos na ocasião. Richshoffer não fez menção se os tais reforços chegaram ou não, no entanto, Paulo e Duarte confirmaram que tais reforços realmente chegaram. Tendo chegado no dia oito, antes da malograda investida dos holandeses.

¹⁹ Pollack elucida que os “não-ditos” podem ser ocasionados por vergonha, trauma, remorso, medo, desatenção, despreocupação, etc. No caso de Richshoffer o seu não-dito deu-se por uma questão de falta de interesse, pois as derrotas nos dias 9 e 10 foram piores do que nos dias 7 e 8, e nem por isso ele deixou de mencioná-las.

Rosário contou que a chegada das caravelas portuguesas foi uma benção enviada por Nossa Senhora (1632, p. 16), pois oito de dezembro é dia da Imaculada Conceição, e a Virgem Maria teria segundo Rosário, intercedido pelos seus fiéis, permitindo que as naus lusitanas conseguissem chegar até o rio Mamanguape ao norte da capitania, distante da frota holandesa que estava ancorada no Cabo Branco.

Todavia, Rosário não deu detalhes sobre a chegada dos reforços, limitando-se a dizer que Duarte Gomes da Silveira foi enviado por Antônio de Albuquerque Maranhão, para ir buscar os suprimentos chegados com o navio.

Por sua vez, Duarte de Albuquerque nos fornece informações mais detalhadas. Embora não tenha sido testemunha dos acontecimentos na Paraíba, vale recordar que Duarte tinha conhecimento dos relatórios de guerra, por se encontrar no quartel-general em Pernambuco como já mencionado, além disso, frei Paulo menciona em seu livro que omitiu deliberadamente algumas informações, daí ter escrito uma relação breve e não uma crônica, como ele justificou.

Duarte contou que além da chegada dos quatro navios, os quais traziam pólvora, balas e outros suprimentos, também chegaram quatro companhias sob o comando do capitão espanhol, Juan de Xerada (1654, p. 152-153). Tais companhias seguiram para o Cabedelo, se juntando com as tropas dali, e participando dos conflitos nos dias seguintes. Xerada e alguns dos seus homens acabaram morrendo nas batalhas seguintes.

Com a chegada dos reforços espanhóis no dia oito, isso contribuiu para vitória no dia nove, pois neste dia as forças holandesas atacaram o Cabedelo três vezes, sendo três vezes rechaçadas, embora alguns portugueses, espanhóis e indígenas morreram na ocasião, mas as perdas foram maiores para o lado do invasor.

No dia seguinte, 10 de dezembro, novamente por volta do meio-dia, Rosário contou que os holandeses motivados a conquistar o forte de qualquer forma, surpreenderam a guarnição que estava na hora de almoço, vindo às frentes inimigas atacar por três lados. Frei Paulo narrou que os portugueses e espanhóis lutaram com vivacidade e bravura, como se fossem touros encurralados entre seus muros de madeira, determinados a arriscar tudo contra seus algozes.

Todavia após o fracasso nos ataques dos dias 9 e 10, o tenente-coronel Steyn-Callenfels e o Major Berstedt decidiram ainda na noite do dia dez, bater em retirada. O saldo de feridos e de mortos era de algumas centenas, mas os holandeses suspeitavam que as forças inimigas estivessem

em maior número (na realidade eram os holandeses que estavam em maior número), logo, após seis dias de conflitos sem ter sucesso em abalar as defesas do Forte do Cabedelo, preferiu-se abandonar a campanha.

Antes da retirada, porém, e até a meia-noite, usou-se de toda a sorte de estratégias e tocou-se vários rebates falsos. Enfim colocamos muitos morrões em paus fendidos nos parapeitos, bateiras e acampamento, como se toda a tropa estivesse em armas. Entretanto, nos apressamos por embarcar nos navios, e durante esta noite dormimos em segurança e melhor sobre as duas tábuas do convés do que sobre a areia, nas barracas em terra. (RICHSHOFFER, 1978, p. 103).

Frei Paulo mencionou que os “rebeldes de Holanda”, fugiram para seus navios em meio à calada da noite, fazendo tudo em silêncio e com tamanha velocidade, como se tivesse asas nos pés (1632, p. 19-20). O beneditino completou dizendo que no dia seguinte, ao amanhecer, notando que o acampamento estava em silêncio, o capitão-mor enviou uma tropa para averiguar a situação, e encontrou o local bagunçado e desocupado, de fato o inimigo havia se retirado. Então foi ordenado que o acampamento fosse incendiado. Richshoffer confirmou tal acontecimento, dizendo que ele e seus companheiros assistiram os portugueses queimarem o acampamento, enquanto também gritavam insultos para eles.

Duarte mencionou que os holandeses realizaram um engodo na tentativa de ocultar sua fuga noturna, disparando tiros de canhões e acendendo tochas e fogueiras, como se o acampamento estivesse cheio de gente.

Todavia, ele não mencionou o incêndio no acampamento inimigo ou a troca de xingamentos, mas preocupou-se em dizer que 70 morreram e 86 ficaram feridos durante essa semana de conflitos. Em seu anexo, frei Paulo contabilizou cerca de 65 mortos e 83 feridos. Por sua vez Ambrósio fez menção que o saldo de feridos e mortos no lado holandês foi em torno de 500 homens. Um número bem alto se comparado aos cerca de 156 homens no lado luso-espanhol. “O que as recordações tenham em comum, ou em paralelo, é o que esperávamos, mas o que nos chama a atenção são as diferenças de observações sobre o mesmo fato”. (BOSI, 1994, p. 413).

No dia 12, os ventos foram favoráveis para a partida da armada neerlandesa. O relato da primeira invasão a Capitania da Paraíba termina nesse ponto, no entanto, os três autores continuam sua narrativa englobando em seguida, a primeira invasão a Capitania do Rio Grande, ocorrida no Natal daquele ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao se ler as memórias destes três homens que foram testemunhas diretas ou indiretas dos acontecimentos que marcaram a primeira invasão holandesa a Capitania da Paraíba, absorvermos de seus relatos, suas experiências, opiniões e pontos de vista sobre esse acontecimento. Tendo contato ora com memórias individuais e ora com uma memória coletiva, ao se perceber as três obras conjuntamente.

No entanto, a memória por si só não se faz história, a memória como disseram Pollack e Pierre Nora: consiste numa “ponte entre o presente e o passado”, por sua vez a história é uma “representação crítica desse passado”.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas formações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9).

Por mais que Pierre Nora tenha sido bastante enfático, em decretar que a memória não deve ser vista como sinônimo da história, ainda assim, isso não impede que possamos utilizar a memória como uma fonte histórica, seja ela uma memória escrita como no caso para esse trabalho, ou a memória falada, através da chamada história oral. No entanto, o que é importante ressaltar que no estudo da memória, o historiador deve estar ciente para os problemas de se utilizar essa fonte, principalmente pelo viés da história oral.

Por fim, esse trabalho nos revela um ponto de vista normalmente desconhecido para a historiografia brasileira que estuda o Brasil holandês, onde há a possibilidade de se estudar as histórias das outras capitanias conquistadas pela Companhia das Índias Ocidentais, de forma a ampliar o conhecimento que temos hoje sobre esse acontecimento marcante da história colonial brasileira e da própria história regional do Nordeste.

REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. A Companhia das Índias Ocidentais: uma sociedade anônima? **Revista da Faculdade de Direito da USP**, v. 105, 2010, p. 25-38. _____ . O apogeu dos Países Baixos e a Companhia das Índias Ocidentais. **Revista do IHGB**, a. 173, n. 454, 2012, p. 45-72.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memorias diarias de la guerra del Brasil**, por discurso de nueve años, empezando desde el de M. DC. XXX. Madrid, impresso por Diego Diaz de la Carrera, 1654.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LAET, Joannes de. **História ou Annaes dos Feitos da Companhia Priviligiada das Índias Occidentaes** desde o seu começo até o fim do anno de 1636 – vol. VIII. Tradução de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro/Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912-1925. 13v.
- LE GOFF, Jacques. **A história e a memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. **As fortificações antigas da Paraíba** (século XVI). João Pessoa: Edições Fotograf, 2005.
- MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. 14ª ed, Lisboa: Guimarães, 1964.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.
- _____. **Rubro Veio: o imaginário da restauração Pernambucana**. 3ª ed, São Paulo: Alameda, 2008.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais (1630-1654)**. Tese de doutorado defendida no Instituto de História da Faculdade de Ciências Humanas, Leiden

University, 2011.

- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. **Revista Brasileira de História Militar**, edição especial de lançamento, 2009.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1630-1632)**. Tradução de Alfredo de Carvalho. São Paulo: IBRASA, 1978.
- ROSÁRIO, Paulo do. **Relaçam Breve e Verdadeira da Memorável Victoria que ovve o Capitão môr da Capitania da Paraiva Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda, que são vinte nãos de guerra, & vinte e sete lanchas de guerra: pretenderão ocupar esta praça de sua Magestade, trazendo nelas era o efeito dous mil homens de guerra escolhidos, a fora gente do mar**. Lisboa: impresso por Jorge Rodrigues, 1632.
- SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: **Novos Domínios da História**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- WHELING, Arno. A pesquisa da história militar brasileira. **Revista da Cultura**, ano 1, n. 1, p. 35-41, 2001.

FORÇAMENTO DO PASSO DE HUMAITÁ: UM ESTUDO SOBRE AS ASSERÇÕES QUE OS DOCUMENTOS OFICIAIS EXIBEM

Aldeir Isael Faxina Barros¹

Resumo: Na madrugada de 19 de Fevereiro de 1868 encetou-se uma grande operação no teatro da guerra do Paraguai, o famoso baluarte de Humaitá acabara de ser investido a viva força por uma divisão de encouraçados da marinha imperial em cooperação com o exército, o qual tomou um pequeno reduto ao norte da fortificação. Operação essa que pode ser observada em documentos oficiais, como ordens do dia, partes de comandantes, entre outros, sendo os relatos muito frios e sem o devido merecimento que a história há de observar. Como em outros pontos da guerra, no que tange a marinha, a passagem de Humaitá foi relatada com uma espécie de regularidade, abstraindo-se dos perigos e hesitações contidos em tal lance. A passagem foi realizada por homens comuns que arriscaram suas vidas em tal cometimento, coisa que muitos se abstraíram da responsabilidade, dentre os quais os mais graduados chefes navais do momento. Encalhes, abalroamentos, medo e coragem foram alguns dos ingredientes de tal feito. O duelo não se deu entre Humaitá e os encouraçados, mas sim entre os marinheiros e os bravos soldados paraguaios que a peito descoberto defendiam sua pátria.

Palavras-chave: Encouraçados, Humaitá, Guerra do Paraguai.

Resumen: En la madrugada del 19 de febrero de 1868 se produjo una importante operación en el teatro de la Guerra del Paraguay. El famoso baluarte de Humaitá acababa de ser atravesado por una división de acorazados de la Marina Imperial en cooperación con el ejército, el cual tomó un pequeño reducto al norte de la Fortaleza. Esta operación puede ser observada en documentos oficiales, así como en órdenes del día, partes de comandantes, entre otros, pero manteniendo todos mucha frialdad en sus relatos, sin el debido merecimiento que la historia ha de observar. Como en otros puntos de la guerra, en lo relacionado a la marina, el pasaje de Humaitá fue relatado con una especie de regularidad, abstrayéndose de los peligros y avatares contenidos en tal hazaña. El paso fue realizado por hombres comunes que arriesgaron sus vidas en cumplimiento del deber, cuando muchos otros se abstuvieron de dicha responsabilidad, entre los cuales encontramos a los más encumbrados jefes navales del momento. Varamientos, choques, miedo y coraje fueron algunos de los ingredientes

¹ Graduado em Gestão em Agronegócios pela Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná e acadêmico do curso de Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: aldeirfaxina@yahoo.com.br.

de tales hechos. El duelo no se dio entre Humaitá y los acorazados, sino entre los marineros y los bravos soldados paraguayos que a pecho descubierto defendían su patria.

Palabras clave: Acorazados, Humaitá, Guerra del Paraguay.

INTRODUÇÃO

A Guerra do Paraguai (1864-1870), também conhecida por: Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai e Guerra Grande, é considerado o conflito de maior envergadura da América do sul, precedida pela Guerra Civil Americana (1861-1865) e a Guerra da Crimeia (1853-1856), e no seu desenrolar encetou-se a Guerra Austro-prussiana (1866), guerras estas, no que se refere ao aprimoramento naval, foram experimentadas novas tecnologias, dentre as quais, navios cobertos por couraças de ferro em suas partes vitais ou mesmo em toda a embarcação.

O conflito sul americano levou Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. As causas, motivos e todo o desenrolar da guerra serão deixados de lado neste trabalho, que tem por objetivo central analisar o momento da passagem de Humaitá, fato esperado a mais de três anos, nos quais exércitos e a marinha imperial se detiveram diante da fortificação. A história de Humaitá remonta a coroa espanhola, onde pequenos povoados foram fundados nos arredores, mas apenas passou de guarda avançada a principal defesa do país após 1855, devido entre outras questões, às desinteligências com o império brasileiro².

Após a nomeação de Luís Alves de Lima e Silva (marquês de Caxias) como comandante em chefe de todas as forças do império brasileiro, o qual deveria operar de entendimento com o almirante Joaquim José Inácio de Barros (visconde de Inhaúma), (a esquadra dispunha de comando independente, para não ficar subordinada a comando estrangeiro), a maioria das desavenças entre exército e marinha se extinguíram, tornando-se possível, operações combinadas de maior envergadura.

Após uma série de vacilações foi decidido forçar a passagem de Curupaity com todos os encorajados. Fato que se deu sem grandes perdas para a esquadra. No meio das duas fortalezas a esquadra permaneceu durante seis longos meses sofrendo imensas privações e recebendo constantemente fogo inimigo, de peças volantes e fuzilaria dispostas nas matas.

Com a chegada dos novos monitores e uma grande crescente do rio Paraguai, com o

² Ver detalhes em: Eduardo Nakayama; Mateo Nakayama. **Ponencia correspondiente a Paraguay: el perímetro fortificado de Humaitá. Reconstrucción virtual.** 5º encuentro internacional de historia sobre las operaciones bélicas durante la guerra de la triple alianza, 2013.

benefício de muitas das defesas estarem minadas, inclusive as correntes que opunham o passo estarem submergidas, a operação tinha de ser tentada para por fim a uma guerra que já estava abalando o império brasileiro.

ANÁLISE DOS ENCOURAÇADOS

A “poderosa esquadra couraçada” não era assim tão poderosa quanto expressam Thompson³ e Centurión⁴, autores do lado paraguaio, o primeiro era engenheiro e o segundo membro do exército que participou de toda a guerra. Os navios que a marinha imperial dispunha eram a última tecnologia em aparato naval, provavelmente a marinha brasileira se equiparou as 10 maiores do mundo em poder naval. Ao todo, 17 encouraçados fizeram a campanha. O *Sete de Setembro* (seria o 18º) foi iniciado em Janeiro de 1868, mas com a passagem de Humaitá sua construção foi abandonada, sendo lançado apenas em 1874. Desses 17 encouraçados apenas um foi afundado (*Rio de Janeiro*). Os navios dispunham de dois sistemas, os de torre e os de casamata, tudo na esquadra encouraçada era heterogêneo. Afonso Celso⁵ anui que cinco dos encouraçados (*Herval, Mariz e Barros, Silvado, Bahia e Lima Barros*) foram a principio encomendados pelo Paraguai, mas pelo não pagamento das parcelas, pelo governo de Lopez em conjunto com a diplomacia do império, foram incorporados à marinha brasileira. A esquadra de ferro como era chamada, se compunha de navios franceses, ingleses e de construção nacional.

Os navios de torres eram muito superiores aos de casamata, pois podiam usar toda a sua artilharia de uma vez. O *Brasil* que dispunha de casamata, armado com oito canhões, por vezes utilizava apenas duas peças e até mesmo uma, dependendo da posição que ficava no rio, e mesmo assim tendo que fazer, a cada tiro, uma grande manobra com o leme para entrar em posição de disparo, o que tornava muito difícil a eficácia da pontaria dos navios de casamata. No que toca a blindagem, apenas o *Brasil, Bahia, Silvado e Lima Barros* dispunham de couraça em todo o costado, decrescendo do centro para as extremidades. Os outros eram parcialmente couraçados (alguns autores chamam de blindados, navios couraçados em algumas partes apenas). Para forçar Humaitá a escolha dos navios se deveu entre muitos quesitos, sendo escolhidos os melhores que, mesmo assim, pecavam em muitos

3 George Thompson, **A Guerra do Paraguai, com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968.

4 Juan Crisóstomo Centurión, **Memorias o Reminiscencias Históricas Sobre La Guerra Del Paraguay**. Imprenta de Obras, de J. A. Berra-Bolívar, 455. Buenos Aires. Tomo 3, 1897.

5 Afonso Celso de Assis Figueiredo. (Visconde de Ouro Preto). **A Marinha D’outrora: (subsídios para a história)**. Coleção Jaceguay, 3ª edição, Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 1981. (páginas 50,51).

aspectos. A seguir um breve resumo das embarcações:

- I. *Brasil*: Encouraçado de avultadas dimensões sendo arriscado utiliza-lo, além de ter um grande calado.
- II. *Colombo e Cabral*: Navios gêmeos, de difícil governo, demandavam muita água e tinham seu maior ponto fraco nas caldeiras que ficavam acima da linha d'água e estavam muito expostas, devido ao desenho dos navios, os quais o construtor quis acumular grande poder ofensivo em duas casamatas, conseguiu tendo de deixar os defeitos acima expostos.
- III. *Herval e Mariz e Barros*: Navios gêmeos, parcialmente encouraçados, de mau governo e que, por erro dos construtores, sua cinta couraçada (destinada a proteger a linha d'água) ficava submergida (Jaceguay comenta que com todos os vícios que dispunham poderiam ser empregados para canhoneio a longas distancias e nunca para fazer parte de uma linha e combate como o foram).
- IV. *Silvado*: Monitor de duas torres, muito comprido, tendo seu maior defeito em suas máquinas motoras que frequentemente estragavam.
- V. *Lima Barros*: Monitor de duas torres, seu defeito era seu excessivo comprimento. Era tido como o navio mais possante da esquadra, mas não indicado para a passagem.
- VI. *Bahia*: Monitor de uma torre, o mais apto para a passagem. Contudo, já estava muito maltratado pelos combates anteriores, seu antigo capitão (Costa) o apelidará de “*O desgraçado Bahia*”.
- VII. *Barroso e Tamandaré*: navios do mesmo modelo só que de tonelagem diferente, construídos no Rio de Janeiro. Tinham por defeitos a popa feita de madeira maciça, não possuir compartimentos estanques e as portinholas de tiro serem muito grandes (o que já provocou muitos danos as tripulações), além de possuírem muitas chapas da couraça fendidas, impactadas ou mesmo perfuradas e o madeiramento já muito maltratado. Por outro lado, eram de pouco calado e de fácil manobra, coisa que os tornavam ideais dentre os navios da esquadra para o forçamento.
- VIII. *Pará, Alagoas e Rio Grande do Sul*: monitores de uma torre com um único canhão, segundo Jaceguay excelentes navios para a guerra em que estavam pelo seu pequeno calado, baixa borda livre e canhão disposto em torre giratória.

Os seis últimos navios foram os escolhidos para efetuar a passagem por serem os considerados os mais aptos. Deve-se reiterar de que todos estes navios, salvo os monitores, estavam em precárias condições pelos combates, encalhes e abalroamentos já enfrentados, chapas perfuradas, rachadas, deslocadas, muitas partes do madeiramento com danos e reparos provisórios. Os canhões paraguaios não afundavam os couraçados, mas provocavam muitos danos e sem uma base de operações para reparos de maior envergadura, os navios tinham de ser concertados no local de combate ou na ilha do Cerrito. Uma única vez o *Brasil* foi ao Rio de Janeiro trocar toda a couraça de estibordo, após a batalha de Curupaity (22 de setembro).

OS PREPARATIVOS DA PASSAGEM

Com o início do ano de 1868 o general Mitre abandona o teatro de operações para assumir a presidência da confederação argentina por causa da morte do vice-presidente Marcos Paz. Caxias fica incumbido das operações, mesmo com o ponto do Taji ocupado, cortando a comunicação de Humaitá a Assunção pelo rio, era necessário cortar qualquer outra rota alternativa existente. Lopez engenhosamente e com grandes sacrifícios construiu uma enorme estrada que se iniciava no ponto denominado Timbó e ia até Monte Lindo (acima do Tebiquary), assim, conseguia manter suprida a fortificação com algum gado e outros gêneros. Além de não ser interrompida a linha de comunicações, os navios paraguaios *Taquary e Igurei* foram utilizados entre Humaitá e Timbó por grande espaço de tempo, mesmo após a passagem dos encouraçados, até serem afundados. O general brasileiro sabendo de toda a atividade que se passava do lado paraguaio e com a crescente pressão por dar fim à guerra viu por indispensável o forçamento do passo. Assim, foi pessoalmente no dia 1º de fevereiro, cientificar o almirante de que ele, em pessoa, iria atacar um reduto denominado *Estabelecimento* “as margens do rio Paraguai”. A força naval que passasse transportaria parte dessa tropa para o Chaco impedindo a evasão do exército e do próprio Lopez.

O referido reduto foi reconhecido por dois engenheiros⁶ com a proteção de Andrada Neves (Barão do Triunfo) e suas forças de cavalaria. O grande lençol d'água visto a distância foi erroneamente interpretado pelo leito do Rio Paraguai (na verdade se tratava das águas da lagoa Cierva). Assim, um erro foi o estopim de uma grande investida. Com a conferência ficou estabelecido que a data da tentativa fosse o dia 23 de fevereiro.

⁶ Julio Anacleto Falcão da Frota e Antonio de Senna Madureira.

Francisco Doratioto assinala em seu livro⁷ que o almirante já não dispunha de argumentos para não se movimentar. Os três monitores estavam já em Curuzu, o rio estava muito crescido, as correntes no fundo, Humaitá bombardeada por seis meses. Sobre o estado de saúde de Inhaúma, escreve o Barão de Jaceguay, que padecia de muitas moléstias, o que pode ser observado em seu diário⁸. Tinha excesso de peso, dedicava-se o dia todo a escrever na câmara do couraçado *Brasil* para as mais diversas fontes. Ficou acordado que o almirante predisporia a seu critério a disposição do forçamento quanto ao número de navios, ordem, e todos os outros preparativos. Caxias apenas indicou que o encouraçado *Barroso* fosse um dos integrantes da flotilha, pedido de seu comandante feito ao general.

De acordo com os práticos, comandantes e demais chefes da esquadra, ficou predisposto que os navios iriam emparelhados (apesar de não ter nenhum documento comprobatório, muito provavelmente este arranjo foi copiado da guerra civil americana nas passagens de Mobile, Port Hudson e Vicksburg). Seriam formados três pares de navios que investiriam o passo mantendo distâncias convenientes, e que todo o resto da esquadra coadjuvava com fogo de apoio. Os navios designados foram os seguintes: Encouraçado *Barroso*, *Bahia* e *Tamandaré*; Monitores: *Rio Grande do Sul*, *Alagoas* e *Pará*, conjugados respectivamente. Os comandantes são em sequência: Arthur Silveira da Motta, Guilherme José Pereira dos Santos, Augusto Cesar Pires de Miranda, Antonio Joaquim, Joaquim Antonio Cordovil Maurity e Custodio José de Mello (no *Bahia* ia o chefe da expedição, Delfim Carlos de Carvalho, mais tarde galhardado com o título de barão da passagem).

O almirante deixou claro que iria ser apenas uma tentativa, não garantia a passagem. Os mais graduados chefes, Costa e Alvim, não aceitaram a tarefa de comandar a flotilha, como o próprio almirante o fez. Dois práticos, dentre os quais o aclamado Bernardino Gustavino que deu parte de doente pouco tempo antes da passagem (coisa muito no comum na época), o outro se ausentou! Tiveram de ser substituídos. Outro grande comandante (Afonso Lima) estava impedido de guiar tal feito por estar quase surdo. Assim, o genro do almirante, Delfim Carlos de Carvalho, foi incumbido da tarefa. O marquês de Caxias, como grande chefe militar, explicando para o ministro da guerra porque não ocupou depois de muito custo o reduto do estabelecimento, diz que a tomada seria importante, pois se a esquadra não lograsse êxito, o ponto ocupado diminuiria em vários quilômetros a linha

7 Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (página 320).

8 Guilherme de Andrea Frota. *Diário Pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança (dezembro de 1866 a janeiro de 1869)*.

de assédio, fora o corte da comunicação com Laureles (outro ponto fortificado a margem direita do Paraguai abaixo do Timbó).

O *Barroso*, o *Tamandaré* e o *Bahia* tiveram cada um de trocar uma peça que estava com defeito. Todos os navios supriram-se de tudo quanto podiam levar. Como o rio estacara e baixara um pouco, a operação foi antecipada para a madrugada do dia 19. Os encouraçados que não iam tomar parte na investida deveriam se colocar na vanguarda, colocando-se em posição de bombardear Humaitá para proteger a passagem, exceto o *Mariz e Barros* que foi incumbido de guardar os depósitos em porto Elisiário e onde, no mesmo navio, foi improvisado o hospital de sangue da esquadra, como informa Carlos Frederico⁹. A divisão de madeira em Curuzu bombardearia Curupaity e uma esquadrilha entraria na lagoa pires bombardeando o acampamento paraguaio.

Ao anoitecer, os monitores que haviam forçado sem perdas Curupaity manobravam para atracar aos seus pares. Todos deviam largar amarras de porto Elisiário situado abaixo de Humaitá a meia noite. As vigias paraguaias estavam alertas e quando os navios começaram a se movimentar as descargas de vapor denunciaram que algo anormal estava acontecendo, as vigias lançaram foguetes para avisar os artilheiros. Jaceguay escreve que teve quem bradou “*Não passaremos as escuras*”. O *Barroso* emparelhado com o seu parceiro investe o canal e logo se põe em contato com o navio almirante, que o manda esperar as outras belonaves. O *Bahia* atrasa-se por ter encalhado em um banco de areia, os cabos de reboque se romperam e tiveram de ser recolocados. Após isso o navio enfrentava grandes dificuldades em se manter na rota. O *Tamandaré* vinha muito lentamente, zigzagueando. O *Lima Barros* encalhou de proa para dirigir seus canhões às baterias *Cadena e Londres*, o que o mesmo fez o *Silvado* amarrando-se as árvores do Chaco. Nessa madrugada iriam ocorrer três passagens do Humaitá, a primeira a do *Barroso* com o *Rio Grande*, a segunda do *Bahia*, desvencilhado de seu parceiro, e o *Tamandaré e Pará* e, por fim, a do *Alagoas*.

A PASSAGEM DE HUMAITÁ¹⁰

Silveira da Motta, eternizado pelo poema de José Bonifácio¹¹ como o barão da frente, foi

9 Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo, **História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguai e Paraguai de 1864 a 1869**. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1870.

10 Houve duas passagens de Humaitá, a primeira no dia 19 de fevereiro de 1868 e a segunda a 21 de julho do mesmo ano no qual o monitor *Piauí*, encouraçado *Silvado e Cabral* forçaram novamente o passo, esse último na verdade era para ser o *Herval*, mas o almirante prevenido pelos práticos das péssimas qualidades de governo que o navio possuía decidiu troca-lo pelo *Cabral* mesmo que demandasse mais água.

11 Primus Inter Pares (a Silveira da Motta) José Bonifácio, o Moço, Poesias. In: Barbosa Lima Sobrinho, Artur Jaceguai - Ensaio Biobibliográfico. (página 159).

o primeiro a enfrentar o temível baluarte paraguaio, a tribuna de Buenos Aires, grandes marinhas mundiais (inglesa, americana e francesa), hidrógrafos como Mouchez asseveravam que Humaitá fechava hermeticamente o Paraguai e que o primeiro navio que ousasse investi-la seria submergido pela concentração de inúmeros disparos em um único ponto. Jaceguay conta que, não aparecendo os outros navios quando já estava a mais de uma hora junto ao navio almirante, resolve investir só o passo. Para isso, manda um oficial¹² cientificar o almirante, o qual reitera a ordem de esperar. Uma luz aparece ao longe e é tomada como o *Bahia* sulcando cambaleante as águas. O *Barroso* investe a toda força. Mal o oficial consegue subir a bordo, fogueiras surgem do lado do Chaco para iluminar os alvos passivos que formavam os navios. Logo uma chuva de bombas e metralha começam a cair, passa-se ao relato do comandante:

“talvez as gigantescas fogueiras tenham cegado os artilheiros paraguaios que erravam os disparos indo as balas devastarem a floresta do Chaco, o que é certo é que mais tarde com o fogo mais calmo os outros navios sofreram e muito com os impactos”.¹³

Quando o par de navios estava por chegar às correntes ocorre um imprevisto, um encalhe de proa. Os navios se acercaram o máximo possível do barranco para evitar os disparos inimigos que os esperavam a meio rio. Se Jaceguay colocasse a máquina para trás provavelmente seriam tomados pelo remanso e iriam chocar-se na ponta de pedras, tendo por fim quase que certo o afundamento. Com a colocação de um tubo acústico entre os navios anteriormente, foi possível mandar a máquina do monitor estacar e depois funcionar ao contrário, o que tirou os navios do encalhe (as máquinas do *Barroso* sempre funcionando adiante). Assim os dois passaram por sobre o seio das correntes e, quando se viram livres do fogo, lançaram ao ar um foguete indicando que Humaitá foi transposta.

Um dado que provavelmente não se vê em partes oficiais é a atitude tomada por Antonio Joaquim (comandante do Rio Grande): quando o par de navios estava próximo às cadeias, uma bomba de grosso calibre estoura entre as proas dos navios levantando uma grande coluna d'água:

“O valente Antonio Joaquim saiu da torre de seu monitor para a tolda pela estreita portinhola do canhão, o que ele mesmo dizia nunca antes ter imaginado fosse possível”.¹⁴

Pode, à primeira vista, parecer um ato de covardia, mas quem já estudou a vida de Antonio

¹² Segundo tenente Antônio Quintiliano de Castro e Silva.

¹³ Arthur Silveira da Motta (Barão de Jaceguay). **De Aspirante a Almirante (1870-1900)**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2 volumes, 1985. (página 521).

¹⁴ Idem. op. cit. (página 522).

Joaquim, pode classificá-lo de tudo menos covarde (o mesmo morrerá tempo depois na abordagem de 9 de maio). A saída do interior do monitor, como outros marinheiros fizeram por todos os modos como podiam é natural do instinto humano, instinto este de sobrevivência, visando evitar o desastre como do encouraçado *Rio de Janeiro*, onde o navio foi o sepulcro metálico dos marinheiros que ali estavam.

O ABANDONO DO ALAGOAS, PASSAGEM DO BAHIA E DO TAMANDARÉ AGRUPADO COM O PARÁ

O Chefe Delfim achega-se ao navio almirante e comunica que o práctico do seu navio¹⁵ estava receoso de investir o passo com a embarcação em precárias condições de navegabilidade como estava. Em resposta teve uma única palavra proferida pelo almirante: Siga! O *Bahia* era tido como o melhor encouraçado para tal cometimento. Jaceguay expressa que o mais prudente seria mudar a amarração do monitor mais a frente ou atrás, ou mesmo desvencilha-lo, mas o almirante de nada se preocupou e assim os navios foram subindo e recebendo um fogo infernal, agora com boa pontaria, quase na altura das correntes, como conta as partes oficiais¹⁶. Um projétil corta o cabo dianteiro de reboque que faz o monitor se desgarrar da proa do *Bahia* e ficar preso de popa, assim os navios iam para lados opostos, quase parando em frente às baterias até que a força gerada arreventou o cabo traseiro, o monitor foi arremessado para a retaguarda, enquanto o *Bahia* sai desgovernado e vai de encontro ao *Tamandaré* que estava muito próximo, o primeiro choca-se com o segundo esmagando o monitor *Pará* entre os dois. Tanto o monitor quanto o *Tamandaré* começam a fazer água, o *Bahia* passa os dois e investe o canal. Sem Delfim se preocupar do que se sucedeu com seu par rio abaixo, os três navios forçam vagorosamente o passo, recebendo inúmeros impactos. Na subida do *Bahia*, quando se separou do *Alagoas* e desgovernou, o Comandante exclamou a seguinte frase ao chefe Delfim e ao práctico Repetto:

“Aonde viemos nos sepultar!”¹⁷

Um momento de grande pavor, apossado pelo fogo inimigo, o navio sem controle, já muito

15 Luiz Repetto.

16 Silveira da Motta comenta que ao chegar a Tagy, os marujos espalharam um boato sobre o corte intencional do cabo dianteiro dos navios, diziam ainda estarem às marcas dos golpes de machadinha no convés do *Bahia*. Fato que não pode ser provado, mas não deixa de ser interessante para pesquisas, pois quem o relata foi o primeiro comandante a passar Humaitá. *op. cit.* (página 524).

17 Arthur Silveira da Motta. *op. cit.* (página 524).

maltratado por embates anteriores, levado pela correnteza e os terríveis remansos que inutilizam a ação do leme, indo em direção à ponta de pedras onde o navio se destroçaria de encontro aos pedregulhos e a chance de sobrevivência muito se diminuiria, Jaceguay cita o almirante Farragut em um episódio semelhante da guerra civil onde um brulote¹⁸ se enrosca em sua capitânia onde o mesmo exclama “*Meu Deus, pois é assim que isto vai acabar!*”.

A atitude do comandante Augusto Cesar Pires de Miranda, do *Tamandaré* de mesmo depois do *Bahia* chocar-se violentamente de proa e causar veios de água em seu navio e no monitor (em encouraçados são de difícil tapagem, com a pouca borda livre que esses navios possuíam, médias massas d’água poderiam leva-los a pique) de continuar no forçamento, é venerada por Jaceguay, que se referindo ao comandante Miranda exclama as seguintes palavras:

“Tão modesto quanto bravo o seu nome só está ligado às duas passagens¹⁹ em documentos oficiais destinados a sumirem-se no pó dos arquivos. A verdade, porém é que a pertinácia serena com que ele conduziu o *Tamandaré*, um navio já muito maltratado em combates anteriores, secundado pela intrepidez do comandante Melo, do *Pará*, devem-se contar entre as ações mais valorosas praticadas no dia da humilhação da soberba Humaitá”.²⁰

A PASSAGEM DO ALAGOAS

Desgarrado de seu matalote o pequeno monitor vem águas abaixo. Consegue aproar já junto da esquadra de proteção. O comandante Maurity finge, ou não vê o sinal de ancorar e avança contra a fortificação. Ainda abalroa o encouraçado *Herval*, sem danos a ambos. Assim segue avante e, quando já estava na altura da ponta de pedras, a corrente o joga de novo a retaguarda. Novamente investindo um imprevisto, as máquinas do navio param e é levado para trás, passando muito encostado a ponta de pedras. Rapidamente é feito o conserto, e em menos de 10 minutos, o navio encara novamente pela quarta vez, já de dia, as baterias, as transpondo. Eram 06h30min da manhã, nenhum navio da vanguarda veio em seu socorro. A chamada esquadra de proteção não fez tentativa alguma de modo a proteger o desamparado monitor. Com seus tiros, na verdade, chegaram a ofender os navios que transpunham Humaitá. É de importância transcrever o excerto referente à passagem, escrito em Tajy no dia 20 de fevereiro de 1868 pelo comandante Maurity:

“O monitor Alagoas, do meu comando e pertencente a divisão sob as dignas ordens de V. S., forçou Humaitá em pleno dia.

18 Barcaça ou navio contendo materiais inflamáveis, lançado a navios inimigos com o intuito de incendia-los.

19 Curupaity e Humaitá.

20 Arthur Silveira da Motta. *op. cit.* (página 526).

E sob as impressões da mais viva alegria, do mais santo orgulho, que vou dar conta a V. s. com a possível minuciosidade das ocorrências que se deram a meu bordo.

Aos 10 minutos do dia 19, estando este monitor fortemente atracado ao encouraçado Bahia, suspendeu do porto Elisiário, e seguiu rio acima sob as indicações do práctico Santiago Orseira, na popa do Barroso. A 1 hora encalhou e arrebentaram os cabos de reboque, e continuou a sua derrota atracado ao Bahia. As 3 horas passou pelo navio almirante, e já o inimigo fazia vivo fogo de artilharia, fuzilaria, foguetes e acendia fogueiras. As 03h35min ao transpor as grossas correntes, foram cortados os cabos de reboque pelas balas; o monitor desgovernou e virou águas abaixo, conseguindo orientar-se só além da primeira divisão da esquadra.

Aproado de novo ao seu destino, seguiu até montar pela segunda vez a ponta de pedras, abalroando no trajeto o encouraçado *Herval*. Justamente no ponto da convergência dos tiros da grande bateria, barbete de pedras, com a casamatada de Londres, desgovernou, virando águas abaixo até próximo à primeira divisão.

Pela terceira vez investiu aproando Chaco e desgovernando como no princípio. Depois de muito dificilmente montados os redemoinhos das pontas de pedras e do Chaco, mal foi marchando até as cadeias. As 05h15min estava aproado a Igreja de Humaitá, e pronto a romper as imensas barreiras de ferro com a sua comitiva de torpedos, que nesse lugar atravessam o rio de margem a margem, quando repentinamente pararam as máquinas em consequência de uma avaria. A correnteza do rio apoderou-se do navio e o carregou por 10 minutos quase a encostar a ponta de pedras.

O inimigo aproveitando o dia claro e a inação do monitor fez esforços extremos para metê-lo a pique com sua grossa e poderosa artilharia. Felizmente, porém, a avaria foi prontamente reparada, e pela quarta vez investi e passei! Deixava pela popa, derrotadas as formidáveis fortificações de Humaitá. E seus canhões, de balde dirigiam os últimos tiros! As 06h30min perdeu-se de vista a igreja. Continuou a navegação, sem avistar navio algum pela proa e pela popa, bombardeando as margens inimigas, cobertas de gado arrebanhado por número avultado de gente de cavalaria”.²¹

FORÇAMENTO DO TIMBÓ

Jaceguay em seu livro deixa claro que a divisão avançada, como foi denominada a esquadilha

²¹ Francisco Felix Pereira da Costa, **História da Guerra do Brasil Contra as Republicas da Uruguay e Paraguay**. 3º volume. Livraria de A. G. Guimarães e Cia. Rio de Janeiro, 1870. (página 519).

que forçou Humaitá, nada sabia da nova fortificação erigida à margem direita do rio Paraguai acima de Laureles, o que é estranho, pois no diário do almirante Inhaúma, um desertor dá notícias da nova fortificação. Talvez não foi levado como verdade o depoimento do prisioneiro, o que se verificou foi um grande dano aos navios, pois a bateria se situava a nível do rio. O *Barroso* recebeu ordem de seguir avante destruindo tudo que encontrasse pelo caminho, inclusive as duas grandes presas que cobiçavam, os navios *Taquary e Ygurei*, só que essas belonaves haviam adentrado na lagoa Cierva, fronteira a Humaitá, para se abrigarem dos encouraçados, coisa que os práticos disseram nunca antes ter imaginado pelo calado dos navios. Rapidamente, o par comandando por Silveira da Motta monta Laureles que, aos primeiros disparos de metralha, é abandonado pelas forças inimigas. Mais adiante encontram Timbó armado com 12 peças de grosso calibre para o lado do rio, sem se deter, os dois navios avançam metralhando o ponto, o qual devolve muitos disparos. Os dois navios experimentaram mais danos do que a temível Humaitá avia-lhes infligido.

Horas depois, quando o *Barroso* já chegava ao Tajy, o *Bahia*, *Tamandaré e Pará* forçavam o Timbó, também recebendo muitos danos. Haviam deixado o *Alagoas* para trás, entregue a própria sorte. O pequeno monitor avançando, já muito deteriorado pelos inúmeros disparos recebidos, começa a forçar o novo passo. A seguir um fragmento da parte oficial dirigida no dia 20 de fevereiro do Capitão Tenente Maurity ao chefe Delfim, com referência ao Timbó:

“As 09h25min via-se pela proa do lado do chaco uma barranca fortificada. Nova luta se empenhou e mais de 40 projeteis de forte calibre vieram ainda despedaçar-se de encontro a torre e costado deste encouraçado. A resposta foi pronta e vigorosa, empregando contra o inimigo bombas e lanternetas; vendo porém, ele que nada fazia com sua artilharia e que já me achava no través de sua bateria, expediu uma esquadrilha de mais de vinte chalanas carregadas com gente que acometeu este monitor pela proa e pelos dois bordos. Audácia e fanatismo, loucura e desespero.

Apesar da pouca marcha que levava e da impossibilidade de funcionar a máquina a todo vapor, foi vantajosamente destroçado e castigado esse bando de selvagens, conseguindo meter a pique seis chalanas, três com o choque do aríete e três com tiros de metralha e desbaratando-os com vivo e animado fogo de fuzilaria e artilharia. As outras chalanas passaram encostadas aos lados e tentaram debalde por gente no convés, mas não puderam sequer atracar. Desenganados e dizimados, deixaram cair águas abaixo e tomarem sua barranca perseguidos por fogo mortífero e tenaz de fuzilaria e metralha. Essa horda de abordadores era pela maior parte composta de homens nus e índios armados de lanças, espadas, machados, clavinas e arcos e flechas”.²²

22 Idem. *op. cit.* (página 520).

Quando o *Alagoas* estava saindo do alcance das baterias avista o *Bahia* que só então vinha em seu socorro por ter de bordo escutado o duelo entre a artilharia, o que pareceu ser do Timbó. Como viu que o monitor já tinha forçado o passo, aprou águas acima e foi dar fundo em Tajy. Por volta do meio dia toda a esquadilha estava fundeada nesse ponto. Para não soçobrem foram encalhados, propositalmente, o *Alagoas*, *Tamandaré* e *Pará*. Quanto ao último, Jaceguay informa, como testemunha ocular dos fatos e por ter percorrido todos os navios, congratulando-se com seus compatriotas pelo feito conseguido, que é demasiado exagero, pois apenas o navio fazia alguma água e, se necessário, estava ainda em condições de entrar em combate.

AS TRANSMISSÕES TELEGRÁFICAS FEITAS À ASSUNÇÃO DEVIDO AO PASSO

Interessante informação, ainda nos informa Silveira da Motta, segundo ele extraído de um fascículo de junho de 1899 da Revista do Instituto Paraguai intitulada: *Apuntes sobre La conspiración de 1868*, pelo Sr. D. Manoel Ávila. Que diz:

“Passo pocú, febrero 19 4 e 30 a. m. A. S. E. el Vice Presidente de La Republica. Assunción. A lãs 3 y 30 de esta manãna tuvo lugar um reñido combate entre baterias Humaitá y acorazados enemigos. Lograram pasar três de ellos com graves averias y grandes perdidas de hombres. R. S. E.”²³

Essa comunicação de Lopez ao vice-presidente provavelmente deve ter sido expedida quando o *Bahia* acabara de forçar a passagem. Com mais o *Barroso* e *Rio Grande*, formavam três navios que estavam acima de Humaitá.

“Comunico a V. E. que lós acorazados que forzaron Humaitá pasan águas arriba. Estoy cortado com el Ejercito Nacional. Espero ordens de V. E. I. M. Nuñes comandante”²⁴

Essa mensagem foi expedida às 05h30min da tarde do dia 19, da linha do Tebiquary e dizia respeito a, provavelmente noticias oriundas do Chaco. Depois de os navios forçarem Humaitá e Timbó demandavam Tagy. O vice-presidente tomou como que há essa hora os navios tinham já passado a linha do Tebiquary e que, provavelmente, demandavam Assunção, o qual foi reunido um conselho de notáveis dando início para alguns pesquisadores, a chamada conspiração de San Fernando.

23 Arthur Silveira da Motta. *op. cit.* (página 533).

24 Idem. *op. cit.* (página 534).

AS CONTRADIÇÕES DAS PARTES OFICIAIS

Mesmo o Barão de Jaceguay sendo um desafeto do almirante, o testemunho que dá referente à mudança que este último faz aos horários das passagens, é de grande relevância, pois as partes apontadas pelos outros comandantes dão a entender que o almirante quis modificar os horários propositalmente, antes de enviar as partes oficiais ao Rio de Janeiro. Eis o que o barão escreve:

“Mediaram, pelo menos três quartos de hora entre as passagens do *Barroso* e do *Bahia* sobre as cadeias. O almirante em suas participações reduziu esse intervalo a alguns minutos”.²⁵

Em ofício ao ministro da marinha em 23 de fevereiro o almirante escreve:

“Às 4 horas e 10 minutos crescia o furor do combate, quando avistamos o primeiro grande foguete que nos anunciava a passagem de um encouraçado para cima das correntes com o monitor seu companheiro. Gritos patrióticos, vivas os mais entusiásticos saudaram este prólogo da nossa vitória. Minutos depois segundo foguete se ouve e mais tarde um terceiro”.²⁶

O relato do almirante como anuí o barão não está de acordo com a parte exposta do chefe Delfim logo após a passagem que diz:

“Às 3 horas e 35 minutos, já todas as baterias inimigas convergiam os seus fogos sobre o *Barroso* e o *Rio Grande*. Parecia que aqueles navios iam ser esmagados pelos projeteis. Às 3 horas e 50 minutos, o *Barroso* lançava ao ar um foguete, sinal que tinha transposto livremente as correntes. Já o *Bahia* e o *Tamandaré* estavam debaixo do fogo das baterias; o *Bahia*, porém, governava tão mal com o seu leme de combate e o reboque do *Alagoas*, que só a decisão em que estávamos fazia-me avançar”.²⁷

No diário do almirante (dias 20-21) segundo Jaceguay foi escrito:

“O *Barroso* passou muito cedo por sobre as correntes, do que fez por um foguete o sinal convencional; Seguiu-se-lhe pouco depois o *Bahia* e mais tarde o *Tamandaré*. Como conciliar o muito cedo com o pouco depois?”.²⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A passagem de Humaitá feito de grande importância para a marinha de guerra brasileira, onde inúmeras nações tinham, aquela fortificação erigida à margem direita de uma brusca curva do Rio Paraguai, como uma Sebastopol, ou uma nova Gibraltar. As principais marinhas de guerra do mundo

25 Idem. *op. cit.* (página 522).

26 Idem. *op. cit.* (página 522).

27 Idem. *op. cit.* (página 522).

28 Idem. *op. cit.* (página 523).

estavam de olhos nesse desenlace. Diversas vezes capitães e outras personalidades do meio militar de vários países obtiveram permissão para observar combates, mesmo a bordo dos navios, enviando relatórios as suas nações sobre danos e características das batalhas. Uma medalha foi cunhada em homenagem a passagem, promoções e aumento de soldos fizeram parte das gratificações recebidas pelo feito.

Em muitos momentos da guerra, em especial ao da passagem, os altos oficiais procuraram omitir certos fatos concernentes a sucessos paraguaios e vacilações aliadas. Forçar Humaitá e terminar com a guerra era de suma importância para o império, o qual abalado como já estava com uma guerra considerada de início como rápida, mas que se tornou sangrenta e longa, consumindo grandes cifras e enormes perdas de vidas. Por fim, Humaitá não caiu, mas foi levada ao abandono graças ao sítio a que davam os aliados. Antes da queda, foi retirado a maior parte da tropa, canhões e tudo quanto necessitavam, levados à força de braços em meio aos tremedais chaquenhos, com o concurso da bravura do povo paraguaio que se abnegava de tudo em nome da pátria.

A quantidade de livros sobre a guerra do Paraguai é enorme. Há muitas fontes da época, muitos dos oficiais escreviam diários contando as minuciosidades que aconteciam nos acampamentos, fontes inestimáveis para o pesquisador entender como era a rotina de tal local. Apesar da quantidade de livros sobre o tema, a maioria esmagadora refere-se à atuação do exército, com alguns apenas citando a participação da esquadra. Dentre os pesquisadores navais do período pós-guerra, nomes como Pinto Bravo²⁹ que fez a campanha, recebendo inclusive promoções, dedicou apenas o último capítulo de sua obra para a guerra, não analisando, como testemunha ocular, fatos de grande importância. Theotonio Meirelles, oficial reformado da armada, escreveu um livro³⁰ sobre toda a guerra, o qual apenas superficialmente fala sobre todos os acontecimentos, não se aprofundando em grandes pesquisas. Garcez Palha lançou seu *Efemérides Navais*³¹, o qual resume os principais fatos da história naval do Brasil em ordem alfanumérica para servir de consulta rápida.

Todos os pesquisadores da história naval de fins do século XIX eram militares da armada. Por um longo tempo quase não se publicou sobre a contenda. O distanciamento da academia em relação à pesquisa sobre história militar aumentou principalmente após o golpe de 1964, no qual a resistência, procurando minar o regime, criou uma aversão a tudo quanto fosse militar. Esse distanciamento foi

29 Manuel Pereira Pinto Bravo, **Curso de História Naval**. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1959.

30 Theotonio Meirelles da Silva, **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro. Editor B. I. Garnier, 1884.

31 José Garcez Palha, **Efemérides Navais**. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1983.

de grande relevância para o desconhecimento de uma parte tão importante da história do Brasil. Marcelo Augusto Moraes Gomes, em sua tese de doutorado³², expõe muitas informações importantes e faz inúmeras indagações, dentre as quais sobre um trabalho referente a danos aos encouraçados encomendado por parte do império, que não se encontra em local algum, talvez nunca foi escrito ou o foi e, por algum motivo, está guardado, diz o autor. O Paraguai, país muito burocrático na época, detinha provavelmente, arquivos de tudo o que ocorria. Muitos desses arquivos foram destruídos durante a guerra, como assinala o Visconde de Taunay³³, muitos foram devolvidos na década de 1990, no governo Stroessner, em conjunto com a espada do Marechal Lopez. Instituições como a marinha e exército podem ter muitos arquivos guardados. Na tomada de Taty, em um navio paraguaio posto a pique, mas não totalmente submerso, foi encontrado um diário de bordo, onde está esse diário? O que ele continha?

Existem muitas teorias sobre o que os militares escondem sobre a guerra, os mesmos afirmam nada esconder. O que é certo é que nada que seja encontrado mudará o que já se sabe sobre uma guerra sangrenta para os aliados e principalmente para o Paraguai, devastando este último. Muitos documentos no Brasil estão disponibilizados em bibliotecas digitais (Biblioteca Digital do Senado, Brasileira USP, etc.) o que facilitam sobremaneira a vida do pesquisador autônomo. Entretanto, muitos documentos específicos estão em Brasília, São Paulo e principalmente no Rio de Janeiro, que por ser uma cidade turística, os preços de manutenção são muito elevados. Como exposto na tese de Marcelo Gomes, muitos documentos ainda não foram pesquisados, o próprio autor fala que pesquisou centenas de caixas onde os documentos simplesmente se desfaziam em pó em suas mãos pelo modo inadequado que foram armazenados, e muitas vezes pela precariedade das instalações. Continua Gomes falando que os diários de bordo dos principais navios que fizeram a campanha se encontram no Arquivo Nacional RJ, incluindo os diários de bordo dos principais encouraçados e monitores, os quais, pouco pesquisados, praticamente não se encontram em referências bibliográficas de trabalhos sobre a guerra que compõem tais obras, provavelmente são de inestimável valor para qualquer pesquisador naval.

Na Biblioteca Nacional há grandes fontes para o pesquisador. Referindo-se a saúde a bordo

32 Marcelo Augusto de Moraes Gomes, **"A Espuma das Províncias": Um Estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria**, na corte (1864-1930). São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2006, Dissertação de Doutorado.

33 Alfredo d'Escagnolle Taunay, (Visconde de Taunay), *Memórias do Visconde de Taunay*. Biblioteca do Exército-Editora, Rio de Janeiro, 1960.

dos couraçados há livros como o do Barão Ribeiro de Almeida³⁴. Também há o livro de Carlos Baltasar da Silveira³⁵, que fez toda a campanha desde o desembarque no Passo da Pátria até as expedições no rio Manduvirá (Carlos Baltasar fazia parte da esquadra de proteção na passagem de Humaitá). Apenas sobre esse autor se encontram citações na monumental obra do general Augusto Tasso Fragoso³⁶.

Muitos colecionadores dispõem de obras do período da contenda, o que pode dificultar eventuais estudos. Mesmo assim, uma enorme base de dados existe para serem pesquisados, dispersos em vários lugares. Todos os documentos que foram divulgados pertencem a domínio público e podem ser utilizados por qualquer cidadão. A quantidade de pesquisas que podem se originar de tais fontes são ilimitadas: Que homens compunham as guarnições dos navios? Como era a rotina dos mesmos quando não estavam em combate? Todos os escritos dizem parte das embarcações no momento que estavam engajados com as baterias paraguaias; diários são fontes importantes que podem elucidar tais questões. Qual o destino do diário do comandante Salgado que foi apreendido pelos paraguaios em torno de Angostura, como informa Thompson³⁷? Ou um livro de anotações encontrado em Curupaity como se observa em Pereira da Costa³⁸? Tais questões podem dizer muito sobre o cotidiano da armada.

O episódio do forçamento de Humaitá foi escolhido por ser considerado o ponto bélico culminante a ser alcançado na guerra do Paraguai. No pensamento político-militar da época, a guerra terminaria com a ocupação da capital inimiga (Assunção). Para o exército, o investimento da fortaleza pela marinha colocaria fim a contenda. No Paraguai toda uma geração foi perdida em prol da defesa de seu território. No lado brasileiro, muitos homens levados a ferros para os insalubres navios do império, executando os mais árduos trabalhos, combateram mesmo sem enxergar o inimigo, inimigo este, bravo e arrojado. Canhões contra couraçados, esse foi o duelo técnico no momento. Mas o que se passava nas mentes dos artilheiros paraguaios naqueles instantes de poucas horas (que provavelmente soaram como a eternidade para os engajados na batalha), e nos homens que guarneciam os encouraçados? Medo, desespero, coragem, angústia, uma mescla de sentimentos talvez. Pergunta que não pode ser respondida com exatidão, mas imaginada, naquela longínqua madrugada de 19 de fevereiro, onde as águas sulcadas por seis belonaves ficaram revoltas pela quantidade de projéteis arremessados e

34 João Ribeiro de Almeida (Barão Ribeiro de Almeida), **Estudo sobre as condições higiênicas dos navios encouraçados, as moléstias mais frequentes a seu bordo e os meios de combater as causas de insalubridade neles existentes**. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1871.

35 Carlos Baltasar da Silveira, **A Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: [S. N.] 1900 in Augusto Tasso Fragoso. História da guerra entre a tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934, 3º volume.

36 Augusto Tasso Fragoso. *op. cit.*

37 George Thompson, *op. cit.* (página 238).

38 Francisco Felix Pereira da Costa. *op. cit.* (página 568).

o horizonte em chamas, como se pode observar nas estrofes de José Bonifácio³⁹. Talvez esse lance quase esquecido da história, que é parte de uma mancha negra do passado de Brasil e Paraguai, possa ser estudado com mais afincado e imparcialidade, compartilhados os ensinamentos por ambos os pesquisadores das nações envolvidas, de modo que a posteridade jamais se esqueça dos erros cometidos no passado.

BIBLIOGRAFIA:

- AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. **História Médico-Cirurgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869**. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1870.
- BRAVO, Manuel Pereira Pinto. **Curso de História Naval**. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1959.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. **Memorias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra Del Paraguay**. Imprenta de Obras, de J. A. Berra-Bolívar, 455. Buenos Aires. 4 tomos, 1897.
- COSTA, Francisco Felix Pereira da. **História da Guerra do Brasil Contra as Republicas da Uruguay e Paraguay**. 4 volumes. Livraria de A. G. Guimarães e Cia. Rio de Janeiro, 1870.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. (Visconde de Ouro Preto). **A Marinha D'outrora: (subsídios para a história)**. Coleção Jaceguay, 3ª edição, Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 1981.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. 5 volumes. Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1934.
- FROTA, Guilherme de Andrea; LIMA, Marcos Vinícius Ribeiro de. **Diário Pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança (dezembro de 1866 a janeiro de 1869)**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1ª Edição, 2008.
- GOMES, Marcelo Augusto Moraes. **A espuma das províncias: um estudo dos inválidos**

³⁹ Barbosa Lima Sobrinho. *op. cit.* (página 159).

- da pátria e o asilo dos inválidos da pátria, na corte (1864-1930).** (Tese Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). **De Aspirante a Almirante – Minha fé de Ofício Documentada.** 2 volumes, 2ª Edição, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1985.
 - NAKAYAMA, Eduardo; NAKAYAMA, Mateo. **Ponencia correspondiente a Paraguay: el perímetro fortificado de Humaitá. Reconstrucción virtual. 5º encuentro internacional de historia sobre lãs operaciones bélicas durante la guerra de la triple alianza,** 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4839671/La_Fortaleza_de_Humaita_Reconstruccion_digital_del_perimetro_fortificado_y_de_todo_el_Campamento_baterias_etc. Acesso: 15/07/2014 às 01h58min.
 - SILVA, Theotônio Meirelles da. **Historia Naval Brasileira.** Rio de Janeiro. Editor B. I. Garnier, 1884.
 - SOBRINHO, Barbosa Lima. **Artur Jaceguai – Ensaio Biobibliográfico.** 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1996.
 - PALHA, José Garcez. **Efemérides Navais.** Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1983.
 - TAUNAY, Alfredo d'Escragno. (Visconde de Taunay). **A retirada da Laguna.** São Paulo: Melhoramentos, 1975.
 - TAUNAY, Alfredo d'Escragno. (Visconde de Taunay). **Memórias do Visconde de Taunay.** Biblioteca do Exército-Editora, Rio de Janeiro, 1960.
 - THOMPSON, George. **A Guerra do Paraguai, com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra.** Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968.

Resumo: O presente artigo aborda as primeiras ações militares empreendidas pelo exército paraguaio em solo sul-rio-grandense (1865). Analisam-se os graves problemas enfrentados por esse exército, bem como as precariedades da defesa da fronteira. Busca-se ainda compreender como as forças paraguaias com tão sérios problemas conseguiram invadir e saquear três vilas e permanecer por três meses em território estranho e desfavorável.

Palavras chaves: Rio Grande do Sul, Invasão, Guerra do Paraguai.

Resumen: Este artículo aborda las primeras acciones militares llevadas a cabo por el ejército paraguayo en el suelo del Sur de Río Grande (1865). Se analizan los graves problemas que el ejército enfrentó y la precariedad de la defensa de la frontera. También trata de comprender cómo las fuerzas paraguayas con problemas tan graves fueron capaces de invadir y saquear tres pueblos y permanecer durante tres meses en territorio extraño y desfavorable.

Palabras clave: Río Grande del Sur, Invasión, Guerra del Paraguay.

INTRODUÇÃO

Em 10 de junho de 1865, do lugar chamado “Hormiguero”, na localidade argentina de São Thomé, parte da coluna do exército paraguaio comandado pelo tenente coronel Antonio Estigarribia partiu para São Borja, iniciando a invasão da província do Rio Grande do Sul. Dias antes, uma vanguarda fizera reconhecimento do terreno e obtivera informações do lado brasileiro, enquanto esperavam o grosso das tropas. O tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia trazia ordens de Solano López de invadir o território brasileiro por Garruchos, povoado argentino localizado ao norte de São Borja.²

¹ Graduado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). Mestre em história pelo PPGH UPF. Professor da rede estadual no Rio Grande do Sul. Email. wjardim@hotmail.com

² GARMENDIA, José Ignacio. **Recuerdos de la Guerra del Paraguay: Campaña de Corrientes y de Rio Grande.** Buenos Ayres: J. Peuser, 1904.p.248.

A vanguarda era comandada pelo major Pedro Duarte. Essa força compunha-se de “4.800 soldados de infantaria”, “2.400 de cavalaria, 50 carretas com 6 ou 8 peças de artilharia e com uma grande porção de canoas”.³

As duas forças reuniram-se diante da vila de São Borja, no outro lado do rio, em território correntino, onde receberam ordens de Solano López de novamente dividirem-se em duas colunas. Pedro Duarte deveria conduzir cerca de 3.000 homens pela margem direita do rio Uruguai, com o objetivo, segundo Garmendia, de abastecer de gado. Estigarribia e seus 7.500 homens invadiriam o Rio Grande do Sul e costearia a margem esquerda, em direção ao sul.⁴ A divisão do exército paraguaio, em duas colunas, foi do ponto de vista tático e estratégico, um erro enorme e pode ter contribuído para acelerar o fracasso daquele exército. As duas unidades, raramente “podían verse una a otra, un hecho que hacía imposible cualquier operación conjunta”.⁵

Em 10 de junho, já em território rio-grandense, aconteceram escaramuças entre as reduzidas forças de defesa imperiais e o exército paraguaio. As forças da Guarda Nacional que protegiam São Borja tiveram cerca de vinte baixas. Calculam-se em cerca de 4.000 os paraguaios que transpuseram o rio Uruguai naquele dia. Mesmo assim, hesitaram em invadir imediatamente a cidade, esperando que todo o exército concluísse a passagem, o que foi feito em 12 de junho.

FORÇAS IMPERIAIS NA FRONTEIRA...

No Império, antes da Guerra com o Paraguai, as tropas de primeira linha, ou seja, o exército imperial, sob o comando do ministro do Exército, era diminuto e mal organizado, tendo uns 18.000 homens de todas as armas. Por sua vez, a Guarda Nacional, possuía cerca de 440 mil homens em 1865, na ativa e na reserva.⁶

Após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro (1808), a província do Rio Grande do Sul passou a ter função estratégica para as pretensões dos lusitanos no Prata. A anexação do Uruguai como província Cisplatina (1821) contou com forte apoio dos estancieiros escravistas. Mesmo após a independência do Uruguai, em 1828, a província sulina continuou sendo estratégica fundamental para as aspirações hegemônicas do Império na região.

3 GAY, Cónego João Pedro. **A invasão Paraguaia**. Caxias do Sul: Ed. Ucs, 1980 p.34.

4 GARMENDIA, José Ignacio. **Recuerdos de la Guerra del Paraguay**: Ob.cit.p.268.

5 WHIGHAM, Thomas. **La guerra de la triple alianza. el triunfo de la videncia, el fracaso de la paz**. Asunción: Taurus. Vol. II. 2011. p.372.

6 BEVERINA, Coronel Juan. **La Guerra del Paraguay: Las Operaciones de la Guerra en Territorio Argentino y Brasileño**. Primer Tomo. Círculo Militar, Buenos Aires, 1921.p.215-216.

Forças sulinas estiveram presentes em importantes campanhas militares platinas.⁷ Em 1851-2, participaram na aliança entre o federalismo argentino e o Império do Brasil para contra Rosas. O mesmo ocorreu em 1854-55, quando o governo imperial enviou ao Paraguai importante missão militar naval.⁸

O Rio Grande do Sul foi a província que mais recebeu tropas de primeira linha quando da reformulação do exército em 1864 que aumentou o efetivo para 18.000. Desse montante, no Rio Grande ficaram “tres batallones de infantería; cuatro regimientos de caballería y el regimiento de artillería a caballo”. Ou seja, um total de 2.800 homens.⁹

Em 1865, quando iniciavam as hostilidades com o Paraguai, o efetivo do exército aumentara significativamente. Passara de 18.000 para pouco mais de 35.000. No Rio Grande, permanecia a maior parte deste efetivo, cerca de 14.000. Outra grande porção do exército imperial encontrava-se no Uruguai, sob o comando de Manuel Luís Osório [1808-1879]. À época da invasão, a província sulina estava sob o comando militar do marechal João Frederico Caldwell [1801-1873].

Em 1º de março de 1865, Osório fora nomeado comandante em chefe do exército imperial em operações contra o Paraguai, no lugar do general João Propício Menna Barreto [1808-1867]. O efetivo da tropa era de 13.000 homens. Juntas, as forças representavam mais de 75% do total de forças de primeira linha no Império. Em 1º de julho de 1865, quase um mês após a invasão de São Borja, o efetivo de Osório era já 19.000 homens. No entanto, encontrava-se em Concórdia, província de Entre Rios na Argentina, enquanto a coluna paraguaia margeava o rio Uruguai.¹⁰

O historiador militar argentino Juan Beverina (1877-1943) destaca que “este aumento no habrá sido obtenido reforzando los efectivos de las unidades de línea, sino incorporando al ejército unidades de la Guardia Nacional destacada y agregando algunos cuerpos de los Voluntarios de la Patria de reciente creación”.¹¹

Por ser uma força local de fácil mobilização, destinada a atender com rapidez as necessidades repressivas e militares, a *guarda nacional* teve grande importância para as primeiras movimentações contra o exército paraguaio. E foi com “esses elementos que o governo acudiu às primeiras necessidades

7 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados da bacia do Prata: da colonização à Guerra da tríplice aliança**. 2. ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: UnB, 1995. p.199.

8 TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. **A Primeira Guerra do Paraguai: A expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)**. Passo Fundo: Méritos, 2012. p.72; BEVERINA, Coronel Juan. **La Guerra del Paraguay**. Ob. cit.p.217.

9 BEVERINA, Coronel Juan. **La Guerra del Paraguay**. Ob. cit.p.215-217.

10 FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol. 2, 2010. p.154.

11 BEVERINA, Coronel Juan. **La Guerra del Paraguay**. Ob. cit.p.218.

da campanha”.¹²

João Marcelino de Souza Gonzaga, presidente da província sulina, criara duas divisões no exército em operações para a proteção das fronteiras. Uma divisão a cargo de David Canabarro [1796-1867], ex-farroupilha, que lutara contra as forças imperiais na Guerra dos Farrapos (1835-1845). Sua divisão era responsável pela defesa da fronteira de Quaraí até as Missões.

A Segunda Divisão, responsável pela proteção da fronteira sul, estava a cargo de Francisco Pedro Buarque de Abreu [1811-1891], barão de Jacuí. A região sul era a “mais rica e populosa do Rio Grande do Sul de então, coração da produção pastoril e charqueadora”, o que explica a preferência na sua proteção.¹³ João Marcelino priorizara a defesa da fronteira sul por sua condição econômica, em detrimento das demais.

QUASE NUS

Criada em 1831, durante a Regência Trina Permanente, a guarda nacional foi contraponto ao exército de primeira linha, ainda de claro caráter lusitano, que não gozava da confiança das autoridades regenciais. Para pertencer ao quadro da Guarda Nacional era preciso ser eleitor, ou seja, possuir renda mínima anual, o que determinava que os oficiais daquele corpo pertencessem às famílias proprietárias.¹⁴ Entretanto, essa exigência não era respeitada, para suprir os quadros inferiores da guarda nacional.

Durante o conflito [1865-1870], a Guarda Nacional perdeu seu caráter censitário, quanto à incorporação. Com isso, homens de todas as camadas sociais foram arregimentados, não raras vezes à força, para cumprirem serviço em lugares distantes. A condição de miserabilidade daqueles homens jogados nas fileiras da Guarda Nacional explica a precariedade das forças quanto às condições materiais.

O padre João Pedro Gay escreveu sobre a defesa de São Borja: “[...] vários soldados se achavam quase nus, e outros se cobriam com farrapos [...]”¹⁵ O coronel Chicuta, jovem fazendeiro de Passo Fundo, incorporado às forças de defesa ainda em São Borja, registrou em cartas dirigidas à

12 FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra Entre a Trílice Aliança e o Paraguai*. Ob.cit.p.51; SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.p.56-57.

13 MAESTRI, Mário. *A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013. p.164.

14 LEI de criação das Guardas Nacionais no Império do Brasil. [1831]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html> acesso em 29 de abr. 2014.

15 GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.p.26.

família a indignação pela precariedade dos armamentos oferecidos àqueles corpos.¹⁶

Antônio Fernandes Lima, comandante de uma das duas brigadas da divisão Canabarro, explicou seu retorno ao acampamento nas imediações de Itaqui dias antes da invasão “em consequência do mau estado da cavallhada e por estar adoecendo as praças em número espantoso, devido isso ao estado de pobreza da força e ter-se marchado com chuvas e não terem os soldados com que se cobrir”.¹⁷

Durante os primeiros anos da Guerra contra o Paraguai, o número de Guardas Nacionais na ativa e reserva no Rio Grande do Sul ultrapassariam 38.000 homens.¹⁸ No entanto, a força que guarnecia São Borja no dia da invasão paraguaia não passaria de 2.000, distribuídos em cinco corpos provisórios, um batalhão da Guarda Nacional e um batalhão de reserva. O recrutamento dos corpos teria sido feito às pressas, em função da aproximação do exército paraguaio que vinha pela província de Corrientes, na Argentina. A situação das forças de defesa era precária, necessitavam de armas e de munição.¹⁹

PERTO DE CASA

O coronel provisional Antônio Fernandes Lima dispunha de uma força que estava disposta em quatro corpos de cavalaria. O oficial organizou sua força na localidade de “Passo das Pedras”, entre São Borja e Itaqui. Seu contingente não era superior a 1.500 homens. Fernandes Lima residia em Itaqui onde era fazendeiro, assim como boa parte de sua oficialidade. Em 1858, Fernandes Lima, conservador, ocupara cadeira como presidente da câmara de vereadores na primeira legislatura da referida vila.²⁰ Como tinham que arcar com os gastos de deslocamento, alimentação e fardamento, ele e seus oficiais preferiam localização mais próxima as suas residências, em detrimento das forças que protegiam outras regiões.

Fernandes Lima foi duramente criticado após a invasão de São Borja. O comandante concedera liberação para parte da tropa, contribuindo para o desfalque de pessoal na guarnição de São Borja. Fora criticado também por não estar com sua tropa nas imediações de São Borja, preferindo localizar-se no já referido Passo das Pedras.²¹ Ele seria enviado diante de conselho de guerra.

16 FERNANDES, Ari Carlos. (org.) **Coronel Chicuta: Um Passofundense na Guerra do Paraguai**. Passo Fundo: EdiUpf, 1997.p. 40.

17 FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra Entre a Tríplíce Aliança e o Paraguai**. Ob.cit.p.111.

18 MAESTRI, Mário. **A Guerra no papel**. Ob.cit.p.155.

19 FREITAS, Osorio Tuyuty de Oliveira. **A Invasão de São Borja**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.p.76.

20 COLVERO, Ronaldo B. & MATIAS, Luiz. **Tradicionalismo & carnaval 1940-2009: Dualidade cultural em desfile**. Porto Alegre: Faith, 2010. p.13.

21 GAY, Cônego João Pedro. **A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai**. Ob.cit.p.26.

Não foi diferente com David Canabarro, que se localizou “muito distante de São Borja, e próximo das regiões onde ele e seus oficiais possuíam suas grandes propriedades”. Estabeleceu acampamento nas imediações de Uruguaiana a cerca de cento e cinquenta quilômetros de distância de São Borja onde não poderia chegar a tempo caso tivesse que impedir a invasão naquele ponto.²²

Esses oficiais foram criticados também pelo alto comando imperial. Em três de outubro de 1865, após o cerco e tomada de Uruguaiana, no quartel general em frente a esta vila, fora expedida ordem do dia nº 21, com duras críticas à frouxa resistência da guarnição da província do Rio Grande. A comunicação referia que a brigada de Antônio Fernandes Lima fora “passiva espectadora de sua passagem em [passo de] Santa Maria, por haver recebido ordem expressa do comandante da divisão [David Canabarro] para não atacar”.²³

Cerca de um mês antes da efetiva invasão, a coluna do major Pedro Duarte já se encontrava nas cercanias de São Borja, reconhecendo o local e as forças de defesa. Como dito, os paraguaios não invadiram a vila naquela ocasião. Esperavam o grosso das tropas.

DIFERENÇAS POLÍTICAS

Em 10 de fevereiro de 1865, o tenente-general João Frederico Caldwell fora nomeado comandante interino das armas na Província do Rio Grande do Sul. J.F. Caldwell era renomado militar tendo participado de inúmeras intervenções pró Império. Em 23 de maio de 1865, em correspondência, o oficial demonstrava que tinha predicações para assumir o comando em chefe do exército imperial que estava sob o comando de Osório desde 1º de maio.

Caldwell dizia-se preocupado com o comando daquele exército. Na mesma correspondência afirmava que o “comando não poderá recair em quem, aproveitando-se dessa posição, procura fazer reviver indisposições e ressentimentos que resultarão em prejuízo de ficar comprometida a dignidade da nação”.²⁴

As divergências políticas entre Caldwell e Osório ficaram notórias na porção final da referida correspondência:

[...] se a força sob o meu comando está também subordinada ao exército em operações na República Oriental nos movimentos que ora se vão executar, e no caso se que entenda o Governo imperial, não sejam dignas de atenção as considerações que apresenta, e que devo

²² MAESTRI, Mário. **A Guerra no papel**. Ob.cit.p.165.

²³ ORDENS DO DIA. Memorial arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Sessão personalidades militares, maço 47, 1865.

²⁴ FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. Ob.cit.p.63.

sujeitar-me ao comando de um chefe menos graduado do que eu, peço a V. Exa. para solicitar a minha demissão do comando que interinamente exerço.²⁵

As divergências políticas decorrentes da oposição entre os partidos Liberal e Conservador também apareceram na formação dos corpos da Guarda Nacional na Fronteira. Em 14 de janeiro de 1865, o presidente da província destacava que na formação dos corpos provisórios apareceram as “intrigas e divergências locais”.²⁶ Seguramente João Marcelino Gonzaga referia-se a disputa entre o barão de Jacuí e o general David Canabarro.

Em janeiro de 1865, o general David Canabarro criticava seus desafetos políticos por terem recusado cargos para o comando de corpos militares em sua divisão do exército. O oficial acusava-os de não terem aceitado ser submissos a ele. Dizia que se seus inimigos de Alegrete e Uruguaiana “tivessem algum préstimo para a guerra” “teria procurado empregá-los”.²⁷

As designações militares eram utilizadas como forma de manter/aumentar o poder e rede de influência. Como o recrutamento havia deixado de ser censitário, oficiais promoviam recrutamentos forçados entre homens mais pobres, livrando ou pondo na reserva os apadrinhados ou parentes. Arbitrariedades também eram feitas contra os apadrinhados ou parentes dos desafetos.

Mário Maestri destaca que:

No comando de tropas de escassa belicosidade encontrava-se uma oficialidade sem formação militar institucional, constituída por grandes proprietários de terra da fronteira sul, fortemente dividida pelas oposições políticas nacionais, regionais e municipais, em geral de elevada idade, sobretudo para a época.²⁸

Mário Maestri propõe:

Mesmo após a surpresa de São Borja, sob as ordens de João Frederico Caldwell, David Canabarro, seus oficiais e soldados recuaram diante das tropas paraguaias, sem jamais lhes dar combate, perdendo as oportunidades permitidas pelas necessárias e difíceis travessias dos passos dos rios que interrompiam a marcha das tropas paraguaias entre São Borja e Uruguaiana.²⁹

Aquele autor conclui: “O comandante de armas da Província jamais ordenara o ataque às

25 Loc.cit.

26 CANABARRO, **Correspondência do general David**. Documentos relativos à invasão da Província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

27 Loc.cit.

28 MAESTRI, Mário. **A Guerra no papel**. Ob.cit.p.165.

29 MAESTRI, Mário. **A Guerra no papel**. Ob.cit.p.162.

tropas inimigas em marcha. Preferiu chamar conselhos militares, onde David Canabarro e seus oficiais opuseram-se a qualquer confronto, abrindo caminho para a entrega de Uruguaiana sem resistência”.³⁰

Antonio Estigarribia interpretava em certo ponto corretamente o que acontecia na província do Rio Grande no referente às forças de defesa. Afirmava que “os chefes de cada departamento defendem, segundo parece, os seus respectivos distritos e não se ajudam mutuamente”. Ele completava dizendo que aquilo era fato favorável aos paraguaios.³¹

As forças de defesa da província do Rio Grande foram omissas e inativas. O oficial responsável por organizar a defesa e prováveis ataques aos paraguaios, tenente general João Frederico Caldwell, mostrou-se inábil para a função que desempenhou. Em 20 de julho de 1865, o general Manuel Marques de Souza, barão de Porto Alegre [1804-1875] foi nomeado “chefe do exército em operações” naquela província.

PASSAGEM TRANQUILA

Quando do início da invasão do Rio Grande, as famílias que haviam fugido cerca de um mês antes e retornado, preparavam-se novamente para deixar São Borja. No passo homônimo à vila, por onde ingressou parte dos paraguaios, encontrava-se pequena força de infantes de uns cem homens. No dia da passagem, havia na vila e nos arredores cerca de 370 homens da Guarda Nacional e uns 600 do 1º corpo de Voluntários da Pátria, sob o comando do tenente-coronel João Manuel Menna Barreto [1824-1869].³²

A chegada do primeiro batalhão de Voluntários da Pátria, com cerca de 480 homens, ajudou a amenizar e retardar o prejuízo da invasão. O 1º de Voluntários da Pátria deslocara-se desde o Rio de Janeiro e era composto, basicamente, por jovens sem experiência militar alguma. Enquanto as forças de defesa impediam a progressão do exército paraguaio em direção ao interior da vila, as famílias preparavam-se para a fuga.

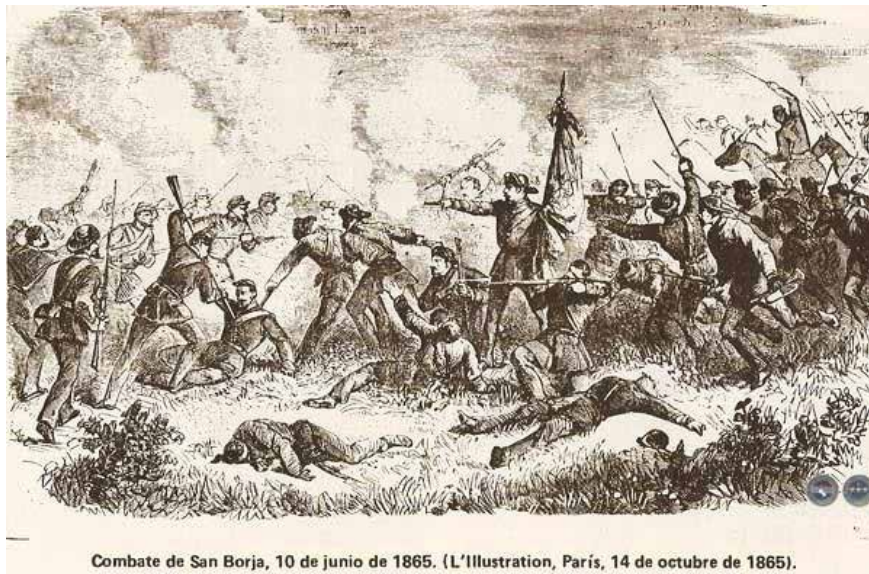
O reforço do batalhão de voluntários chegou a São Borja em meio à troca de fogo, quando os paraguaios avançavam no terreno. Segundo o major Emílio de Souza Docca [1884-1945], em suas anotações à obra do cônego Pedro Gay, o tiroteio teria iniciado às nove e meia da manhã e terminado

³⁰ Id.ib., p.166.

³¹ ESTIGARRIBIA, Antonio de La Cruz. Diário militar. Ob.cit.p.177.

³² FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a triplíce aliança e o Paraguai*. Ob.cit.p. 212.

às treze e meia.³³ A superioridade numérica dos paraguaios prevaleceu e os comandantes imperiais deslocam-se para o interior da vila a fim de escoltar as famílias em fuga.³⁴



Combate de San Borja, 10 de junio de 1865. (L'illustration, Paris, 14 de octubre de 1865).

O combate de São Borja

Fonte: Rivarola, Milda Espinoza. *La Polémica Francesa sobre la Guerra Grande*. Disponível em: http://www.portalguarani.com/1686_milda_rivarola_espinoza/21345_la_polemica_francesa_sobre_la_guerra_grande_por_milda_rivarola.html

Apesar da superioridade numérica, ficou atestada a imperícia dos soldados paraguaios na primeira confrontação de maior proporção. Com uma força estimada em cerca de 4.500 homens, aquela tropa registrou perda de duzentos combatentes entre mortos e feridos, enquanto a resistência imperial com o reduzido efetivo que não ultrapassava seiscentos homens teve perda de cerca de oitenta e cinco combatentes nas mesmas condições. Segundo o historiador militar Tasso Fragoso, os brasileiros ainda teriam levado cerca de cinquenta feridos.³⁵

Antonio Estigarribia, em correspondência dirigida a Francisco Solano López, declarou que, após o tiroteio ficaram cerca “27 cadáveres nos campos, deixados pelas forças imperiais”.³⁶ A resistência, no entanto, estava condicionada mais a inabilidade e imperícia do soldado paraguaio do que ao “heroísmo” atribuído por historiadores militares e memorialistas.

Ao invadirem São Borja, os paraguaios estavam cientes de que a fronteira estava desguarnecida. Em correspondência dirigida a Francisco Solano López, o tenente-coronel Antonio Estigarribia informava as movimentações das forças de defesa, principalmente dos corpos da Guarda Nacional sob o comando de David Canabarro. Na correspondência, dizia que o chefe de defesa de São Borja

33 GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia [...]* Ob.cit.p. 55.

34 Cf. FREITAS, Osorio Tuyuty de Oliveira. *A Invasão de São Borja*. Ob. cit. p. 96.

35 FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a triplíce aliança e o Paraguai*. Ob.cit.p. 96.

36 ESTIGARRIBIA, Antonio de La Cruz. *Diário militar*. Ob.cit.p.164.

estava “contrariado, vendo-se com muito pouca gente”.³⁷ Com a resistência pouco efetiva, as tropas paraguaias invadiram o RS sem maiores problemas. Nas palavras de Estigarribia, os paraguaios passaram toda a tropa e seus equipamentos “com a maior facilidade.”³⁸

Antônio Fernandes Lima, chefe de uma brigada da Primeira Divisão do exército em operações no Rio Grande, Antônio Xavier do Valle, comandante da guarnição de Uruguaiana e David Canabarro chefe da Primeira Divisão, seriam submetidos a conselho de investigação e conselho militar.

O primeiro, um *conselho doméstico*, ocorreria em São Borja. Participariam do conselho o marechal de campo Francisco Antônio da Silva Bittencourt, brigadeiro José Luiz Menna Barreto e o brigadeiro José Gomez Portinho, partidários de David Canabarro.³⁹

Escusados pela falta de tempo devido à guerra, os conselhos não chegaram a ser realizados. Em dois de abril de 1867, morreu David Canabarro antes de passar a julgamento, o que talvez jamais ocorresse. Os outros dois acusados, Antônio Fernandes Lima e major Antonio Xavier prosseguiram as carreiras. O primeiro continuou mobilizado com suas tropas na campanha do Paraguai; o segundo teria publicado em 1867 uma coleção de documentos para defender-se das acusações.⁴⁰

Em 11 de junho, a vila de São Borja estava quase completamente esvaziada, salvo alguns moradores que desejaram ficar, ou por não quererem fugir ou por que sendo estrangeiros, acreditarem que não seriam molestados. Em 12 de junho, dia que se completou a invasão, o exército paraguaio entrou na vila praticamente vazia.

O SAQUE COMO MOTIVAÇÃO

O padre Gay, definiu como “incentivo poderoso” para “brutos seminus, meio mortos de fome”, a liberação do saque concedida por Estigarribia, sob ordens de Solano López, ao exército paraguaio em operações na província do Rio Grande do Sul.⁴¹ O saque foi uma prática comum no avanço das tropas paraguaias, desde o Mato Grosso, no entanto, no Rio Grande do Sul, “no fue tanto una rapiña indisciplinada, sino una sistemática colección de ‘restos’ que Solano López había prometido”.⁴²

Jorge Thompson [1839-1878], engenheiro militar inglês que lutou no exército paraguaio,

37 Id.ib.,p.159.

38 Id.ib.,p.164.

39 ORDENS DO DIA. Memorial arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Sessão personalidades militares, maço 47, 1865.

40 SOUZA, Augusto Fausto de. **A Redenção da Uruguayana**. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Lammert & C, 1887.

41 GAY, Cónego João Pedro. **A invasão paraguaia [...]** Ob.cit.p.78.

42 WHIGHAM, Thomas. **La guerra de la triple alianza. el triunfo de la videncia, el fracaso de la paz**. Asunción: Taurus. Vol. II, 2011.p.360.

afirmou que “después de comenzada la guerra, el ejército dejó de percibir su sueldo, durante toda ella [Solano] López decretó dos recompensas, cada una de las cuales no pasó del equivalente de un mes de sueldo”.⁴³

Em toda a estada na fronteira, o exército paraguaio se empenhou em procurar produtos de valor a serem saqueados e enviados ao Paraguai. Do dia 12 de junho, quando entraram em São Borja, até 18 de setembro, dia da capitulação em Uruguaiana, seguiu-se busca desenfreada por arrebanhar o máximo possível de bens, com destaque para os animais vacuns e cavalares.

Para mobilizar e motivar seu exército a empreender uma campanha além-fronteira e contra um “inimigo” “forte e poderoso” como o Império (ainda não se sabia da aliança) foi necessário um jogo de sedução, no qual o quinhão do saque obtido na guerra parece ter importante papel.

O conde d’Eu sugeriu que “pelo testemunho do próprio Estigarribia, parece que López dera ordem para serem saqueados os bens dos brasileiros e também de todos os indivíduos que, embora não fossem brasileiros, não estivessem presentes [...]”.⁴⁴ Suspeita corroborada pelo cônego de São Borja, que destacou que “levavam ordem de saquear completamente São Borja e de fazer nessa vila tudo o que quisessem”.⁴⁵

O padre registrou que, ao saírem do Paraguai, um general ou Solano López teria encorajado os soldados. “[...] o governo da República lhes concedia livremente o saque de todas as povoações brasileiras que tomassem”. “[...] eles [soldados paraguaios] saíam nus, mas que lá haviam de se vestir muito bem; que tinham fome, mas que lá haviam de ter comida em abundância; que estavam pobres, mas que no Brasil haviam de enriquecer”.⁴⁶ O bom padre não apresenta a fonte de sua informação, que parece de cunho retórico, literário, bíblico e propagandístico.

Possivelmente para minimizar as já precárias condições de sobrevivência do exército em terras estranhas, Solano López teria ordenado a organização do saque também pelos soldados nas povoações por onde passassem.

Estigarribia escreveu, em carta ao *mariscal*, traduzida ao português:

Depois de ter dado a povoação (São Borja) ao livre saque dos soldados, em horas marcadas para cada corpo, de conformidade com as instruções que V. Exa. se dignou de dar-me, recolhi alguns remanescentes de fazendas, que remeto nesta data ao major Duarte, com ordens de que

43 THOMPSON, Jorge. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Juan Palumbo, 1910.p.14.

44 EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’ [1842-1922]. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.p.110.

45 GAY, João Pedro. **A invasão paraguaia na fronteira do Uruguai**. Ob.cit.p.33.

46 Id. ib., p.78.

os mande na primeira oportunidade nas carretas que saírem para a vila de Encarnação[...].⁴⁷

Por oito dias, procedeu-se sistemática e organizadamente ao saque. Ao amanhecer, metade do exército iniciava os saques até o meio dia quando dava o lugar a outra metade. Os soldados passaram esses dias comendo e bebendo tudo o que encontravam. Os paraguaios dispuseram de cinquenta carretas para o transporte dos primeiros dias de saque. Eles teriam levado cinco dias para cruzar o rio com os bens.⁴⁸

Em parte, os objetos enviados para Assunção serviam para abastecer o comércio da capital paraguaia, que se encontrava praticamente bloqueada. Segundo o cônsul francês, Lorent-Cochelet, era possível encontrar “considerable número de objetos brasileños ofrecidos en venta en la ciudad”.⁴⁹

O padre Gay obteve parte das informações, que relata em sua obra sobre a invasão de São Borja, devido às constantes correspondências que recebia de alguns moradores que ficaram na vila ou ainda dos que por lá passaram após a retirada do exército paraguaio. Em 21 de julho de 1865, o irmão do padre, um marceneiro que residia em São Borja, informava em correspondência que “segundo contam, eles [os paraguaios] tinham ordem de vos conduzir prisioneiro [ao padre Gay] no Paraguai”.⁵⁰



Padre João Pedro Gay

Fonte: IHGB. Coleção Padre Gay. IL. 4.57 – Retrato do padre franco-brasileiro em Uruguiana, onde era vigário desde 1874.

As relações entre Gay e governo paraguaio não eram amistosas. O cônego procedera a campanha

47 ESTIGARRIBIA, Antonio de La Cruz. **Diário Militar** [...] Ob.cit.p.165.

48 Cf. GAY, João Pedro. **A invasão paraguaia na fronteira do Uruguai**. Ob.cit.p.72.

49 CAPDEVILA, Luc. **Una guerra total: Paraguay [1864-1870]**. Buenos Ayres: Sb, 2010.p.349.

50 COLEÇÃO de documentos do Padre João Pedro Gay. IHGB, Rio de Janeiro. Lata 406. Doc. 30, 1865.

contra os López por jornais locais, nacionais e do Prata. O pároco, percebendo que teria grande prejuízo na invasão, e possivelmente de olho na indenização que pediria, relatara minuciosamente os estragos que o exército paraguaio teria feito em seu patrimônio.

O padre não demoraria a requerer indenização, junto ao governo imperial, pelas perdas sofridas. O padre, certamente ciente da parcimônia com que se efetuariam as apurações de veracidade do reclame e posterior pagamento dos danos elaborou com extrema rapidez uma lista de bens. O total dos valores requeridos pelo padre foi de cento e noventa e oito contos e quinhentos e sessenta e cinco mil réis (198:565,000). A lista de bens reclamados pelo padre era enorme, continha 28 itens que correspondiam desde o sumiço de livros raros de sua biblioteca, inclusive seus próprios manuscritos até os valores que o cônego deixou de perceber, por seus serviços durante a invasão paraguaia.⁵¹

Em 1º de fevereiro de 1866, já efetivada a rendição e evacuação de Uruguaiana, o imperador Don Pedro II [1825 -1891] ordenou, através do ministério dos negócios da guerra, externar gratidão ao conego Gay por não ter reivindicado indenização pelo uso da chácara de sua propriedade localizada na margem esquerda do rio Uruguai, utilizada pelo exército imperial na campanha de Uruguaiana.⁵²

Em agosto de 1865, após completa retirada do exército paraguaio da vila de São Borja, o padre Gay teria escrito uma carta que pretendia enviar ao presidente paraguaio, que certamente não o fez devido à guerra. Na missiva, João Pedro Gay afirmava que desconhecia os motivos pelos quais Solano López teria recomendado sua casa ao exército paraguaio. Dizia que havia recebido informações a esse respeito. O tom da carta não era nada amistoso. Mesclando expressões em guarani, em várias passagens o padre insultava ao *mariscal*.

Parece que a carta do padre Gay tinha o intuito de anunciar a incapacidade para a guerra daquele exército. Em um trecho, o padre revela o estado em que se encontrava o exército invasor, dizendo que relataria coisas sobre o “moribundo exército em operação sobre o rio Uruguai”.⁵³

INVASÃO DE ITAQUI

As forças do tenente-coronel Antonio de La Cruz Estigarribia rumavam para a vila de Itaqui, de onde deveriam abastecer-se, acampando fora da vila, conforme ordens de Solano López. Em Itaqui,

51 COLEÇÃO de documentos do Padre João Pedro Gay. IHGB. Rio de Janeiro. Lata 406. Doc. 49, 1865.

52 ORDENS DO DIA. Memorial arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Sessão personalidades militares, maço 47, 1865.

53 COLEÇÃO de documentos do Padre João Pedro Gay. IHGB. Rio de Janeiro. Lata 406. Doc. 49, 1865.

o exército paraguaio “colocaria-se na mesma altura da coluna principal, comandada por Robles”.⁵⁴

No caminho para Itaqui, o exército paraguaio aproveitou para saquear todas as casas possíveis e, em Itaqui, não foi diferente. Na marcha, os paraguaios não sofreram retaliações. Tendo chegado a Itaqui em seis de julho, Antonio Estigarribia registrou em sua correspondência oficial que entrou na vila “sem ter achado resistência alguma, nem força inimiga”.⁵⁵

O saque foi menor em Itaqui do que em São Borja, onde os paraguaios conseguiram enviar um total de cinquenta carretas com o produto do saque ao Paraguai, fora as de carretas que levavam feridos e doentes.⁵⁶ De Itaqui partiram um total de quatorze carretas, das quais sete levavam o resultado do saque.⁵⁷

As ordens de Solano López eram para não passar daquele ponto. Segundo parece, deveriam esperar uma possível vinda do próprio Solano López a frente de um grande exército para operar no Rio Grande.⁵⁸ **Não é possível saber o teor da conversa entre Pedro Duarte** e Antonio Estigarribia, sabe-se, no entanto que alimentavam certa rivalidade, como veremos. O certo é que após o encontro Antonio Estigarribia e Pedro Duarte descumprindo novamente as ordens de Solano López, rumaram para Uruguiana e Paso de los Libres respectivamente.

Depois de terminadas as ações militares na província do Rio Grande, deu-se início o processo de pedidos de indenização. Os moradores das três vilas invadidas contabilizaram os prejuízos e enviaram à presidência da província para que cobrasse das autoridades imperiais no Rio de Janeiro. Em oito de fevereiro de 1873, o cônsul paraguaio em Porto Alegre, com nome ilegível no documento, reclamava às autoridades imperiais os valores cobrados pelos moradores de Itaqui. Afirmava serem exageradas as cobranças de indenizações por parte dos moradores de Itaqui, que teriam tido menos prejuízos do que Uruguiana e cobravam cerca de quatro vezes mais.⁵⁹

Em Itaqui os paraguaios teriam poupado as lojas de alguns estrangeiros. O conde d’Eu anotou que “o ‘Grande Café e Hotel do Uruguai’, pertencente a um francês, mostra intacta uma rica sala de bilhar, e que também foi poupado o estabelecimento de um sapateiro espanhol, ou, pelo menos, os soldados paraguaios somente dele tiraram sete pares de bota”.⁶⁰

54 MAESTRI, Mário. **A Guerra no papel**. Ob.cit.p.31.

55 ESTIGARRIBIA, Antonio de La Cruz. **Diário Militar**. Ob.cit.p.173.

56 GAY, João Pedro. **Invasão paraguaia [...]** p.105.

57 Loc. cit.

58 GARMENDIA, José Ignácio. **Recuerdos de la Guerra del Paraguay: Campaña de Corrientes y de Rio Grande**. Buenos Ayres: J. Peuser, 1904.p.272.

59 DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**. Brasília: FUNAG, 2012.p.43-44.

60 EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**. Ob.cit.p.110.

Após saquear Itaqui, o exército paraguaio dirigiu-se para as margens do rio Ibicuí, localizado entre a vila de Itaqui e Uruguaiana, de onde deveria partir para Alegrete. Nesse momento, já se passara mais de um mês da invasão sem que o exército imperial ou aliancista fizesse frente aos paraguaios.

CAMINHO LIVRE

Em 15 de abril de 1865, o presidente da província determinara genericamente o *modus operandi* das colunas do exército que protegeria as fronteiras da província. Ordenara ao general David Canabarro, comandante da Primeira Divisão, que escolhesse lugar mais apropriado para conter a invasão. Determinara ao barão de Jacuí para que se fixasse onde julgasse mais acertado. Ambas as forças, que respondiam por uma grande extensão de território escolheram acampar em locais pertos dos lugares de origem.

A inexatidão das informações e a indecisão militar marcaram de igual forma a desastrosa defesa do Rio Grande. O tenente-general João Frederico Caldwell, comandante interino das armas da província, atestara a grande demora na reunião e preparação das tropas imperiais para atacar o exército paraguaio. Ele manteve-se inerte na operação de impedir a travessia paraguaia para a margem esquerda do rio Ibicuí. Sugeriu que pela demora na reunião das tropas, “o mais prudente seria invernar e aprontar tudo para o verão seguinte”.⁶¹

Em 15 de junho de 1865, as forças paraguaias saquearam São Borja e, quando chegaram a Itaqui, Frederico Caldwell recém ordenava ao barão do Jacuí, comandante da Segunda Divisão do exército, que se deslocasse da fronteira do Uruguai para juntar-se à Primeira Divisão, comandada por Canabarro.⁶²

As ordens oscilavam, sem definir ações. Caldwell podia ter deliberado e ordenado o ataque na passagem dos rios. Preferiu reunir conselhos de comandantes de brigadas para ouvir opiniões. Procedeu assim na passagem do rio Ibicuí, do arroio Toropasso e do arroio Imbaá, ambos na costa do rio Uruguai nas imediações de Uruguaiana.

A tranquilidade com que o exército paraguaio operava na passagem dos rios e arroios da região permitiu que, na passagem do arroio Toropasso, fosse construída uma ponte com pedras, sem que fossem molestados pelas tropas de defesa. Os paraguaios teriam demorado cinco dias na construção

61 FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. Ob.cit.p.102.

62 CALDWELL, **Correspondência do tenente general João Frederico**. Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

daquela obra.⁶³

O general historiador Tasso Fragoso, tido como precursor da historiografia militar crítica no Brasil, não poupou a inação do oficial João Frederico Caldwell que não ordenou ataque, preferindo ouvir os subordinados. Tasso Fragoso chamou de “fraqueza imperdoável” a ação do comandante.⁶⁴

Antônio Fernandes Lima, destoando dos demais comandantes de brigadas e de divisões, atacou o exército paraguaio quando este cruzava o rio Ibicuí. No entanto, os cerca de 600 combatentes a seu mando, foram insuficientes para impedir o progresso das tropas paraguaias.⁶⁵

A situação era precária. Em dois de maio, após o rompimento das relações entre o Paraguai e a Argentina, o ministro da guerra do Império, Ângelo Moniz da Silva Ferraz [1812-1867], ordenou que todos os corpos do exército marchassem sem demora para Uruguaiana.⁶⁶

No outro lado do rio, a situação não era melhor. Os coronéis argentinos Simeon Paiva e Isidoro Fernández Reguera contavam, em abril de 1865, com cerca de mil homens. A coluna de Simeon Paiva era “un grupo poco numeroso de milicias correntinas, casi desarmadas y sin ninguna instrucción”.⁶⁷ Esse efetivo acompanhou a tropa paraguaia sob comando do major Pedro Duarte.

Além da dificuldade de trocarem informações corretas, as forças de defesa esbarravam na inação dos comandantes, que preferiam postar-se nas imediações de suas residências a dar combate ao exército paraguaio. David Canabarro recebera ordens expressas do general João Frederico Caldwell para “obstar a passagem do inimigo no rio Ibicuí”.⁶⁸ Os comandantes imperiais em operação na fronteira de Quaraí e Missões sofriam com a falta de informações precisas sobre o inimigo, o que tornava mais crítica a já precária defesa. João Frederico Caldwell informava incorretamente ao presidente da Província que a força paraguaia era de cerca de 30.000 homens.

Em julho de 1865, na margem direita do rio Uruguai, o coronel Simeon Paiva acompanhava a partida paraguaia que ainda preparava a invasão de São Borja. O oficial argentino, ao perceber o afastamento momentâneo da força paraguaia para o interior do território, induziu o tenente-coronel Fernandes Lima a pensar que se tratasse de recuo definitivo. Isso fez com que o comandante concedesse licenças a oficiais e praças, deixando a vila de São Borja ainda mais desguarnecida.⁶⁹

63 SOUZA, Augusto Fausto de. **A Redenção da Uruguayana**. Ob.cit.p.3.

64 FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai [...]**.Ob.cit.p.133.

65 ESTIGARRIBIA, Antonio de La Cruz. **Diário Militar**. Ob.cit.p.175.

66 FRAGOSO, Tasso. Ob.cit.p.105.

67 GARMENDIA, José Ignacio. **Recuerdos de la Guerra del Paraguay**.Ob.cit.p.271.

68 CALDWELL, **Correspondência do tenente general João Frederico**. Ob. cit.

69 ORDENS DO DIA. **Memorial arquivo histórico do Rio Grande do Sul**. Sessão personalidades militares, maço 47, 1865.

Enquanto os paraguaios estavam mais bem informados sobre a situação militar na província, os comandantes da defesa do Rio Grande e de Corrientes esbarravam em informações erradas. A facilidade com que os paraguaios entraram no Rio Grande e a inércia das forças de defesa fizeram com que o coronel León de Palleja registrasse em seu diário que as tropas paraguaias “libremente pasea [ba]n Corrientes y Brasil sin tener quien se los impida”.⁷⁰

CONFIANÇA RENOVADA

O comandante paraguaio, tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, tinha razões de sobra para pensar que não seria interrompido em sua marcha. Em 20 de junho de 1865, ou seja, dez dias após a invasão do território rio-grandense e já saqueada por completo a vila de São Borja, nenhuma ameaça lhe aparecera. Isso o fazia acreditar na total desproteção do território.

Até esta data não sei de positivo que exista força alguma brasileira em toda esta província do Rio Grande e só por notícias dadas pelos estrangeiros residentes em S. Borja soube que Canabarro tem 3.000 ou 4.000 homens entre o [rio] Ibicuí e a Uruguaiana; e que todas as pequenas partidas que haviam em todos os passos do [rio] Uruguai, em caso de invasão de nossa parte, tiveram ordem de se reunirem ao dito exército[...].⁷¹

Entre os dias 18 e 19 de julho, Antônio Estigarribia descumprindo as ordens de Solano López, deixou a vila de Itaqui dirigindo-se para Uruguaiana. Para alcançar a vila, as tropas paraguaias deveriam transpor o rio Ibicuí. O que representava perigo, pois poderiam ser atacados quando do cruzamento. Entretanto, o exército paraguaio transpôs o rio sem ser molestado.

Francisco Solano López ordenava que as tropas se posicionassem aquém do rio Ibicuí. Solano López talvez pensasse forçar uma batalha nas imediações de Porto Alegre. Por isso enviara Estigarribia em direção à cidade de Alegrete.⁷² O oficial descumpriu largamente as ordens que recebera e rumou para a vila de Uruguaiana. No percurso os paraguaios não foram acossados pelas forças de defesa.

O mesmo homem que desobedeceu às ordens de López e antecipou a derrota quase certa do exército paraguaio em sua campanha ofensiva, dedicava juras de lealdade ao presidente meses antes. Em maio de 1865, com exército em marcha para a fronteira de São Borja, Estigarribia declarava que daria “provas” de “patriotismo e valor” e afirmava que faria “triunfar as armas nacionais” nos lugares

70 PALLEJA, León. **Diario de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay**. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1960, p.43.

71 ESTIGARRIBIA, Antonio de La Cruz. **Diário militar**. Ob.cit.p.168.

72 Cf. MAESTRI, Mario. **A Guerra no Papel**. Ob.cit.p.132

por onde passassem.⁷³

O cônego João Pedro Gay relata que parte do exército paraguaio estava indisposto com a oficialidade, devido à má distribuição do produto do saque praticado em São Borja e Itaqui, o que é difícil de comprovar.⁷⁴ Como referimos, o tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia dedicava inteira lealdade a López, o que não corresponde com o descumprimento de suas ordens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEVERINA, Coronel Juan. *La Guerra del Paraguay: Las Operaciones de la Guerra en Territorio Argentino y Brasileño*. Primer Tomo. Círculo Militar, Buenos Aires, 1921.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados da bacia do Prata: da colonização à Guerra da tríplice aliança*. 2. ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: UnB, 1995.
- CALDWELL, Correspondência do tenente general João Frederico. Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.
- CANABARRO, Correspondência do general David. Documentos relativos à invasão da Província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.
- CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay [1864-1870]*. Buenos Ayres: Sb, 2010.
- COLEÇÃO de documentos do Padre João Pedro Gay. IHGB, Rio de Janeiro. Lata 406. Doc. 30, 1865.
- COLVERO, Ronaldo B. & MATIAS, Luiz. *Tradicionalismo & carnaval 1940-2009: Dualidade cultural em desfile*. Porto Alegre: Faith, 2010.
- DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012.
- EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d' [1842-1922]. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- FERNANDES, Ari Carlos. (org.) *Coronel Chicuta: Um Passofundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: EdiUpf, 1997.
- FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai*. Rio de

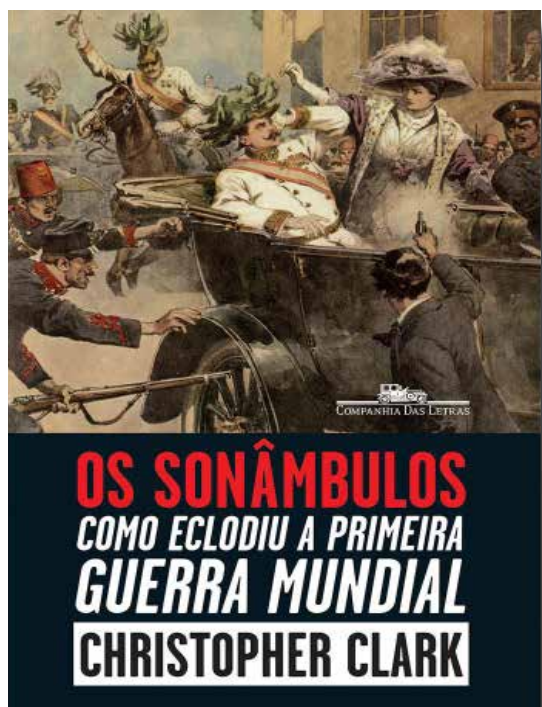
⁷³ ESTIGARRIBIA, Antonio de La Cruz. *Diário militar*. Ob.cit.p.154.

⁷⁴ GAY, Cônego João Pedro. *A invasão Paraguaia*. Ob.cit.p.79

Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol. 2, 2010.

- FREITAS, Osorio Tuyuty de Oliveira. *A Invasão de São Borja*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- GARMENDIA, José Ignacio. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay: Campaña de Corrientes y de Rio Grande*. Buenos Ayres: J. Peuser, 1904.p.248.
- GAY, Cônego João Pedro. *A invasão Paraguaia*. Caxias do Sul: Ed. Ucs, 1980
- MAESTRI, Mário. *A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.
- ORDENS DO DIA. Memorial arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Sessão personalidades militares, maço 47, 1865.
- PALLEJA, León. *Diário de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1960.
- SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.
- SOUZA, Augusto Fausto de. *A Redempção da Uruguayana*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Lammert & C, 1887.
- TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: A expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.
- THOMPSON, Jorge. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Juan Palumbo, 1910.
- WHIGHAM, Thomas. *La guerra de la triple alianza. el triunfo de la videncia, el fracaso de la paz*. Asunción: Taurus. Vol. II. 2011.

Livro em Destaque



CLARK, Christopher. Os Sonâmbulos: como eclodiu a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando e de sua mulher pelo separatista bósnio Gavrilo Princip foi certamente um dos atos individuais de maior repercussão da história moderna. Atentado terrorista de eficiência impressionante, que ao final atingiu todos os seus objetivos - liberou a Bósnia da dominação dos Habsburgo e criou uma Sérvia forte -, culminou ainda na queda de quatro grandes impérios, na morte de milhões de homens e na efetiva destruição de uma ordem mundial. O que fez uma Europa aparentemente próspera e pacífica tão vulnerável ao impacto desse crime?

Baseado em vasta pesquisa e documentos inéditos, o professor da Universidade de Cambridge Christopher Clark procura reconstruir esse contexto, esclarecendo, enfim, um dos momentos mais controvertidos e mal compreendidos da história.

Numa narrativa transbordante de ação, Clark propõe uma nova abordagem do primeiro conflito bélico a assumir dimensões globais. Em vez de narrar estratégias militares, batalhas ou atrocidades do front, escolhe esmiuçar a complexa rede de eventos, interesses e frágeis equilíbrios de força que levou um grupo de líderes políticos, em geral bem intencionados, a decisões desastrosas, que culminaram numa guerra de violência inaudita.

Sem perder de perspectiva a história de longa duração, Clark acompanha, a partir dos centros nervosos de decisão em Viena, Berlim, São Petersburgo, Paris, Londres e Belgrado, quase minuto a minuto, os eventos-chave para a eclosão do conflito, e compõe um panorama das leituras equivocadas e sinais mal compreendidos que em poucas semanas deflagrou o conflito.

SOBRE O AUTOR:



CHRISTOPHER CLARK é australiano mas vive e trabalha na Inglaterra como professor de História Moderna na Universidade de Cambridge, sendo considerado um dos maiores especialistas mundiais em história alemã dos séculos XIX e XX. Além de “Os Sonâmbulos”, também escreveu uma elogiada biografia do Kaiser Wilhelm II e foi premiado em 2007 pela obra “Iron Kingdom: The Rise and Downfall of Prussia, 1600-1947”, ambas ainda não lançadas no Brasil.

Para ver o sumário e ler um pequeno trecho do livro, baixe o PDF direto no site da editora através do link <http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13595.pdf>.

FICHA TÉCNICA

Título original: THE SLEEPWALKERS

ISBN: 9788535924312

Tradução: Laura Teixeira Motta e Berilo Vargas

Páginas: 704 - Brochura: 16 x 23 cm - Peso: 0.920 kg

Companhia das Letras: 2004

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

ANAIS DO I ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR ANTIGA E MEDIEVAL



ELMO CORINTO DE BRONZE DO PERÍODO ARCAICO (600-575 A.C.)

Realização



Palacete Laguna

<http://www.dphcex.ensino.eb.br>

cephimex.eventos@yahoo.com.br

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

I ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR ANTIGA E MEDIEVAL

ANAIS



I ENCONTRO DE HISTÓRIA MILITAR ANTIGA E MEDIEVAL

PALACETE LAGUNA, MARACANÃ,
RIO DE JANEIRO, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

CEL (R1) FERNANDO VELÔZO GOMES PEDROSA, CEPHIMEX E UFRJ/IH/PPGHC
PROFA. DOUTORANDA VANESSA FERREIRA DE SÁ CODEÇO, UFRJ/IH/PPGHC/LHIA
PROF. MESTRANDO MÁRCIO FELIPE ALMEIDA DA SILVA, CEPHIMEX E
PPGH/UFF/TRANSLATIO STUDII



**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO
(CEPHIMEX)**

PALACETE LAGUNA - RUA GENERAL CANABARRO, Nº 731, MARACANÃ

TELEFONE: (0 XX 21) 2565-8390

SEG A QUIN: 09:00H ÀS 17:00H E ÀS SEXTAS: 08:00H ÀS 12:00H

[HTTP://WWW.DPHCEX.ENSINO.EB.BR/](http://www.dphcex.ensino.eb.br/)

CEPHIMEX.EVENTOS@YAHOO.COM.BR



EXÉRCITO BRASILEIRO

Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Div EDUARDO JOSÉ BARBOSA

Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército
Gen Bda (R1) MARCIO TADEU BETTEGA BERGO

Imagem da Capa:

Elmo Coríntio de Bronze do Período Arcaico (600-575 a.C.)

Revisão dos Textos: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa; Márcio Felipe Almeida da Silva e Vanessa Ferreira de Sá Codeço.

Encontro de História Militar Antiga e Medieval (1 : 2011: Rio de Janeiro, RJ)
Anais do 1º Encontro de História Militar Antiga e Medieval, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 21 de nov. 2011. / Organizado por: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa; Márcio Felipe Almeida da Silva e Vanessa Ferreira de Sá Codeço. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2011.

1.História Militar. 2.História Antiga. 3.História Medieval. I.Pedrosa, Fernando Velôso Gomes (Org.) II.Codeço, Vanessa F. de Sá (Org.) III. Silva, Márcio Felipe Almeida da (Org.). IV. Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval.

ISBN 978-85-65480-00-0

CDD 355.00981

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores.

Sumário

Apresentação.....	07
<i>Cel (R1) Fernando Velôzo Gomes Pedrosa</i>	

Conferências de Abertura

BELLUM IUSTUM EM DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	11
<i>Prof^a Dr^a Regina Maria da Cunha Bustamante (UFRJ / IH / LHIA)</i>	

ATENAS E A GUERRA EXPANSIONISTA NA REGIÃO DE ANFIPOLIS NO SÉCULO V a.C.	30
<i>Prof^a Dr^a Maria Regina Candido (UERJ / NEA / CEHAM)</i>	

Aspectos Militares do Medievo

RECONQUISTA: GUERRA SANTA OU EXPANSÃO MILITAR.....	40
<i>Prof^a. Dr^a. Renata Vereza (UFF)</i>	

A CAVALARIA NA IDADE MÉDIA – ENTRE A GUERRA E A CIVILIZAÇÃO.....	54
<i>Prof. Dr Álvaro Bragança Jr (Letras-UFRJ / PPGHC / UFF)</i>	

DE ROMA PARA O MEDIEVO, A IDEIA DE "GUERRA JUSTA".....	70
<i>Prof. Doutorando Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (UFF/GEHM/CEIA/IGHMB)</i>	

Comunicações

O SÃO LUÍS MILITAR DE JOINVILLE.....	83
<i>Prof^a. Mestranda Luiza Zelesco Barreto (UFF /PPGH)</i>	

REFLEXÕES SOBRE A GUERRA EM CASTELA MEDIEVAL.....	93
<i>Prof. Mestrando Thalles Braga Rezende Lins da Silva (UFRJ/PPGHC)</i>	

OS GUERREIROS LICANTROPOS NA TRADIÇÃO GERMÂNICA E ESCANDINAVA	105
<i>Prof. Mestrando Renan M. Birro (PPGH / UFF)</i>	

O EMPREGO TÁTICO DA ARQUEARIA ATRAVÉS INGLATERRA MEDIEVAL.....	119
<i>Graduando Hiram Alem (UFF/GEHM/CEIA/UFRJ)</i>	

**REFLEXOS DO PENSAMENTO MILITAR ROMANO NAS MODERNAS
ESTRUTURAS MILITARES BRASILEIRAS.....128**
Major Rafael Cunha de Almeida (Mestre em Ciências Militares/ECEME)

**O SOLDADO-MERCENÁRIO E GUERRA ENTRE OS GREGOS E A RECEPÇÃO
NA CONTEMPORANEIDADE.....145**
Prof. Ms. Alair Figueiredo Duarte (NEA/UERJ)

**TESTEMUNHOS DE *BARBÁRIE*: TENSÕES, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES
ENTRE CELTAS, HELENOS E LATINOS.....155**
Prof. Mestrando Pedro Vieira da Silva Peixoto (PPGH / UFF)

Apresentação

*Cel (RI) Fernando Velôzo Gomes Pedrosa**

O Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx) sente-se honrado em apresentar ao público o resultado do *I Encontro de História Militar Antiga e Medieval*, realizado no Palacete Laguna no dia 21 de novembro de 2011. A realização de um evento com esse recorte temático parece estar em contradição com o objetivo atribuído ao CEPHiMEx quando de sua criação, que é o estudo e a pesquisa da História Militar moderna e contemporânea. Entretanto, a iniciativa de membros do Centro e de alguns colaboradores, bem como o interesse demonstrado pelo meio acadêmico carioca fizeram surgir a oportunidade de, com esse Encontro, concretizar uma das finalidades da criação do CEPHiMEx, o de ser um local de encontro de estudantes, professores e pesquisadores dedicados ao estudo da História Militar.

O CEPHiMEx foi criado em 30 de novembro de 2010 com a missão de desenvolver estudos e pesquisas no campo da História Militar de interesse do Exército Brasileiro, constituindo-se em um pólo irradiador da História Militar. Seus objetivos são: estudar e pesquisar a evolução da arte da guerra e do pensamento militar no mundo moderno e no Brasil, com vistas ao desenvolvimento da doutrina e da liderança militar; contribuir para a preservação dos valores e tradições do Exército Brasileiro e da memória institucional da Força; promover o intercâmbio entre instituições, pesquisadores e estudantes que se dedicam ao estudo e à pesquisa da História Militar; cooperar com o ensino e a pesquisa da História Militar nos estabelecimentos de ensino do Exército; e conduzir o Projeto História Oral do Exército.

O estudo da História Militar tem sido tradicionalmente vinculado às instituições militares, segundo uma perspectiva marcadamente utilitária e voltada para a compreensão de conceitos militares teóricos por meio de exemplos históricos de sua aplicação, para o estudo da liderança militar a partir do estudo da vida dos chefes militares e soldados do passado, e para o desenvolvimento de valores e virtudes cívicas e militares e a preservação das tradições, da cultura militar e da memória institucional das forças armadas e das unidades militares. Nos últimos anos, entretanto, o estudo da História Militar tem-se ampliado ao meio acadêmico, atraindo a atenção e os esforços de pesquisa voltados para o estudo das guerras como fenômeno político e cultural, e das instituições militares com suas práticas e representações. A organização do evento buscou reunir nesse Encontro um grupo de professores e pesquisadores do mais alto nível, capazes de apresentar um rico painel da pesquisa histórica em todas essas vertentes.

*Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

A conferência de abertura foi proferida pelas professoras doutoras Maria Regina Cândido, Professora de História Antiga e membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Regina Maria da Cunha Bustamante, Professora de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Laboratório de História Antiga e do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano daquela universidade. A Prof^a Maria Regina apresentou o tema “Atenas e a Guerra Expansionista na Região de Anípolis no Século V a.C”. A Prof^a Regina Bustamante tratou do tema “*Bellum Iustum* em Diferentes Perspectivas”.

Após a conferência de abertura, teve início a mesa redonda “Aspectos Militares do Medieval”, contando com a participação dos professores Renata Vereza e Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Álvaro Bragança Jr, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A apresentação da Prof^a. Renata Vereza tratou do tema “Reconquista: Conceito Polissêmico”; o Prof. Álvaro falou sobre “A Cavalaria na Idade Média: Entre a Guerra e a Civilização”; e o Prof. Rolph apresentou o trabalho “De Roma para o Medieval, a Ideia de Guerra Justa”.

Durante a tarde, houve duas sessões de comunicações. A primeira tratou de temas medievais, e foi coordenada pelo soldado Marcio Felipe Almeida da Silva, membro do CEPHiMEx, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e um dos idealizadores e organizadores do Encontro. As comunicações ficaram a cargo dos professores Luiza Zelesco Barreto, mestranda do Programa de Pós-graduação em História da UFF, com o tema “O São Luís Militar de Joinville”; Thalles Braga Rezende Lins da Silva, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ, com o tema “Reflexões Sobre a Guerra em Castela Medieval”; Renan M. Birro, mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFF, com o tema “Os Guerreiros Licantropos na Tradição Germânica e Escandinava”; e o graduando Hiram Alem, aluno do Departamento de História da UFF, falando sobre “O Emprego Tático da Arquearia Através da Inglaterra Medieval”.

A segunda sessão de comunicações abordou temas de História Militar antiga e foi coordenada pela Prof^a. Vanessa Ferreira de Sá Codeço, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, colaboradora voluntária do CEPHiMEx e também uma das idealizadoras e organizadoras do evento. As comunicações foram feitas pelo major Rafael Cunha de Almeida, concludente do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com o tema “Reflexos do Pensamento Militar Romano nas Modernas Estruturas Militares Brasileiras”; pelo Prof. Ms. Alair Figueiredo Duarte, membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade da UERJ, com o tema

“O Soldado-Mercenário e Guerra Entre os Gregos e a Recepção na Contemporaneidade”; pelos professores Pedro Vieira da Silva Peixoto, mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFF, com o tema “Testemunhos de *Barbárie*: Tensões, Conflitos e Representações Entre Celtas, Helenos e Latinos”; Sandro Teixeira Moita, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UNIRIO; e o graduando Leonardo Judice Amatzuzi, aluno do Departamento de História da UFRJ, com o tema “O Limes Germânico: Uma Reflexão Sobre Fronteira no Império Romano”.

A conferência de encerramento foi proferida pela professora doutora Vânia Leite Fróes, da Universidade Federal Fluminense, que discorreu sobre “A Simulação da Guerra nos Jogos de Competição: Os Torneios e as Justas na Idade Média”.

Com a publicação destes *Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval*, o CEPHiMEx pretende deixar registrados os trabalhos apresentados no evento, reunindo um grupo de professores e pesquisadores do mais alto nível. Espera-se que a interação e discussão entre acadêmicos e profissionais militares dedicados à História seja um incentivo para a ampliação do interesse pela pesquisa no campo da História Militar.

CONFERÊNCIAS DE ABERTURA

BELLUM IUSTUM EM DIDERENTES PERSPECTIVAS

Prof^a Dr^a Regina Maria da Cunha Bustamante*

Introdução

Na contemporaneidade, vivenciamos uma série de conflitos, em que os beligerantes justificam seus motivos calcados na concepção de “guerra justa”. Desde a Antiguidade, encontramos a mesma preocupação em explicar os motivos, qualificados como “justos”, que “levam” ao conflito bélico. O presente texto se fundamentará no conceito latino de *Bellum Iustum* e procurará discuti-lo historiograficamente, para posteriormente aplicá-lo ao caso específico de um movimento tribal norte-africano contra a implantação do poderio romano na região no início do Principado, período conhecido como *Pax Romana* (PETIT, 1989).

1. *Bellum Iustum*: Historiografia Antiga Romana

De acordo com a tradição romana, objetivando evitar a cólera dos deuses, um esforço militar para ser bem sucedido devia ser *bellum iustum*, ou seja, pautado em motivos considerados justos: expulsão do inimigo, vingança por uma injustiça sofrida ou reivindicação de um direito legítimo. O aspecto religioso fazia parte de todas as instâncias da vida na Roma Antiga e não poderia deixar de estar presente na guerra. Assim, a guerra envolvia um ritual religioso muito complexo.

O primeiro ato era a *clarigatio* (de *clarigo*, “alto” e *ago*, “exigir”): o *pater patratus* (orador e membro mais categorizado da confraria religiosa dos feciais¹) conduzia uma delegação

* Professora Associada de História Antiga da UFRJ e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de História Antiga (LHIA) e do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR).

¹ Feciais: membros de uma confraria religiosa, talvez em número de vinte, que tinham a função de comunicar por anúncios solenes as decisões diplomáticas do Senado, como guerras, tratados e advertências (SCHEID, 1998, p. 114-115). Segundo a tradição, a confraria foi instituída por Numa Pompílio (segundo rei lendário de Roma) (SPALDING, 1993, p. 60).

de feciais, geralmente quatro, trazendo um montículo de relva retirada do Capitólio² e uma pedra simbolizando Júpiter, e reclamava reparação aos inimigos num prazo de trinta dias. Uma vez findo este prazo, declarava-se a guerra (*indictio belli*) através do voto dos *Comitia Centuriata* (uma das assembléias de cidadãos da República Romana). O *pater patratus* jogava uma lança ensanguentada (*hasta ferrata* ou *sanguinea* ou *praeusta*) no território inimigo, simbolizado por um marco construído diante do templo da deusa Belona³ em Roma. Ele proferia então: *Bellum iustum indicio facioque*, ou seja, “Declaro e faço uma guerra justa”.

Antes de partir para a campanha, os soldados deviam prestar um juramento no Campo de Marte, o que fazia deles iniciados capazes de assegurar um serviço sagrado (*sacra militia*). Toda a operação militar era precedida do tomada dos auspícios (consulta aos deuses por ritos divinatórios). Durante a duração da guerra, as portas do templo do deus Jano⁴ em Roma permaneciam abertas.

² Templo no monte Capitólio consagrado à Tríade Capitolina: Júpiter, Juno e Minerva, que protegia Roma.

³ Belona: Irmã, esposa, filha ou ama do deus Marte. Era esta divindade que preparava o carro de combate e os cavalos de Marte, quando este partia para a guerra. Mostrava-se nas batalhas com o semblante formidável, cabelos esparsos, uma tocha uma das mãos e um látigo [açoite] na outra, com o qual fazia retumbar o éter [espaço celeste]. A Belona romana parece ser uma divindade de origem sabina, e corresponde a *Enyo* dos gregos. Possuía muitos e célebres templos em Roma. Não raro os poetas a confundem com Palas. Representavam-na, em geral, dos pés a cabeça, de lança em punho. Possuía seu principal templo em Roma, junto da Porta Carmenta, no qual o Senado dava audiências aos embaixadores estrangeiros e aos generais. Seus sacerdotes chamavam-se *Bellonarii*. Estes celebravam a festa da deusa fazendo incisões nas coxas e nos braços, a fim de oferecerem seu sangue em sacrifício. Levados por feroz entusiasmo, prediziam a tomada das cidades e a fuga dos inimigos. Eram tidos em grande consideração (SPALDING, 1993, p. 33).

⁴ Jano: rei da Itália, filho de Apolo e de Creusa ou Evadne. A origem dessa divindade romana é obscura; alguns a fazem cita, outros, originária do país dos perrébios, povo da Tessália, e outros, finalmente, acreditam que tivesse nascido em Atenas, já que sua mãe era filha de Erecteu, rei de Atenas. Logo que atingiu a maturidade, Jano equipou uma flotilha e dirigiu-se para a Itália, onde, após algumas conquistas, construiu uma cidadela à qual deu o nome de Janículo. A seguir, estendeu seu poder sobre todo o Lácio. Logo que Saturno, expulso do céu, veio buscar refúgio na Itália, Jano acolheu-o hospitaleiramente e associou-o ao governo do país. O deus, em reconhecimento, dotou Jano de rara prudência, de tal modo que o passado e o futuro estavam sempre ante seus olhos. Depois da sua morte, foi posto no rol dos deuses pelos povos que governara e que civilizara. Seu reinado foi tão pacífico que dele fizeram o deus da paz. Representavam-no com uma cabeça com duas faces, tendo na mão uma vara e, na outra, uma chave. Seu templo, construído por Numa, ficava aberto durante a guerra, a fim de que o deus pudesse seguir a ajudar o exército romano, e fechado em tempo de paz, para impedir que ele abandonasse a cidade. Era sempre o primeiro a ser invocado nas cerimônias religiosas, porque presidia às portas e aos caminhos e porque era por sua mediação que as preces dos homens chegavam até os deuses. Jano tinha dois rostos porque exercia seu poder sobre o céu e sobre a terra. Era a divindade mais antiga do mundo. Tudo se abria e fechava à sua vontade. Suas estátuas, em geral, o representavam tendo na mão direita o número trezentos, e, na esquerda, o número sessenta e cinco, para exprimir a duração do ano. Presidia o ano e o começo de tudo: era o deus dos princípios. O *Janus bifrons*, “Jano de dois rostos”, exprimia a faculdade que ele tinha de olhar para frente, o porvir, e ver atrás, o passado; *Janus quadrifons*, “Jano de quatro cabeças”, exprimia as quatro estações do ano que ele presidia. Visto Jano abrir o ano, o primeiro mês lhe era consagrado, janeiro, *januarius*. Havia em Roma vários templos de Jano, uns em honra do Jano bifronte, outros em honra ao Jano quadrifonte. Além da Porta Janícula, fora dos muros de Roma, havia doze altares em honra

Mesmo durante o conflito, havia limites para o que era permitido entre os beligerantes: os *iura belli* ou o *ius in bello*. Assim, nas campanhas de Filipe V (rei da Macedônia, entre 221 e 179 a.C.) contra Atenas, tanto o historiador latino Tito Lívio quanto o historiador grego Políbio denunciaram o desrespeito a estes limites. Tito Lívio (História de Roma XXXI, 30) expressou esta situação através do discurso ateniense contra os macedônios visando convencer os etólios a se aliarem a eles e aos romanos: “*Não se queixavam, disseram, por sofrer de um inimigo ataques de inimigo, porquanto a guerra tem suas leis: sendo justo aplicá-las, justo é também padecê-las.*” O condenável e desqualificado como “bárbaro” foi a violação dos túmulos e monumentos funerários e a destruição de templos por parte dos macedônios, o que ia contra “as leis divinas e humanas”. O mesmo tipo de argumentação já fora exposto por Políbio (História V, 9, 11): “Até aí todos estes atos tinham sido praticados acertada e justamente segundo as leis da guerra [termo grego: *oi tou polemou nomoi*], mas não o que foi feito em seguida.” E o historiador então relata as atrocidades contra oferendas votivas e templos. A concepção de limites aos atos de guerra está presente no direito internacional público contemporâneo, exemplificado nas Convenções de Genebra⁵.

A vitória comportava também todo um ritual: súplicas em honra aos deuses, elevação de um troféu (suporte de madeira vestido com as armas dos vencidos), triunfo do general e introdução em Roma dos deuses dos inimigos. O ritual fecial intervinha ainda no momento do tratado da paz: o *pater patratus* sacrificava com uma faca de pedra (*foedus icere* ou *ferire* ou *percutere*) o porco escolhido como vítima e, em seguida, lançava fora a faca acompanhada das seguintes palavras: *Si sciens fallo, tum me Diespiter, salva urbe arceque, bonis ejiciat ut ego hunc lapidem* (“Se eu engano de propósito, que Júpiter, salvando a cidade e a cidadela, me lance

do Jano, os quais lembravam os doze meses do ano. Sobre o reverso das suas moedas via-se um navio ou simplesmente uma proa, em memória da chegada de Saturno à Itália sobre um barco (SPALDING, 1993, p. 76-77).

⁵ Convenções de Genebra são uma série de tratados formulados em Genebra, na Suíça, definindo as normas para as leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional. Esses tratados definem os direitos e os deveres de pessoas, combatentes ou não, em tempo de guerra. Os tratados foram elaborados durante quatro Convenções de Genebra que aconteceram entre 1864 a 1949.

fora os meus bens assim como eu atiro esta faca de pedra”). Assim, resguardava-se a cidade de qualquer malefício advindo da quebra de juramento perante a divindade.

No calendário religioso, previam-se várias festas com ritos de purificação ou iniciáticos: *Quinquatrus*⁶, *Tubilustrium*⁷, *Equirria*⁸, *October Equus*⁹ e *Armilustrium*¹⁰. Estas festas aconteciam no início e no fim do ano militar, que ia de março a outubro, ou seja, da primavera ao outono; o inverno, sob o ponto de vista militar, era um tempo de inação.

Bellum iustum implicava na noção de “guerra defensiva”, pois os exércitos romanos apenas reagiriam a um ato agressivo do inimigo não sendo o agente provocador do conflito. Assim, cada vez que Roma podia ser acusada de agressividade expansionista, alegava-se que fora a resposta a uma intenção ou a um ataque injusto e bárbaro de outros povos contra Roma e seus aliados, buscando legitimar a agressão romana. Construía-se a imagem dos romanos como heróis justiceiros na medida em que a sua causa fora vencedora (*victrix causa*) e os vencidos tiveram sua voz silenciada ou traduzida pelos vencedores em favor dos romanos.

2. *Bellum Iustum*: Historiografia Colonial

⁶ *Quinquatrus*: Os sálios (confraria religiosa relacionada a Marte) executavam suas danças sagradas, batendo com a lança seus escudos (*ancilia*) sagrados ovais com laterais em forma de oito, que se acreditava terem caído do céu. Seu canto invocava Marte, deus da guerra, mas também Júpiter e Jano (ver nota 2). Vestiam a *trabea* (vestimenta militar de cor púrpura), uma couraça de metal e capacete (LE BONNIEC, 1969, p. 102). Acontecia em 19 de março.

⁷ *Tubilustrium*: Festa de purificação e sacralização das trombetas de guerra. Ocorriam em 23 de março e 23 de maio. Le Bonniec (1969, p. 102) avança que a duplicidade de datas talvez multiplicasse as garantias de eficácia.

⁸ *Equirria*: Festas instituídas por Rômulo em honra de Marte, deus da guerra. Os cavalos eram purificados e sacralizados antes da abertura da campanha militar. As *Equirrias* realizavam-se no *Campus Martis*, “Campo de Marte” (SPALDING, 1993, p. 54), em 27 de fevereiro e 14 de março. Apresentavam-se *desultores* montando dois cavalos a galope ao mesmo tempo e saltando de um para o outro executando acrobacias e se fazia *transuectio equitum* (revista de cavaleiros) (BRANDÃO, 1993, p. 138).

⁹ *October Equus*: Festa muito antiga respondendo aos ritos agrários e guerreiros, que ocorria em 15 de outubro no Campo de Marte, durante a cerimônia de encerramento das atividades militares. Após uma corrida de bigas, sacrificava-se um cavalo (LAMBOLEY, 1995, p. 266). O cavalo (bode expiatório, vítima substituta), que estava à direita da biga do vencedor, era sacrificado imediatamente pelo flâmine de Marte, como uma forma de purificar o exército e a cidade com efusão do sangue do animal e o fetiche de seu esqueleto. Uma parte do sangue da vítima era derramada na *Regia* (residência do *Pontifex Maximus*) e outra enviada às Vestais, que a guardavam cuidadosamente para as lustrações dos meses restantes do ano. Pela cabeça do animal, competiam acirradamente os residentes da *Via Sacra* e os habitantes da Suburra (bairro povoado e de má fama), na medida em que a cabeça era considerada sede da força vital, onde se concentravam todas as energias (BRANDÃO, 1993, p. 140-141).

¹⁰ *Armilustrium*: Cerimônia da purificação das armas, quando do retorno das expedições guerreira em outubro, pois as armas estavam impuras por verterem sangue. Os sálios carregavam em procissão seus escudos sagrados e executavam suas danças. Ocorria no monte Aventino, num recinto sagrado chamado também de *Armilustrium*, externo então ao limite sagrado do *pomerium*, o que se compreende, pois se tratava de purificar armas antes de introduzi-las no território sagrado da cidade (LE BONNIEC, 1969, p. 102-103).

A concepção *bellum iustum*, elaborada pela antiga historiografia romana, foi reproduzida por alguns historiadores modernos e contemporâneos. O pensamento humanista clássico e o pós-clássico, como o de Montesquieu, por exemplo, peças-chaves da ideologia burguesa, reconheceram alguns excessos da República Romana, mas os diluíram em favor do resultado final: a *Pax Romana* era preferível à liberdade na anarquia. Prevalencia a idéia de que uma civilização tinha o direito de conquistar e de organizar o mundo, legitimando assim a constituição ou a extensão de um império pela força contanto que os conquistadores respeitassem certas formas do direito dos povos. Havia admiração por Roma Antiga e se considerava a sociedade europeia ocidental a sua herdeira. A função justificadora da história romana, pelo viés de uma filiação associando a Europa ao um império pacificador e civilizador, foi utilizada nos discursos das potências coloniais durante a expansão imperialista europeia do final do século XIX e início do XX na África e na Ásia. A historiografia europeia deste período desenvolveu um número significativo de estudos sobre a conquista romana e a romanização. O expansionismo imperialista das metrópoles europeias procurou no passado um paralelo histórico e encontrou no Império Romano um campo propício para legitimar o seu domínio, em especial na região norte-africana onde os antigos romanos já estiveram presentes, ressaltando os benefícios da civilização romana e posicionando-se como seus herdeiros naturais.

Entretanto, sendo o imperialismo europeu alvo de críticas, como a dos marxistas (por exemplo, Lênine e Rosa Luxemburgo) que denunciavam a exploração econômica como móvel do expansionismo, a política da Roma Antiga também passou a ser vista não mais numa perspectiva tão positiva. A posição de um imperialismo romano benigno teve em Mommsen (1854-1856) um de seus pilares e em Frank (1914) e Holleaux (1921), dois de seus arautos. Estes, ao se interrogarem sobre o caráter voluntário ou não, consciente ou não, da construção imperial romana, viam com restrições a intervenção significativa dos interesses “mercantilistas” para qualquer época, defendendo que o início da expansão romana não foi direcionado por estes

interesses e sim por preocupações defensivas. Assim, a perspectiva marxista sobre o imperialismo romano foi considerada por eles como uma extrapolação abusiva.

Distintamente, colocavam-se Schumpeter (1919) e Rostovtzeff (1926). O primeiro defendia que os romanos eram levados à guerra e a um intervencionismo sistemático, sempre alegando assegurar a paz e que seus interesses eram ameaçados ou efetivamente atacados. Rostovtzeff, mesmo classificando como “guerras preventivas” a primeira da campanha romana no Oriente, acabou por reconhecer que, sob um pretexto vão de defesa contra perigos hipotéticos (evitar a formação de um Estado político forte no Oriente), havia o caráter destruidor do imperialismo. A crítica e a polêmica marxistas abordaram não apenas as estruturas internas das sociedades e dos Estados, mas também as relações entre os Estados (guerra, dependência de uma nação para com outra e a relação entre guerra e dependência). Desenvolveram um novo tipo de análise e argumentação, que foi reforçada pela eclosão, através da Europa, de consciências nacionais oponentes às idéias de império e de construções transnacionais que evocavam principalmente lembranças de opressão cultural.

3. *Bellum Iustum*: Historiografia Pós-colonial

A partir de meados do século XX, com a fragilidade europeia pós Segunda Guerra Mundial e principalmente com a descolonização afro-asiática, parte da historiografia fez uma denúncia imoderada e tendenciosa da ação romana. A produção historiográfica desenvolveu um viés “descolonizador” que ressaltou a resistência ao domínio romano e resgatou os elementos nativos em contraposição à romanização. Tal como a tendência historiográfica colonial do final do século XIX e início do XX, a nova procurava encontrar no passado uma antecipação e/ou continuidade da realidade histórica vivenciada no momento de sua produção. Os dois modelos, ao estudarem o domínio romano sobre outras sociedades, transpuseram a visão polarizada da história recente para as suas respectivas produções historiográficas. As revoltas indígenas detectadas na documentação antiga para o período romano não são debitadas, como na

historiografia tradicional, à beligerância nativa, mas inseridas numa resistência contínua e organizada tanto em nível militar como cultural, semelhante aos movimentos nacionalistas de independência do século XX.

O processo de descolonização significou uma descolonização da produção historiográfica, com ex-colonos reescrevendo a história e resgatando a memória de suas origens e, assim, tomando em suas mãos a rica e complexa herança cultural. Neste contexto, procurou-se demonstrar a singularidade e a individualidade de diferentes povos ocasionando a crítica de termos genéricos como “indígenas” que, apesar de expressarem ao menos parcialmente a unidade de uma população frente ao elemento externo, mascaram a complexidade étnica da região. Também se verificou o esforço em romper com a tradição historiográfica de fazer a história da região a partir da chegada do elemento externo. Procurava-se desconstruir a história colonial da região que privilegiou os aspectos militar, urbano e cultural (este apenas relacionado à elite). Para contrapor-se a esta visão, enfatizou-se a importância da resistência a Roma não como uma tendência anárquica ou uma rejeição dos benefícios da civilização, mas como uma contínua oposição às conquistas e cultura estrangeiras. Buscou detectar as lacunas, os erros e as tomadas de posição da historiografia colonial. Bénabou (1976) foi um dos expoentes desta corrente historiográfica ao ressaltar uma identidade histórico-cultural norte-africana através de um “fundo de cultura” presente na religião, nas línguas locais e na onomástica.

Outro tipo de olhar historiográfico se construiu afastando-se de uma perspectiva européia. O surgimento em primeiro plano de atores (União Soviética, Estados Unidos e Japão), que pertenciam somente marginalmente ao *oikouméné* dos antigos (tradição clássica), provocou uma dissociação na consciência dos historiadores e, no seu subconsciente, entre o objeto de suas pesquisas e a aplicação possível a uma dominação imperial presente; nascia então outros pólos de interesse histórico. Este distanciamento permitiu abordar Roma sem ter o sentimento de lhe dar razão ou não e afastou de uma possível identificação com Roma. O desenvolvimento da arqueologia, da etnologia e da história das religiões e o aprofundamento do conhecimento da

Antigüidade propiciaram a descoberta de mundos estranhos ao universo clássico e uma visão distinta do homem a partir de comparações resultando em explicações diferentes. Analisam-se, sob diferentes óticas (mentalidades, religião, linguística, sociológica...), as relações entre o discurso dos antigos romanos e os seus atos expansionistas, evitando uma perspectiva isomórfica de considerar o discurso como realidade. Buscam-se compreender e explicar os atos e discursos de outro tempo, mas evitando, através de um rigor filológico e crítico, tanto o anacronismo do detalhe como o anacronismo de julgar com as categorias e sentimentos atuais. Nesta linha, encontram-se, por exemplo, os estudos sobre o imperialismo romano realizados por Badian (1968), Brisson (1969), Veyne (1975), Brunt (1978), Garnsey e Whittaker (1978), Harris (1979 e 1984), Derow (1979), North (1981), Lintott (1981), Sherwin-White (1980 e 1984), Linderski (1984) e Frézouls (1983).

A análise da expansão romana na Antiguidade é, tradicionalmente, influenciada pela visão monolítica de *bellum iustum* passada pelos antigos romanos e pela insuficiência de fontes originada do “outro” lado. A revolta de Tacfarinas insere-se neste quadro, porém não é impossível desvelar aspectos que permitam compreender toda a complexidade do movimento, que superem uma perspectiva de desqualificação do oponente vencido.

4. Revolta de Tacfarinas

No início do século I (de 14 a 27), ocorreu uma revolta de tribos norte-africanas liderada por Tacfarinas contra o poder romano imperial, que se implementava na região desde a derrota cartaginesa na Terceira Guerra Púnica (146 a.C.). A principal fonte de informação sobre esta revolta é de origem romana: Tácito em três breves passagens dos Anais, II, 52; III, 74 e IV, 23-26. Esta obra, escrita entre 116 e 118, abordava a história de Roma do período de 14 a 68 e foi organizada em 16 livros, porém nem todos sobreviveram. O autor era membro da ordem senatorial romana. Republicano nostálgico, Tácito criticava o poder centralizador do imperador, acabando por adotar uma visão pessimista sobre o Império Romano. O seu interesse centrava-se

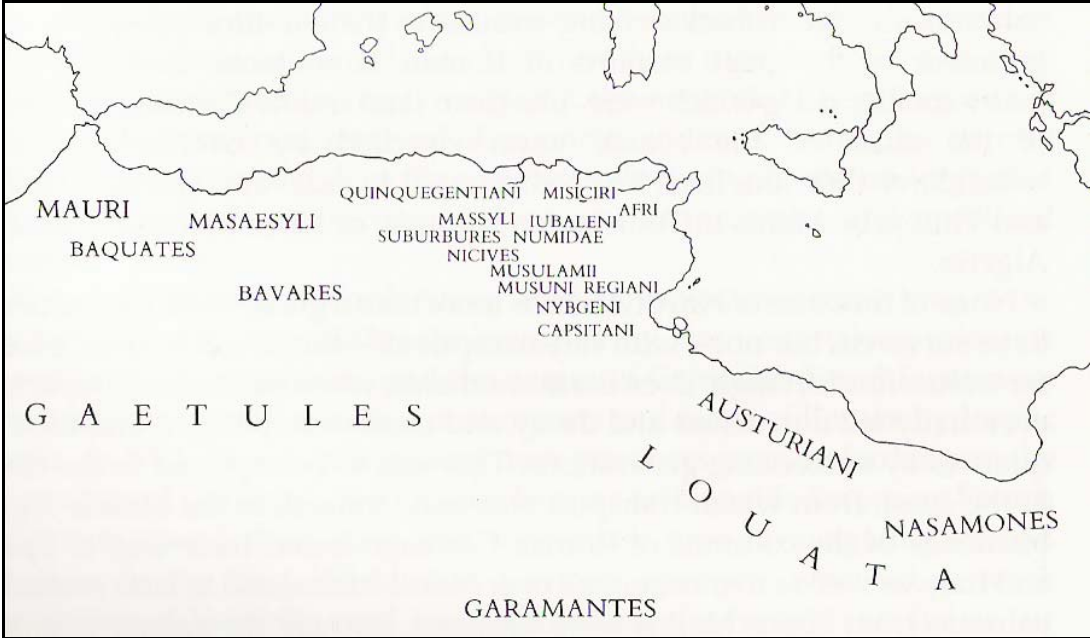
na história romana e as referências a outros povos interessavam na medida em que se relacionavam a Roma. No caso específico, Tácito (Anais IV, 23) utilizou-se do movimento de Tacfarinas para criticar a vaidade dos generais mais preocupados em receber as honrarias militares do que em sufocar realmente o movimento assim como acusar a política imperial de desguarnecer prematuramente a região com a retirada da IX Legião e denunciar o terror das autoridades em desobedecer às ordens do imperador, ainda que errôneas, e a inépcia e a falta de visão do imperador Tibério (14-37) na escolha do encarregado de debelar a revolta.

A revolta de Tacfarinas foi apresentada por Tácito (Anais II, 52; III, 74 e IV, 23 e 25) numa perspectiva de alteridade em que os revoltosos foram desqualificados como “*vagabundos e ladrões*”, “*bárbaros*” e “*gente pobre e de maus costumes*”. Sua ação foi “*espalhar o terror com assaltos e incêndios*” sendo caracterizada como de saque e rapinagem, típicas de um “*bando desordenado*”, vizinho às “*solidões da África*” que desconhecia “*viver em cidade*”. A revolta só se tornou uma ameaça a Roma quando o musulâmio Tacfarinas, pejorativamente denominado por Tácito (Anais III, 73) de “*salteador*”, assumiu a liderança e usando sua experiência militar, pois já servira nas tropas auxiliares de Roma e desertara das suas hostes, organizou os revoltosos “*em corpos, à maneira militar*”. Lassère (1991), ao abordar o recrutamento romano e os musulâmios, destaca que esta experiência permitiu a Tacfarinas usar os conhecimentos da arte militar (disciplina, organização em destacamentos e pelotões, *uexilla et turmae*, e manobras de campo) contra os romanos. Mesmo assim, segundo Tácito, a cavalaria nômada não chegava à altura da infantaria romana, o que reforçava ainda mais “*o temor do nome romano*” (Anais IV, 24).

Tácito (Anais IV, 23-24) nos informa que a “*incúria juvenil de Ptolomeu, filho de Juba [III]*” (monarca do reino cliente da Mauritânia entre 25 a.C. e 23) em impor ordens, através de libertos e escravos do rei, levou os mauros à guerra, logo, não teria sido uma falta romana. Entretanto, o autor explica como Tacfarinas incitou os povos locais: alegou o enfraquecimento romano na África do Norte, devido a enfrentamentos em outras regiões, o que facilitava a

expulsão dos romanos com a união de todos, e o desejo de liberdade frente à escravidão. Esta liberdade estava presente no modo de vida das comunidades locais interioranas: “*sem costume de viver em cidades*” (Anais II, 52). Reafirmava-se assim a oposição entre o mundo da civilização, personificado pelos romanos, e o da barbárie, personificado, neste caso, pelos musulâmios, um dentre os vários povos tribais existentes na África do Norte desde antes do domínio romano, conforme apresentado por Raven (1998, p. XXIX) no mapa abaixo:

MAPA 1: PRINCIPAIS ÁREAS TRIBAIS DA ÁFRICA DO NORTE



Nota de Raven: As tribos mostradas não são necessariamente contemporâneas entre si.

O estilo de vida nômade, que tinha no pastoreio transumante o seu fundamento, contrastava como o romano, que procurava sedentarizar as populações e estimular as atividades agrícolas, cuja produção era exportada para Roma. Desde os primeiros tempos da administração romana, revelou-se difícil conter os movimentos das tribos norte-africanas do interior (marmáridas, nasamones, garamantes e getulos) em limites estreitos, pois estavam acostumadas aos deslocamentos em direção às planícies costeiras férteis, entrando em choque com as populações sedentárias que ali habitavam. Conhecem-se as revoltas das tribos locais pelas ofensivas oficiais empreendidas contra elas. As informações sobre a resistência destas tribos são

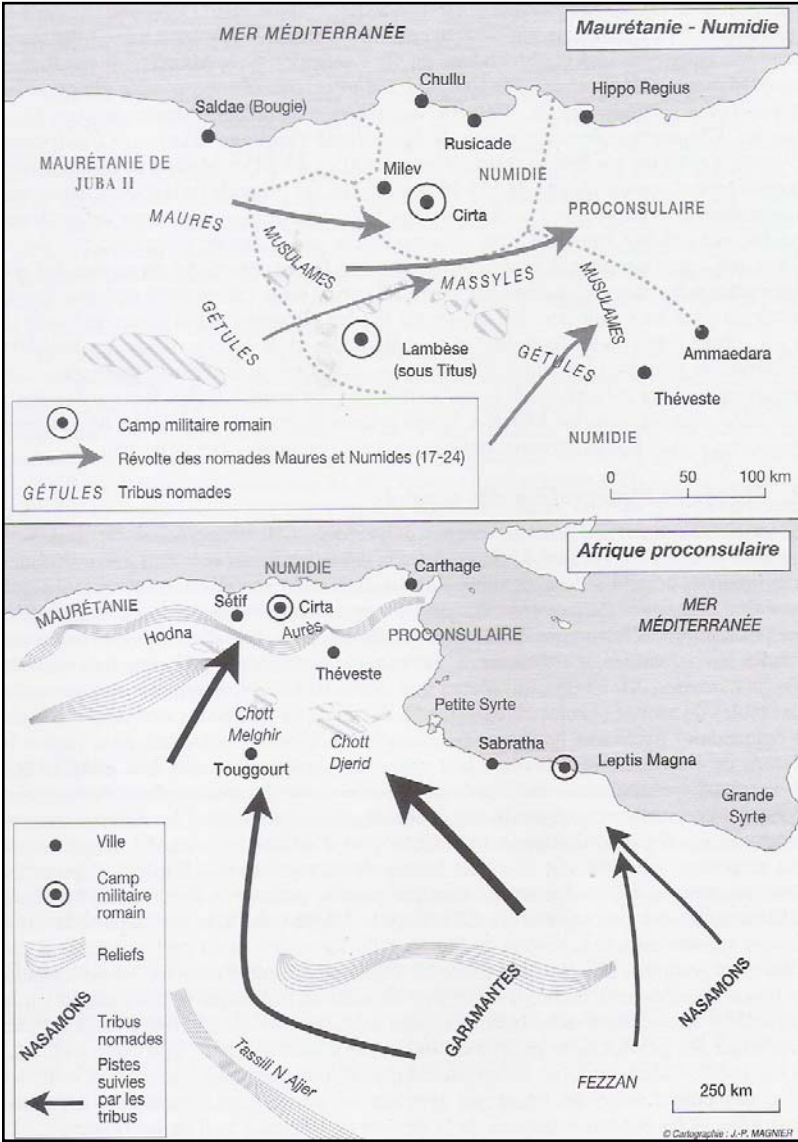
fornecidas pela documentação literária e epigráfica, deixada pelos romanos, manifestando assim o seu ponto de vista.

Os romanos procuraram fixar as tribos nômades em fazendas para cultivar a terra próxima às cidades litorâneas e também para facilitar a tarefa dos coletores de impostos. Objetivando fechar o acesso às tribos do interior e intimidar as razias nômades em território romano, muitos procônsules no período de Augusto empreenderam campanhas militares de êxito, como por exemplo, a de Cornélio Balbo contra os garamantes em 19 a.C. e a de Cosso Lentúlio contra os getulos, que invadiram a fronteira sul da província, entre 3 e 6. Como resultado da campanha militar de Cornélio Balbo contra os garamantes, intermediários no comércio transaariano durante os períodos fenício e cartaginês e que se opuseram à intenção romana de impor suas leis em territórios que habitualmente atravessavam livremente para alcançar a costa, Augusto tomou uma série de medidas: a construção de uma estrada de 160 milhas pela III Legião Augusta entre sua base em *Ammaedara* e *Tacapae* no Golfo de Gabes, a extensão das fronteiras provinciais e a restrição ao nomadismo tribal através de guarnições de tropas romanas. Apesar da derrota, os garamantes não se submeteram de todo, pois auxiliaram a rebelião de Tacfarinas e, em 69, afrontaram o poder de Roma ao intervir numa querela entre *Oea* (atual Trípoli) e *Lepcis Magna* (moderna Lebda), sendo então derrotados rapidamente por Valério Floro (Tácito. Histórias IV, 50). Os getulos, que habitavam a nordeste dos garamantes e se estendiam até a Numídia, também foram afetados pela política de restrição de passagem imposta pelos romanos.

O interesse romano pelas terras norte-africanas, inicialmente, pelo antigo território cartaginês e, posteriormente, pelo território númida, afetou as populações locais. Demarcações e cadastros territoriais foram realizados pelos romanos para inventariar os recursos disponíveis. As delimitações de terras podiam ser acompanhadas de deslocamentos populacionais, pois o cadastro não concernia somente às zonas selecionadas para a colonização, mas também aos territórios nômades, como as estepes do sul tunisiano sob Tibério. Estas operações de grande

envergadura objetivavam traduzir no espaço territorial o domínio de Roma na África do Norte e originaram rebeliões, como as mapeadas abaixo por Wattel (1998, p. 69).

MAPA 2: NÔMADES E SEDENTÁRIOS NA ÁFRICA NO INÍCIO DO SÉCULO I



A propriedade tribal na África do Norte foi sendo constantemente limitada em favor da ampliação crescente das terras de colonização afetando desta forma o direito de passagem, exceto na Mauritânia, na qual este permanecia irrestrito, pois não despertava o interesse econômico dos romanos. Este processo de confinamento das tribos para o interior e de expropriação de terras verificou-se no Principado e acentuou-se na época dos Severos, quando

houve a expansão do *limes* na Tripolitânia, Numídia e Mauritânia. A progressão dos cultivos reduziu a pastagem dos pastores seminômades, cujos rebanhos arriscavam-se incessantemente a invadir terras cultivadas.

A transformação das terras de nomadismo em áreas agrícolas, confiscando as terras férteis para a agricultura, e o fechamento dos caminhos de migração sazonal para a construção e para o melhoramento de estradas romperam o estilo de vida seminômade das populações locais (DYSON, 1975). Os campos mais ricos foram apropriados por veteranos, colonos romanos ou italianos, companhias coletoras de impostos e membros da aristocracia romana (senadores e equestres), expulsando desta forma a população local para as estepes e para o deserto. Esta população almejava a recuperação de suas terras.

Este quadro resultou no movimento nativo liderado por Tacfarinas, que foi debelado com muito esforço pelos romanos. A longa duração desta rebelião explica-se pela abrangência do movimento, que se estendeu a todas as fronteiras meridionais da África do Norte (da Pequena Sirta na Tripolitânia a Mauritânia), pois a situação afetava um grande número de nativos. O movimento englobou musulâmios, mauros, ciníticos e garamantes, sendo os primeiros os líderes e considerados como “*uma nação poderosa*” (Tácito. *Anais* II, 53)”, que conseguiram a aliança com o chefe da tribo dos mauros, Mazipa, e este, por sua vez, compeliu os ciníticos a fazerem causa com eles.

O procônsul Fúrio Camilo e a III Legião Augusta colocaram fim à guerra em 17. Mas, desde 21, Tacfarinas retomou a luta e impôs uma mudança de estratégia aos romanos ao praticar a tática de guerrilha: “*como suas forças eram desiguais às nossas, somente boas para exercer o salto, acometiam divididas em vários esquadrões, para melhor escapar e armar ciladas*” (Tácito. *Anais* III, 73). O procônsul Bleso foi chamado da Panônia e repartiu suas tropas pelos campos fortificados, de *Leptis Magna* (oeste de Trípoli) a *Cirta* (Constantina), entretanto, não alcançou nenhuma vitória decisiva, apesar das baixas e prisioneiros das hostes inimigas. Em 24, após a morte de Juba II e a ascensão de Ptolomeu, seu filho, os mauros se aliaram a Tacfarinas

contra os romanos; a revolta se estendeu então da Mauritânia a Grande Sirta. O procônsul Dolabela pôs fim à rebelião e à existência de seu chefe, que se suicidou para não cair em cativo. A fúria romana atendia ao desejo “*de vingança e de sangue nessa luta contra os que tantas vezes se haviam a ela esquivado*” (Tácito. Anais IV, 25); ressaltava-se assim a covardia dos revoltosos para enfrentar os romanos num confronto aberto e direto. Dolabela só não recebeu as honras triunfais¹¹ para não empanar a glória de Bleso, tio de Sejano, prefeito pretoriano do imperador Tibério e seu homem de confiança até 31, quando caiu em desgraça ao ser denunciado por conspiração.

A vitória romana foi celebrada e registrada na moeda cunhada na oficina da cidade norte-africana de *Oea* (identificada pela legenda púnica *wy't* no reverso) em *circa* de 22 a 29. No seu averso, encontra-se a efígie em perfil do imperador Tibério (legenda no averso: *AVGVSTVS TI CAESAR*, Augusto Tibério César), ladeado, à esquerda, por uma águia segurando no bico a palma da vitória e, à direita (atrás da sua nuca), por um ramo de louro. No reverso, há o busto de Apolo laureado, contornado por uma coroa de louros, tendo, à direita, uma lira. Apolo, divindade do panteão greco-romano, era identificado com o sol e a luz da verdade; fazia os homens cientes dos seus erros e era o agente da sua purificação; além disso, era o deus da Beleza, Perfeição, Harmonia, Equilíbrio e Razão. Portanto, a moeda apesar de cunhada na região norte-africana e contendo legenda púnica, era, sem dúvida, o discurso vitorioso do romano. Expressava-se em imagem o que Tácito (Anais IV, 26) manifestou em palavras: “*aquele povo [garamantes], abalado pela morte de Tacfarinas e cõnscio de suas culpas [negrito nosso], mandava dar*

¹¹ Honra suprema dada ao general vitorioso pelo Senado. Colocava o general na posição dos deuses, sempre o lembrando, entretanto, que era apenas um homem. O triunfador devia ser ditador, cônsul ou pretor, ter combatido sob seus próprios auspícios numa guerra justa, ter aumentado o *ager publicus* e matado ao menos 5.000 inimigos. O cortejo, organizado por um curador, partia do Campo de Marte e chegava ao Capitólio, passando pelo *Forum Boarium* para contornar o Palatino. À cabeça do cortejo, vinham os senadores, os magistrados e os músicos, depois os despojos, o botim tomado do inimigo e os prisioneiros destinados ao suplício; no centro, precedido pelos litores, o general sobre seu carro, coroado com louros, portanto o cetro e um ramo de louro, revestido da *toga palmata*; atrás dele um escravo segurava uma coroa de ouro e repetia sem cessar ao general que ele era apenas um homem; no fim do cortejo, vinham os soldados que zombavam de seu general visando apaziguar a inveja dos deuses, pois a multidão (era a única circunstância em que os cidadãos em armas podiam entrar no *pomerium*). Após o sacrifício a Júpiter, a festa terminava com um banquete público. Encontra-se representado no Arco de Tito o triunfo que ele celebrou após a sua vitória sobre os judeus (LAMBOLEY, 1995, p. 363).

satisfações ao povo romano.” Apolo era evocado para purgar a culpa dos revoltosos norte-africanos e restaurar a ordem e a civilização através da *Pax Romana*.



(ACQUARO, 2002, p. 110, n. 578)

O movimento liderado por Tacfarinas foi o mais proeminente de uma série de rebeliões locais ocorridas na região norte-africana durante o século I, após o qual os romanos passaram a exercer mais ações policiais do que operações militares. Não eliminando totalmente a resistência, Roma gradativamente buscou assentar as tribos, confinou as populações hostis a zonas marginais distantes das terras férteis, estabeleceu colônias ou municípios (*Sufetula*, *Cillium*, *Ammaedara* e *Thelepte*) em regiões importantes, como a África Proconsular, e expandiu a concessão de cidadania aos municípios, guarneceu suas fronteiras, já que a ameaça permanecia bem real, manteve a III Legião Augusta no interior e, dentro do possível, buscou conservar as estruturas indígenas na administração municipal (sufetes).

Conclusão

A abordagem historiográfica pós-colonial da Revolta de Tacfarinas afasta-se da reprodução da noção de *bellum iustum* dos antigos romanos, que silenciava a voz dos vencidos ou a apresentava em favor dos próprios romanos. Atualmente, busca-se compreender este movimento numa perspectiva de choque entre dois sistemas de vida: o nômade, característico das tribos norte-africanas, e o sedentário, imposto pelo poder romano na região. Talvez, a

aplicação de tal postura historiográfica, em que se procura entender as diferenças sem hierarquizá-las ou valorá-las, possa nos fornecer uma chave interpretativa para compreendermos melhor os próprios conflitos bélicos da nossa época visando dirimi-los.

A densidade histórica dos movimentos tribais da África do Norte repercute até hoje, na eclosão de uma série de protestos no mundo árabe em 2010 e 2011, no que ficou conhecido como “Primavera Árabe”. No caso específico da Líbia, a deposição e a morte de Muammar al-Gaddafi (1942-2011) serão melhores compreendidas se considerar, ao lado de interesses econômicos internacionais (petróleo, água e a proposta de um novo padrão monetário não ocidental) e uma análise crítica do discurso fortemente ideológico em prol da democracia ocidental, as rivalidades até hoje vigentes entre as múltiplas e distintas tribos líbias. O próprio Gaddafi, no início do seu governo, quando tinha alta popularidade, tentou sem sucesso eliminar o tribalismo existente na sociedade líbia. Com o declínio da sua popularidade, buscou apoio em algumas tribos líbias e se utilizou da rivalidade entre elas a seu favor (HUSSEIN, 2011). Mais do que continuar a reproduzir a herança do discurso romano da “guerra justa”, que, no caso líbio, seria a luta contra um regime tirânico e corrupto, é necessário adotar outro viés que pondere sobre a dinâmica tribal da região em suas peculiaridades e potencialidades.

Referências Bibliográficas

- AQUARO, E. *Monete puniche nelle Collezioni Italiane*. Parte III: Napoli, Museo Archeologico Nazionale. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2002. (Bollettino di Numismatica. Monografia 6.3.)
- BADIAN, E. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Oxford: University Press, 1968.
- BÉNABOU, M. *La résistance africaine à la romanisation*. Paris: Maspero, 1975.
- BRANDÃO, J. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia e religião romana**. Brasília, DF / Petrópolis, RJ: EdUnb / Vozes, 1993.
- BRISSON, J.-J. (ed.). *Problèmes de la guerre à Rome*. Paris - La Haye, 1969.

- BRUNT, P. A. *Laus Imperii*. In: GARNSEY, P. D. A., WHITTAKER, C. R. *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: University Press, 1978, p. 159-191.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. *Roma Aeterna*. In: COSTA, D.; SILVA, F. C. T. da (org.). **Mundo latino e mundialização**. Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ, 2004, p. 29-43.
- DECRET, F.; FANTAR, M. H. *L'Afrique du Nord dans l'Antiquité; histoire et civilisation des origines au V^e siècle*. 2.ed. Paris: Payot, 1988.
- DEROW, P. S. Polybius, Rome and the East. *Journal of Roman Studies* 69: 1-15, 1979.
- DYSON, S. L. Native revolt patterns in the Roman Empire. *Aufstieg und Niedergang Römisch Welt, Principato* 2 (3): 136-75, 1975.
- FÉVRIER, P.-A. *Approches du Maghreb Romain; pouvoirs, différences et conflits*. 2 t. Aix-en-Provence: ÉDISUD, 1989-1990.
- FRANK, T. *Roman Imperialism*. New York: Macmillan, 1914.
- FRÉZOULS, E. Sur l'historiographie de l'impérialisme romain. *Ktema* 8: 141-162, 1983.
- GARNSEY, P. D. A.; WHITTAKER, C. R. *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: University Press, 1978.
- HARMAND, L. *L'Occident romain; Gaule – Espagne – Bretagne – Afrique* (31 avant J.-C. à 235 après J.-C.). Paris: Payot, 1990. (Coll. Bibliothèque Historique Payot).
- HARRIS, W. V. *Guerra e imperialismo en la Roma republicana (327-70 a.C.)*. Madrid: Siglo XXI, 1989.
- HARRIS, W. V. (ed.). *Proceedings: The Imperialism of Mid-Republican Rome*. Rome: American Academy in Rome, 1984.
- HOLLEAUX, M. *Rome, la Grèce et les monarchies hellénistiques aux III^e. Siècle avant J.-C. (273-205)*. Paris: Boccard, 1921. (École Française d'Athènes, fasc. 124)
- HUSSEIN, M. **Análise: enfraquecimento de apoio tribal pode erodir poder de Kadafi**. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110222_libia_analise_pu.shtml. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.
- JULIEN, C.-A. *Histoire de l'Afrique; des origines à 1830*. 3. ed. Paris: Payot, 1994
- LAMBOLEY, J.-L. *Lexique d'histoire et de civilisation romaines*. Paris: Ellipses, 1995.

- LASSÈRE, J.-M. Le recrutement romain et les musulames. *In: ACTES DU IVe. COLLOQUE INTERNATIONAL D'HISTOIRE ET D'ARCHÉOLOGIE DE L'AFRIQUE DU NORD. L'Armée et les Affaires Militaires.* t. 2. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1991, p. 299-311.
- LE BONNIEC, H. Aspects religieux de la guerre à Rome. *In: BRISSON, J.-J. (ed.). Problèmes de la guerre à Rome.* Paris - La Haye, 1969, p. 101-115.
- LINDERSKI, J. *Si vis pacem, para bellum: concepts of Defensive Imperialism.* *In: HARRIS, W. V. (ed.). Proceedings: The Imperialism of Mid-Republican Rome.* Rome: American Academy in Rome, 1984, p. 133-164.
- LINTOTT, A. What was the *Imperium Romanarum*. *Greece and Rome* 28 (1): 53-67, 1981.
- MAHJOUBI, A. O período romano e pós-romano na África do Norte. *In: MOKHTAR, G. (coord.). História Geral da África.* v. 2: A África Antiga. São Paulo – Paris: Ática – UNESCO, 1983, p. 473-509.
- MANTON, E. L *Roman North Africa*. London: Seaby, 1988.
- MATTINGLY, D. J. From one colonialism to another: imperialism and the Maghreb. *In: WEBSTER, J., COOPER, N. (ed.). Roman Imperialism: post-colonial perspectives.* Leicester: School of Archaeological Studies, 1996, p. 49-69.
- MOMMSEN, T. *Römische Geschichte*. München: Dt. Taschenbuch-Verl., 2001, 8v. (original alemão: 1854-1856).
- MONTESQUIEU. *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence*. Paris: Garnier-Flammarion, 1968.
- NICOLET, C. L'“imperialisme” romain. *In: NICOLET, C. Rome et la Conquête du monde Méditerranéen (264-27 avant J.-C.).* t. 2: Genèse d'un empire. 5. ed. Paris: PUF, 1997, p. 883-920. (Nouvelle Clio, L'Histoire et ses Problèmes, dir. J. Delumeau e C. Lepelley)
- NORTH, J. A. The Development of Roman Imperialism. *Journal of Roman Studies* 71: 1-9, 1981.
- PETIT, P. **A Paz Romana**. São Paulo: Pioneira – EdUSP, 1989. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, História, Série “Nova Clio”, 9)
- PICARD, G.-C. *La civilisation de l'Afrique Romaine*. 2. ed. Paris: Études Augustiniennes, 1990.

- RAVEN, S. *Rome in Africa*. 3. ed. London – New York: Routledge, 1998.
- ROSTOVITZ, M. I. *Histoire économique et sociale de l'Empire Romain*. Paris: Robert Laffont, 1988. (Bouquins Collection, dir. G. Schoeller) (original anglais: 1926).
- SCHEID, J. *La religion des Romains*. Paris: Armand Colin, 1998. (Collection *Cursus*, série "Histoire de l'Antiquité", dir. François Hartog, Pauline Schmitt-Pantel e John Scheid)
- SPALDING, T. O. *Dicionário de mitologia latina*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- SCHUMPETER, J. Zur Soziologie der *Imperialismen*. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* 46: 1-39 / 275-310, 1919.
- SHERWIN-WHITE, A. N. Rome the Aggressor? *Journal of Roman Studies* 70: 177-181, 1980.
- TACITE. *Histoires*. Trad. H. Goelzer. 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1963. 2 v. (Collection des Universités de France)
- VEYNE, P. Y-a-t-il eu un imperialisme romain? *Mélanges de l'École Française de Rome - Antiquité* 87: 793-855, 1975.
- WATTEL, O. *Petit Atlas Historique de l'Antiquité Romaine*. Paris: Armand Colin, 1998.

ATENAS E A GUERRA EXPANSIONISTA NA REGIÃO DE ANFIPOLIS NO SÉCULO V a.C.

*Prof^a Dr^a Maria Regina Candido**

O confronto da guerra, entendida como evento trágico, tem sido tema de interesse, ao longo do tempo, de cientistas políticos, filósofos e historiadores ao qual concluem que a guerra configura-se como um fenômeno que faz parte da história da humanidade. Entretanto, o tema fomenta várias inquietações na tentativa de dar respostas às perguntas, tais como as motivações que levam determinados grupos políticos a decidirem pelo combate armado e sobre a legitimidade do estado de guerra.

Os questionamentos demarcados norteiam a nossa proposta de análise que parte do envolvimento dos atenienses na região de Anfípolis. A análise dos interesses em torno da região torna-se relevante para nós, pesquisadores, pelo fato da historiografia priorizar um acentuado número de publicações referentes aos embates bélicos protagonizados pelos gregos, após a publicação de Yvon Garlan sob o título *Guerre et économie en Grèce ancienne*, 1989. Entretanto, as publicações deixam transparecer uma escassez de abordagem sobre os interesses expansionista dos atenienses em direção à região de Anfípolis ao norte da Grécia. Em relação à documentação recorreremos a economia de informações de Tucídides na obra *Guerra do Peloponeso* ao citar que *vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas. Atingiu-me também uma condenação ao exílio que me manteve longe de minha terra por vinte anos após o meu período de comando em Anfípolis.* (TUCIDIDES.v.26:5). As informações do historiador têm o seu complemento em Xenofontes que nos apresenta os últimos anos do estado de guerra entre os lacedemônios e atenienses narrados na obra **Helênica**.

* Professora adjunta de História Antiga, membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo Norbert Bobbio, podemos dizer que existe um estado de guerra quando dois ou mais grupos políticos encontram-se entre si em uma relação de conflito cuja solução esta confiada ao uso da força (BOBBIO, 2000, p.513). Tem-se uma situação de conflito toda vez que as necessidades e os interesses de grupos de cidadãos tornam-se incompatíveis com aqueles de um ou outro grupo ao qual não pode ser satisfeitos senão com prejuízo de um ou de outro. O caso mais típico está na concorrência ao qual um ou demais grupos detém o interesse pela posse de um bem escasso que se encontre no território do outro, tal fenômeno foi identificado como *territorialismo* (BOBBIO, 2000, idem). No caso, o bem escasso aos atenienses estava na ausência de madeira para a construção naval, necessidade de áreas de assentamento e cultivo e recursos de tributação proveniente de áreas subordinadas.

A região de Anfipolis situada na região da Trácia tornou-se área de interesse *territorial* dos atenienses de acentuado valor estratégico e econômico devido as suas riquezas naturais: terras férteis e minérios. A área permitia o controle da navegação no Porto de Eion e através do rio Strymon cujo curso permitia o melhor caminho de acesso ao interior da região da Trácia e Macedônia. Xenofontes nos informa que Atenas importava madeira de áreas próximas a Macedônia (XENOFONTES,VI,1, p. 11). O valor do comercio de madeira neste período foi citado também por Diodoro da Sicilia ao mencionar que o objetivo visava à construção de uma frota de duzentas *trirremes*, cuja questão já havia sido votada na assembléia de 377/76 (DIODORO DA SICILIA, XV, p. 29). Tal fato nos permite supor que os atenienses gastavam uma alta soma de recursos pecuniários para a aquisição de bens fundamentais visando manutenção da guerra com os lacedemônios.

A população local de Anfipolis era heterogênea, composta por diferentes etnias, formando uma núcleo multicultural (TUCIDIDES, IV, 106:1). A região era denominada de *Ennea Hodoi- Nove Caminhos* sendo renomeada como Anfipolis pelo *oikites* Hagnon pelo fato do rio Strimon correr ao redor da região por ambos os lados. Ele isolou a cidade por meio de uma longa muralha na abertura do semicírculo descrito pelo rio, que permitia ver a cidade tanto

do lado do mar quanto do continente. Mais adiante, próximo ao Mar Egeu, situava-se o porto de Eion, conhecido como *emporion* de embarque de ouro e prata proveniente do Monte Pangeu sob o controle efetivo dos edônios e trácios. O estabelecimento de *cleurúquias* na região, principalmente em Anfípolis foi um fato marcante junto à administração de Péricles e a narrativa de Tucídides nos deixa totalmente ignorantes dos procedimentos efetuados pelos atenienses e o uso da força física junto à região. A região era de predomínio persa, seguida dos calcídios e trácios, entre outros, fato que nos permite afirmar que o embate pelo domínio e o *territorialismo* deve ter sido objeto de intenso conflito bélico contra os interesses da armada ateniense que buscava ratificar a sua hegemonia na região.

A economia de informação de Tucídides nos remete a testemunhos alternativos: a saber: Heródoto que relata a incursão de Xerxes sobre a região do Monte Pangeu, em 480 aC, área de elevada montanha onde há minas de ouro e prata exploradas pelos grupos de pieros, odomantos e satras (HERÓDOTO, VII:112). Heródoto menciona também que a armada persa marchou pelo rio Strymon, no Porto de Eion, e pela região denominada de *Ennea Hodoi*, local ao qual efetuou sacrifícios de sangue aos deuses através de ritual em que enterrar vivo nove rapazes e nove virgens filhos dos habitantes do lugar (HERÓDOTO, VII:114).

As escavações arqueológicas efetuadas na região de Anfípolis pela *Dutch Archaeological and Historical Society* trouxeram ao conhecimento dos pesquisadores as fundações da muralha, sistema defensivo da polis e a ponte sobre o rio Strymon descobertas realizadas pelos arqueólogos Lazaridis e por Lehmann-Haupt (B.H.ISAAC, 1986, p. 55). A questão nos remete a relação da História com a Arqueologia na qual formam dois tipos específicos de documentação, porém, tornam-se complementares para apreender informações sobre a região. As escavações arqueológicas próximas ao muro de Anfípolis trouxeram vestígios de santuários com artefatos em terracota do Período Arcaico e um conjunto de vasilhas de cerâmica datados de 450 aC. Tais evidências apontam para a existência de algum tipo de assentamento grego na região, em período anterior a fundação da *cleuruquia* ateniense de 437 aC.

Atenas na busca da hegemonia no Mar Egeu e no norte da Grécia mantém Anfípolis na sua área de influência através dos atenienses estabelecidos na área em 437 aC., cujas terras férteis, a presença de madeira e as riquezas minerais tornam-se fundamentais a manutenção de *cleuruquias* na região como suporte a continuidade da guerra contra os lacedemônios. Entretanto havia uma insatisfação de parte da população local em relação aos atenienses, fato que leva a investida de facções no interior de Anfípolis a apoiar os lacedemônios contra a subordinação da região aos interesses dos atenienses. O fato justifica a aplicação do termo bélico identificado como *a quinta coluna*. O termo, embora moderno e criado em 1936, se aplica a qualquer temporalidade, pois se constitui quando um grupo ou facção interna empreende atos e ações que se configuram como traição pelo fato de cooperar com o inimigo externo.

O fato nos remete as considerações de Norberto Bobbio ao afirmar que outro motivo que faz emergir o conflito armado está na busca da hegemonia que consiste na defesa da posição, da primazia, da hierarquia que permite o uso efetivo da força para visando adquirir ou manter certos privilégios. Norberto Bobbio ratifica ainda que entre os homens torna-se impossível de ser eliminada a violência: desde sempre explodem conflitos que não se solucionam sem que se recorra ao uso da força, sendo tolice contrapor a essa realidade o abstrato sonho de uma convivência espontânea e harmoniosa (BOBBIO, 2000, p. 55) e de eterna paz. A partir dessa consideração, podemos compreender o embate bélico e a ação da *quinta coluna*, pois, a população da região havia se revoltado contra os atenienses que buscavam manter a supremacia sobre a região ao norte da Grécia. Entretanto, seus ex-aliados da região da Trácia, auxiliam o exército de mil e setecentos hoplitas lacedemônios na travessia do inóspito território desde o Peloponeso, pelo fato de estarem alarmados diante da eficácia do exército ateniense (TUCIDIDES, IV:78).

Não podemos esquecer que a construção do simbolismo e eficácia militar dos atenienses a dominar o imaginário social dos adversários se deve a vitória de Maratona e Salamina. A vitória significou a supremacia dos gregos sobre os bárbaros e permitiu aos atenienses

construírem um sistema de oposição entre duas estratégias de ação bélica, a saber: uma terrestre e a outra naval. No imaginário social a armada terrestre se deve a coragem e força da falange dos hoplitas, na figura do camponês-soldado e a *techné* naval se deve a inserção do *tetha*, o *povo dos remos* como nos aponta Aristófanes na comédia *Acarnenses* (ARISTÓFANES, v.162-163).

Durante a guerra do Peloponeso, os lacedemônios liderados pelo estrategista Brasidas investiram na posse da região de Anfípolis e contou com o apoio da população local heterogênea e multicultural (TUCIDIDES, IV:106). Segundo, Tucídides durante o inverno, Brasidas junto com seus aliados da Trácia, executou um ataque a Anfípolis (TUCIDIDES, IV,102). Havia no local alguns colonos e outros cúmplices na trama instigados pelos calcídios que também tinham interesses na região do Eion, porém os principais conspiradores estavam no interior de Anfípolis, os argílios inimigos secretos da cidade (TUCIDIDES, IV,103:6). Brasidas que havia negociado com parte dos habitantes bárbaros a entrega da cidade contou com o auxílio dos conspiradores que guiaram os lacedemônios até a ponte ao qual venceu a pequena guarnição de atenienses estacionada na travessia do rio Strymon (TUCIDIDES, IV,103). O sucesso da investida se deu devido à traição, mas também devido a estratégia da surpresa e o uso da tropa ligeira dos lacedemônios.

Da investida contra Anfípolis, restou a Tucídides, detentor dos direitos de exploração das minas de ouro proveniente do Pangeu, movimentar tropas na região tomando medidas para a defesa do porto de Eion ao qual não resistiu, fato que resultou no exílio do autor da obra *História da Guerra do Peloponeso*. A defecção da região, demarcou o relato do autor em torno da figura de Brasidas, descrito como herói detentor do mérito e inteligência/*arete kai xunesis* e também pleno de experiência e de audácia/*empeirian kai tolman* (J. BOELDIEU-TREVET, 1997, p. 150). Tucídides expõe que após a expiração do armistício de um ano o oligarca Cleon persuadiu os atenienses a concordarem com o seu embarque em direção a Trácia visando a retomada de Anfípolis com um exército de mil e duzentos *hoplitas*, trezentos cavalarianos, além de um contingente de tropas aliadas e trinta naus instalando a sua base na

região de Eion (TUCIDIDES, V:2:1). Nos questionamos sobre a possibilidade de analisar as táticas das investidas bélicas e estratégias aplicadas junto a região de Anfípolis. A *Guerra* entendida como embate violento e organizado entre dois grupos antagonicos, como nos afirma N. Bobbio, possibilitam analisar os recursos e mecanismos que os atenienses utilizaram para conquistar o território de Anfípolis. Dentre os recursos empregados pelos atenienses e lacedemônios na disputa pela região citaremos três principais, a saber: as *fortificações*; a guarnição aportada em Eion como força dissuasória, e por último os meios utilizados pelos lacedemônios como a contribuição conspiratória de grupos contrários a ocupação ateniense identificado com o conceito da *quinta coluna*.

Esses dados além de nos permitirem apreender que a guerra naval helênica, também nos permite afirmar que Anfípolis representava para os atenienses as seguintes prerrogativas: ser um centro de abastecimento de recursos naturais como madeira e metais preciosos; um ponto vital para atividade mercantil, base de apoio as tropas terrestres responsáveis por estabelecer os limites as investidas adversárias e avanço do predomínio hegemônico dos ateniense no norte da Grécia.

Através do conceito de *territorialismo*, segundo as perspectivas de Norberto Bobbio, justifica-se a preocupação dos atenienses em manter domínio sobre aquela região. Assim como seus esforços para reavê-la após as investidas dos lacedemônios, imediatamente seguintes a perda daquela região para Brásidas. Inclusive, atribuímos a perda de Anfípolis em 424 a.C. como um dos fatores que contribuíram para que o tratado *Paz de Nícias*, fosse assinado em 421 a.C.

Como podemos observar, a guerra tem como finalidade, forçar o inimigo a se submeter a determinados interesses. Na busca desse objetivo nem sempre o confronto direto é o melhor caminho, o uso de táticas e estratégia torna-se recursos fundamentais. A ação pode abarcar o método do confronto aberto, direto e violento entre tropas inimigas, assim ações sigilosas e de surpresa capazes de minar as forças inimigas nas suas estruturas, ou seja, *a estratégia fixa uma finalidade para o conjunto do ato de guerra que corresponde aos objetivos da guerra*. (C.

CLAUSEWITZ. 2003, p. 171). Diante da finalidade de conquistar Anfípolis e de obstáculos como: domínio ateniense sobre o terreno com *fortificações e supremacia marítima*, o estrategista Brásidas evitou o confronto direto e buscou dispositivos alternativos de ação e ataque como os recursos a *quinta coluna* e o *fator surpresa*.

A aplicação do *fator surpresa* num teatro de operações bélicas pode conter variações, por esta razão deve-se levar em consideração as seguintes prerrogativas: natureza da operação; as circunstâncias em que ela ocorre; a qualidade de ação do exército e o poder de liderança do comando. Isto ocorre porque o *segredo* e a *rapidez* da ação das investidas tornam-se uma das principais características do *fator surpresa*. O sucesso da sua execução depende da autoridade da liderança e da disciplina da tropa. (C. CLAUSEWITZ. 2003, p. 209).

Tucidídes nos permite apreender que Brásidas tratava-se de um comandante militar por excelência, reunia dentre as suas qualidades: coragem, liderança, inspirava confiança junto aos seus comandados, além de agir com ousadia nos momentos necessários (TUCIDÍDES. IV, *passim*). Brásidas partiu de Arnes e Calcídice, chegou a Áulon e Brômicos ao entardecer, aproveitando-se do mau tempo, passou despercebido pelos habitantes de Anfípolis, exceto do grupo envolvido na conspiração para entregá-la sob traição. Os aliados de Brásidas, guiaram-no com o seu exército até a ponte sobre o rio que ficava a certa distância da cidade. Como destaca Tucídides, Brásidas obteve sucesso por duas razões fundamentais: *em parte por causa do mau tempo e em parte porque atacou de surpresa* (TUCIDÍDES. IV, v. 103). Mostrando que as operações táticas de infiltração diante de um combate campal, quando planejadas de maneira eficaz e executadas por indivíduos qualificados, detêm a prerrogativa do sucesso.

A pesquisadora Jeannine Boeldieu-Trevet nos adverte que Brásidas representa toda a transformação da arte da guerra, pois, Brásidas passa do *bom combate* cuja conduta se inscreve no comportamento definido pela tradição guerreira de um *pentécontère* para aquela do *bom comando*, o *stratègein kalós* na qual exige chefe militar com experiência/ *empeiria*, conhecimento adquirido/*episteme*, energia/*alkè*, saber-fazer sistematizado/*techné*, um homem de

acentuada coragem/*andréia* (J.BOELDIEU-TREVET,1997, p. 148) pelo fato de contar com uma armada inferior em número de contingente e de não ter experiência naval cujo domínio cabia aos atenienses.

A narrativa de Tucídides reforça a figura de Brasidas como o herói ao receber dos aliados exéquias oficiais desfilando com suas armas e o sepultando na entrada da ágora de Anfípolis, local de oferendas e de honras fúnebre com jogos atléticos e sacrifícios anuais (TUCIDIDES, V:11). A população local de Anfípolis busca minimizar a presença dos atenienses com a destruição dos monumentos do *oikites* Hagnon, mantém-se protegida pela guarnição da macedônia estacionada no Porto de Eion e os atenienses, rechaçado pela realeza macedônica, não conseguem manter a hegemonia e o controle no norte da Grécia.

Deixo aqui os meus agradecimentos ao Professor Alair Figueiredo Duarte pelo auxílio, sugestões e leitura crítica do texto assim como a Comissão Organizadora do Evento do *I Encontro de História Militar Antiga e Medieval/CEPHiMEx*.

Bibliografia

- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.
- GARLAN, Yvon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Ed. Papyrus, 1989.
- HANSON, Victor Davis. **The Western Way of War: infantry battle in classical Greece**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1989.
- JONES, Peter V. **O Mundo de Atenas**. Tradução; Ana Lia de Almeida. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TUCIDIDES. **A História da Guerra do Peloponeso**. Tradução do Grego: Mario da Gama Kury.
Brasília: Editora UNB, 1986.

VERNANT, Jean Pierre. **Problèmes de La Guerre em Grèce ancienne**. Paris: Ed. École des
Hautes Études em Sciences Sociales, 1999.

ASPECTOS MILITARES DO MEDIEVO

RECONQUISTA: CONCEITO POLISSÊMICO

*Profa Dra. Renata Vereza**

A Península Ibérica durante a Idade Média foi um espaço situado nos extremos de dois mundos, o muçulmano e o cristão, sem pertencer inteiramente a nenhum deles e, por isso mesmo, se apresenta muitas vezes como um espaço de difícil compreensão. A alternância de culturas em um mesmo espaço, a oscilação das fronteiras e os diferentes níveis de relação político jurídica entre os grupos sociais geraram uma complexidade que se apresenta, em vários momentos, de difícil penetração. Apesar de passado mais de meio milênio do fim da presença muçulmana na Península Ibérica, os temas referentes a essa presença e ao que se convencionou chamar de Reconquista (suscitada por ela) ainda provocam debates acalorados.

O tema da Reconquista é referenciado em praticamente toda a bibliografia sobre a Península Ibérica medieval e, apesar de ter seus diversos momentos e facetas analisados por um sem fim de trabalhos, este está longe de ter-se esgotado e gerado um consenso dos estudiosos em torno de sua própria definição e de seus desdobramentos. Sem dúvida que, dentro da proposta de criar um quadro explicativo, impera a necessidade da conceitualização dos processos e da adoção de certas convenções, contudo:

El problema nace cuando convertimos esa conceptualización en un anacrónico campo de batalla en el que enfrentamos definiciones exclusivistas, como si su formulación, sea cual fuere, pudiera agotar una realidad que sus protagonistas probablemente no reconocerían exactamente en los artificiosos términos del debate actual. (AYALA MARTINEZ, 2008)

Em muitas ocasiões o debate vira batalha e o que deveriam ser as proposições de formulações analíticas se convertem em defesas, mais ou menos apaixonadas, de concepções étnico-identitárias e/ou nacionalistas. A primeira contenda, e que tem por ela mesma alguns desdobramentos importantes, é a própria aceção do termo Reconquista. Tomar de volta,

* Professora do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal Fluminense. Membro do Translatio Studii.

recuperar, conquistar algo que lhe pertence são as impressões primeiras que o termo suscita. Até o início do século XX o tema da “Perda e Restauração da Espanha” era caro em vários meios acadêmicos (RIOS, 2005). Assim posto, confirma o indicado acima: perda, indicando a ideia de propriedade anterior e Espanha, se remetendo a uma unidade étnico-territorial original.

Sintomático também é uma das definições que o *Diccionario de la lengua española*, da Real Academia Española, ainda hoje traz para o termo: “Recuperación del territorio español invadido por los musulmanes y cuya culminación fue la toma de Granada en 1492”. (Diccionario de la lengua española, 2001). Disso afere-se que, pelo menos no tocante ao que atinge ao senso comum, a ideia de “perda e restauração” não está esvaziada.

A utilização do termo em sua conotação literal (o que não é uma prerrogativa somente do senso comum) implica, por um lado, na não aceitação de que o termo se remete simultaneamente a um processo construído política e socialmente ao longo da Idade Média e a um conceito historiográfico e, por outro lado, no entendimento da continuidade entre o reino visigótico e as comunidades políticas que se formam no norte peninsular após a conquista muçulmana, postura que pode derivar para a defesa de uma hispanicidade.

A historiadora Francesa Adeline Rucquoi (1995) acredita que a ligação com o mundo visigótico nunca se perdeu e que não há uma solução de continuidade entre esta sociedade e os posteriores reinos ibéricos, opinião compartilhada por alguns autores, que vão identificar a permanência das instituições políticas e culturais visigodas, tendo, portanto, o reino asturiano, de onde derivariam boa parte dos posteriores, uma origem hispano-goda. (BESGA MARROQUÍN, 2000)

Entretanto, este posicionamento sofre críticas ferrenhas. Garcia de Cortázar defende a ideia de que esta herança visigótica, em termos políticos, foi sendo construída ao longo da formação dos reinos ibéricos e de que seria impossível estabelecer uma continuidade estrutural e institucional entre o reino visigótico e os posteriores reinos cristãos. O autor ressalta o fato de que essa mudança de espaço da elite significa uma completa e total ruptura com a sociedade

romano-visigótica. Não só porque o que vai nascer a partir destes novos núcleos políticos se organiza de uma nova forma, mas também por que significa uma mudança de nicho ecológico e, portanto, mudança na maneira de produzir e de viver. Estes grupos têm, então, que reconstruir sua organização social e política sob novas bases apesar da sobrevivência de inúmeros traços culturais (GARCIA DE CORTÁZAR, 1992).

É impossível pensar em um processo histórico que abarque somente continuidades, o que seria a própria negação da noção de processo, ou somente rupturas. A par de posicionamentos radicalmente contrários e excludentes, José Mínguez tenta construir uma interpretação que articule um pouco melhor as continuidades e as rupturas:

Aunque transformada por los cambios radicales que han afectado a la estructura socioeconómica, la pervivencia latente de esta concepción del poder, sus manifestaciones episódicas y su activación vigorosa a partir del siglo XI, es un testimonio de la existencia de una línea de continuidad que desde la profundidad de las mentalidades y de la ideología política recorre el largo periodo histórico transcurrido entre la crisis del Estado romano y la implantación del feudalismo. Y ello sin que esta continuidad aborte la ruptura que se ha producido con la implantación de unas relaciones sociales radicalmente nuevas. Lo que viene a demostrar que no hay contradicción entre ruptura y continuidad siempre que no entendamos la continuidad como reproducción mimética de antiguas concepciones o de realidades ya superadas. (MINGUÉZ, 2004, 188)

Uma continuidade com rupturas, essa é a proposta. Mesmo que as profundas transformações no nível sócio econômico apontem mais para uma ruptura com inúmeras continuidades.

De todo modo, o topos da continuidade foi já construído pelos cronistas ao longo da Idade Média, principalmente nas crônicas de matiz providencialista do ciclo asturiano, como um arcabouço ideológico e legitimatório. Essa construção pode ter atendido a diversas motivações. Mesmo que os cristãos tivessem já uma história de séculos de lutas e guerras, sua fé era de signo pacífico e para montar uma resposta armada necessitam erigir um edifício conceitual. A diferença agora era que o novo grupo oponente, o muçulmano, revelou sua coerência como força expansionista e uma oposição radial em seus pressupostos dogmáticos. Assim, a bandeira da

legitimidade, que a continuidade permitia atrelar, possibilitava a justificativa da contra expansão e transforma, para os cristãos, o conflito em guerra de defesa. (PEREZ, 2007)

A ideia de resposta a uma agressão, transformada não somente em defesa do território, mas de uma cultura, sendo a Igreja o signo visível dessa oposição, permite também que ela funcione como um fio condutor passível de catalisar os esforços e manter permanentemente a motivação.

Ao mesmo tempo, a quem coubesse a alegada descendência sairia em certa vantagem, em termos de primazia, na expansão territorial em curso. Tradição seguida à risca pelos cronistas da época moderna, que serviram de base para a historiografia do XIX e do XX. Cria-se certo protagonismo do território, que se converte não só em objeto de disputa, mas em sujeito da polêmica. (PEREZ, 2007)

Contudo, rejeição ou não da ideia de continuidade e o entendimento de que a herança visigótica foi apropriada política e ideologicamente a posteriori ou elemento contínuo não resolvem o problema da conceitualização da Reconquista. Os desdobramentos se multiplicam transformando o termo em uma categoria conceitual ambígua. Assim, no desenrolar deste novo, outra questão que se impõe é a do início do processo. Aqui não se trata simplesmente de uma discussão estéril sobre datação, mas, encobre, na verdade, o que se considera como Reconquista.

Algumas perspectivas entendem que o processo em questão se resume as operações militares, isto é, que a Reconquista se configurou como um longuíssimo conflito militar por controle territorial. Mas, mesmo dentro destas, há certa variação em relação a mensuração do caráter militar. Tendo a batalha de Covadonga como ponto de contenda, alguns historiadores, como Lomax (1984), vão considerar que a resistência de Pelayo as tropas muçulmanas em 722 já se configura como o início da Reconquista. Em uma perspectiva radicalmente contrária, José Maria Mínguez, considera que

depredación dirigidas por los pueblos montañeses contra las tierras llanas, y que no son otra cosa que manifestaciones espasmódicas de la potente dinámica expansiva que están generando las transformaciones de la estructura económica y social de estos pueblos” (MINGUEZ, 2005)

Esta perspectiva não significa a retomada da famosa tese de Barbero y Vigil (1974) onde, a partir da tradicional resistência dos povos nortenhos a própria dominação romana e visigoda, identifica-se esse processo com o desenvolvimento do movimento de expansão dessas comunidades. A identificação dos grupos nortenhos, em especial do núcleo asturiano, como uma comunidade política em oposição ao islã não foi imediata e está relacionada com a própria constituição da monarquia. (BENITO RUANO, 1979)

Voltando a questão de Pelayo, caudilho cristão que capitaneia os primeiros intentos de resistência. Sua insurreição frente as guarnições muçulmanas seria fruto de consciência da perda de uma unidade político territorial maior identificada com o reino visigótico? Tirando um pouco seu protagonismo e inserindo no contexto todos os outros grupos nortenhos, que formaram parte dessa resistência, seria complicado pensar que estariam em busca de restabelecer uma ordem, a monarquia visigótica, com a qual somente em parte haviam se identificado e em relação a qual nunca deixaram de criar oposição. (RECUERO, 1996)

De maneira, geral se interpreta que os primeiros avanços cristãos se configuram como um assentamento de populações na ampla zona fronteira do vale do rio Douro, região que, formalmente, não estava sob o domínio muçulmano. Assim, as batalhas aqui travadas, incluindo Covadonga, não faziam parte de um plano militar de expansão territorial, eram de defesa contra escaramuças muçulmanas, destinadas muito mais a obter butim do que a dominar efetivamente o território. Mesmo alguns historiadores que defendem a continuidade entre o reino visigótico e o asturiano não creem ser a revolta pelagiana já uma resistência formal. (CASTILLO y MONTENEGRO, 1995)

Mas aqui o ponto focal não está somente em considerar se as contendas travadas eram de fato batalhas, mas em perceber se estas de fato se configuravam como uma resistência

organizada contra a instalação do poder islâmico com vistas a restaurar o poderio “romano-visigótico”. Isto é, não se trata de mensurar a intensidade do conflito, mas seu significado. Entender reconquista simplesmente como um conflito armado, para além do reducionismo que induz, implica em esvaziar o termo de toda a sua carga política e ideológica.

Os sentimentos hostis entre cristãos e muçulmanos, gerados por estruturas sociais não conciliáveis, é o primeiro responsável pela ruptura do grupo que se dirigiu para o norte no primeiro momento e o que alimentava a gradual migração de comunidades cristãs que rompiam os pactos. Perez (2007) vê nesse movimento, que considera amplo, já o germe da Reconquista. Origem das hostilidades sim, mas não da Reconquista.

Esta pode ser dimensionada, dentre os inúmeros processos desenvolvidos no seio da sociedade medieval ibérica, como um processo de expansão territorial em seu âmago era, principalmente, uma busca por hegemonia política, étnica e religiosa da sociedade cristã, e acabou por nortear uma série de estruturas e de conflitos característicos da sociedade ibérica medieval, ao mesmo tempo em que, concorreu para a formação dos Reinos Peninsulares.

Pois bem, temos aqui Reconquista como processo, mas antes de tudo, como projeto. A percepção dela como projeto sugere certa consciência dos grupos promotores em relação aos seus objetivos. Este posicionamento embute também outros desdobramentos que, por sua vez, nos redirecionam a diferentes debates, não somente em relação à intencionalidade dos envolvidos, mas em relação a já discutida ruptura ou continuidade destes núcleos de resistência em relação ao reino visigótico.

Assim, e se é visto neste momento primeiro um projeto que possa ser qualificado de Reconquista, qual seria o derradeiro momento onde o processo reconquistatório pode ser dado como iniciado? Questão esta também de difícil consenso.

Ayala Martínez vê um projeto de restauração já em Alfonso II (812), próximo à posição já clássica de Menendez Pidal (1950), para quem o neo visigotismo já está plenamente desenvolvido durante esse reinado. Contudo, matizações, como a de Garcia de Valdeavello

(2000), para quem a restauração de Alfonso II foi incompleta, levando alguns a deslocar para um ponto mais adiante. Jose Luis Martín (1996) defende a ideia de que no reinado de Alfonso III (866-910) já é possível qualificar a expansão como Reconquista, pois entende que aqui já há a ideia, não somente de expansão territorial, mas também de restauração: formulação teórica da Reconquista da Espanha como projeto. Opinião compartilhada por Richard Fletcher (1987) e Gonzalez Jimenez (1992), para quem a nebulosidade do projeto já havia sido dissipada neste momento.

A Reconquista, em linhas gerais, foi um processo que abarcou praticamente todo o mundo ibérico e mobilizou os diferentes grupos sociais pertencentes aos reinos cristãos. A importância do processo reconquistatório levou a afirmação deste como tarefa primeira dos reis ibéricos e pauta permanente em seus “programas” políticos. Diferente do mundo muçulmano, onde a ideia de pertença à comunidade não está diretamente relacionada ao espaço, isto é, ao território ocupado, e sim a uma comunidade religiosa que não coincide espacialmente com os territórios dominados, as comunidades cristãs construíram uma ideia de identidade que passa obrigatoriamente por questões espaciais. Assim território e comunidade estão intrinsecamente relacionados. Desta forma, a ideia de “recobrar” territórios era um mote importante e entendida como uma obrigação inerente aos reis.

Mas essa “reconquista” significava também ocupação dos territórios, o que na prática consistia em deslocar um enorme contingente populacional para as áreas anexadas. A expansão demográfica, perceptível em todo o Ocidente a partir do século XI, também se faz sentir aqui, mas, e mesmo diante disso, os reinos cristãos ibéricos estavam longe de ser considerados populosos. Assim, o esforço repovoador teve que envolver boa parte das comunidades (muitas das quais conhecem um sensível declínio demográfico em função deste processo) e contar com a coordenação fundamental da coroa.

Portanto, os esforços dos diferentes setores da sociedade em reunir braços para a guerra e braços para a terra não podem ser considerados desprezíveis, sobretudo se compararmos o

espaço ocupado inicialmente pelos reinos cristãos e o espaço que vão dominar ao fim da reconquista. O espaço inicial de onde partem os reinos ibéricos no século IX se desdobra em um território de extensão pelo menos quatro vezes maior no século XV. Dimensionar espacialmente essa expansão permite mensurar a estatura da empresa empreendida pelas sociedades ibéricas.

A abrangência da mobilização necessária tornou imperativo a existência de um poder que coordenasse os vários esforços e que pudesse catalisar e direcionar as energias para objetivos específicos. Neste sentido, sem sombra de dúvida, a aristocracia teve um importante papel, nomeadamente o relacionado com os avanços militares. Vale lembrar o caso de Fernán González, conde de Castela no século X, que conseguiu se afirmar como governante exatamente em função dos sucessos obtidos por ele na reconquista e das alianças travadas com os membros da aristocracia que foram seus coparticipes na expansão territorial do condado. O poder construído por González foi o que permitiu que seus descendentes emancipassem o condado de Castela em reino.

Contudo, foram os monarcas que se puseram à frente dos empreendimentos devido aos inúmeros interesses em jogo, transformando a criação de mecanismos de atração e fixação populacional nos territórios reconquistados em verdadeira obsessão. Esta precedência real nos processos de conquista possibilitou que as coroas tentassem afirmar sua posição política, deixando assim uma marca permanente nestas sociedades em relação ao poder e à participação dos reis dentro do reino. Tanto esta marca, como a singular participação real nos processos políticos ibéricos, suscitaram inclusive uma série de discussões entre os estudiosos da Idade Média acerca da pertinência de se empregar o conceitual e as denominações próprios do feudalismo europeu para o caso ibérico. (VALDEÓN, 1984)

A partir desta premissa forjou-se o conceito de que a sociedade ibérica estava constituída em função da guerra e que suas instituições estavam todas voltadas para o sucesso da Reconquista. James Power (1970), Jean Gautier Dalche (1979) e Maíllo Salgado (1983), e mais recentemente, Adeline Rucquoi (1995), trabalham com a ideia de que a Península Ibérica é uma

sociedade organizada para a guerra e que este fator é determinante na conformação dos reinos medievais e na formação de suas estruturas.

Já José Angel Garcia de Cortázar (1992), centraliza seu estudo, mais do que na guerra, no processo de movimentação populacional e mobilidade social, chamado repovoamento, que a acompanha, colocando neste processo o foco da formação dos reinos ibéricos. Assim, propondo uma matização para a ideia de sociedade organizada para a guerra, na medida em que não podemos considerar que a guerra fosse um fim em si para todos os ibéricos por todo o tempo. É possível perceber ao longo do tempo diferentes níveis de participação e forma de aproximação, isto é, nem todos estavam engajados no processo da Reconquista, e os que estavam, apesar de serem maioria, o faziam com intensidades diferentes e respondendo a interesses distintos. Derek Lomax (1984) sintetiza bem essas diversas formas de aproximação em relação à Reconquista rebatendo, da mesma forma que Garcia de Cortázar, a ideia de ‘sociedade organizada em função da guerra’, onde coloca:

Que no todos los cristianos abrazaron el ideal de la reconquista con la misma vehemencia en todas las épocas, que la mayoría tenía motivos diversos, que esta diversidad difería según los individuos, que el poder político se veían como un complejo de factores , militares, económicos, religiosos, demográficos y otros, y que la reconquista se perseguía con otros medios, además de los bélicos, son, en conjunto factores inherentes a todo proceso político y que no deberían sorprendernos...Lo excepcional de la reconquista fue su duración, e que un solo objetivo político pudiera sobrevivir a lo largo se siete siglos y que se ganase continuamente la lealtad de nuevas generaciones de adeptos hasta que finalmente se coronó con la victoria. (LOMAX, 1984, p. 122)

Mais do que tudo, e antes mesmo do que um conflito religioso ou territorial, a Península Ibérica vivenciou foi um confronto entre duas sociedades, a cristã e a muçulmana. Apesar da heterogeneidade destas sociedades, na medida em que o tempo avançava, tomavam consciência deste choque e de si mesmas. Dito isto, o processo de reconquista não pode ser compreendido como um processo homogêneo e linear. A multiplicidade de elementos e variáveis envolvidos, sem contar o longo espaço de tempo, implica impossibilidade de adotar um modelo único de interpretação e de entendimento para todos os momentos deste processo. A ação cristã, por conseguinte, em relação ao Islã, ao al-Andaluz e à população remanescente (neste sentido sendo

considerados não somente os muçulmanos, mas também os judeus e os moçárabes) varia no tempo e no espaço, e acompanha os diversos movimentos sociais, políticos e econômicos da gênese dos reinos hispânicos e da própria Cristandade medieval.

Como aliada permanente, as coroas castelhana e leonesa contaram com a Igreja que, como ressalta E. Procter (1998), mesmo que cada vez mais diferenciada como instituição em função da Reforma Gregoriana, permaneceu sempre identificada com as outras instâncias de poder em seus propósitos políticos. Assim, esta união de forças e motivação conjunta de *populatio patriae* e *restauratio ecclesia*, que eram os vetores básicos da colonização cristã peninsular após a conquista do território, criaram estruturas, mais ou menos estáveis, que permitiram a fixação da população cristã e a manutenção dos espaços anexados, quer através da guerra, quer através da pressão política de cunho militar.

Os cristãos ao se expandirem sobre os territórios muçulmanos segundo observa Garcia de Cortázar:

“Heredan en los mismos una organización muy específica, que, casi siempre, con rapidez, tratan de modificar para ajustarla, tanto desde el punto de vista físico (poblamiento; paisagen), como social (régimen de propiedad; régimen de explotación), administrativo (eclesiástico; civil) a nuevas pautas, cuya cristalización, variable en coherencia interna según cada espacio, será apreciable, por ello mismo, en fechas diversas.” (GARCÍA DE CORTÁZAR, 198, 40)

Não há dúvida de que os tons religiosos aparecem muito cedo no processo e a negação incisiva dessa motivação, que Garcia de Cortázar faz acabar por retirar da análise uma de suas dimensões mais profundas. Entendida como uma guerra necessária para a salvação do reino, sua identificação precoce com a Igreja consagrou o governante asturleonês como um guerreiro de cristo na tarefa da defesa e restauração. (REDONDO JARILLO, 2008)

Esse tom religioso tendeu a ser mais carregado com o avanço do processo e com o próprio desenrolar das conjunturas políticas e religiosas europeias. A recuperação do reino e a restauração da Igreja foram fenômenos que desde o século XI estiveram intimamente associados. (GONZALEZ GIMENEZ, 2003). Íntimos, relacionados, mas não idênticos. Essa observação

cabe, na medida em que, a sinonímia entre os termos reconquista e cruzada foi não poucas vezes utilizada.

Recentemente, Joseph O'Callaghan (2002) insistiu na importância da atuação do Papado, através das bulas de cruzada, para a consecução dos planos de guerra dos reis ibéricos. Assim, acabou por associar muito as duas noções, entendendo que o papado teria transformado a reconquista em uma cruzada. Da mesma forma, os reis e a população teriam abraçado a ideologia de cruzada como a justificativa fundamental para sua participação na guerra. O ideal de cruzada foi um dos elementos, importante sem dúvida, que influenciaram sobre a ideia e a realidade da reconquista, mas um elemento que em si mesmo não era necessário para justificar a guerra contra os muçulmanos que se travava na Península Ibérica. (GONZALEZ GIMENEZ, 2003)

Ayala Maritnez, apesar de defender que o caráter político territorial é preponderante, vê a reconquista como um tipo de cruzada. Entende que uma cruzada é, antes de tudo, um rearme ideológico derivado do reformismo gregoriano que tem por objetivo restaurar os direitos da Igreja e que sua lógica se impôs à Península Ibérica muito prontamente:

A los reyes españoles se les planteaba un importante reto políticoideológico: o bien mantener su tradicional perspectiva reconquistadora en la que habían fundamentado la legitimación de su propio ejercicio del poder, y hacerlo en competencia desigual con la noción de reconquista pontificia que les privaba de protagonismo político, o bien asumir esta última perspectiva con la audaz pretensión de hispanizarla desactivando en ella la carga competitiva de avasallador poder pontificio que inevitablemente llevaba consigo y convirtiéndola en un renovado y poderoso fundamento legitimador. (AYALA MARTÍNEZ, 2008, 28)

O entendimento de ser a reconquista uma cruzada, mesmo “hispanizada” e a cargos dos reis, retira boa parte de seu conteúdo político, fundamental como chave de entendimento do processo. O protagonismo dos reis, inserido nessa proposta, parece mesmo, descaracterizar a própria noção de cruzada, da qual o papado se afirma frequentemente como condutor e dirigente.

Sem dúvida, é possível comparar reconquista com cruzada, muitos de seus elementos convergem. Contudo, as conquistas do século XI, mesmo no seu quarto final, definitivamente não foram imbuídas do espírito cruzado e, mesmo logo após, quando o ideal de cruzada penetra

em solo ibérico, as conquistas não são efetivadas do ponto de vista de Roma, mas sim a partir do ideal de recuperação do reino visigótico. A auto intitulação de Alfonso VI como o imperador das três religiões parece desafiar esse entendimento. (MARTÍN, 1996)

Derek Lomax (1984) também rejeita a ideia de reconquista como cruzada. Acredita que a noção de cruzada, que se desenvolve a partir do século XI e dá uma personalidade jurídica aos seus membros, coopera com a reconquista, mas que não se confunde com ela, posição assumida também por Bernard Reilly (1992).

Assim, quando o ideal de cruzada se desenvolve o de reconquista já está caminhando para a sua maturidade. O primeiro se soma ao segundo, se sobrepõe até em alguns momentos, principalmente no nível do discurso, mas não se confundem no cotidiano da dinâmica social. O encontro dos dois foi frutífero em termos de arcabouço ideológico legitimador das pretensões ibéricas cristãs.

A reconquista como ideologia e como projeto foi algo concreto, pelo menos desde o século IX e do reinado de Alfonso III de Astúrias. O resgate da herança visigoda permitiu não só a construção da ideia, pois dotou o processo de sentido, mas também permitiu também que fosse uma ideologia para ser posta em prática. Os ideais cruzadísticos foram ao encontro do processo que se desenrolava na Península e permitiram dar maior coerência ao conflito, ao mesmo tempo em que, permitiram uma maior aproximação dos ibéricos com a Cristandade latina.

Conjuga-se, então, um projeto coerente e bem articulado política e ideologicamente, com a habilidade de seus promotores em renovar e atualizar permanentemente seu sentido. Essa conjunção talvez explique como um processo tão complexo e tão penoso conseguiu manter, por tantos séculos, o animo no engajamento sociedades inteiras, ou seja, conseguiu manter por tanto tempo tantas pessoas mobilizadas pelo mesmo objetivo.

Com esse texto não pretendi dar conta do conceito de reconquista, mais de uma vez insisti ser ele um termo polissêmico. Assim, e mesmo com muita audácia, não acreditaria que seria capaz de dar conta do amplo debate historiográfico e de todas as suas variantes, nem de

incluir em tão breve espaço todas as discussões pertinentes e associadas. Procurei dar conta de algumas discussões referentes ao termo, defendendo, sem dúvida, alguns posicionamentos que me parecem mais coerentes e operacionais.

Referências:

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, “Reconquista, cruzada y órdenes militares”, *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, BUCEMA*, Hors série n° 2, 2008
- BARBERO, A. y VIGIL, M. *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*. Barcelona: Ariel, 1974.
- BENITO RUANO, E y FERNANDEZ COONDE, F. *Historia de las Asturias*. Vitoria: Ayalga Ediciones, 1979.
- BESGA MARROQUÍN, Armando. *Orígenes hispano godos del reino de Asturias*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 2000.
- CASTILLO, A. del y MONTENEGRO, J. “De nuevo sobre don Pelayo y los orígenes de la Reconquista”, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, H." Antigua*, t. 8, 1995, pp. 507-520.
- DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA (22ª ed.). Real academia española/ espasa-calpe, 2001.
- FLETCHER, R. A., “Reconquest and Crusade in Spain c. 1050-1150.”, *Transactions of the Royal Historical Society*, Fifth Series, Vol. 37 (1987), pp. 31-47
- GARCIA DE CORTÁZAR, José Angel. *Historia de España. La época medieval*. Madrid: Alianza, 1992.
- _____ *Organización Social del Espacio en la corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel, 1985.
- GAUTIER DALCHE, Jean. *Historia urbana de León y Castilla em la Edad Media*. Madrid: siglo XXI, 1979.
- GARCIA DE VALDEAVELLANO, L. *El feudalismo hispánico y otros estudios de historia medieval*. Barcelona: Crítica, 2000
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. “Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos”. *Actas de la XIII Semana de Estudios Medievales de Nájera*. Nájera: Institutos de Estudios Riojanos, 2003, pp. 247-267.
- LOMAX, Derek. *La Reconquista* . Barcelona: Crítica, 1984
- MAÍLLO SALGADO, Felipe. “La guerra santa según el derecho maliki. Su preceptiva. Su fluencia en el derecho de las Comunidades cristianas del medievo hispano”, *Studia Historica, Historia Medieval* Vol. I, N.º 2. 1983, pp. 29-66.

MARTÍN, José-Luis. “Reconquista y Cruzada”, *Studia Zamorensia*, X, Nº. 3, 1996, págs. 215-241

MENENDEZ PIDAL, R. *El imperio hispánico y los cinco reinos dos épocas en la estructura política de España*. Madrid: Instituto de Estudios políticos, 1950.

MÍNGUEZ, J. Maria. *La Reconquista*. Madrid : Alba Libros, 2005.

_____ “En torno a la génesis de las sociedades Peninsulares altomedievales. Reflexiones y nuevas propuestas” . *Studia, Historica, Historia Medieval*, 22, 2004, pp. 169-188.

O'CALLAGHAN, Joseph F. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

POWERS, James f., “The origins and development of municipal military service in the leonese and castilian Reconquest, 800-1250”, *Traditio*, Vol. 26 (1970), pp. 91-111.

PÉREZ DE TUDELA VELASCO, María Isabel, “La consideración ética de la guerra y el uso de la violencia em la España Medieval”, *En la España Medieval* 2007, vol. 30, pp. 7-25.

PROCTER, Evelyn. *Curias y cortes en Castilla y León. 1072-1295*. Madrid: Cátedra, 1998.

REDONDO JARILLO, M^a Cristina, “La confección de la figura del Rey guerrero en las crónicas Asturleonesas (siglos VIII-XII).”, *Miscelánea Medieval Murciana*, 2008, XXXII; pp. 131-141.

RECUERO ASTRAY, Manuel José. *Orígenes de la Reconquista en el Occidente peninsular*. La Coruña: Universidad da Coruña, 1996.

REILLY. Bernard. *Cristãos e Muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*. Lisboa: Teorema, 1992.

RIOS SALOMA, Martín. “De la Restauración a la Reconquista: la construcción de un mito nacional (Una revisión historiográfica. Siglos XVI-XIX)”, *En la España Medieval*, 2005, 28, pp. 379-414.

RUCQUOI, Adeline, *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa 1995.

TULIANI, M. “La idea de Reconquista en un manuscrito de la *Crónica General* de Alfonso X El Sabio”, *Studia Historica, Historia Medieval*, 12, 1994, pp. 3-23.

VALDEON, J. y SALRACH, J. y ZABALO, J. *Feudalismo e Consolidación de los pueblos hispánicos*. Barcelona: Labor, 1984.

A CAVALARIA NA IDADE MÉDIA – ENTRE A GUERRA E A CIVILIZAÇÃO

*Álvaro Alfredo Bragança Júnior**

I. INTRODUÇÃO

Selai os cavalos, montai, cavaleiros, e apresentai-vos com elmos; poli as lanças, vesti-vos de couraças. (Jeremias: 46,4)

Conceituar o fenômeno da cavalaria como marco divisor de águas dentro do fazer bélico do Homem ao longo da História. Desde Kadesh até as derradeiras cargas de cavalaria na Segunda Guerra Mundial, o guerreiro montado via no cavalo quase que o prolongamento, a continuação quase que física de seu mister com a lança, o arco e flecha e o sabre.¹² No caso deste estudo, penetrando no imaginário do homem ocidental há séculos, o combatente a cavalo, armado e preparado para a batalha, associa-se indubitavelmente à época medieval, em que toda uma cultura foi plasmada ao redor de um arquétipo civilizacional, um modelo a ser seguido pelos jovens nobres de então, o *miles christianus*. Será a Literatura de então, talvez, o mais importante meio de difusão dessa nova visão de mundo, de estamentos sociais que se vêem representados em romances de aventuras, nos quais os cavaleiros incorporam os valores comportamentais desejados. Desvios às normas, contudo, são passíveis de punição, humana e divina.

Devido à limitação espacial deste artigo restringir-nos-emos apenas a um estudo de caso, a saber, a obra do trovador “alemão”¹³ Hartmann von Aue **Der arme Heinrich** (O pobre Henrique), em que serão analisadas as virtudes cavaleirescas em consonância com os códigos de conduta vigentes, centrados na leitura eclesiástica de ordenamento do mundo conforme a

* Professor Associado do Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Letras da UFRJ e Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da UFRJ. E-mail: alvabrag@letras.ufrj.br

¹² Para um estudo introdutório sobre a utilização do cavalo durante as épocas históricas cf. BRAGANÇA JÚNIOR (2008) – inédito.

¹³ - Não se pode falar de Alemanha à época em questão, razão pela qual colocamos o adjetivo entre aspas.

voluntati Dei, isto é, a vontade de Deus. No texto em questão, o valor das armas submete-se ao valor espiritual.

Todavia, antes de adentrarmos ao mundo medieval, percorramos a galope alguns caminhos do desenvolvimento da cavalaria até então.

II. UM BREVÍSSIMO PERCURSO HISTÓRICO ATÉ O MEDIEVO

Tem-se notícia da utilização da cavalaria desde os tempos antigos.¹⁴ Já por volta de 2000 a.C. evidencia-se o uso da combinação homem e cavalo nas batalhas. Os egípcios, juntamente com os hititas, atrelaram o animal a um carro (figura 1), configurando então uma poderosa arma de ataque contra as linhas adversárias. A batalha de Kadesh talvez tenha representado então o momento histórico mais importante neste sentido.



Fig. 1 - Carro de guerra egípcio

In: http://escolabiblicadiaria.blogspot.com/2010_06_01_archive.html, acesso em 24/10/2011

Assírios e gregos também possuíam unidades de cavalaria, contudo foram os romanos, que, no ano 14 sob Augusto, organizou os membros da *ordo equestris* como classe militar, variando entre 300 e 1000 homens associados a cada legião. (fig. 2) Missões de reconhecimento e

¹⁴ Não analisaremos exaustivamente a origem da cavalaria na Antiguidade devido ao exíguo espaço para este artigo. Utilizamos, para tanto, as informações, de cunho meramente informativo constantes em <http://www.decavalaria.com>

perseguição lhe eram adjudicadas, no início, e apenas posteriormente foram utilizadas em combate.



Fig. 2 - Cavalaria romana

In: http://www.ecomodelismo.com/GFM_ver.php?numPagina=13&verFamiliaID=68&verCategoriaID=7, acesso em 24/10/2011

Com as vitórias romanas, cavaleiros provenientes de regiões subjugadas como a Numídia começaram a adentrar as fileiras das tropas imperiais, sendo os sármatas, oriundos da Ásia Ocidental e Europa Oriental, reputados como excelentes guerreiros a cavalo, sabendo manejar com precisão arco e flecha durante o galope. Guarnições de cavalarianos sármatas estiveram estacionadas, inclusive, em território da atual Grã-Bretanha. (fig. 3)¹⁵



Fig. 3 - Cavaleiro sármatas

In: <http://sarmatas.blogspot.com/2010/08/sarmatas-sociedade-guerra-e-arte.html>, acesso em 24/10/2011

¹⁵ No caso em questão, discute-se sobre a possibilidade de um líder da cavalaria sármatas na Britania de então ter sido o ponto de partida para o surgimento da lenda do mítico rei Arthur.

Integrados às tropas auxiliares, os esquadrões de cavalaria do Tardoimpério foram impotentes diante dos povos germânicos que transpuseram definitivamente as fronteiras do *limes* no século V, contudo foram decisivos para a gênese de um novo tipo de *miles* que, de certa maneira, viria a definir os contornos da nova época, a Idade Média.

III. A CAVALARIA NA ALTA IDADE MÉDIA – ALGUMAS PALAVRAS

Entre os séculos V e VII assiste-se nas monarquias germânicas ao estabelecimento de laços mais sólidos entre os proprietários de cavalos, que se tornaram guerreiros destacados, e os seus líderes, em um tipo de aliança sobre a qual posteriormente se assentará a base do modelo feudal. A partir do século VIII, com a preponderância do reino franco dentro do mundo germânico continental principalmente após a sacração de Carlos Magno como seu soberano, os *socii* (companheiros) de lutas do rei e futuro imperador cristão adquirem um prestígio que lhes permite definir um padrão linhagístico que os faz sobressair ainda mais dentro do sistema social do alto medievo. Encarregados da guarda e defesa dos territórios régios, condes, viscondes, margraves e landgraves constituem um grupo especial, a cujos filhos caberá um papel fundamental no centro e baixo medievo – consolidar um novo modelo de guerreiro, montado, viril, porém com propósitos cristianizadores, tal como se pode depreender da fig. 4.



Figura 4 - Cavaleiro medieval

In: <http://rpgathenaeum.wordpress.com/2009/11/27/chivalry-doesnt-have-to-be-dead-use-knightly-orders-in-your-game/>, acesso em 24/10/2011.

Vê-se um vistoso cavaleiro, acompanhado de seu palafrém e em posição de subserviência a um senhor ou dama. A partir do século XI, como forma de disciplinar os jovens filhos de nobres, a Igreja moldou o perfil ideal destes, procurando aliar a força e o ardor guerreiros a um comportamento exemplar que espelhasse os *modi cogitandi et agendi* desejados. (COSTA, 1998).¹⁶

A melhor simbiose para os desígnios eclesiásticos talvez possa ser encontrada na criação das ordens de cavalaria, nas quais os *militēs christiani* lutavam pelo Deus cristão contra os muçulmanos.¹⁷ Torneios e justas¹⁸ serviam para demonstração de destreza e perícia no manejo das armas (fig. 5), ao mesmo tempo em que nas cortes se implantava um novo conceito cultural, advindo da Literatura e bastante útil à Igreja, qual seja, o amor cortes.¹⁹



Fig. 5 - Cavaleiros medievais

In: <http://merryfarmer.wordpress.com/2011/10/24/medieval-monday-reasons-why-the-14th-century-sucked-part-one/>, acesso em 24/10/2011.

¹⁶ Como tentativas primeiras de frear o ímpeto guerreiro dos jovens, ainda não integrados a sua proposta ideológica, a Igreja criou os conceitos de Paz de Deus, em que monges, padres e freiras não poderiam ser atingidos ou ameaçados durante as operações militares. Depois, a proteção é ampliada para pastores, crianças, mercadores e peregrinos, incluindo também as igrejas e as pessoas que a elas se dirigiam aos domingos. A Trégua de Deus, estabelecida no século XI, proibia lutas aos domingos e do anoitecer de quarta ao amanhecer de segunda.

¹⁷ Hospitalários (fundados em 1080), Templários (1118) e Cavaleiros Teutônicos (1190) são três dentre as principais ordens de cavalaria, que surgiram a partir de fins do século XI e término do século seguinte e que mais se destacaram em proezas bélicas. Cf. a respeito DEMURGER (2002).

¹⁸ Justa - combate singular que era feito entre dois contendores, a cavalo e com lança, para justificar o direito de algum deles (*ordalia* ou juízo de Deus). Daí vem o nome *justa*, que logo se estendeu aos jogos e exercícios de cavalaria.

¹⁹ A bibliografia sobre o amor cortes é imensa e não cabem aqui discussões acerca do conceito em suas inúmeras manifestações literárias e artísticas.

Nos limites territoriais do Sacro Império, entre os séculos XII e XIII vigiu o código cavaleiresco dentro do universo dos romances de aventuras e da própria produção lírica dos *Minnesänger*, os trovadores de língua alemã. Se aceitamos as idéias de Elias (2003, p.65-85) acerca de um “processo civilizador” no tocante ao *fin amour*²⁰, encontramos nos textos literários um dos meios mais apropriados de difusão. A conquista de fama e honra, as façanhas realizadas a cavalo tornam-se indissociavelmente ligadas a corte a uma dama. Fundem-se no plano literário as pretensões de ascensão social dos jovens secundogênitos e a voz do trovador assume a postura de documento historiográfico. Hartmann von Aue tematiza o momento histórico do combate singular pela conquista amorosa.

IV. O CAVALEIRO EM *DER ARME HEINRICH* – EM LUTA PELA VIDA



Fig. 6 - Hartmann von Aue (1160-70 - 1210-20)

In: http://en.wikipedia.org/wiki/Hartmann_von_Aue, acesso em 24/10/2011.

Os romances de cavalaria em médio-alto-alemão, a partir da segunda metade do século XII até o terceiro quarto da centúria posterior, são portadores de um estilo de pensar e de

²⁰ No caso do Sacro Império, a bibliografia em alemão acerca do tema é considerável. Em língua português remetemo-nos, concisamente, a BRAGANÇA JÚNIOR (2001).

viver condizentes com a influência de motivos provençais, no que tange à lírica de amor – *Minnesang* - e do Norte da França, cujos tópicos centrais tratam da representação da nobreza em aventuras. Nesse corte cronológico e temático insere-se a obra de Hartmann von Aue, *Der arme Heinrich*, que reúne em nosso ver os dois pilares básicos do edifício medieval, quais sejam, as honras na terra granjeadas pelos guerreiros e a benção divina, que reconduz o homem desviado da Verdade ao seio da sociedade cristã. Tal obra, cremos, é plenamente significativa no tocante ao fazer estético nas cortes do Sacro Império através da análise interacional entre os dois tipos de discursos que pautam a visão geral sobre a época estudada: o texto literário e as fontes historiográficas.

O material lexical constante no texto do século XII é, em nosso entender, portador dos valores culturais da sociedade medieval em terras germânicas. Uma abordagem culturalista, segundo uma visão de Chartier (1989), permite a tomada da obra de Hartmann como fonte de conhecimento e pesquisa sobre a ambiência senhorial das cortes e a representação “ideal” de uma sociedade, cujo estamento intelectual, em mãos da Igreja, tencionava pautar a vida social consoante sua interpretação das Sagradas Escrituras, em que o caminho para a salvação humana se encontra nas mãos da onipotência e magnanimidade divinas. O saber humano reduz-se diante da sabedoria de Deus. Unem-se o cavaleiro arrependido e a donzela piedosa através da misericórdia divina. Por isso, alcançou-se a evidência da interrelação entre aquilo que a História, de forma microhistórica, fornece ao estudioso sobre o *modus cogitandi* de fundamentação eclesiástica no baixo medievo e como a Literatura se serve da matéria social para referendar este modelo.

A descrição da vida de Heinrich, com seus hábitos e costumes caval(h)eirescos, afasta-se gradualmente das atitudes idealizadas de um membro da *ordo equestris*, cuja idealização, em um plano literário, deveria retratar a concepção de mundo da nobreza feudal e os valores imbuídos em sua visão social.

Aos conceitos fundamentais do código dos *Ritter*, *treue* (fidelidade), *staete* (constância), *zuht* (disciplina), *diu mâze* (a devida medida), *hôher muot* (coração forte e elevados ideais), *milte* (generosidade), *êre* (honra) e principalmente *gotes hulde* (misericórdia de Deus) associa-se a *minne* (amor cortes), porém em *Der arme Heinrich* a dama não pertence à nobreza, mas sim ao campesinato, razão pela qual de idealização artificial – *minne* – passa-se ao *liebe* – ao amor verdadeiro, cuja quase martirização da personagem feminina e resolução de Heinrich em não aceitá-la poderiam ser interpretadas como um dos pontos culminantes da obra.

O retrato inicial do protagonista coincide com a visão idealizada do *miles christianus*, modelo do cavaleiro perfeito advogado pela Igreja:

*Seu coração tinha abjurado
toda falsidade e torpeza
e também mantinha-se firme no juramento
com **constância**²¹²² até seu fim.
Sem nenhuma reprovação
eram sua honra e sua vida.
A ele foi dada toda a plenitude
das honras deste mundo.
Ele bem as podia multiplicar
Com as mãos da pura virtude. (v.49-58)
(...)
Ele era o **refúgio dos necessitados**²³,
um escudo para seus parentes,
uma balança equilibrada da benevolência:
A ele era **desconhecido** qualquer **excesso** ou **escassez**²⁴.
Ele carregava o cansativo fardo
da honra sobre as costas²⁵.*

***Ele era a ponte do conselho
e cantava muito bem o canto do amor.
Assim ele podia ganhar
o louvor e o apreço do mundo:
ele era cortesmente educado e também sábio. (v. 63-73)***

Entretanto, as honras do mundo o conduziram à escolha entre dois caminhos. Instaura-se o *zwîfel*, a dúvida: como *got unde werlt gevallen*, como agradar a Deus e ao mundo? Henrique, ao se afastar de Deus, ou seja, ao quebrar o primeiro dos três pilares de sustentação de sua imagem,

²¹ Grifos nossos.

²² *staete*

²³ *milte*

²⁴ *diu mâze*

²⁵ *êre*

a saber: Deus, o Rei e a Mulher (dama), não poderia mais encontrar lugar dentro dessa ordem rígida de leis e códigos comportamentais. Além disso, é acometido por uma grave doença, fator que faz com que ele viva isolado de seus antigos companheiros.

Neste momento, o então orgulhoso cavaleiro transforma-se no pobre homem acometido pela lepra. A entrega aos prazeres terrenos incorre no castigo divino, pois “Cavaleiro que tem fé e não usa de fé e é contrário àqueles que mantêm a fé é como entendimento de homem a quem Deus tem dado a razão e usa de desrazão e de ignorância.” (Llull, 2000, p.23). A desrazão e a *stultitia* ocasionaram a ruína moral e física do cavaleiro, abandonado pelo grupo social e que se refugia em uma pequena propriedade, entregando-se aos cuidados do administrador e sua família. Surge a figura feminina, a filha do serviçal, de oito anos, porém com atitudes de *frouwe*:²⁶

*Seu comportamento era
assim corretamente bondoso.
Não queria nunca de seu senhor
fugir um só pé.
Para o seu bem estar e saudação
ela o servia sempre
com o seu agradável cuidado.
Ela também era tão amável,
que, de tão lindo porte,
pareceria como filha
do imperador. (v. 303-313)*

O papel destinado, em linhas gerais, à mulher no mundo medieval ocidental em terras germanófonas é bem similar àquele presente em outras regiões do sul da Europa. Decantada em poemas, as mulheres, as de estirpe nobre, na verdade, prestavam-se especialmente a partir da difusão do casamento regulamentado pela Igreja à progeneritura e à educação dos futuros varões. Tal organização da vida feminina era útil para os eclesiásticos e agradava aos nobres, que com a leitura e divulgação das histórias heróicas de cavaleiros e suas façanhas, satisfaziam seu gosto literário pela utilização de seu *modus vivendi* como ideal arquetípico a ser imitado e alcançado pelas gerações posteriores.

²⁶ Termo em médio-alto-alemão que significa “dama”.

A menina, passados três anos, dedicava-se totalmente ao seu senhor, dele não se afastando, como conviria ao ideal feudo-vassálico:

*Por seu lado ela corria toda a hora
em sua direção e nunca para outro lugar.
Ela estava sempre a postos.
Ela dirigira seu coração
com bondade puramente infantil
para seu senhor,
de forma que sempre era encontrada
aos pés do senhor.
Com doce aplicação
atendia ao seu senhor. (v. 317-326)*

Todavia, a personagem feminina, de ascendência camponesa, através da consciência de seu lugar dentro da sociedade medieval e de seu ato de quase martírio, transforma-se em um plano simbólico na dama nobre. Seu enobrecimento deriva de sua resignação moral e do reconhecimento de seu papel numa sociedade senhorial masculina. Sua beleza física é justificada pela sua perfeição de caráter.

O modelo para o comportamento feminino associava-se à figura de Maria. Se a mãe de Deus sacrificaria sua vida pelo Filho, corresponderia à camponesa dar a vida pelo seu senhor. Ao saber, que Henrique, após uma visita aos médicos de Salerno, fora informado que apenas o sacrifício de uma donzela poderia devolver-lhe a saúde perdida, a jovem sem nome resolve que “vivesse ela o dia seguinte, ela explicitamente sua vida gostaria de entregar pelo seu senhor”. (v. 523-525) Além do mais, como uma intelectual medieval, procura convencer os pais ao apelar para razões práticas e econômicas:

*Vós tendes fama e posses:
ou seja, a afeição de meu senhor,
pois ele nunca vos magoou
e também nunca vos reduziu os bens.
A vontade dele dever viver
é para o vosso interesse.
Mas deixemo-lo morrer
e nós nos arruinaremos.
Isso eu quero poupar a nós
com bela sabedoria,
para que nós todos estejamos curados. (v. 614-624)*

Nos versos 690 a 735 lemos uma verdadeira profissão de fé a favor da fuga do mundo e das implicações nefastas em nele viver, como se escrito por Bernardo de Clairvaux ou outro prócere da cultura eclesiástica. Consoante o modelo para ela delineado, a jovem prefere seguir a eternidade, pois “Nossa vida e nossa juventude / são um nevoeiro e uma nuvem de pó; / nossa solidez treme como uma folha. / É um infeliz insensato / aquele que recolhe fumaça, / seja mulher ou homem, / aquele que não pode bem refletir sobre isso / e segue o mundo.” (v.728-735) Nessas palavras em voz feminina e construído por um homem percebem-se claramente as concepções de um discurso de gênero.

Henrique e a jovem partem então para Salerno, a fim de procederem à operação. Em uma conversa preliminar com a donzela, (v. 1084-1111), o cirurgião lhe diz que retiraria seu coração para ser transplantado no corpo do cavaleiro. Apesar da absoluta segurança na resposta afirmativa da moça em cumprir sua decisão, o pobre Henrique, ao ouvir as sérias advertências do médico e observar a jovem de 11 anos, despida, reflete consigo próprio:

*“Tu tens um pensamento tolo,
de que tu sem o consentimento deste
desejas viver um único dia,
contra o que todos são impotentes.
Tu também não sabes bem, o que tu fazes,
já que tu tens certamente que morrer,
que tu esta vida vergonhosa,
que Deus te deu,
não a carregas de boa vontade
e também sobre isso tu não sabes,
se a morte da criança te salvará.
Aquilo que Deus a ti imputou,
deixe tudo acontecer.
Eu não quero ver a morte da criança.”* (v. 1251-1264)

Interrompido o início da cirurgia, desamarrada a donzela e pago o médico, a menina brada aos céus como uma germana pagã: “ela bateu em seus seios, / ela se puxou e arrancou-se, / seus brados eram tão plangentes, / que ninguém poderia vê-la / sem que não ocorresse chorar.” (v.1298-1302) Resignado com o seu destino, Henrique parte de volta à propriedade. O cavaleiro atuara; a donzela agira. Agora interviria Deus. Sobre a égide da Teologia assentava-se a base

ideal do edifício do medievo. A Igreja Romana, responsável pelos *clerici*, cujo sinônimo corrente era *litterati*, procurava moldar os padrões de vida desejados conforme sua interpretação dos textos bíblicos. A cultura das cortes feudais, cujo florescimento podemos datar a partir do século XII, trouxe, porém elementos novos, que serviram de ponto de partida para a formação de um novo tipo de representação cultural, palaciana e cavaleiresca, e um novo tipo de letrado. O próprio autor, ao iniciar seu romance *Der arme Heinrich*, nos diz que “um cavaleiro era tão instruído, / que ele nos livros lia, / tudo aquilo que ele lá encontrava escrito.” (v. 01-03) e prossegue, incluindo seu propósito enquanto escritor:

*Muito ele olhava
nos mais diferentes livros,
e lá começou a procurar,
se encontraria algo, com o que ele pesadas horas
pudesse tornar mais leves,
e tratava de tais coisas,
de forma que servia a honra de Deus,
e com isso ele poderia
tornar-se agradável aos homens.* (v. 06-14)

“Servir a honra de Deus” e “tornar-se agradável aos homens”, eis aqui a junção de objetivos da obra. Portanto, após os descaminhos que quase o levaram à morte, a intercessão divina o reconduziria à vida plena de graças e à felicidade terrena:

*então o sagrado Cristo mostrou,
o quanto lhe são caras a fidelidade e a compaixão,
e libertou a ambos
de todo o sofrimento
e o fez imediatamente
puro e completamente saudável.* (v. 1382-1387)

A fidelidade, *triuwe*, e a compaixão, *bärmde*, indicam a fusão de qualidades comportamentais ideais para o membro da classe dos *bellatores*: sua vida deveria pautar-se por códigos de respeito ao seu suserano, à dama por ele escolhida para servir e a Deus. A recompensa por sua conversão interna foi a salvação de seu corpo e, por extensão, a da sua alma.

Todavia, como agir com a jovem donzela, que se arriscara a morrer para lhe doar a vida? A necessidade de decidir o seu destino junto à moça impele-o a convocar um conselho, *rât*, comum ao senhor, que precisa da orientação de seus parentes e vassalos:

*A vós todos senhores é bem conhecido,
que eu através desta bondosa donzela
tenho novamente minha saúde,
donzela essa que vós aqui vedes estar ao meu lado.
Agora ela está livre de nascimento, como eu sou;
Então todo meu entendimento me aconselha,
que eu a tome por mulher. (v. 1508-1514)*

A justificação do casamento passa para o cavaleiro pela observância da linhagem. Com sua postura madura e consciente, a jovem sem nome adquire a legitimação para poder ser unida matrimonialmente ao seu senhor. O fato “real” serve de *referendum* ao enlace de almas, o que agradaria à sociedade e ao Senhor, como reconhece Henrique: “pois eu honra e vida / a ela sou devedor. / Pela benevolência de nosso Senhor / Quero a todos vós pedir, / que vós concordais.” (v. 1519-1523).

A jovem serviçal enobrecera o cavaleiro desviado de sua classe, do mesmo modo que a filha de um senhor feudal permitia a seu cavaleiro escolhido e futuro marido a ascensão social desejada, tirando-o de um séquito e “dotando-o” de prestígio e de terras.

A descrição da vida de Henrique, com seus hábitos e costumes caval(h)eiros, afasta-se gradualmente das atitudes idealizadas de um membro da *ordo equestris*, cuja elaboração, em um plano literário, deveria retratar a concepção de mundo da nobreza feudal e os valores imbuídos em sua visão social.

Aos conceitos fundamentais do código dos *Ritter*, a *triuwe* (fidelidade), a *staete* (constância) e a *zuht* (disciplina) associa-se à *minne* (amor cortes), porém em *Der arme Heinrich* a dama não pertence à nobreza, mas sim ao campesinato, razão pela qual de idealização artificial – *minne* – passa-se ao *liebe* por gratidão – ao amor verdadeiro, cuja quase martirização da personagem feminina e resolução de Henrique em não aceitá-la poderiam ser interpretadas como

um dos pontos culminantes da obra, que centra na misericórdia divina o sustentáculo para a salvação do protagonista e para o desenlace conciliador.

A redenção do cavaleiro salvo pelo amor, pela sua própria abnegação e por sua conversão interior conformariam o tecido por excelência medieval de fundamentação cristã, referendando por fim uma ordem social, na qual a nobreza feudal, ao reunir para si atributos oriundos de um passado franco e adaptando-os à mentalidade cristã vigente no século XII, concretizava e justificava no plano estético seu *status* no universo da *Hohes Mittelalter*. Deste modo, o esquema do mundo cavaleiresco em *Der arme Heinrich* apresenta, no final do poema, a simbiose entre os valores humanos e divinos, no que estes últimos funcionam como ápice de sua vida terrena.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do século XIV, as condições no campo de batalha modificaram-se em detrimento das cargas de cavalaria. Exércitos de cavaleiros poderiam ser derrotados através do emprego ordenado de arqueiros e besteiros, ou pelo uso eficiente de piques. Com o advento das armas de fogo, contudo, parecia que o destino da montaria e do cavaleiro estaria indelevelmente traçado ao fim. Contudo, seja ainda como tração animal, tropa de exploração ou de patrulhamento, a cavalaria mecanizada mantém em seu espírito os laços que a une ao seu passado. Mesmo no século XX, os *Rittmeister*²⁷ alemães e seus oponentes aliados enfrentavam-se em “justas” aéreas, demonstrando respeito e honra pelo adversário abatido.

Com este quadro dos dois primeiros decênios do século XX encontramos ainda vivo o espírito do personagem literário de Hartmann von Aue, um cavaleiro que da honra desceu à degradação e quase à morte, salvo porém pela atitude decidida de uma jovem donzela. Ao reconhecer suas culpas e o sacrifício inútil da jovem, ele é perdoado por Deus e com ele se reconcilia.

²⁷ Termo em alemão que poderia ser traduzido por “mestre-cavaleiro” e em uso durante a Primeira Guerra Mundial para designar os jovens oficiais da cavalaria. Muitos destes, ao perceberem o sacrifício em vão na Guerra de Trincheiras, escolheram adentrar o recém criado Corpo de Aviação do Exército Alemão.

Este modelo de guerreiro é atemporal, pois embora cronologicamente datado de fins do século XII, incorpora em si os valores do guerreiro a cavalo, pois do mesmo modo que no campo do amor, para o cavalariano,

Cavalaria, Cavalaria,
Tu és na guerra a nossa estrela guia.²⁸

DOCUMENTAÇÃO

AUE, Hartmann von. **O pobre Henrique**. Tradução de Álvaro Alfredo Bragança Júnior. In: www.brathair.com, acesso em 22.06.2008.

Referências Bibliográficas:

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. **Do cavaleiro ao cavalheiro: por uma introdução à história da cavalaria no Ocidente desde a Antigüidade até o século XX**. (inédito)

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. O cavaleiro, a dama e Deus em *Der arme Heinrich* de Hartmann von Aue: ideal de uma sociedade na Baixa Idade Média. In: LEÃO, Ângela Vaz. (Org.). **Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais**. Belo Horizonte : PUC Minas, 2001. v. 1. p. 189-196.

BURMAN, Edward. **Templários: os cavaleiros de Deus**. Tradução de Paula Rosas. 4. edição. Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 1997.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1987.

COSTA, Ricardo da. **A guerra na Idade Média**. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.

DEMURGER, Alain. **Os cavaleiros de Cristo – templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Tradução de Maria Helena Costa Dias. 2ª ed.. Lisboa: Estampa, 1994.

²⁸ Retirado da *Canção da Cavalaria* do Exército Brasileiro.

- _____. **A sociedade cavaleiresca**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Guilherme, o marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. **O cavaleiro, a mulher e o padre**. Tradução de G. Cascais Franco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- _____. **Guerreiros e camponeses**. Tradução de Elisa Pinto Ferreira. 2ª ed.. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- _____. **O Domingo de Bouvines**. Tradução de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2033. V.2.
- FERREIRA, Jerusa Pires. **Cavalaria em cordel – o passo das águas mortas**. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- FILHO, Cyro Rezende. **Guerra e guerreiros na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LLULL, Ramon. **O livro da ordem da cavalaria**. Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Giordano, 2000.
- MILITZER, Klaus. **O papel da ordem dos Cavaleiros Teutônicos na história alemã e européia**. Tradução de Rita Dolores Wolf. In: *Humanitas* – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IFCH, 1998. V.1.
- MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. **Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur**. Cotia: ÍBIS, 1995.
- PASTOUREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PRESTAGE, Edgar. **A cavalaria medieval**. Porto: Civilização, / s.d./
- SILVA, Victor Deodato da. **Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1990.

SITOGRAFIA

<http://www.decavalaria.com>

DE ROMA PARA O MEDIEVO, A IDEIA DE "GUERRA JUSTA"

*Manuel Rolph De Viveiros Cabeceiras**

Entre o *ius bellum* romano e o *jus bellum* medieval, desdobrado este no direito internacional moderno em *jus ad bellum* e *jus in bello*²⁹, mais que um desenvolvimento, há uma ruptura ressignificativa, na qual a ideia tomada dos romanos, apropriada, pode-se dizer, é transubstanciada. Neste sentido há uma romanidade na ideia "originária" de "guerra justa" ou *ius belli* (*jus ad bellum*), "direito de guerra"³⁰. Tais expressões, na amplitude de sua acepção, são intraduzíveis para outro idioma antigo, mesmo o grego, posto ser tal noção tributária de uma mentalidade e valores propriamente romanos, como pretendemos demonstrar.

Costuma-se identificar como marco inaugural do Direito Internacional hodierno os tratados de Westfália (1648), os quais puseram fim à Guerra dos Trinta Anos, e afirmação da ideia de soberania no âmbito dos Estados-nação modernos e o reconhecimento desta ideia como atributo de tais Estados, que se reconhecem mutuamente assim, em um determinado sistema internacional: reconhecendo-se juridicamente como independentes ou sem vínculo de submissão, um Estado, de princípio, não está autorizado a agredir o outro. Tal ideia virá a ser reforçada com o fim do colonialismo no século XX.

É nesse âmbito que se desenvolvem as nossas atuais noções e normas que comportam o *bellum iustum* (legitimadoras do *status* de beligerância entre Estados determinados, versando sobre a sua motivação) e o *ius belli* (sobre a licitude ou não dos atos entre Estados durante a dada

* Coordenador do Grupo de Estudos de História Militar do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade da Universidade Federal Fluminense (GEHM-CEIA-UFF) e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

²⁹ Essa parelha de termos é mais claramente discernida e passa a ter uso mais difundido no contexto de um século XX permeado pelas duas Grandes Guerras, sendo muito pouco citado, desta forma, antes desse período. Veja a esse respeito KOLB, 1997.

³⁰ *Jus ad bellum* pode tanto ser tomado no sentido amplo, "direito de guerra", designando todo um conjunto de preceitos relacionados ao tema, como também no sentido restrito de "direito de (fazer a) guerra" e, então, abrangendo a casuística das motivações, distinguindo-se do *jus in bello*, o qual dá conta do âmbito dos procedimentos durante o conflito, do esforço de regular a violência entre as partes.

beligerância, versando sobre o seu decurso)³¹ e, como subproduto, a recusa da guerra enquanto “um meio desejável ou produtivo e, evidentemente, racional, de [se] resolver seus descontentamentos”, derradeiro recurso a ser implementado no horizonte cultural da elevação do pacifismo (e o humanitarismo nele subjacente) como ideal também proclamado por organismos internacionais (KEEGAN, 1996, p. 77).

A ideia de guerra justa da civilização ocidental moderna, assim, foi moldada a partir do desenvolvimento nela simultâneo dos tipos humanos do “pacifista militante” e do “portador legal e profissional de armas” em um quadro de nítidas referências cristãs³². A reciprocidade desses dois tipos humanos antitéticos, John Keegan nos lembra, já “aparece no diálogo entre o fundador do cristianismo e o soldado profissional romano que pedira que curasse um criado com a sua palavra milagrosa. ‘Também sou um homem colocado sob autoridade’ [Lucas 7, 6-8 na tradução do Rei Jaime], explicou o centurião. Cristo exclamou diante da crença do centurião no poder da virtude, considerada como complemento da força da lei que ele personificava.” (Ibid., p. 20).

Por isso vale frisar o nosso ideal de guerra justa é muito mais tributário daquele desenvolvido no período medieval do que da sua ideia romana, a qual foi apropriada e totalmente reconfigurada pela experiência cristã. Assim, tomemos a máxima, por um lado, de SÃO JOÃO CRISÓSTOMO (344? – 407?) *Iustitia enim est mandatorum obseruatio*. (“A justiça é a observância dos mandamentos [de Deus]”, **In Matthaem**, 12) e, por outro, a de CÍCERO (c.106 a.C. – 43 a.C.) *Iustitia est obtemperatio scriptis legibus institutisque populorum* (“A justiça é a obediência às leis escritas e instituições dos povos” em **De Legibus** I, 42).

³¹ Isso é válido mesmo considerando: a) tais noções na sua aplicação moderna se deverem fundamentalmente a obra de juristas anteriores ao fim da Guerra dos Trinta Anos, a exemplo do católico espanhol Francisco de Vittoria (1480-1546), dominicano como Santo Tomás de Aquino, e do protestante holandês Hugo Grotius (em flamengo Huig van Groot, 1583-1645); e b) o fato de, durante os séculos XVIII e o longo XIX (cujo fim só ocorre com a I Guerra Mundial), em troca de uma orientação amoral maquiavélica (a necessidade, isto é a razão de Estado, por si só tornaria uma guerra justa), terem sido abandonadas pelos Estados as distinções entre guerra “justa” e “injusta” na condução de suas políticas dinásticas e nacionais, só sendo retomadas tais distinções com o impacto das duas grandes guerras (KEEGAN, 1997: 394-396).

³² A identificação das raízes cristãs da consolidação cultural complementar desses dois tipos humanos antitéticos não / COSTA & SANTOS, 2010. Perceba-se, como demonstraremos mais adiante, a guerra, inicialmente na perspectiva cristã, não é intrinsecamente nem boa nem má, achando-se a sua qualificação moral estipulada por quão justos seriam os fins (*jus ad bellum*) e meios (*jus in bello*) a que se propõe e movimenta.

No primeiro aforisma a remissão se faz a mandamentos fundados por um ente transcendente, o Deus de Abraão, Isaac e Jacó, que n'Ele encontram a sua razão de ser e foram resumidos pelo Cristo dos Evangelhos em 'amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo' (cf. **Mc** 12, 29-31; **Mt** 22, 37-40), transbordando e desconsiderando distinções sociais, culturais e étnicas. Já na definição ciceroniana de justiça fecham-se as muralhas em torno dos costumes e leis locais, reafirmando os particularismos étnicos e elevando-os à condição de critério maior.

É a justiça mencionada por Crisóstomo que Santo Agostinho de Hipona (354-430) tem em mente ao considerar o exame da guerra sob a perspectiva cristã. Identificado como o primeiro a refletir mais aprofundadamente o assunto, é tido como o primeiro a formular uma ideia cristã de "guerra justa". Em **De Civitate Dei Contra Paganos**, XIX, § VII (*apud* DINSTEIN, 2004, p. 89) entre outros aspectos "anunciou o princípio fundamental de que toda a guerra era um fenômeno lamentável, mas que os erros provocados pelas mãos do adversário impunham a *necessidade de se promover uma guerra justa*".

Agostinho nunca fixou uma relação de critérios a ser observada na identificação de uma guerra justa. Entre os vários sucessores de Agostinho a buscarem sistematizar o seu pensamento sobre o tema foi Santo Tomás de Aquino (1225-1274) o de maior sucesso, firmando em três as exigências costumeiramente apresentadas para se definir quando uma guerra seria justa: a) seja declarada a guerra por uma autoridade pública legítima, b) que os inimigos efetivamente mereçam a guerra (justeza da causa) e c) guiem os combatentes as suas ações pela reta intenção, sem ódio e mentira, ou seja, visando a promoção do bem e recusa do mal (KEEGAN, 1996: 395; cf. TOMÁS DE AQUINO, **Summa Theologiae**, II-IIae, quaestio 40, sumariado em COSTA & SANTOS, 2010, p. 8)³³.

³³ A elaboração de listas de critérios, variável de autor para autor, nunca cessou, mesmo nos dias de hoje, fazendo-se inserir, inclusive, pontos não previstos na reflexão agostiniana, tais como o de possibilidade razoável de sucesso (não se vendo como justo investir em uma guerra sem chance de vitória), o da proporcionalidade (o dano causado

A Idade Média não só plasmará um ideal de guerra justa³⁴, mas também, a partir daí moldará o ideal do guerreiro cristão (expresso em vários exemplos de santos guerreiros), a instituição da Cavalaria e das ordens militares e as prescrições da “Trégua de Deus” e da “Paz de Deus”, disciplinando nos séculos X e XI, com graus variados de sucesso, em parte da Europa Ocidental, a beligerância endêmica que nela grassava³⁵.

E entre os romanos, qual, afinal, a sua ideia de “guerra justa” ou “direito de guerra”? Se ficarmos apenas nos termos pode-se ser levado a crer em uma continuidade destes para os medievais, do latim clássico para o eclesiástico através dos pensadores cristãos, e dos últimos para os modernos e hodiernos, tal como uma bolota se desenvolve em carvalho. Ou então esse *continuum* explicar-se-ia nas distinções entre uns e outros pela ênfase variada dada por cada um na análise da “guerra justa”: jurídico-formal os romanos e ético-substantiva os cristãos e seus herdeiros.

A expressão, pois, aparece nos autores clássicos, tais como CÍCERO (*ius bellicum* em **De Officiis** III, 107) e TITO LÍVIO (c.59 a.C. – 17 d.C.) no **Ab Urbe Condita** (*ius belli* em I, 1; *belli iura* em II, 12 e XXXI, 30). Ainda no **De Officiis** (I, 20) CÍCERO dir-nos-á: “A principal função da justiça é que ninguém prejudique a outrem, a não ser provocado por uma injustiça (*Iustitiae primum est munus, ut ne cui quis noceat, nisi lacessitus iniuria*).” TITO LÍVIO, o historiador romano que mais uso fez da expressão, demonstrando como vigorosamente o império foi construído em torno dessa noção, sempre provocado, parece completar-lhe quando afirma

pela resposta a uma agressão não pode exceder os danos provocados pela própria agressão, desqualificando, por exemplo, o propósito de aniquilamento do inimigo) e o respeito à tradição das convenções de guerra (como as quatro de Genebra, 1864, 1906, 1929 e 1949 e seus protocolos adicionais) e tratados internacionais.

Cumprir destacar na atualidade o notável detalhamento no respeitante ao *jus in bello*, muito mais implícito que explícito na consideração dos autores clássicos medievais e modernos e completamente ausente dos romanos.

³⁴ Cumprir distinguir “guerra justa” de “guerra santa”. Desenvolvendo-se o este daquele, fazendo-se este sob as normas do primeiro, seria dele um caso particular e deveria, da guerra justa, ser a guerra santa a sua mais perfeita expressão. A guerra seria santa, e não apenas justa, quando predominam os objetivos espirituais e não temporais nas suas justificativas, a exemplo do passado com as Cruzadas. Consulte-se a este respeito Roberto de MATTEI, **Guerra Justa, Guerra Santa: Ensaio sobre as Cruzadas, a Jihad islâmica e a tolerância moderna**, Porto, Livraria Civilização Editora, 2002.

³⁵ Ainda se podem inserir neste esforço as tentativas, aqui sem qualquer sucesso, de coibir ou restringir o uso das bestas (também chamadas de balestras), vistas como armas malignas devido ao seu poder extremamente mortífero, podendo perfurar escudos e armaduras de metal.

(IX, 1) ser “justa a guerra para aqueles aos quais é necessária, e honestas as armas para aqueles cuja esperança repousa somente nas armas (*Iustum est bellum, quibus necessarium, et pia arma, quibus nulla nisi in armis relinquitur spes*)”. Todavia a impressão é enganosa.

Quem nos socorre, indicando ser algo bem diverso o que ocorre em Roma, é CÉSAR. O seu alerta está em **De Bello Gallico** I, 16: “É direito de guerra que os que venceram tratem como quiserem aqueles a quem venceram (*Ius est belli, ut qui uicissent iis quos uicissent, quem ad modum uellent imperarent*)”. Ora, atestada em todos os povos da Antiguidade, mesmo entre os hebreus, esta não é uma atitude acobertada pela noção de “guerra justa” nos pósteros desde os cristãos.

É mister aqui entender as idiosincrasias da mentalidade romana para se entender como tal prerrogativa se casa com a ideia de “guerra justa” entre os romanos e captar-lhe a originalidade³⁶. Uma primeira pista está na própria noção de justiça (*iustitia*), historicamente diversa da desenvolvida pelo pensamento cristão, apesar dos contatos entre esta e a dos romanos, como já antevimos no confronto entre as máximas de Crisóstomo e Cícero anteriormente citadas.

Sobre tal aspecto observa-nos Aldo Schiavone (*in* GIARDINA, 1992, p. 76): “não é por acaso que até ao século IV a.C. os poucos fragmentos de escrita latina que chegaram até aos nossos dias remetem seguramente para essas únicas experiências. Assim, desde o início, à vivência religiosa, que desempenhou provavelmente um papel determinante na própria formação da mais antiga ordem cidadina, associou-se um patrimônio mental e cultural parcialmente diverso, que não tendia para a produção de cultos ou de experiências mágicas, mas para a

³⁶ A partir desse ponto pretendemos demonstrar como a ideia contida em *bellum iustum* não acha correspondência nem aproximada no grego. O termo *polemos dikaios* está longe de ser-lhe intercambiável e a sua presença se manteve praticamente restrita ao meio filosófico (Aristóteles, estoicismo), não encontrando largo uso entre os escritores em geral, ou historiadores em particular, dos períodos helênico e helenístico.

Para Aristóteles, por exemplo, veja ROLDÁN, 1999, p. 144, e os tipos de guerra justa por ele estabelecidos, entre elas, grifos nossos, “la defensiva, superior desde el punto de vista moral, la política, por motivos económicos y de honor, y la natural, semejante a la caza, cuyo objetivo es conseguir esclavos, pero ya no a partir de los cautivos de las guerras entre los griegos, como en épocas pasadas, sino de entre los barbaros, los esclavos por naturaleza”.

Quem mais próximo teria chegado de uma noção de guerra justa como a nossa hodierna teria sido Demócrito de Abdera para quem a guerra não era um fenômeno cósmico, como entendia Heráclito de Éfeso, mas algo histórico suscetível de regulação e, assim sendo, se pela lei pode-se matar o inimigo também por ela se poderia proibi-lo, seja através de preceitos religiosos (*hierá*), tréguas (*spondai*) ou pactos (*hórkoi*).

construção lenta e estratificada de uma teia de regras destinada a abranger todos os mais importantes comportamentos ‘sociais’ dos *patres*: o núcleo mais remoto do *ius* da cidade.”

Podemos indicar o campo de cada uma dessas duas únicas experiências com os termos *pietas* e *iustitia* (derivada esta de *ius*, *iuris*, antigo *iouis*), cientes de uma atravessar a outra, pois como se diz um pouco mais adiante (Ibid., p. 76), a “pronúncia do *ius* foi logo rigorosamente atribuída a um círculo de sacerdotes: o colégio dos ‘pontífices’ (literalmente ‘os fazedores de vias’; mais obscuramente, ‘aqueles que abrem o caminho’)” ou ainda, “cujo sentido original [o de *iustitia*] é de ‘fórmula religiosa que tem força de lei’ em seguida ‘direito, justiça’. Termo antigo, de caráter jurídico e religioso, tem por correspondente o indo-iraniano *yóç*, como na fórmula *cám ca yóç ca*, ‘ele purifica, torna realmente puro’. A raiz deve ser **ye/ous*, donde *iustitia*, justiça, traduz ‘o que é correto segundo as normas divinas’, e laicizado, ‘o que é consoante as leis humanas’.” (BRANDÃO, 1993, p. 194)

A força desses dois termos, “dois valores caros à tradição romana, *pietas* e *iustitia*”, é tanta que SEBASTIANI (2003, p. 40) pretende neles resumir toda a noção de *bellum iustum* ou, como prefere retomando a fórmula liviana de sabor arcaico, em toda a sua extensão, *bellum iustum piunique*³⁷, trazendo à superfície o termo *pius* e a virtude da *pietas*. Ainda cumpre, porém, acrescentar a *fides*³⁸, valor este bem mais central na axiologia do *bellum iustum piunique*, pois a partir dele, e só com ele, temos definido com precisão o critério a dizer quando e em qual medida uma guerra é justa e piedosa, além de nos fornecer a explicação cabal do caráter eminentemente romano dessa noção.

³⁷ A expressão que, por exemplo, aparece em Lívio (IX, 6-7) ao abordar a guerra samnita, segundo CALORE (2003, p. 106), não seria uma criação liviana, como alguns crêem, mas colhida em Políbio, expressaria uma ideia muito antiga na história romana.

³⁸ SEBASTIANI (2003), que desenvolve seus argumentos de modo apurado e perspicaz, com destaque, interna à noção de “guerra justa” romana, para a nuance operada por César ao deslocar essa noção para a esfera individual ao narrar o seu embate com Pompeu em **Bellum Ciuile** (escrita em 49-48 a.C.), ao apresentar a *pietas* e a *iustitia* como únicos valores chaves da tradição romana a explicar a ideia de “guerra justa” equivoca-se e empalidece o caráter romano desta ideia. A simples menção como uma *iusta causa belli* (2003: 40) o “não cumprimento da palavra ou da boa-fé empenhada” (= violação de um tratado) não permite considerar a *fides* adequadamente em sua análise. Enquanto valor do *mos maiorum*, nada a respeito dela se diz e de seu papel no caráter propriamente romano do *bellum iustum piunique*.

De acordo com BRIZZI (2003, p. 33-34) a ideia de *bellum iustum* não se restringe apenas aos latinos, remontando com a *fides* mais primitivamente aos quadros itálicos, anterior à cidade, “fundamento essencial de pelo menos uma parte da primitiva sociedade itálica”. O fato é que, se os vocábulos gregos *eusebeia* e *dikaiosyne* logram correspondência bem próxima às realidades designadas, respectivamente, pelos termos *pietas* e *iustitia*, já *fides* trai ser uma virtude precipuamente romana (Ibid., p. 31), no centro da ordem política, social e jurídica de Roma (ROCHA PEREIRA, 1984, p. 320)³⁹.

Em Tito Lívio, não à toa, “*lo storico che maggiormente insiste sul concetto di ‘bellum iustum’ e ne presenta la più ampia serie de occorrenze, dal primo libro fino al XIV*” (RAMELLI, 2002, p. 14), são 144 registros para *fides* à medida que outros termos tão importantes quanto, no discurso liviano, registram bem menos citações: *concordia*, 48; *pietas*, 7; *mos maiorum*, 6 (MARQUES, 2007, p. 62).

É tamanha a consideração do romano por tal virtude que se pode designá-lo sem sombra de exagero, e ele assim se percebia⁴⁰, como “povo da *fides*” (ROCHA PEREIRA, 1984, p. 320-326) e é desde essa imagem que BRIZZI (2003, 30-35, *Fides* e estratégias) seguirá seguro diferenciando o romano do grego⁴¹, exibindo impermeabilidades, como a do latim carecer de “uma expressão apta a traduzir literalmente o vocábulo *stratégma*, estratégia, cuja extensão semântica se estende, na língua helênica, por toda a vasta gama de expedientes e atalhos morais,

³⁹ A *pístis* grega que traduziria o vocábulo latino *fides* está longe de ser comparável ao papel desempenhado por esta entre os romanos. MARQUES (2007, p. 73), em analogia à *fides*, por exemplo, vê tal vocábulo como muito menos decisivo na representação autoidentitária de qualquer dos povos de língua grega.

Tudo isso não impede, claro, o aproveitamento, como sempre, das reflexões gregas correlatas. E aqui se inserem as reflexões filosóficas de cunho político-moral, ao lado das análises de teor jurídico e político-ideológico.

⁴⁰ ROCHA PEREIRA (1984: 322): “(...) os Romanos consideravam-se – e eram assim considerados, segundo o testemunho de Políbio – como o povo que ‘respeita o seu dever, pela própria fidelidade decorrente de seu juramento [*fides*]’. O historiador grego acabava de ligar esta virtude [*fides*] a concepções religiosas que reputava de sábias.”

⁴¹ Assim, cumpre corrigir, ARAÚJO (2005, p. 13): meticoloso no exame da doutrina medieval da “guerra justa” e na sua relação com o poder imperial no século XII, o autor erra ao remeter a passagem de Brizzi em questão como texto a apoiar uma pressuposta “origem greco-romana pagã (BRIZZI 2003, p. 30-35)” para a doutrina de guerra justa. Ora, seguindo outro enredo, Brizzi, nesta e em outras passagens acentua, isso sim, a romanidade de tal ideia, posto demonstrar o romano como povo da *fides* (e deste valor advir o *bellum iustum*) na antípoda dos helenos.

de perspicácias e enganos diversos, úteis e comumente empregados tanto em diplomacia como na guerra”, mas vistos pelos romanos como ignóbeis (Ibid., p. 33, 35).

Comportamento correto e leal, juramento (garantia) a comprometer as partes envolvidas num compromisso bem firme e a fé (crença) nele decorrente, a divindade a esta noção associada (a deusa *Fides* ou *Bona Fides*) gozaria de um culto bastante antigo e muito respeitado em Roma, provavelmente prerromano. A deusa era representada em idade provecta, como a exibir a perenidade e firmeza dos laços e pactos firmados pelo cimento da *fides*. Relacionada à mão direita, o enlace da *fides* característico é simbolizado pelo aperto das destros mãos (*dextrarum iunctio*) por se fazer com as destros entrelaçadas o *ius iurandum*, o juramento⁴², do qual resultava o *foedus* (pacto ou tratado de aliança).

Aliás, à etimologia de *fides* liga-se, além do termo *foedus*, *fetiales*. Os *fetiales* (feciais) constituem um colégio de vinte sacerdotes que custodiam o *fas* (preceitos divinos pertinentes às relações com os demais povos) e, por isso, são os responsáveis pela ratificação com um juramento solene os tratados (*foedera*) entre os povos, assim como as declarações e procedimentos imprescindíveis à declaração de uma guerra justa e que lhe antecedem, tornando “sacralmente *iustum o bellum* – o conflito que está por começar – e de garantir assim o apoio dos deuses, que exclusivamente estabelecem a diferença entre os contendentes e concedem a vitória” (Ibid.: 31). Ou seja, como insiste Cícero (*De republica* III, 23, 35 e *De officiis* I, 36), uma guerra conforme a justiça e a piedade (*bellum iustum piunique*) é aquela atenta aos rituais dos antigos sacerdotes feciais, procedimentos zelosa e rigorosamente fixados.

A presença dos sacerdotes e rituais, sacrifícios e orações, concede aos propósitos humanos uma sanção divina e, poder-se-á dizer, os transubstancia, implicando a quebra do juramento, a violação do tratado em gesto ímpio, desencadeador da punição dos deuses.

⁴² Esta prática de se fazer juramentos com as mãos direitas entrelaçadas também ocorre entre os gregos.

Destarte, se através da *fides* são firmadas as alianças, isso significa com ela tecer as redes de sócios e de amizados que se vão construindo entre os povos e identificando os inimigos. Na paz e na guerra observam-se as mesmas regras, mas não com os mesmos povos. Alguns são bárbaros, não ‘civilizados’, isto é, não são literalmente ‘povos de cidades, que se organizam em cidades’. Dissemelhantes, não podem conhecer a *fides* e as regras do *bellum iustum piunique*. Outros, como os gregos e os cartagineses, tendo os últimos aprendido a arte militar com os lacedemônios, vivem em cidades como os romanos, deveriam se comportar pautar pela *fides*, mas ao contrário agem com perfídia, traiçoeiramente, por meio de ardis. Todavia, com todos, progressivamente se vão fazendo tratados e pactos, quando não acabam por ingressar no império romano (através da conquista ou não), convertendo-se em províncias e, portanto, aderindo ao cimento da *fides*.

Como desejávamos demonstrar, a despeito da tradição divulgada sobre a doutrina de guerra justa, uma completa descontinuidade entre os preceitos e práticas dos romanos e os defendidos na era medieval. De tal sorte, a apropriação dos textos clássicos pelos cristãos, a sua cristianização, implicou em uma ampla operação ressignificadora, a qual, por sua vez, até os dias atuais, deu também azo a novas abordagens, mesmo que não tão distantes entre si como na primeira releitura.

Referência Bibliográfica

1. Documentação

CESAR – **The Gallic War [De Bello Gallico]**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1917 (The Loeb Classical Library).

CICERO – **De Officiis**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1913 (The Loeb Classical Library).

De Re Publica, De Legibus. Cambridge, Mass. / London: Heinemann / Harvard University Press, 1958 (The Loeb Classical Library).

JUAN CRISÓSTOMO – *Homilias sobre S. Mateo [In Matthaicum Homiliae]*. 2v. Madrid: Ed. Católica, 1955, 1956 (Biblioteca de Autores Cristianos).

LIVY – **History of Rome [Ab Urbe Condita]**. 14v. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970 (The Loeb Classical Library).

2. Obras de Referência

BRANDÃO, Junito de S. – **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia e da Religião Romana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GRIMAL, Pierre – **Dictionnaire de La Mythologie Grecque et Romaine**. 8e. ed. Paris: PUF, 1986.

3. Estudos

ALMEIDA, Francisco E. A. de – **A Guerra como Fenômeno Sócio-Político**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2003.

ARAÚJO, Vinicius Cesar D. – Honor Imperii: a estruturação político-militar do Sacro Império no século XII. **Revista Brathair** (<http://www.brathair.com>) n5 (2), 2005.

BRIZZI, Giovanni – **O Guerreiro, o Soldado e o Legionário: os Exércitos no Mundo Clássico**. São Paulo: Madras, 2003.

CALORE, Antonello – **Forme Giuridiche del ‘Bellum Iustum’** (Corso di diritto romano, Brescia, 2003-2004). Milano, Giuffrè, 2003.

COSTA, Ricardo da, & SANTOS, Armando A. dos – O Pensamento de Santo Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a Vida Militar, a Guerra Justa e as Ordens de Cavalaria. **Mirabilia: Revista Eletrônica de Antiguidade e Idade Média**. (www.revistamirabilia.com), v.10, p. 145-157, Jan-Jun 2010.

DINSTEIN, Yoram – **Guerra, Agressão e Legítima Defesa**. 3ª. ed., Barueri, SP: Manole, 2004.

GIARDINA, Andrea (dir.) – **O Homem Romano**. Lisboa: Presença, 1992.

GUARINELLO, Norberto L. – **Imperialismo Greco-Romano**. São Paulo: Ática, 1987.

JOLY, Fábio D. (org.) – **História e Retórica: Ensaio sobre Historiografia Antiga**. São Paulo: Alameda, 2007.

- JORDÃO, Marco Aurélio de M. *Bellum Justum*: Problematizações e implicações éticas na conduta em guerra. *In: Anais da XVI Semana de Humanidades* (www.cchla.ufrn.br/). Natal: UFRN, 2008, p. 1-7.
- KEEGAN, John – **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- KOLB, Robert – Origin of the twin terms jus ad bellum/jus in bello. **International Review of the Red Cross**, (www.icrc.org/eng/resources/documents/misc/57jnuu.htm), n320, out 1997.
- MACEDO, Paulo Emílio V. B. – A Ingerência Humanitária e a Guerra Justa. **Revista de Direito da UNIGRANRIO**. Duque de Caxias (www.publicacoes.unigranrio.edu.br), v1, n1, 2008, p. 1-33.
- MARQUES, Juliana B. – **Tradição e Renovações da Identidade Romana em Tito Lívio e Tácito**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007.
- NEFF, Stephen C. – A Short History of International Law. *In: EVANS, Malcolm, International Law*. 3rd. ed., Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 3-31.
- RAMELLI, Ilaria – **Il Concetto di Iure Caesus e la sua Corrispondenza con quello di Bellum Iustum** in SORDI, 2002: p. 13-27.
- REZENDE Fo., Cyro de B. – **Guerra e Guerreiros na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1989.
- ROCHA PEREIRA, Maria H. – **Estudos de História da Cultura Clássica: Cultura Romana**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
- ROLDÁN, Minerva A. – Eiréne y otras palabras griegas sobre la paz, *In: F.A. Muñoz Muñoz, B. Molina Rueda* (eds.), **Cosmovisiones de paz en el Mediterráneo antiguo y medieval**, Granada: Universidad, 1999, p. 123-152.
- SEBASTIANI, Breno B. – Guerra Justa e Imperialismo na Roma Republicana. **Revista de História** [on line]. São Paulo, v.148 (1º), 2003, p. 35-46.
- SORDI, Marta (org.) – **Guerra e diritto nel mondo greco e romano**. Milano: Vita e Pensiero, 2002.
- SOUZA, Marcos Alvito P. de – **A Guerra na Grécia Antiga**. São Paulo: Ática, 1988.

VIDAL, Cesar – La-doctrina-de-la-guerra-justa. **La Ilustración Liberal: Revista Española y Americana.** (www.ilustracionliberal.com) Madrid, n10, Dic 2001.

COMUNICAÇÕES

O SÃO LUÍS MILITAR DE JOINVILLE

Luiza Zelesco*

Este trabalho busca analisar brevemente a construção da imagem de São Luís por seu amigo e biógrafo Jean de Joinville, senescal de Champagne. Considerando-se as múltiplas representações deste rei apresentadas, de maneira mais ou menos explícita, pelos seus diversos biógrafos, pretendo apontar aqui as particularidades da *Histoire de Saint Louis*⁴³, levando-se em conta que esta, e somente ela, foi escrita por um cavaleiro laico.

O lugar de produção de uma obra é de importância inequívoca quando estudamos escritos literários por meio de um enfoque histórico. Por mais que se queira chegar ao conteúdo objetivo narrado na fonte em questão, o máximo que conseguimos fazer, na quase totalidade das vezes, é chegar ao seu lugar de produção. E isto, cabe ressaltar, não é pouca coisa. Analisando a *Histoire de Saint Louis*, o que melhor posso alcançar é a figura de Joinville, sua forma de pensar, sua concepção do mundo, e sua visão do santo rei Luís. Chegamos, sim, a São Luís, porém por meio do olhar parcial de Joinville. E o que nos importa descobrir é exatamente que parcialidade é esta, para onde ela aponta, e o porquê deste seu direcionamento. Assim, esta aparente limitação à análise termina por nos abrir outros caminhos, abrangendo, no caso, importantes questões referentes a disputas por poder, discursos ideológicos, e elaboração de representações régias à época contemporânea a Luís IX e imediatamente posterior a ele.

E como se pode caracterizar esta época e este rei? Como é a França de São Luis? Trata-se, em primeiro lugar, de uma França que, durante o período de mais de quatro décadas que durou o seu reinado, procura concluir o processo de desenho e consolidação de seus contornos. É também nesta época que o termo *Francia* deixa de significar apenas a Île-de-France e seus arredores, e passa a denotar a totalidade de seu território, com contornos bastante próximos aos que hoje

* Mestranda em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense e Bolsista CNPq.

⁴³ JOINVILLE, Jean de. *Histoire de Saint Louis*.

conhecemos. Para que tais processos pudessem ter lugar, entretanto, foi preciso que o rei Luís, desde a mais jovem idade, deles se ocupasse com eficiência. Nas palavras de Jacques Le Goff,

“Os primeiros anos do reinado de São Luís, apresentados em geral de modo incompleto como anos de dificuldades e de riscos – que sem dúvida foram –, foram também para o jovem rei anos de progressos decisivos do poder real e de seu prestígio pessoal. Graças a sua presença nos teatros de operações militares e nas assembléias dos grandes, graças, entenda-se, à hábil e enérgica política de sua mãe e de seus conselheiros, Luís apareceu como um guerreiro e um soberano.”⁴⁴

O início do reinado de São Luís foi, de fato, marcado por conturbações em função da morte precoce de seu pai, Luís VIII, quando contava apenas 12 anos. Teve início, assim, um período de regência – por sua própria natureza, uma espécie de governo particularmente suscetível a disputas sucessórias e tentativas de usurpação do poder – durante o qual Luís IX reinou sob a tutela de sua mãe, Branca de Castela. Já nesta época teve de enfrentar uma revolta de barões com pretensões ao trono, liderados por seu tio bastardo Filipe, o Eriçado.

Nesta fase inicial de seu governo, o jovem Luís, preocupado em defender e pacificar os domínios reais, também logra ter êxito em um feito praticamente inédito: com a conclusão da cruzada aos albigenses no Sul da França, em 1229, e a obtenção da paz com o turbulento conde de Toulouse, Raimond VI, consegue a penetração real no Sul e o aumento de seus territórios, acrescidos do Albigense setentrional. É importante ressaltar que foi apenas a partir do curto reinado de Luís VIII, pai do nosso São Luís, que a monarquia francesa começa a intervir com mais vigor nesta região do Languedoc, até então rebelde e isolada. O Languedoc oriental, neste contexto, será particularmente relevante à luz de um empreendimento que marcou fortemente o reinado – e a vida – de São Luís: as cruzadas. Esta região recém-domada fará parte, doravante, da rota luisina para ir à cruzada e dela voltar. Em 1234, através do casamento com a jovem Margarida de Provença, o rei Luís aprofunda os laços de seu domínio sobre esta região.

Outra frente de batalha importante em seu reinado foi aquela constituída pela realeza inglesa, que não cessara, durante a infância e a juventude do rei Luís, de ser o grande adversário

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p.102.

da monarquia francesa. Unindo-se a barões e nobres descontentes dentro do próprio reino de França, como o conde de Bretanha, Henrique III da Inglaterra procura reaver suas possessões no continente, perdidas sob Filipe Augusto. A guerra, que durará de 1242 a 1243, será a responsável pela aquisição do prestígio militar de São Luís, tão fortemente exaltado, anos mais tarde, por Joinville. Impõe-se, assim, a imagem do rei guerreiro, do rei cavaleiro, do rei comandante de guerra e, como cabe bem a um rei sagrado, do rei vencedor.

Em 1244, em função de uma grave doença do rei, vemos processar-se um fato que doravante haveria de marcar todo o reinado e a vida de São Luís. Prostrado pela disenteria e beirando a morte, o santo rei, em um supremo esforço, pede que se lhe dê a cruz, isto é, faz o voto de cruzar-se e partir rumo à libertação da Terra Santa, caso consiga salvar-se da doença.

Quatro anos depois, recuperada a saúde e feitos os preparativos, Luís IX parte na direção do Oriente, onde haveria de permanecer até 1254. Em 1250, em função de uma série de estratégias infelizes, é feito prisioneiro pelos mouros. Será liberto em cerca de um mês, graças à agilidade da rainha Margarida em reunir a soma necessária para seu resgate. Contrariamente ao habitual entre os reis cruzados, que buscavam retornar à pátria o quanto antes, São Luís decide, então, permanecer mais tempo distante de casa, só retornando ao receber a notícia do falecimento da mãe.

Derrotas, a perda do irmão Roberto d'Artois, a prisão nas mãos dos infiéis e, por fim, a morte do rei na cruzada de Túnis, em 1270, parecem, à primeira vista, uma contribuição bem infeliz das cruzadas para a memória do rei. Contudo, em um mundo medieval em que os ideais cruzados continuam, mesmo entre aqueles que não crêem mais, a suscitar uma admiração profunda, a imagem de São Luís sai exaltada destas campanhas catastróficas. Suas reações, sábias e cristãs, diante dos infortúnios serão louvadas por Joinville e, nesta perspectiva, a cruzada de Túnis será, em sua fulgurante e mortal brevidade, uma forma de coroamento.

Para o governo do reino de França, a volta de São Luís da sétima cruzada de 1248 trará algumas mudanças significativas. Os testemunhos são unânimes em reconhecer uma profunda

mudança na conduta do santo rei, que passa da simplicidade anterior a uma verdadeira austeridade, tanto no vestir quanto na forma de se portar. Acima de tudo, entretanto, São Luís fez dessa austeridade o princípio de sua política, que corresponderia daí em diante a um programa de penitência e purificação, de ordem moral, religiosa, e também administrativa, nas dimensões do reino e de seus súditos. Fica mais evidente o direcionamento da ação de Luís IX no sentido de reforçar o poder monárquico, não só consolidando seu território, como antes apresentado, mas também governando-o de forma mais centralizada, buscando uma racionalidade administrativa e uma clareza na legislação, cada vez mais freqüentemente posta por escrito.

Em 1230 havia promulgado a primeira ordenação de que se tem conhecimento que fosse válida para todo o reino, e não somente para o domínio real. Em 1254, o próprio ano de seu retorno da cruzada, inicia sem demora uma reforma do reino, com a promulgação da “grande ordenação”, um conjunto de textos assim denominado por causa da amplitude e da importância das reformas que edita. A obra é tão imponente que passou a ser conhecida como “estatuto geral” ou “estatutos de São Luís”⁴⁵.

Trata-se de uma série de textos editados ao longo daquele ano que visavam, sobretudo, uma moralização da administração real, bem como a inclusão do sul occitano, ainda preso aos costumes locais e pouco afeito a mudanças legislativas, no corpo de leis régias. O fortalecimento do poder monárquico foi um dos grandes feitos do reinado de Luís IX e, ainda que seu amigo biógrafo não mencione isto explicitamente, vemos que ele louva conseqüências deste fato, como os longos períodos de prosperidade e paz no reino e, sobretudo, a noção de um rei forte, que possui controle de suas terras e não é contestado em seu reino.

Retornemos a Joinville. Através da leitura de seu texto, percebemos que, no interior do campo de significado referente ao rei de França, Joinville disputa um espaço simbólico para apresentar e impor sua representação do rei⁴⁶. Trazendo fatos e argumentações – dos quais o

⁴⁵ LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002 p.197.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

principal é, talvez, o argumento de autoridade do próprio Joinville, que o conheceu de perto – o senescal procura convencer seus leitores de que o rei Luís foi, de fato, da forma como ele é apresentado na *Histoire*. O sociólogo Pierre Bourdieu defende que esta busca por impor uma representação de algo está radicada em ações objetivas. Ainda que nem toda estratégia, nesse sentido, seja perfeitamente consciente, existe, sim, um certo nível de ação voluntária, impedindo que atribuamos tudo às “estruturas sociais” ou a uma outra arbitrariedade qualquer, localizada fora do sujeito. Pode-se dizer, portanto, que se trata de um discurso ideológico, isto é, de toda uma fala elaborada no sentido de inclinar a crença do leitor – ou do ouvinte – desta narrativa biográfica às concepções nela contidas, com o objetivo final de uma atuação concreta, política, sobre a realidade.

Passemos, pois ao que nos mostra o senhor de Joinville acerca de seu real amigo. Examinemos aquilo que ele nos revela apenas nas entrelinhas de seu discurso, tudo o que ele não quis deixar explícito, mas que, ainda assim, permanece em sua obra, dirige e ordena a mesma, evidenciando seu aspecto ideológico.

Estas “segundas intenções” do autor, podemos entrevê-las desde o momento em que ele se decide a escrever sua obra. Pois já não abundavam os escritos sobre o rei Luís? Já não haviam inúmeros clérigos relatado os seus atos e louvado as suas virtudes? O próprio processo de canonização, concluído em 1297, gerou uma infinidade deles, dada sua necessidade de testemunhos. Por quê, então, Joinville se põe a escrever mais uma biografia do santo rei? Diz-nos Jacques Le Goff que o senescal de Champagne desejava, acima de tudo, publicar e, assim, garantir a memória de sua amizade com São Luís⁴⁷. Trata-se, não por acaso, do primeiro texto a ser escrito, em francês, na primeira pessoa. Uma primeira pessoa que, muitas vezes posta no plural, identifica estes dois grandes amigos, une suas ações e – assim o quer Joinville – suas vidas em uma só.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002 pp.439, 440.

Joinville, porém, exalta o rei mais que tudo, até mesmo em detrimento de si próprio. O “santo rei”, como ele o chama, é sempre sábio, sempre virtuoso e, sobretudo, sempre temente a Deus; ao passo que o jovem Joinville é muitas vezes retratado como aprendiz ingênuo diante do rei, recebendo seus ensinamentos. A primeira parte de seu livro se dedica, nesta linha, a demonstrar como São Luís se portou “em toda a sua vida segundo Deus e segundo a Igreja”. Dos elementos que compõem esta parte, diz-nos Joinville que “estas outras coisas aí, eu as fiz escrever também em honra deste verdadeiro santo, porque pelas coisas ditas acima se pode ver claramente que jamais houve homem laico de nosso tempo que tenha vivido tão santamente durante todo o seu tempo, desde o início de seu reinado até o final de sua vida”⁴⁸.

Vemos, assim, o esforço de Joinville por ressaltar a santidade de seu rei, aproximando sua *Histoire* de uma obra hagiográfica. Mais que isso, reprova não contarem São Luís dentre os mártires, “pelas grandes penas que ele sofreu na peregrinação da cruz (...) e sobretudo porque ele imitou Nosso Senhor na questão da cruz. Pois se Deus morreu em cruz, assim o fez também ele, pois era cruzado quando morreu em Túnis”⁴⁹. Forte e ousada esta comparação direta com o Deus Filho. Nem por isso parece excessiva aos olhos de Joinville, que quereria ver seu amigo rei exaltado ao máximo na liturgia da Igreja.

Este caráter sacro da realeza não é, bem entendido, pura criação ou desejo de Joinville. Trata-se de uma matriz de pensamento há muito presente no reino de França, reforçada por diversos elementos, materiais ou não, ao longo dos séculos, por diversos ideólogos do poder real. O primeiro desses elementos do sagrado é a justiça. Joinville descreve algumas cenas em que o rei Luís, assentando-se em seus jardins, permite que aqueles que possuam alguma reivindicação avancem e desfrutem de sua sábia justiça.

Numa destas ocasiões, aproxima-se um nobre que, poucos momentos antes, havia oferecido ricos presentes ao rei. Luís IX ouve e atende suas reivindicações. Mais tarde, é

⁴⁸ JOINVILLE, Jean de. *Histoire de Saint Louis*, p 5.

⁴⁹ JOINVILLE, Jean de. *Histoire de Saint Louis*. p 5.

inquirido por Joinville sobre se o havia atendido tão prontamente apenas por causa dos presentes. Caindo em si, o rei reconhece sua falta e proíbe que os responsáveis pela deliberação e execução da justiça, incluindo ele próprio, aceitem presentes ou favores de qualquer sorte. Este episódio é marcante não só por evidenciar o esforço de São Luís em promover a aplicação mais justa possível de suas leis e deliberações, mas também por evidenciar as falhas do rei neste processo. Joinville, o único que tem plena consciência de estar apresentando um laico, não se incomoda em deixar aparecer os defeitos do rei. Para ele, estas marcas de humanidade não interferem na santidade de seu rei – até porque, no momento em que escreve, a canonização já foi outorgada, e não há mais dúvidas acerca de sua santidade.

A justiça é, portanto, praticada exemplarmente por Luís IX. Ele não é, contudo, justiceiro só na França, mas também no além-mar. Joinville menciona, aqui e ali, algumas “condenações ou julgamentos” pronunciados em Cesaréia, na Palestina, “enquanto o rei lá esteve estacionado”.⁵⁰ Tal fato reforça, de certa forma, a visão da justiça como função do sagrado, pois demonstra uma extrapolação da mesma para além dos limites do reino. Mais do que um rei justo para com seu povo, São Luís é “um justo”, no sentido bíblico do termo, para todos aqueles a quem ele puder beneficiar com a sua justiça. Esta justiça transcende as fronteiras porque não é uma justiça política, mas uma justiça moral, sacralizada, que pode e deve ser exercida por toda parte, em nome de Deus.

Com a justiça, vem a segunda grande função real do sagrado exercida por São Luís e destacada por Joinville: a paz. Ambas estão associadas no juramento da sagração por ele prestado: a justiça deve restabelecer a paz e a paz deve inspirar a justiça. E, também no que se refere à paz, São Luís será conhecido por promovê-la tanto no interior de seu reino, quanto para além de suas fronteiras. Seu renome de pacificador, além de lhe valer a comparação com Salomão, o “rei pacífico”, também o alçou ao posto de árbitro da Cristandade, quando o imperador Frederico II propõe a arbitragem do rei de França para intermediar seu conflito com o

⁵⁰ JOINVILLE, *Histoire de Saint Louis*, p 248.

papa Inocência IV. O resultado disto tudo é, para o reino de França, o benefício excepcional de um longo período de paz.

Não nos esqueçamos, entretanto, de que Joinville é um cavaleiro laico. Pretende, sim, alçar seu real amigo às mais altas glórias humanas e celestes. Isto, porém, não impede que o lugar de produção da *Histoire de Saint Louis* transpareça por entre suas páginas. Ela foi escrita por um laico, que pensa como um laico e que vê seu rei como um laico – ainda que santificado.

Neste sentido, é interessante notar, ainda a respeito do aspecto pacificador de São Luís, um importante episódio que nos permite entrever este lugar de produção de Joinville: quando o rei Luís, após muitas negociações com Henrique III da Inglaterra consegue trazê-lo à França para acordar a paz entre os dois reinos em litígio, o faz contra a vontade das “gentes de seu Conselho”, que não julgavam sensato abandonar ao rei inglês as terras da Gasconha e partes da Aquitânia, em troca da sua simples renúncia ao controle das terras que já haviam sido perdidas sob o reinado de João Sem Terra. Joinville nos mostra a argumentação principal de São Luís, muito prática e política: “se eu lhe dou [as terras], as emprego muito bem, pois que ele [Henrique III] não era meu homem e, através disso, entra em minha homenagem”⁵¹. A paz é estabelecida com a ratificação destas decisões no tratado de 1259. E Joinville nos permite ver um São Luís para quem as concessões em nome da paz deixam de ser apenas um ato piedoso, para adquirir também um caráter de habilidade política.

Luís cumpre seu dever real, não só no plano da política, conforme acabamos de apresentar, mas também no plano militar. E ainda que a imagem que tenha querido legar à posteridade é a de que combate sem alegria, pode-se adivinhar por trás disso no mínimo uma certa exaltação viril, própria de qualquer guerreiro feudal.

A função real guerreira, ele a assume em todas as dimensões no mais alto nível que a guerra atingiu no século XIII. Preparou cuidadosamente a logística material de suas expedições, sobretudo das cruzadas; levou para o Egito um importante arsenal de máquinas de guerra; teve o

⁵¹ JOINVILLE, *Histoire de Saint Louis*. p 39.

cuidado, onde havia guerra ou risco de guerra, de manter, restaurar ou construir castelos-fortes e fortificações. Na própria França, buscando a paz, preparava a guerra. Mateus Paris conta em duas oportunidades como, ainda em 1257, São Luís conduziu uma campanha de fortificações defensivas na Normandia. E, por fim, numa época em que a maioria, via de regra, gravitava ao redor dos vinte anos, São Luís foi armado cavaleiro ainda aos doze, em dezembro de 1229, e mais tarde, como um bom rei cavaleiro, mandou celebrar com grande solenidade a admissão na cavalaria dos jovens da família real.

Determinar o objetivo maior de Joinville ao escrever sua biografia de São Luís é uma questão que permanece encoberta por múltiplas possibilidades. Deixar publicamente registrado o legado da sua amizade com o rei, como aventa Jacques Le Goff? Tornar inequívoca sua santidade, oferecendo-o como exemplo de vida cristã a ser seguido, tal qual fizeram os mendicantes seus contemporâneos? Evidenciar um lado mais humano deste rei santo que também se envolve na política terrena, também participa ativamente das batalhas, lado a lado com seus cavaleiros?

Não podemos, creio eu, afirmar com certeza. O que se pode, sim, perceber sem medo de engano, é a inequívoca presença, nos escritos do senescal, de uma matriz de pensamento laica. Não por acaso, evidenciada neste mesmo século XIII em que se afirma, em diversos âmbitos, a promoção dos leigos. E Joinville é, sem dúvida, um leigo excepcional em muitos níveis: primeiro leigo a redigir uma vida de santo, é também o primeiro, escrevendo em francês, a falar de si próprio na primeira pessoa. Com toda a carga de subjetividade que isto implica, acaba por nos mostrar um São Luís mais humano, talvez mais verdadeiro, que, em conjunto com todo um movimento que se processa pelo século XIII afora, faz descer sobre a Terra os valores celestes, mostrando que a vida terrena vale a pena ser vivida e que a salvação começa aqui, no mundo, no gozo comedido desta vida secular.

Documentação Textual:

JOINVILLE, Jean de. *Histoire de Saint Louis*. Texto original, acompanhado de tradução para o francês moderno, por WAILLY, Natalis de. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et C^{ie}, 1874.

Referências Bibliográficas:

BAUTIER, Robert-Henri. “Quand et comment Paris devint capitale”, *Bulletin de la Société historique de Paris et de l’Île-de-France*, 105, 1978, pp. 17-46.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio Sergio. *La royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris: école des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992.

LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

_____. e SCHMITT, Jean-Claude. “Rei” In: **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006, pp 395-414.

_____. e SCHMITT, Jean-Claude. “Santidade” In: **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006 pp 449-464.

LOPEZ, Roberto. **O nascimento da Europa**. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1965.

LUCKEN, Christopher. L’Évangile du roi: Joinville, témoin et auteur de la Vie de Saint Louis. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56e année, N 2, 2001, pp. 445-467.

ROUX, Jean-Paul. *Le roi. Mythes et Symboles*. Paris: Fayard, 1995.

SIMON, Patrick. *Le mythe royal*. Lille: Atelier national de reproduction de thèses, Université Lille III, 1987.

SORIA, Joé Manuel Nieto. **Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla (siglos XIII-XVI)**. Madri: EUDEMA, 1988.

REFLEXÕES SOBRE A GUERRA EM CASTELA MEDIEVAL

*Thalles Braga Rezende Lins da Silva**

Segundo a historiografia, em linhas gerais, os objetivos da guerra medieval poderiam envolver interesses econômicos: visando saques, pilhagens, a captura de combatentes pertencentes a nobreza para cobrança de resgate e a expansão dos senhorios através da conquista de novas terras. Ou a defesa de territórios e de seus habitantes destas mesmas atividades (FRANCO JÚNIOR, 1986, p.34-35). E também interesses políticos, como, por exemplo, os conflitos entre reinos por motivos diplomáticos ou anexações de novas regiões por estes; as disputas de sucessão monárquica, imperiais ou entre monarcas e o papado, invasões de territórios ocasionadas por ondas migratórias, etc...

A parcela da sociedade que detinha o uso da violência seria composta pela nobreza e também pelos *milites*⁵², que na maioria dos casos integravam os estratos superiores dessa mesma sociedade. Sua relação com as camadas menos abastadas ou privilegiadas se dava por meio de laços de senhorio fundiário e banal, que envolviam respectivamente a detenção de recursos econômicos (sobretudo a posse da terra) ou jurídico-políticos (além do uso da violência, envolviam o poder de julgar, exercer justiça e recolher impostos).

Contudo, esta configuração das relações entre os que detinham a violência e os indefesos, não seria a causa de conflitos desenfreados entre os guerreiros medievais ou de abusos de força daqueles em relação a estes. Pelo contrário, estas relações feudo-vassálicas, de certa forma, teriam impedido que nobres e *milites* se entregassem anarquicamente aos combates. Isso porque

* Programa de Pós-graduação em História Comparada e Programa de Estudos Medievais da UFRJ. Bolsista Capes. E-mail: thalles1107@gmail.com.

⁵² Este termo pode ser traduzido por cavaleiro, indicando todo aquele capaz de portar armas e manter uma montaria devido aos seus próprios recursos, não necessariamente envolvendo como condição para tanto o nascimento nobre. A associação entre cavalaria e nobreza só começa a se cristalizar a partir do final do século XII.

elas definiam alianças, o tempo despendido por ano com as atividades bélicas⁵³ e, principalmente, garantia-lhes sustento (em forma de feudo) nos tempos de paz (CARDINI, 2006, p.474).

Mesmo assim, a guerra e o uso da violência parecem ter sido elementos muito presentes na sociedade do ocidente medieval. A Igreja tentou durante todo o medievo regular e organizar tais atividades. Primeiro, foi Agostinho de Hipona quem, na virada do IV para o V século, produziu um discurso tentando normatizar a guerra. A sua noção de guerra justa era aquela que empregaria a força para evitar a violência contra os mais fracos e fazer justiça. Deveria atender a três critérios: ser defensiva, visando a correção de injustiças; ser declarada por autoridade oficialmente constituída e reconhecida, e não podia se iniciar por causa da vontade pessoal de ninguém (IDEM, p.475). Mas tarde, na primeira metade do século XII, já na Idade Média Central, período em que me deterei mais profundamente, Bernardo de Claraval, entusiasta da Cavalaria e da Cruzada, defendeu a legitimidade da guerra contra os infiéis, classificando a morte de um deles não “como *homicidium* ('morte de um homem'), mas como um *malicidium* ('morte de um mal'), já que o pagão que visa oprimir a Cristandade pelas armas é o sustentáculo ativo do mal no mundo” (IDEM, p.476).

É também no período centro-medieval que a Igreja, apoiada por uma parcela da nobreza, cria os conceitos de *pax Dei* (Paz de Deus) e *tregua Dei* (Trégua de Deus). A Paz de Deus objetivava proteger certos tipos de pessoas (clérigos, mercadores, peregrinos, pessoas indefesas em geral). Já a Trégua de Deus proibia o combate em certas épocas do ano (Advento, Quaresma) e durante alguns dias da semana (da noite de quinta-feira até a segunda-feira). É difícil precisar a adesão dos guerreiros a estas determinações, mas é seguro dizer que elas tiveram impacto sobre eles, sobretudo na ética cavaleiresca⁵⁴.

⁵³ A obrigatoriedade de prestação de auxílio militar de um vassalo para com seu suserano era de no máximo 40 dias por ano. Contudo, poucos senhores dispunham dos recursos necessários para manterem suas tropas em campanha por todo esse período de tempo.

⁵⁴ Que se baseava na deferência pela Igreja e na proteção dos pobres, fracos e oprimidos.

Essa crescente limitação da guerra, encontrou uma válvula de escape nas Cruzadas⁵⁵. Com as lutas contra os mouros resolvia-se o problema da guerra justa, obedecendo-se os critérios de Agostinho de Hipona e de Bernado de Claraval. Bem como, dentro da mesma lógica, os ganhos econômicos por meio dos espólios de guerra se tornavam legítimos. Além disso, as Cruzadas ainda permitiram submeter um pouco mais a guerra ao controle eclesiástico, já que geralmente eram convocadas pelo Papa e tinham caráter de peregrinação penitencial, isto é, de viagem a lugares santos que concederiam perdão total aos pecados e garantiriam a salvação eterna⁵⁶. As duas principais regiões para onde se destinavam as Cruzadas eram a Terra Santa e a Península Ibérica.

Durante o período medieval, na Península Ibérica, a guerra também foi uma atividade constante, devido aos confrontos que opuseram, primeiro, os hispano-romanos aos povos germânicos e, posteriormente, os hispano-cristãos aos muçulmanos e entre os diferentes reinos em formação - Portugal, Castela, Leão, Aragão e Navarra.

Contudo, neste artigo, meu objetivo é traçar reflexões sobre como a guerra é representada na obra de Gonzalo de Berceo e, a partir das narrativas de batalhas presentes na sua obra, traçar reflexões sobre o papel da guerra em Castela medieval. Sendo assim, limitar-me-ei as lutas e batalhas que ele representou, não abordando todo o conjunto de conflitos armados citados no parágrafo anterior.

Meu trabalho se insere no campo da História Cultural, pela perspectiva de Roger Chartier, para quem ela tem o objetivo de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler, etc” (CHARTIER, 2002, p.17). Deste modo, optei pelo conceito de representação de Chartier para analisarmos nosso objeto de

⁵⁵ O Papa Urbano II convocou a Primeira Cruzada em 1096 e o movimento cruzadístico só cessou no final do século XIII, porém elas não obtiveram êxito total em acabar com os conflitos entre cristãos. Pelo contrário algumas delas foram dirigidas contra outros cristãos divergentes da ortodoxia católica romana. Por exemplo, a Cruzada dos Albingenses voltada contra os hereges cátaros do sul da França, ou a Quarta Cruzada que atacou a cidade de Constantinopla.

⁵⁶ As ordens militares, como a dos Templários ou dos Hospitalários podem ser vistas como outra forma de submissão das atividades bélicas à Igreja que surgiu no mesmo período das Cruzadas.

estudo. Ele destaca que as representações “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2002, p.17).

Sendo este o caso, passo à posição do autor das representações que serão analisadas. Gonzalo de Berceo (c.a. 1190-1264) é original de La Rioja, Reino de Castela, e ficou famoso por ser conhecido como o primeiro poeta a escrever em castelhano de que se tem notícias históricas. Não se sabe muito sobre sua família, porém é certo que ele possuía um irmão. Berceo iniciou seus estudos no mosteiro beneditino de San Millán de la Cogolla, onde foi criado.

Gonzalo manteve vínculos ao longo de toda sua vida com esta casa e a de San Domingos de Silos. Contudo, nunca fez votos como monge, sendo ordenado clérigo secular, tornando-se diácono em 1221 e, sacerdote, em 1237.

Há vários indícios⁵⁷ de que Gonzalo cursou os *Estudios Generales* da Universidade de Palência. Um deles é que as obras de Berceo fazem parte de um conjunto de textos contemporâneos confeccionados com o mesmo estilo/técnica literária, conhecido como *Mester de Clerecía*. Sua origem não teria sido um ambiente monástico, mas sim universitário e urbano. Como a difusão deste não se daria simplesmente através dos textos, tendo em vista que as técnicas não estão explicitamente enunciadas neles, necessitariam de um centro de formulação, ensino e difusão. Este seria justamente a universidade palentina, que apesar de ter tido uma curta duração (não mais que um século), destacou-se no ensino da gramática (URÍA MAQUA, 1981).

Somados a isso estão algumas características e trechos de sua obra, por exemplo, o domínio do latim; o uso de recursos literários de retórica e sermonística; o emprego da *cuaderna vía* (métrica medieval de estrofes com quatro versos, cada um com 14 sílabas); conhecimentos

⁵⁷ Usei o termo indícios porque esta matéria ainda deixa algumas incertezas. Ynduráin (1976) alega que Berceo não faz menções em suas obras à sua educação universitária, enquanto por outro lado exalta sua formação monástica. Contudo, como explica Andréia Frazão da Silva, o autor só faz isso nas *Vida de San Millán de la Cogolla* e *Vida de Santo Domingo de Silos*, padroeiros dos mosteiros a que Berceo se ligava. Seria contraditório que em textos apologéticos e propagandísticos dessas instituições, o autor exaltasse outro espaço de saber. Se existe outra possibilidade de lugar onde Berceo pudesse ter estudado este teria sido a escola da Catedral de Calahorra, mas mesmo assim tendo passado por, ou sendo admitido lá, através de Palência. Cf. SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. **La Trayectoria Intelectual de Gonzalo de Berceo**. Disponível em: http://www.vallenajerilla.com/notabene/indice_andreia.htm. Acesso em: 06 dez. 2010.

jurídicos; referências irônicas a D. Tello⁵⁸ (como se o conhece-se bem); os dados que apresenta sobre a cidade de Palência; E, por fim, a ausência obscura dele da sua paróquia entre os anos de 1222 a 1237, intervalo de tempo mais do que suficiente para se terminar os estudos universitários na Idade Média. Ou seja, Berceo teve formação mais ampla que a de um sacerdote ou monge comum (DUTTON, 1972; PEÑA DE SAN JOSÉ, 1959; RUIZ DOMINGUEZ, 1999).

Mas ainda há mais um dado a ser mencionado sobre sua vida, recentemente descoberto e estudado por Juan Bautista Olarte:⁵⁹ sua assinatura se encontra entre as das testemunhas de um documento de doação para o Mosteiro de San Millán em 1212, assinando como *milites*, cerca de uma semana antes da famosa batalha de *Las Navas de Tolosa*.

Portanto, Berceo circulou por vários espaços religiosos e culturais, tornando a obra igualmente comprometida com a pregação pastoral do clero secular e com a moral de vida ascética do clero regular. E, além da sua circulação pelos ambientes intelectuais, se na sua juventude Gonzalo teve contato com ambientes militarizados, conheceu sobre a guerra mais do que apenas notícias, tendo experimentado mais do que relações indiretas com ela (como o pagamento de impostos, por exemplo).

Contudo, se sua formação universitária e suas funções sacerdotais marcaram a forma dos seus escritos por meio das técnicas literárias que o autor usava, sua educação monástica marcou o teor dos seus escritos, muito fiéis a ela. Portanto, seria pertinente falar um pouco mais do mosteiro de San Millán.

Ele situa-se em La Rioja Alta, ao sul de Nájera, e data do século X, embora a tradição ligada ao culto do santo homônimo afirme que este o fundou no século VI. Quando San Millán foi proclamado padroeiro do Reino de Castela, a instituição tornou-se poderosa e influente chegando a ter uma lista de 108 mosteiros fundados por esta casa ou submetidas a ela. O seu período de maior prosperidade foi durante os séculos X e XI, quando foi ampliado e dividido em

⁵⁸ Bispo que fundou a universidade no início do século XIII e que teria conhecido Berceo em Silos.

⁵⁹ Agostiniano licenciado em Teologia, Ciências da Educação, Filosofia e História e Bibliotecário do Mosteiro de San Millán de La Cogolla. Cf. OLARTE, Juan Bautista. **Un Dato Nuevo Sobre Gonzalo de Berceo. Religión y Cultura**. Madrid, v. XLVIII, n. 221-222, p.241-254, abril-setembro, 2002.

mosteiro de San Millán de Yuso e de Suso (Debaixo e de Cima). Possuía importância geográfica – no controle e defesa das terras retomadas aos mouros – e econômica, desempenhando no século X funções urbanas, como organização de mercados. Porém, no século XIII, como a frente de batalha dos cristãos contra os muçulmanos já havia avançado sobre outras terras mais ao sul, tais funções já não seriam mais tão necessárias.

E já no século XII, as doações começaram a migrar para outros centros de peregrinação, para as cidades e para a reorganização do clero secular de La Rioja. Seguiram-se a isso uma série de falsificações de documentos de ordem fiscal, nas décadas de 1220 e 1230, numa tentativa de reaver parte dos rendimentos perdidos. A principal delas seria a dos Votos a San Millán, que obrigava os povoados de Castela e de parte de Navarra a pagar um tributo anual ao mosteiro.

Este mosteiro era também um ponto de parada em uma das rotas de peregrinação a Santiago de Compostela. Essa localização fazia com que passassem pelo mosteiro pessoas de todos os grupos sociais e de muitas localidades. Frente a tamanho público, as hagiografias que veiculavam as vidas dos santos locais ou milagres ocorridos na região de um mosteiro, ampliavam o número de fiéis e, conseqüentemente, o prestígio e a arrecadação de bens (doações).

Sendo assim, monges, paroquianos e peregrinos formavam o público-alvo de Berceo. Ele foi um autor profícuo para os padrões do século XIII escrevendo 8 hagiografias, em forma de poesia: *Hinos*, *Vida de San Millán de la Cogolla* (VSM), *Vida de Santa Oria* (VSO), *Vida de Santo Domingo de Silos* (VSD), *Martirio de San Lorenzo*, *Duelo de la Virgen* (Duelo), *Loores de Nuestra Señora* (Loores) e *Milagros de Nuestra Señora* (Mil)⁶⁰.

Berceo não deprecia as atividades bélicas, ou as condena, em sua obra. Mas também não as exorta por si mesmas. Elas tem que estar submetidas aos desígnios da fé, situação em que inclusive são abençoadas e recebem ajuda de forças sobrenaturais. Sua postura é bem próxima a

⁶⁰ Entre todas estas trabalharei aqui com apenas três delas, a saber: a *Vida de San Millán* (VSM), a *Vida de Santo Domingo de Silos* (VSD) e os *Milagros de Nuestra Señora* (Mil). Os demais documentos, não trazem informações significativas sobre a temática explorada aqui. Tratam-se de textos que se restringem a construção de modelos de santidade (*Vida de Santa Oria*, *Martirio de San Lorenzo*) ou mariológicos mais voltados para o louvor à Maria.

de Agostinho e Bernardo, condenando a guerra por motivos particulares e considerando como homicidas aqueles cristãos que matam outros da mesma fé. Por exemplo, nos Mil., no milagre XVII, *La Iglesia Profanada*, três cavaleiros executam planos de assassinato premeditado de um vizinho por questões de ganância. Os cavaleiros não se detém mesmo quando o seu vizinho se refugia em uma igreja. Isso deixa a Virgem furiosa, pois ela teve sua igreja profanada por esse ato vil. Como punição aos cavaleiros, Deus envia um fogo infernal que os queima sem arder, como o da sarça de Moisés. Depois de muito suplicarem perdão à Maria, ela os perdoa, porém ordena que procurem o bispo e se confessem. A penitência que recebem é fazer peregrinações carregando os ferros militares nas costas como uma cruz.

Porém, como dito, se a guerra fosse justa, submetida aos interesses da fé e não a interesses escusos, Berceo a representava como aprovada e abençoada.

Nas vidas de santo que o autor escreveu, VSM e VSD, o poeta dedica maior atenção à guerra. Nelas são descritas algumas operações militares. Por exemplo, as cavalgadas, que são sempre iniciativa de pequenos grupos de cavaleiros, que visavam o saque de vilas, castelos e cidades muçulmanas ou o sequestro de mouros e a posterior cobrança do resgate (cavaleiros de Fita contra Guadalajara, GONZALO DE BERCEO, VSD, 737), porém nem sempre obtendo êxito. Ou as aceifas muçulmanas, que eram semelhantes às cavalgadas cristãs em composição, porte e objetivos. Apesar dos objetivos claramente econômicos, não eram condenadas como a história dos três cavaleiros, por causa do inimigo a que se destinavam, pelo menos as cristãs é claro.

Esse raciocínio, do inimigo contra o qual a luta é justa devido a motivos religiosos, também pode ser estendido a maus cristãos, justificando a guerra da mesma forma. Na VSM, uma guerra de conquista empreendida pelo rei visigodo Leovigildo contra a Cantábria é, segundo o poeta, permitida por Deus porque os cantábricos se recusaram a dar ouvidos as profecias de Sán Millán (IDEM, VSM, 289).

A mais detalhada representação de uma guerra feita por Berceo se encontra também na VSM, na qual o poeta retrata a batalha de Simancas. O poeta compõe um relato que se inicia com os cuidados espirituais anteriores a batalha, passando para a preparação terrena, seguindo depois para o ápice do confronto até a vitória final. As estratégias e as alianças são descritas, buscando-se apoio militar (400-405), os castelos são guarnecidos (399), reflete-se sobre o potencial de fogo dos inimigos (407) e mais uma série de diversas precauções são tomadas antes do enfrentamento (413).

Os ataques, as lutas no campo de batalha e a importância da liderança na guerra também são retratados. Por exemplo, os muçulmanos ficam desorientados quando perdem o seu líder, que foge no meio do combate. São descritos até o descanso e a alegria após a luta vitoriosa, bem como a divisão do botim (457-458).

Porém, o relato é permeado por intervenções milagrosas que denotam o teor valorativo da guerra, como era pensada por Berceo, ou seja, justa e apoiada por forças divinas se dirigida aos inimigos da fé: as flechas islâmicas se voltavam contra eles mesmos (444), San Millán e Santiago aparecem nos céus (446-447) e, apesar do menor número, os cristãos saem vencedores (413). A captura e cativo dos prisioneiros feitos visando o resgate ou a fuga de alguns dos adversários também é narrada (VSD 356, 357).

Durante a Idade Média, consideravam-se como coincidentes o corpo social político e o corpo social religioso, amalgamados sob a noção de Cristandade, que ocupava o lugar do que hoje chamamos de humanidade. Portanto, qualquer um que se levantasse contra os planos de Deus era uma ameaça potencial para a sociedade temporal e vice-versa. Bernardo de Claraval, já no século XII, com sua diferenciação entre homicídio e malicídio já pensava assim e Berceo parece concordar com ele. Em minha opinião, isto não ocorre por acaso, tendo em vista que ambos eram defensores da moral monástica e foram ligados durante toda suas vidas a mosteiros beneditinos. Esta ligação com a espiritualidade beneditina tem forte presença em seus escritos.

Esta visão berceana sobre a guerra soma a noção de inimigo válido de Bernado ao conceito de guerra justa de Agostinho. Assim, Berceo condena a atitude dos três cavaleiros dos Mil. como sendo um claro abuso de violência por motivos particulares, enquanto na VSM ele não se limita a considerar a guerra contra os mouros como justa, mas do que isso, ela fora abençoada por Santiago e San Millán.

Valendo-se de recursos oriundos da sua formação universitária, o poeta compõe relatos possivelmente destinados a um público amplo que passava em peregrinação pelo mosteiro de San Millán, que tem seu apelo reforçado pela riqueza de detalhes, que le pode ter adquirido na sua juventude atuando como *militēs*.

Berceo tinha preocupações didáticas para com os fiéis em geral. Porém, particularmente nos relatos aqui apresentados percebe-se que a “moral” de suas histórias dirigem-se aos guerreiros.

Sendo assim, para concluir, gostaria de destacar que as finalidades didáticas da presença da guerra na obra de Berceo atendia a dois objetivos principais. O primeiro deles, mais geral, relaciona-se com a questão do controle e a regulamentação que a Igreja tentava impor sobre as atividades bélicas, contendo a “anarquia feudal”, com as mencionadas Paz e Trégua de Deus, baseadas nas noções de guerra justa e inimigo válido, já detalhadas aqui. Como dito, Berceo não só ecoava essas ideias, como também posicionava-se positivamente sobre a guerra, representando-a como aprovada e auxiliada pelas forças sobrenaturais, caso estivesse a serviço da fé. Essa era uma mensagem clara e direta para a parcela guerreira da sociedade, se levado em conta que, no contexto castelhano do século XIII, a guerra era uma atividade sob um maior controle da monarquia se comparada a outras regiões do Ocidente e contra um inimigo de outra fé (mouros), assumindo nesse caso uma aura de Cruzada⁶¹.

O segundo e último objetivo seria mais local e estaria ligado a interesses financeiros do mosteiro de San Millán. Como mencionado, no século XIII, a época de auge econômico e

⁶¹ Cf. RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

prestígio social deste mosteiro já havia passado. Neste sentido, ao abençoar a guerra por meio da figura de Santiago e San Millán, o discurso de berceano assumia uma função propagandística, visando captar doações junto aos guerreiros. Visava atingir desta forma, não só os da região de La Rioja, mas também os peregrinavam para Santiago de Compostela, associando o padroeiro desta cidade com o do mosteiro. Ou mesmo ainda, aqueles que se dirigiam para a frente de batalha contra os muçulmanos mais ao sul da península e esperavam contar com a mesma proteção que tiveram os que lutaram na batalha de Simancas.

Documentação Textual:

GONZALO DE BERCEO. **Obra Completa**. Coordenado por I. Úria Maqua. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

_____. **Obras Completas de Gonzalo de Berceo**. Ed. Jorge García López y Carlos Clavería. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 2003.

Referências Bibliográficas:

ANCOS, Pablo. Los poemas en cuaderna vía del siglo XIII como textos cerrados y obras abiertas. **Revista Romance Quarterly**, n. 56, p.154-169, 2009.

BALESTRINI, María Cristina. La Hagiografía de Clerecía como discurso de la verdad: una revisión del problema. **Letras: revista de la Facultad de Filosofía y Letras de la Pontificia Universidad Católica Argentina Santa María de los Buenos Aires**, n. 52-53, p.138-145, 2005-2006.

BASCHET, Jérôme. **A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006. v. 1, p.473-487.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. 2 ed. Lisboa: DIFEL, 2002. Coleção Memória e Sociedade.

DIAGO HERNANDO, Máximo. Los señoríos monásticos en La Rioja Bajomedieval. Introducción a su Estudio. **Berceo**, n. 131, p.85-107, 1996.

- DUTTON, Brian. Gonzalo de Berceo: unos datos biográficos. In: JONES, Cyril A. e PIERCE, Frank (coord.). Congreso Internacional de Hispanistas, 1, Oxford, 6-11 de setembro de 1962. **Atas...** Oxford: The Dolphin Book, 1964, p.239-248.
- _____. The Chronology of the Works of Gonzalo de Berceo. In: HAMILTON, Rita. **Medieval Hispanic Studies Presented to Rita Hamilton**. London: Tamesis, 1976. p. 67-76.
- FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média. O Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GARCÍA PRADO, Justiniano. **Historia de La Rioja**. Logroño: Caja de Ahorros de La Rioja, 1983. 4v. V. 2: Edad Media.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- OLARTE, Juan Bautista. Un Dato Nuevo Sobre Gonzalo de Berceo. **Religión y Cultura**, Madrid, v. XLVIII, n. 221-222, p.241-254, abril-setembro, 2002.
- PEÑA DE SAN JOSÉ, Joaquín. Documentos del convento de San Millán de la Cogolla en los que figura Don Gonzalo de Berceo. **Berceo**, n. 50, p.79-94, 1959.
- RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.
- RUIZ DOMÍNGUEZ, Juan Antonio. **El mundo espiritual de Gonzalo de Berceo**. Logroño: Gobierno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1999. (Colección Centro de Estudios Gonzalo de Berceo: 17).
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da (Coord.). **Banco de dados das hagiografias ibéricas. (Séculos XI ao XIII)**. Rio de Janeiro: Pem, 2009, Coleção Hagiografia e História, v. 1. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~frazao/hh1.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2010.
- _____. Hagiografia e poder nas sociedades Ibéricas medievais. **Revista de Ciências Humanas**, n.10, p. 135-172, 2001.
- _____. **La Trayectoria Intelectual de Gonzalo de Berceo**. Disponível em: http://www.vallenajerilla.com/notabene/indice_andreia.htm. Acesso em: 06 dez. 2010.
- _____. **Reflexões sobre a Hagiografia Ibérica Medieval: um estudo comparado do Liber Sancti Iacobi e das Vidas de Santos de Gonzalo de Berceo**. Niterói: Eduff, 2008. Coleção Estante Medieval, v.3.
- URÍA MAQUA, Isabel. Sobre la unidad del Mester de Clerecía del Siglo XIII. Hacia un replanteamiento de la cuestión. In: GARCÍA TURZA, Claudio (coord.). Jornadas de Estudios

Berceanos, 3, Logroño y Monasterio de Cañas, 3-5 dezembro de 1979. **Atas...** Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1981. p.179-188.

VERGER, Jacques. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.

YNDURÁIN, Domingo. Algunas notas sobre Gonzalo de Berceo y su Obra. *Berceo*, n. 90, p.3-68, 1976.

OS GUERREIROS LICANTROPOS NA TRADIÇÃO GERMÂNICA E ESCANDINAVA

*Renan Marques Birro**

Mas eu adoto para mim e afirmo que o grande segredo do poder da moral no exército é que (nas palavras de Cromwell) todas as fileiras devem 'saber pelo que eles lutam, e amar o que eles sabem' (FORTESCUE, 1922, 22).

A importância da moral no meio militar sempre foi um ponto observado e valorizado entre os líderes militares e pelos homens que compõem as forças de guerra. Os antigos oradores do período helenístico reclamaram da baixa moral do exército mercenário contratado pelas cidades-Estado gregas (LENDON, 2007: 500).

Um alerta parecido foi dado por Vegécio (sécs. IV-V)⁶², especialista militar romano da *Antiguidade Tardia*, assim como, muitos séculos depois, Maquiavel (1469-1527)⁶³ declarou a falta de virtude (*virtú*) inata das tropas contratadas para lutar por sua majestade, pois “eles não tem outras paixões ou incentivos para permanecer no campo, exceto seu desejo por um pouco de estipêndio e, obviamente, isto não é o suficiente para fazê-los morrer por vós” (PERCY, 2006, 76; NICCOLÒ MACHIAVELLI, XII).

Estes dados reforçam a hipótese de que a disposição de espírito dos homens no exercício belígero serve como um importante fator para aumentar a coragem dos indivíduos em guerra.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), membro do *Scriptorium/UFF* (www.scriptorium.uff.br) e bolsista CAPES.

⁶² **Públio Flávio Vegécio Renato** (sécs. IV-V) foi um provável estadista, perito em assuntos militares e em medicina veterinária. Ele serviu ao imperador Teodósio (279-295), "o invencível imperador". Entre suas principais considerações, o autor do *Epitoma rei militaris* sugeriu a reintrodução do exército composto por cidadãos, em oposição à germanização progressiva das fileiras romanas. Para mais informações, ver: TEIXEIRA, Raphael Leite. *A guerra no Império Romano Tardio*. Série História & Literatura Germano-Escandinava, vol. 5 (no prelo). Vitória: DLL/UFES, 2012.

⁶³ **Niccolò di Bernardo dei Machiavelli** (1469-1527) foi um historiador, filósofo, humanista e escritor florentino durante a *Renascença*. Ele serviu como secretário da República de Florença entre 1498 e 1512, período no qual os Medici não estavam no poder. A experiência no meio político permitiu que este arguto escritor compusesse obras avançadas para a época, inclusive a mais famosa, *O príncipe*, um *espelho de príncipes* que sugeria, entre outros assuntos, a dureza e a dupla moralidade do governante (VIROLI, Maurizio. Introduction *In*: NICCOLÒ MACHIAVELLI. *The Prince*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. xii-xxxix).

Ademais, em certos casos, a moral não apenas contaminava os homens bem dispostos no *front*: os franceses que lutaram *per le empeur* eram considerados invencíveis até a derrota na *Batalha de Bailén* (1808), na Andaluzia. Sendo assim, seus inimigos sentiam-se inaptos a enfrentar soldados fadados a vencer, o que diminuía o ânimo dos adversários e fornecia uma poderosa arma psicológica com efeito sobre os dois lados do conflito (FREMONT-BARNES, Gregory & CORNWELL, 2004, 202)⁶⁴.

No medievo, alguns homens chegaram ao extremo da moral guerreira, e acreditavam que nenhum armamento poderia provocar ferimentos: eram chamados de *berserkir* (ou *úlfhédnar*), os guerreiros do deus nórdico Óðinn, que lutavam inspirados por um frenesi divino. Conforme a *Ynglinga saga* (c. 1230):

Seus homens precipitavam-se à frente sem proteção e eram insanos como cães e lobos. Eles mordiam seus escudos e eram forte como ursos e touros, e matavam homens com um golpe [apenas]. Nem fogo ou ferro podia pará-los. Isto [o transe] era chamado berserkergangr (Ynglinga saga, VI).

A etimologia da palavra *berserkr* ainda suscita diversos debates para elucidar seu significado. Alguns acreditam que significava “sem camisa”, clara referência ao costume desses guerreiros de não se protegerem. Outros sugerem que a palavra é a concatenação dos radicais -ber (do germânico *bär*, urso) e -serk (do escocês *sark*, camisa) (BERSERK *In*: ORDBOG OVER DET NORRØNE PROSASPROG, 2011).

Outros eruditos optam por não vincular o sufixo berr- apenas ao urso, mas ao estado de nudez ou ausência (LANGER, 2007, 44-47; LIBERMAN, 2004, 97-101; MIRANDA, 2010, 66). É possível ainda ligar o radical não somente a este animal, mas também ao javali (*eber*) e ao verbo *bero*, que significa combater ou golpear. Portanto, as duas feras em questão foram associadas à coragem e à virtude guerreira e, no bojo da questão, é possível estender o vínculo

⁶⁴ Vale ressaltar que o impacto do fracasso dos “sapos” teve um efeito contrário para os espanhóis e ingleses: o desânimo das tropas francesas tornou-se fatal e auxiliou o progressivo avanço das forças inglesas e a consolidação de um novo exército por *su católica majestad* no território espanhol (FISHER, Todd, FREMONT-BARNES, Gregory & CORNWELL, Bernard (eds.). *Origins of the conflict In: _____*. *The Napoleonic Wars: The Rise and Fall of an Empire*. London: Osprey Publishing, 2004, p. 202).

também aos *berserkir* (PASTOREAU, 2006, 71). Quanto aos *úlfhéðnar*, sua tradução não deixa dúvida: “os peles de lobo” (*ÚLFHÉÐNAR In: FRITZNER, 2011*).

Todavia, as divergências linguísticas não eliminam ou empobrecem a importância de tais homens, que despontaram diversas vezes na literatura germano-escandinava. Eles faziam parte de uma tradição indo-européia dos cultos de guerreiros em frenesi, conhecidos pelos eruditos como *Männerbünde* (LINDOW, 2001, 75-76).

Em suma, a fixação com os lobos era tamanha que, em certas condições, fazia com que o guerreiro sofresse um ataque epiléptico. Alguns especialistas acreditam que a fúria *berserkr* era uma condição hereditária, e certas evidências textuais posteriores reforçam esta ideia (HEATH & McBRIDE, 1985, 47).

Sendo assim, cabe realizar um breve levantamento das menções dos guerreiros-lobo para melhor estabelecer suas características.

A primeira menção da crença na transformação do homem em lobo foi realizada por São Bonifácio (c. 652-754)⁶⁵, clérigo que admoestou os germânicos sobre diversos perigos espirituais:

*Quais são, portanto, as obras do diabo? Estas são: a soberba, a idolatria, a inveja, o homicídio, a detração, a mentira, o perjúrio, o ódio, a fornicação, o adultério, toda poluição, o furto, o falso testemunho, a rapina, a gula, a embriaguez, a torpeza, as desavenças, a ira, a magia, executar encantos e sortilégios, **crer em bruxas e em fictícios lobisomens**, cometer aborto, desobedecer ao Senhor, ter filactérias* (BONIFACIUS, Sermo XV)⁶⁶.

A visão da Igreja era clara quanto à licantropia: ela estava associada diretamente com várias formas de encantamento. Com o avançar do século VIII, tanto as bruxas quanto os lobisomens passaram a realizar um crime não só contra a sociedade, mas também um grave pecado para com Deus (RUSSEL, 1972, 64-65).

⁶⁵ **São Bonifácio** (c. 652-754), o apóstolo dos germânicos, foi um missionário no império franco do século VIII. Ele é o santo padroeiro da Alemanha. (WILLIBALD. *The Life of Saint Boniface In: NOBLE, Thomas F. X.; HEAD, Thomas, HOARE, F. R. Soldiers of Christ: Saints and Saints' Lives from Late Antiquity and the Early Middle Ages.* London: Continuum International Publishing Group, 1995, p. 107-140).

⁶⁶ BONIFACIUS. Sermo XV, De abrenuntiatione in baptisate. *Patrologia Latina*, LXXXIX, p. 870-872. O grifo é meu.

Tamanha repulsa pela relação entre o homem e o lobo deve-se a inúmeras razões, entre elas: 1) as referências bíblicas nefastas quanto ao lobo, ao urso e aos transe diabólicos (Isaías 11.6, Provérbios 28.15, Lucas 9.39, 11.13, 13.11-16; Marcos 1.23-26, 1.32-34; Atos 10.38, 19.12, entre outras passagens; SLUHOVSKY, 2002, 150-154); 2) a associação destes animais com as crenças pagãs germano-escandinavas (PASTOREAU, 2006, 59-68 e 84-85); por fim, 3) o terror imposto por estes guerreiros durante a era das invasões vikings, que provavelmente alardeavam a possibilidade de cair no frenesi lupino.

De fato, a terceira etapa foi usada como um engodo para ludibriar os inimigos dos lombardos em certa ocasião. Conforme Paulo Diácono (c. 720-800)⁶⁷,

*Assim, os Lombardos, ao ver as grandes hostes de seus inimigos e sem se atrever a chocar com eles pela parcimônia de seu próprio exército, se puseram a decidir o que fazer e a necessidade propiciou um plano. Simularam que em seu acampamento havia alguns cinocéfalos, isto é, guerreiros com cabeças de cão. Divulgaram entre as hostes que eles guerreavam com persistência, bebiam sangue humano e, se não podiam alcançar a hoste [inimiga], bebiam o seu próprio [sangue] (PAULO DIACONUS, *Historia Langobardorum*, I, VIII).*

Como resultado óbvio do artifício, os adversários fugiram ao imaginar o combate contra inimigos sobre-humanos. Apesar de o relato ser sucinto quanto a qualquer crença na manifestação licantrópica, a força e jovialidade parecem estar aliadas ao urso e ao lobo e, no caso lombardo, representavam o futuro da tribo (DUMÉZIL, 1971, 7; SPEIDEL, 2004, 19).

Como afirmou a historiadora Hilda Roderick Ellis Davidson,

o urso parece simbolizar o campeão solitário, lutando um combate singular e liderando seus homens. O lobo pode simbolizar um fora-da-lei, que vigia a sociedade, mas também o jovem guerreiro que, se escondendo na floresta, espera a oportunidade de executar um feito de vingança (DAVIDSON, 1988, 79).

⁶⁷ **Paulo Diácono** (c. 720-800) nasceu na Cividale del Friuli em c. 720. Ele era descendente de uma família de estirpe nobre que acompanhou o rei Alboíno durante a invasão da Itália, em 568. Paulo foi educado numa escola da sua cidade e, quando jovem, foi enviado para Pavia, onde viveu entre 740 e 750. Ele tornou-se diácono em meados do século e talvez até mesmo monge: o jovem friuliano abandonou os privilégios cortesãos e seguiu para Monte Cassino. Paulo foi um dos eminentes membros da *Schola palatina* da corte carolíngia, de 782 a 787, período em que escreveu a *Historia Langobardorum*. Ele seguiu para Monte Cassino, onde morreu no final do século VIII (FIORIO, Jardel Modenesi. Os Lombardos, Paulo Diácono e a *Historia Langobardorum* In: _____. *Mito e Guerra na Historia Langobardorum*. Vitória: DLL-UFES, 2011, p. 8-9).

O mito de origem dos lombardos, por sua vez, reforça o segundo princípio proposto: a migração da Escandinávia até a península itálica foi promovidas por dois jovens irmãos e chefes militares que, batalha após batalha, fizeram o nome e a grandeza de seu povo.

As representações de guerreiros com cabeças de cão (ou lobo) também estão presentes em alguns indícios arqueológicos do século VI e VII. Uma matriz para fundição encontrada em Öland mostra um guerreiro com uma máscara canídea, armado e com braços e pernas humanos. Próximo a ele, há uma figura caolha que provavelmente é uma representação do deus Oðinn.

A *Volsunga saga* também registrou essa crença na licantropia, pois o herói Sigmund e seu filho Sinfjotli vestiam peles de lobo, falavam a língua dos lobos e uivavam no momento do ataque:

Um terrível destino caiu sobre eles, pois eles tinham peles de lobos penduradas sobre eles na tenda. Eles podiam verter as peles a cada dez dias. Eles eram príncipes. Sigmund e Sinfjotli foram até as peles, e não puderam retirá-las de novo – um estranho poder havia ali, assim como antes, e eles uivavam como lobos, ambos entendendo o que era dito (VOLSUNGA SAGA, VII).

O encaminhamento de Davidson parece se encaixar perfeitamente ao caso destes heróis: Sigmund e Sinfjotli estavam desejosos por uma vingança, e a transformação foi propícia para que eles alcançassem seu objetivo. A descrição, todavia, sugere uma transformação involuntária, quase uma maldição, pois eles desejavam retirar as peles, sem sucesso. Somente após o “teste” das novas habilidades que os príncipes se conformaram com a situação e a usaram a seu favor.

Outro escandinavo com características metamórficas foi o O *jarl*⁶⁸ Siward ou Sigeward da Northumbria († 1055), dinamarquês de origem e servidor de destaque na casa do rei Knutr inn *riki* da Dinamarca (Canuto, o grande, c. 985-1035). Ele alcançou uma grande glória em 1054, pouco antes de falecer, ao fazer frente e vencer o rei Mac Bethad mac Findlaích *Rí Deircc* (ing.

⁶⁸ O *jarl* (pl. *jarlar*) era, depois do rei, o mais proeminente homem da *Era viking* (c. 800-1066). O título de *jarl* conferia ao seu detentor um *hird* (séqüito de nobres guerreiros), além do controle de um distrito como um oficial do rei ou a autonomia para governar um distrito de forma independente. Os *jarlar* mais famosos da Noruega foram os de Lade, extremamente poderosos durante os séculos X-XI (HOLMAN, Katherine. Earl [ON jarl] In: _____ . *Historical Dictionary of the Vikings. Historical Dictionaries of Ancient Civilizations and Historical Eras, No. 11.* Oxford: Scarecrow Press, 2003, p. 81-82).

MacBeth, *o rei vermelho*, † 1057)⁶⁹ para vingar a morte, ao que tudo indica, de seu próprio filho ou do rei das terras altas anterior, Dunwal (*Vita Waldevi*, 110-111; *Historia Anglorum*, V, 194; *Anglo-Saxon Chronicle*, Ms C & D, 1054; *Chronicon ex chronicis*, 212).

Conforme a *Vita et passio Waldevi comitis* ou apenas *Vita Waldevi* (*A vida e a paixão do conde Waltheof*, c. 1207-1214), o único documento a abordar sua vida desde o início,

A tradição dos antigos sobre certo nobre [Ursus], a quem o Senhor permitiu, contra a ordem humana natural da procriação, que tivesse como pai um urso branco e uma mulher generosa [nobre] como mãe, [ser] procriado; Ursus gerou Spratlingus; Spratilingus gerou Ulsius; Ulsius gerou Beorn, cognominado Beresune, ou seja, filho do urso. Beorn era da nação danesa, egrégio conde e guerreiro ilustre. Como sinal de sua espécie diferente pela geração diferenciada, ele dispunha das aurículas paternas, ou seja, de urso. Em todas as outras coisas ele era semelhante à mãe. E posteriormente, após muitos feitos e experiências de guerra, ele gerou um filho que imitava a força, a habilidade e a probidade paterna. Seu nome era Siward (na margem das palavras: cognominado Diere, ou seja, forte (grossus) (Vita Waldevi, 104-105).

Siward era o reflexo futuro de uma reunião naturalmente impossível, mas garantida por Deus. Além das habilidades físicas e o título do pai e dos demais antepassados⁷⁰, era nobre por parte de mãe, e estes aspectos impulsionaram-no a mostrar seu valor. Em sua primeira aventura, ele enfrentou sozinho um dragão que atemorizava uma ilha.

Portanto, conforme Davidson, ele se enquadra na condição de herói solitário capaz de feitos extraordinários, que se deslocava para frente da linha de guerra e desafiava um adversário temível para um combate singular, como forma de estimular os seus homens após a vitória sobre o oponente (DAVIDSON, 1986, 142-150)⁷¹. A moral exigida para agir desta maneira era consideravelmente superior a dos guerreiros comuns, e a inspiração animal fornecia o aparato psicológico para que os guerreiros acometidos pelo frenesi fossem tão destemidos.

⁶⁹ **Mac Bethad mac Findlaích Rí Deirce** (ing. MacBeth, *o rei vermelho*, † 1057) ...

⁷⁰ Com exceção de Spratilingus, todos os antepassados de Siward apresentam nomes com radicais latinos ou nórdicos que se referem ao urso (-ul e -ber). Na Europa Setentrional, a associação de animais selvagens aos nomes era comum: Hildulf e Gundolf (Alto Alemão Antigo, "lobo de guerra"), Hildebern e Wigbern (Saxão Antigo, "urso de guerra"), Heathuf (Inglês Antigo, "lobo de guerra"), Gunnbjörn (Nórdico Antigo, "urso de guerra"), entre outros (GREEN, Dennis Howard. *Warfare In: _____ . Language and History in the Early Germanic World*. Cambridge: Cambridge University press, 1998, p. 80-81).

⁷¹ DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. *Shape-changing in the Old Norse Sagas In: OTTEN, Charlotte F. (ed.). A Lycanthrope Reader: werewolves in Western culture*. New York: Syracuse University Press, 1986, p. 142-150.

Sendo assim, certamente lobos e ursos foram os animais mais relacionados com o *berserkr* (CHARTRAND et al, 2006, 102). O caso lombardo, os heróis da *Volsunga saga* e o *jarl* Siward faziam parte dos homens que acreditavam na transformação metamórfica, fosse ela associada ao lobo ou ao urso, embora os aspectos licantrópicos tenha recebido maior atenção na literatura islandesa.



Figura 1 - Oðinn em posição de dança? - A possível deidade (à esquerda) está em posição frontal e apresenta um capacete com duas serpentes gêmeas (uma alusão à transformação de Oðinn em serpente no *Skáldskaparmál*?), ou dragões, ou até mesmo corvos nas extremidades de chifres. Ela ainda porta uma espada suspensa na altura do tórax e duas lanças. O guerreiro-lobo, por sua vez, está voltado para o deus. Ele carrega uma grande e grossa lança aristocrática na mão esquerda, enquanto a direita está erguida; veste um saiote com uma cauda acentuada e mantém a boca entreaberta. Esta imagem rememora os rituais de dança ofertados a Oðinn. Talvez neles os indivíduos alcançassem o *berserksgangr*. Esse indício arqueológico é motivo de debate entre vários eruditos, pois alguns não acreditam que a figura à esquerda seja de fato o deus Oðinn. **Fonte:** Torslunda, Öland. Statens Historiska Museen, Stockholm, inv. nr. 432572.

72 Essa possibilidade foi avidamente criticada pelo Prof. Dr. Johnni Langer (UFMA). É possível que as figuras nas extremidades dos chifres sejam realmente corvos, como sugerido pelos objetos semelhantes em Starayja Ladoga e em capacetes anglo-saxões e pré-vikings. Todavia, a crítica comporta uma ressalva: Oðinn se transformou em serpente no *Skáldskaparmál*, além desse animal estar vinculado ao estado de transe xamânico e ao mundo dos mortos, como o próprio Prof. Langer constatou em um artigo que publicou um ano antes da crítica. Ademais, amuletos em formato de serpente foram encontrados na Noruega, em Birka e em Hedeby durante a *Era viking*. Assim, esta questão merece maiores aprofundamentos críticos. Respeito profundamente as interpretações de Régis Boyer, Rudolf Simek, Richard Hall e James Graham-Campbell, motivo pelo qual eu inseri as interpretações propostas destes eruditos à imagem nessa versão. Mas, com a mesma consideração, segui a interpretação de Benjamin Blaney, pois sua obra sobre os *berserkir* é uma das principais referências sobre esses guerreiros odínicos

Neste íterim, o poema *Haraldskvæthi* (*A balada de Haraldr*, séc. IX)⁷³ é a mais antiga referência aos guerreiros odínicos nos epítetos de *berserkir* e *úlfheðnar*. Os principais guerreiros do rei Haraldr *inn hárfagri* mencionados são “grenjuðu berserkir, guðr vas á sinnum, emjuðu ulfheðnar ok ísörn dúðu” (“Os *berserkir* urraram assim que a batalha começou, os *úlfheðnar* gritaram alto e sacudiram suas armas”)(ÞÓRBJÖRN HORNKLOFI. *Haraldskvæði*, v. 8, l. 1-8).

A *Egils saga* (c. 1230), por sua vez, apresenta passagens que aludem “alterações de espírito” lupínicas. O camarada de Kveldúlfr, Berðlu-Kári, era um *berserkr*. Além disso, cada noite Kveldúlfr manifestava uma estranha ferocidade:

Havia um homem chamado Úlfr, filho de Bjálfr e Hallbera, filha de Úlfr, o não-covarde; Ela era irmã de Hallbjorn meio-troll de Hrafnista, e ele era o pai de Ketill Haeng. Úlfr era um homem tão alto e forte que ninguém podia enfrentá-lo em combate. Em sua juventude ele cruzou os mares à vikingr, e seu companheiro nestas aventuras era um homem de boa família chamado Berðlu-Kári, forte e cheio de coragem. Ele era um berserk.

[...]

Mas a cada noite ele se deitava cedo, pois seu mau temperamento alcançava tal grau que ninguém podia falar com ele, e antes que isso acontecesse ele se dirigia para a cama. Diziam que ele era capaz de mudar de forma, e o povo chamava-o de Kveld-Úlfr [Lobo Noturno] (EGILS SAGA, I).

A onomástica não nos engana: Úlfr *inn óargi* (“o não-covarde”, pela lógica, “o feroz”), Bjálfi (“pele de animal”) e Hallbjörn hálftröll (“semi-troll”) colocam esses personagens com características um tanto singulares, além dos outros antepassados com nomes que apresentam o radical -ber. Também vale ressaltar que Grímr é um dos cognomes de Oðinn, e *skalli* (“cabeça

até hoje (BIRRO, Renan M. A imagem dos guerreiros odínicos na literatura germânica e escandinava *In: _____*. *Uma história da guerra vikingr*. Vitória: DLL/UFES, 2011, p. 87-104; LANGER, Johnni. O mito do Dragão na Escandinávia - Parte dois: as Eddas e o sistema ragnarokiano *In: Brathair* 7 (1), 2007, p. 66; LANGER, Johnni. – Guerra ao modo Viking. Resenha de SPRAGUE, Martina. *Norse warfare: unconventional battle strategies of the ancient vikings*. New York: Hippocrene Books, 2007. Ilustrado, 369p. ISBN-13: 978-0-7818-1176-7 *In: Brathair*, 8 (2), 2008: 85-93. (<http://www.brathair.com>); BLANEY, Benjamin. *The berserkr: his origin and development in Old Norse literature*. Diss. Colorado: University of Colorado, 1972).

⁷³ A *Haraldskvæthi* (ou *Hrafnsmól*) foi composta pelo escaldo Thórbiorn Hornklofi (séc. IX-X). Pouco se sabe sobre ele: apenas que era nobre bem recebido na corte dos reis. Os especialistas lhe atribuem a autoria de outro poema: a *Glymdrápa* (séc. IX), canto que descreve várias batalhas do rei Haraldr antes de conquistar toda a Noruega. Os eruditos também acreditam que as estrofes 7 a 11 da *Haraldskvæthi* fazem parte de outro poema que se perdeu e, posteriormente, foi integrado a esta obra (*OLD NORSE POEMS*. Traduzido por Lee M. Hollander. New York: Columbia University Press, 1936, p. 56-60).

calva” ou “careca”) é uma associação clara aos *berserkir*, pois de acordo com algumas sagas, eles eram carecas com ossos largos em sua testa (FINLAY, 2000, 89).

Kveldúlfr ainda nos favoreceu com mais uma passagem desse gênero. Ele e os seus manifestaram o frenesi em batalha ao vingar a morte de Þórolfr e eliminar alguns guerreiros de Haraldr:

Kveld-Úlfr tinha em sua mão um machado de batalha; mas quando ele subiu a bordo, fez seus homens colocarem-se sob o passadiço da popa e cortassem as amarras, enquanto ele próprio lançou-se contra a popa. E disseram que ele estava em transe, assim como vários de seus companheiros. Eles mataram todos que entraram em seu caminho, e o mesmo fez Skalla-Grímr; pai e filho não pararam até limpar todo o barco. Quando Kveld-Úlfr chegou até ao toldo, ele brandiu alto o machado e golpeou Hallvarð, atravessando-lhe o elmo e a cabeça, e o afundou até o cabo; então ele tirou [o machado] com tanta força que levantou Hallvarð no ar e lançou-o pela borda (EGILS SAGA, XXI).

A força do “lobo noturno” e de seu filho justificava suas alcunhas. Ao confrontar seu principal adversário, a arma de Kveld-Úlfr foi capaz de atravessar o elmo de tal forma que manteve o corpo da vítima preso.

A bravura dos guerreiros em batalha foi acentuada com a mescla de homens com cães e lobos. Este ímpeto atravessou gerações em um processo de longa duração. De maneira progressiva, formaram-se novas construções mitológicas, enquanto outras perderam seu vigor.

Inicialmente, no coração da sociedade germânica, os guerreiros canídeos eram combatentes míticos de Oðinn. Esta condição é evidente no caso lombardo, por exemplo, uma vez que os asseclas odínicos com cabeça de cão foram os fundadores da tribo lombarda e, conseqüentemente, formavam a sua elite guerreira.

A expansão em direção ao sul e a influência e adesão de outros povos atenuou o mito dos *cynocephalus*, que permaneceu na coletividade e foi transmitida oralmente.

No extremo Norte europeu, o mito dos lobos existiu por mais tempo graças à sobrevivência do paganismo. Assim, a literatura escandinava registrou as melhores informações dos *úlfheðnar*.

A imagem dos combatentes acometidos pelo *berserksgangr* sofreu transformações à medida que o cristianismo penetrou na Escandinávia, pois os *berserkir* passaram a despontar na literatura, ora como heróis, ora como vilões – um exemplo é a luta entre Egill e Ljótr (*Egils saga*, 66); o oponente do herói era um berserk perverso e viciado em batalhas que desposou forçosamente a filha de um camarada de Egill.

Essa transformação da imagem dos *berserkir* levou alguns eruditos a descartar a possibilidade que eles tenham de fato existido: para muitos se trata de uma criação literária do século XIII. O debate é atual e continua a despertar o interesse de vários especialistas.

Todavia, o papel das crenças, o simbolismo e a incorporação de radicais animais aos nomes dos indivíduos sugerem uma participação mais efetiva do que uma simples invenção erudita posterior. O impacto dos guerreiros em fúria está registrado inclusive nas orações ocidentais. A mais famosa delas aponta o efeito que os asseclas do Norte impunham com nomes que se remetiam aos animais, a sua fúria, selvageria e altivez: “Da selvagem gente normânica [i.e., dos homens do Norte] que devasta nosso reino, nos liberte, Deus”.

Portanto, a temática animal teve um papel fundamental para a moral guerreira dos povos germano-escandinavos. Ao utilizar técnicas de autoindução e esmorecimento psicológico do adversário, eles foram capazes de promover o terror no Ocidente medieval durante quase trezentos séculos, além de garantir um espaço significativo no legado escrito e nas lendas que ainda estão presentes no imaginário popular da Europa.

Documentação Textual:

ANGLO-SAXON CHRONICLE, MS C & D.

BEDE. *HISTORIA ANGLORUM*.

BONIFACIUS. Sermo XV, De abrenuntiatione in baptisate. **Patrologia Latina**, LXXXIX.

EGILS SAGA.

IOANNES WIGORNENSIS. **Chronicon ex chronicis**.

NICCOLÒ MACHIAVELLI. *Il principe*, XII (Quot sint genera militiae e de mercennariis militibus).

OLD NORSE POEMS. Traduzido por Lee M. Hollander. New York: Columbia University Press, 1936, p. 56-60.

PAULO DIACONUS. **Historia Langobardorum**.

ÞÓRBJÖRN HORNKLOFI. Haraldskvæði *In: JÓNSSON, Finnur. Carmina Scaldica*. Udvalg af norske og islandske skjaldekvad ved Finnur Jónsson G.E.C. Gads Forlag. København, 1929, v. 8, l. 5-8 Disponível em: <www.heimskringla.no/original/skaldekvad/haraldskvaedi.php> Acesso em 25 fevereiro 2008.

VITA WALDEVI.

VOLSUNGA SAGA. Edição bilíngüe de R. G. Finch, com introdução, notas e apêndice. London: Thomas Nelson and sons, 1965.

YNGLINGA SAGA.

Referências Bibliográficas:

“Ber-serkr”. *In: Ordbog over det norrøne prosasprog* Disponível em <http://www.onp.hum.ku.dk> Acesso em 10 out 11.

“Berserk”. *In: LINDOW, John. Norse Mythology: A Guide to the Gods, Heroes, Rituals, and Beliefs*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 75-76.

BIRRO, Renan M. A imagem dos guerreiros odínicos na literatura germânica e escandinava *In: _____*. **Uma história da guerra vikings**. Vitória: DLL/UFES, 2011, p. 87-104.

BLANEY, Benjamin. Berserkr *In: PULSIANO, Phillip; WOLF, Kirsten. Medieval Scandinavia: an encyclopedia*. Oxford: Routledge, 1993, p. 37-38.

BLANEY, Benjamin. *The berserkr: his origin and development in Old Norse literature*. Diss. Colorado: University of Colorado, 1972).

- CHARTRAND, R et al. *The vikings: voyagers of discover and plunder*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 102.
- DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis Davidson. The rites of Battle In: _____. *Myths and symbols in pagan Europe: early Scandinavian and Celtic religions*. Manchester: Manchester University Press, 1988, p. 79.
- DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. Shape-changing in the Old Norse Sagas In: OTTEN, Charlotte F. (ed.). *A Lycanthrope Reader: werewolves in Western culture*. New York: Syracuse University Press, 1986, p. 142-150.
- DUMÉZIL, G. *El destino del guerrero*. México: Siglo XXI, 1971, p. 07;
- FINLAY, Alison. *Pouring Óðinn's Mead: An Antiquarian Theme?* In: BARNES, Geraldine; ROSS, Margaret Clunies. *Old Norse Myths, Literature and Society. Proceedings of the Eleventh International Saga Conference*. Sydney, 2000, p. 89.
- FIORIO, Jardel Modenesi. Os Lombardos, Paulo Diácono e a Historia Langobardorum In: _____. *Mito e Guerra na Historia Langobardorum*. Vitória: DLL-UFES, 2011, p. 8-9.
- FISHER, Todd, FREMONT-BARNES, Gregory & CORNWELL, Bernard (eds.). Origins of the conflict In: _____. *The Napoleonic Wars: The Rise and Fall of an Empire*. London: Osprey Publishing, 2004, p. 202.
- FORTESCUE, J. W. It's scope and definition In: _____. *Military History*. Cambridge: Cambridge University Press Archive, 1923, p. 1-35.
- FRITZNER, J. úlfhéðnar In: _____. *Fritzners ordbok* Disponível em www.edd.uio.no Acesso em 21 out 11.
- GREEN, Dennis Howard. Warfare In: _____. *Language and History in the Early Germanic World*. Cambridge: Cambridge University press, 1998, p. 80-81.
- HEATH, Ian & MCBRIDE, Angus. *Osprey Series Elite 003: The Vikings*. London: Reed International Books, 1985 p. 47.
- HOLMAN, Katherine. Earl [ON jarl] In: _____. *Historical Dictionary of the Vikings. Historical Dictionaries of Ancient Civilizations and Historical Eras, No. 11*. Oxford: Scarecrow Press, 2003, p. 81-82.
- LANGER, Johnni. Fúria e sangue: os berserkers. *Desvendando a História* 3 (16), 2007, pp. 44-47.

- _____. O mito do Dragão na Escandinávia - Parte dois: as Eddas e o sistema ragnarokiano *In: Brathair* 7 (1), 2007, p. 66;
- _____. **Guerra ao modo Viking**. Resenha de SPRAGUE, Martina. Norse warfare: unconventional battle strategies of the ancient vikings. New York: Hippocrene Books, 2007. Ilustrado, 369p. ISBN-13: 978-0-7818-1176-7 *In: Brathair*, 8 (2), 2008: 85-93. (<http://www.brathair.com>).
- LONDON, J. E. War and Society *In: SABIN, Philip, WEES, Hans Van & WHITBY, Michael* (eds.). *History of Greek and Roman Warfare*. Vol.1. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 500.
- LIBERMAN, Anatoly. Berserkir: a double legend. *Brathair*, v. 4, n. 2, p. 97-101, 2004 Disponível em www.brathair.com.
- MIRANDA, Pablo Gomes de. Discussões etimológicas e religiosas sobre os berserkir e os ulfhedðar *In: LANGER, Johnni & CAMPOS, Luciana* (Orgs.). **A religiosidade dos Celtas e dos Germanos**. São Luís: UFMA, 2010, p. 166;
- PASTOUREAU, Michel. Cazar el Jabalí – De caza real a bestia impura: historia de uma desvalorización *In: _____*. *Uma historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 71.
- _____. Cazar el Jabalí – De caza real a bestia impura: historia de uma desvalorización *In: _____*. *Uma historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 84-85.
- _____. La coronación del león – Cómo el bestiario medieval se asignó um rey *In: _____*. *Uma historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 59-68.
- PERCY, Sarah. The origins of the norm against mercenary use, 1100-1600 *In: _____*. *Mercenaries: The history of a norm in International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 76.
- RUSSEL, Jeffrey Burton. Popular Witchcraft and Heresy *In: _____*. *Witchcraft in Middle Ages*. New York: Cornell University Press, 1972, 64-65.
- SLUHOVSKY, Moshe. Spirit Possession as self-transformative experience in Late Medieval Catholic Europe *In: SHULMAN, David & STROUMSA, Guy G* (eds.). *Self & Self-*

- Transformation in the History of religion*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 150-154.
- SPEIDEL, Michael P. *Ancient Germanic Warriors: warriors styles from Trajan's Column to Icelandic sagas*. Oxford: Routledge, 2004, p. 1-29.
- TEIXEIRA, Raphael Leite. **A guerra no Império Romano Tardio**. Série História & Literatura Germano-Escandinava, vol. 5 (no prelo). Vitória: DLL/UFES, 2012.
- VIROLI, Maurizio. *Introduction In: NICCOLÒ MACHIAVELLI. The Prince*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. xii-xxxix.
- WILLIBALD. The Life of Saint Boniface *In: NOBLE, Thomas F. X.; HEAD, Thomas, HOARE, F. R. Soldiers of Christ: Saints and Saints' Lives from Late Antiquity and the Early Middle Ages*. London: Continuum International Publishing Group, 1995, p. 107-140.

O EMPREGO TÁTICO DA ARQUEARIA ATRAVÉS DA INGLATERRA MEDIEVAL – ALGUNS EXEMPLOS

*Hiram Alem**

Durante a Guerra dos Cem Anos, a Inglaterra travou batalhas em que o emprego tático de arqueiros em conjunto com cavaleiros desmontados, em formação defensiva, foi um dos principais fatores para a vitória inglesa, como pode ser visto nas batalhas de Crécy (1346) e Agincourt (1415). Contudo, o emprego desta tática não é visto primeiramente durante a referida guerra, podendo a mesma ser encontrada no século XII, notoriamente nos confrontos de Bourghéroulde (1124) e Northallerton (1138), os quais possuem os registros melhor detalhados pelos cronistas. (BRADBURY In: STRICKLAND, 1999, p.182)

Entre estas batalhas da primeira metade do século XII e o início do século XIV não encontramos, contudo, relatos de batalhas que demonstrassem o emprego desta combinação de arqueiros com cavaleiros desmontados (STRICKLAND, 2005, p.71).

A razão de tal tática mostrar-se nos exércitos anglo-normandos na primeira metade do século XII, seu “desaparecimento” por cerca de dois séculos, bem como seu “ressurgimento” no século XIV são o cerne do debate deste artigo, em que não se pretende esgotar o assunto.

1. ANGLO-NORMANDOS E NORTHALLERTON

Antes de se iniciar esta análise, cabe ressaltar o uso de alguns termos e como estão sendo entendidos. Por “cavaleiros”, refiro-me aqui ao guerreiro com experiência em combate montado, possuindo também uma maior medida de treinamento e melhor equipamento em relação aos outros. Tal cuidado, para este período abordado (séculos XI e XII), deve-se em razão das mudanças na *instituição da cavalaria* e o entendimento do termo ‘miles’ nos textos da época.

* Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo de Estudos de História Militar (GEHM-CEIA) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para os termos “infantaria” e “cavalaria” irei ater-me a suas funções militares: o combatente a pé e o combatente a cavalo.

Após a batalha de Hastings em 1066 inicia-se um processo de transformação nas estruturas militares anglo-saxãs, agora anglo-normandas. Cabe ressaltar aqui que os guerreiros insulares lutavam majoritariamente a pé, enquanto que os normandos faziam amplo uso de cavalaria.

A razão por trás desta tática encontra-se na melhor capacidade defensiva dos cavaleiros desmontados para receber o impacto de uma carga de cavalaria, enquanto os arqueiros desgastam (física e moralmente) o exército inimigo que tomasse à ofensiva.

Há também um fator psicológico, como ressaltava Strickland, em que o cavaleiro desprovido de sua montaria, perde o meio crucial de garantir uma possível fuga do combate, bem como garante que sua presença entre os outros infantas aumente o moral do grupo (BRADBURY In: STRICKLAND, 1999, p.193).

Jim Bradbury aponta que, ao contrário do que uma vertente historiográfica acreditava, o uso de cavaleiros a pé não é de influência anglo-saxã – tendo em vista a resistência que a infantaria de Harold Godwinson demonstrou frente à carga normanda. Bradbury atribui o surgimento de tal tática a um processo de desenvolvimento das táticas já empregadas pelos francos (idem).

Contudo, a utilização de arqueiros junto a cavaleiros desmontados entre os anglo-normandos é visto somente nas batalhas de Bourgthéroulde (1124) e Standard (1138). (STRICKLAND, 2005, p.71)

A batalha de Northallerton, ou, batalha do Estandarte, deu-se em 22 de agosto de 1138 em que muitos dos barões do norte da Inglaterra se juntaram na tentativa de deter uma invasão escocesa liderada por David I (idem). As fontes, no entanto, não nos fornecem a força em números dos exércitos em questão. O relato de Ricardo, prior da igreja de Hexham, retrata a

disposição das tropas inglesas durante a batalha do Estandarte, bem como a organização das tropas escocesas:

The greater part of the knights, then dismounting, became foot soldiers, a chosen body of whom, interspersed with archers, were arranged in the front rank. The others, with the exception of those who were to dispose and rally the forces, mustered with the barons in the centre, near and around the standard, and were enclosed by the rest of the host, who closed in on all sides. The troop of cavalry and the horses of the knights were stationed at a little distance, lest they should take fright at the shouting and uproar of the Scots. In like manner, on the enemy's side, the king and almost all his followers were on foot, their horses being kept at a distance. In front of the battle were the Picts; in the centre, the king with his knights and English; the rest of the barbarian host poured roaring around them. (RICARDO DE HEXHAM; STEVENSON, 1853-58, v.4)

Cabe ressaltar que David também empregou arqueiros e alguns cavaleiros desmontados de origem anglo-normanda. Contudo, foram os pictos (*galwegians*) que iniciaram o combate, com uma carga contra os ingleses, que os repeliram prontamente.

Sobre a eficiência da tática, encontramos em Ailred de Rievaulx uma descrição poética, que não deve ser tomada por inteiramente fiel, porém, ela é reveladora no tocante a função cumprida pela escolhas de disposição das tropas, assim como o efeito que as mesmas tiveram contra seus inimigos:

And the column of the Galwegians after their custom gave vent thrice to a yell of horrible sound, and attacked the southerners in such an onslaught that they compelled the first spearmen to forsake their post; but they were driven off again by the strength of the knights, and [the spearmen] recovered their courage and strength against the foe. And when the frailty of the Scottish lances was mocked by the denseness of iron and wood they drew their swords and attempted to contend at close quarters. But the southern flies swarmed forth from the caves of their quivers, and flew like closest rain; and irksomely attacking the opponents' breasts, faces and eyes, very greatly impeded their attack. (AILRED OF RIEVAULX; ANDERSON, 1908, p.202-203)

Entretanto, a partir da segunda metade do século XII, o “fazer militar” europeu apresenta transformações. As batalhas travadas com base na cavalaria tornam-se mais frequentes, tendo entre um dos fatores apontados por Strickland para sua ocorrência uma maior disseminação da barda, isto é, uma forma de armadura para os cavalos assim como um novo fôlego para os torneios que enfatizavam o papel de uma cavalaria coesa.

Outro fator é um maior emprego de besteiros tanto nos campos de batalha quanto nos sítios. A besta popularizou-se entre tropas mercenárias, alguns grupos até se especializando em seu uso, como os genoveses, em razão de requerer menos prática e força do usuário ao contrário dos arcos.

Seu alto poder de penetração e alcance, ainda que a custo de uma lenta cadência de tiro em uma batalha, porém ideal para a defesa de fortificações sitiadas, fizeram com que a besta ocupasse um lugar de destaque, sobretudo nos exércitos continentais. (STRICKLAND, 2005, p.81-82)

Estes são alguns dos fatores elencados por Matthew Strickland que auxiliariam a pensar a escassez de conflitos que relatem o emprego inglês de cavaleiros desmontados com arqueiros. O historiador ainda nos lembra que a experiência estratégico-militar, até os séculos XIII-XIV, era transmitida oralmente, portanto, longos períodos com pouco ou nenhum conflito acabam por dificultar o emprego e a transmissão desse conhecimento. Os líderes militares quando recorriam a manuais, voltavam-se para a Antiguidade, como a obra de Vegécio, *De Re Militari*. Assim, é pouco provável que Eduardo III ao confrontar os escoceses em Dupplin Moor estivesse resgatando um saber militar de mais de dois séculos. Após a derrota em Bannockburn, o monarca teria desenvolvido a referida tática ao observar as vantagens que a infantaria oferece frente a uma carga de cavalaria.

2. REAPARECIMENTO E OS INDÍCIOS DE UMA REVOLUÇÃO MILITAR?

Using the "pike-and-shot" combination of dismounted men-at-arms and archers which they had developed in the 1330s in Scotland, the English at Crecy devastated a French force (primarily men-at-arms fighting on horseback) approximately three times as numerous as themselves. (ROGERS, 1993, p.248)

Com o trecho acima, podemos perceber uma descrição bem comum no que se refere ao emprego da infantaria inglesa durante a Guerra dos Cem Anos: homens-de-armas e um grande número de arqueiros, comumente posicionados no terreno de forma defensiva.

Além das batalhas anglo-normandas anteriormente mencionadas, este emprego peculiar da infantaria só é visto novamente a partir do século XIV. Pode-se observar um reaparecimento gradual desta tática após a derrota de Edward II para os *schiltroms* escoceses em Bannockburn (1314) como menciona Clifford Rogers (ROGERS, 1993, p.251). Esta batalha é tida como o ponto de partida para uma adaptação no emprego tático dos exércitos ingleses, que neste embate era constituído majoritariamente por cavaleiros, vencidos pelos infantas escoceses portando armas de haste e arcos.

Na batalha de Dupplin Moor, no contexto da segunda guerra de independência escocesa, em agosto de 1332, tem-se o ressurgimento do emprego de arqueiros junto com cavaleiros desmontados por parte dos ingleses.

3. GUERRA DOS CEM ANOS E O CASO DE CRÉCY

A Guerra dos Cem Anos foi um evento que marcou, em diversos níveis, os povos envolvidos. Esta guerra, que durou 116 anos, de 1337 a 1457, tem como seu marco inicial uma reivindicação por parte do rei inglês Eduardo III a coroa francesa em função de sua linhagem.

A batalha de Crécy, ocorrida em 26 de agosto de 1346, é motivo de debate entre os historiadores militares até hoje em razão da enorme quantidade de relatos que existem sobre a mesma e as diferenças entre os mesmos.

Após desembarcar em St.Vaast-la-Hogue, Eduardo III tomou a cidade de Caen e iniciou uma razia dos campos franceses, sendo seguido de perto pelo rei Filipe VI. Eduardo, movendo-se na direção do porto de Calais, ordenou que suprimentos fossem entregues em Le Crotoy, perto do rio Somme, onde teve que forçar sua passagem ao se deparar com o exército francês. Após a travessia, com poucas baixas do lado inglês, Filipe recebeu uma oferta de livre passagem, para

que então os exércitos pudessem se enfrentar, mas prontamente recusou e se dirigiu para um povoado próximo, Abbeville.

Eduardo então marchou na direção de Crécy onde, com vantagem de um dia com relação aos franceses, teve tempo de bater e preparar o terreno, posicionando seus homens e, em 26 agosto de 1346, os exércitos encontraram-se no campo entre as cidades de Crécy e Wadicourt.

Como muitas batalhas do período, é difícil obter um número preciso dos envolvidos. Para os ingleses, Froissart oferece-nos de 8 a 18 mil homens dependendo da versão utilizada, enquanto que as estimativas para o contingente francês variam entre 12 a 30 mil cavaleiros, com mais de 60 mil homens para a infantaria, sem contar uma companhia de besteiros genoveses, estimados entre 2 e 12 mil mercenários.

Quanto à disposição de seus homens, Eduardo desmontou seus cavaleiros e guardou seus cavalos junto do trem de suprimentos, que se encontrava disposto como um quadrado oco, para melhor proteção das montarias, conforme relata Froissart:

The king had a vast waggon park constructed close by a wood, behind his host, where he sent the baggage train. He also brought all of the horses into this area, leaving his men-at-arms and archers on foot. (FROISSART, f.136v)

Três divisões foram feitas: o flanco direito sob comando de Eduardo, o Príncipe Negro; o flanco esquerdo encabeçado pelos Earls de Arundel e Northampton, enquanto que o rei se encarregaria do centro com a reserva.

Um dos principais pontos de debate é aquele que se refere à disposição dos arqueiros no campo, sobretudo, por causa de uma palavra empregada por Froissart para descrever a formação destes arqueiros em relação aos outros infantas, *Herce*, como podemos ver na descrição da disposição das tropas inglesas: “*Celle du prince devant, et leurs archiers en maniere d’une herce, et les gens d’armes ou fons de la bataille.*” (FROISSART, f.137v)

Este vocábulo, *Herce*, muito foi debatido na historiografia, tanto sobre seu significado quanto o formato que indica. Para o significado, é de consenso que seja traduzido por “arado”,

no entanto, qual formato e, portanto, qual disposição este objeto implicaria, ainda carece de uniformidade. (STRICKLAND, 2005, p.224-225)

Apesar do rei ter sido aconselhado do contrário em função de suas tropas ainda estarem a caminho vindo de Abbeville, a batalha tem início com a infantaria genovesa sendo enviada para atacar os ingleses. Os besteiros, no entanto, são pouco efetivos. Alguns dos relatos culpam o fato de ter chovido e isto teria enfraquecido a corda das bestas, já outros notam que as bestas não conseguem alcançar a distância necessária. Os arqueiros ingleses, por sua vez, atiram contra os besteiros e os dispersam. Ao ver os mercenários fugindo, os cavaleiros franceses ficam impacientes e decidem dar carga contra os ingleses, matando no processo os genoveses que recuavam.

Contudo, a desordem no campo de batalha permitiu que os homens-de-armas ingleses pudessem atacar facilmente os cavaleiros, como indica le Bel: *“The English lords, who were on foot, advanced and pierced through these men, who could not help themselves, by their own efforts or by their horses.”* (LE BEL In: ROGERS, 1999, p.132)

No desenrolar da batalha, a divisão do príncipe de Gales é atacada com sucesso por cavaleiros franceses, mas eventualmente é repelida, assim como muitas outras cargas por parte dos franceses até o fim da tarde, em que os ingleses avançam e capturam tanto o estandarte real quanto a auriflama.

4. CONCLUSÃO

O emprego de uma infantaria reforçada por cavaleiros apeados, que possuíam melhor treinamento e armamento, bem como com arqueiros em posição defensiva, apareceu como uma eficiente resposta as cargas de cavalaria, como pudemos observar na Batalha do Estandarte. Após um longo período sem embates que em que se figurasse tal emprego, é durante as guerras anglo-escocesas que se observa seu reaparecimento nos relatos militares. Então, com a

experiência de campo e a necessidade, Eduardo III vale-se desta tática em seus embates contra a França e sua cavalaria, alcançando algumas vitórias decisivas.

Embora decisões e o emprego táticos das tropas sejam partes fundamentais para o resultado de uma batalha, também devemos ter em mente o papel que a disciplina e o treinamento possuem, bem como sua contribuição para as vitórias, assim como as capacidades dos líderes, sobretudo na escolha do terreno. Todos estes fatores muito influenciam para o sucesso ou derrota de um exército.

Documentação

AILRED OF RIEVAULX, *Relatio de Standardo*. in: ANDERSON, A.. *Scottish annals from english chroniclers a.d. 500 to 1186*. LONDON: DAVID NUTT, 1908.

JEAN FROISSART, *Chroniques*. Acessado em: 10 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.hrionline.ac.uk/onlinefroissart/index.jsp>

JEAN LE BEL, *Vrayes Chroniques*. In: ROGERS, C. *The Wars of Edward III: Sources and Interpretations*. Boydell: Woodbrige, 1999.

RICHARD OF HEXHAM, *Historia de gestis regis Stephani et de bello Standardii*. in: *The Church Historians of England*, v.4, London, 1853-58. Acessado em: 10 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.deremilitari.org/resources/sources/hexham.htm>

Referências Bibliografia

CURRY, Anne. **The Hundred Years' War 1337-1453**. Oxford: Osprey, 2002.

BRADBURY, J. **The Medieval Archer**. Boydell: Woodbridge, 1999

BRADBURY, J. Battles in England and Normandy In: STRICKLAND, M. *Anglo-Norman Warfare: Studies in Late Anglo-Saxon and Anglo-Norman Military Organization and Warfare*. Boydell: 2000, p.182

DeVRIES, K. *Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century: Discipline, Tactics, and Technology*. Boydell: Woodbridge, 1998

- MORILLO, S. *Warfare Under the Anglo-Norman Kings, 1066-1135*. Boydell: Woodbridge, 1994.
- NICOLE, D. *Crécy 1346: Triumph of the Longbow*. Oxford: Osprey, 2002.
- ROGERS, C. *The Military Revolutions of the Hundred Years' War in: The Journal of Military History*, V. 57, Society for Military History, 1993
- ROGERS, C. *The Wars of Edward III: Sources and Interpretations*. Boydell: Woodbridge, 1999.
- STRICKLAND, M., HARDY, R. *The great warbow: From Hastings to Mary Rose*. Stroud: Sutton, 2005.

REFLEXOS DO PENSAMENTO MILITAR ROMANO NAS MODERNAS ESTRUTURAS MILITARES BRASILEIRAS

*Major Rafael Cunha de Almeida**

1 INTRODUÇÃO

Durante a longa evolução da arte de guerra ocidental existiu um núcleo mais ou menos comum de práticas que ressurgem geração após geração, algumas vezes aos pedaços, algumas vezes de maneira quase holística. (HANSON, 2004, p. 45).

A Política de Defesa Nacional (PDN) gerou uma série de documentações, iniciando um “pensamento brasileiro de Defesa”, pois agrega a chamada da sociedade ao tema, integrando Forças Armadas, comunidade acadêmica e outros setores. Na sua aplicação, deu origem a uma série de documentos, como a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Estratégia Braço-Forte (EBF) e o Manual do processo de Transformação do Exército (MPTEB). Diversos aspectos e referenciais conceituais abordados nesta documentação são embasadas na estratégia da Dissuasão, em moldes comparáveis ao pensamento militar romano clássico. Dentre eles podemos citar a manutenção do Serviço Militar Obrigatório, a característica de elasticidade dos exércitos através da mobilização e a manutenção de dispositivos de tropas no terreno obedecendo a critérios de articulação baseados na estratégia da presença, do monitoramento/controlado emobilidade estratégica e a constituição da base de combate sob o “módulo brigada”.

O Serviço Militar Obrigatório é uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END). A obrigatoriedade, parte da estrutura do “militarismo cívico”, pela qual o mais eficiente sistema de defesa seria concebido em torno da participação do cidadão neste processo (DAWSON, 1999), tem origem na formulação do sistema democrático na Grécia Antiga. Sumariamente, se o Estado existe para garantir direitos individuais e a sobrevivência da coletividade, o indivíduo participa deste processo pela obrigação militar, conceito absorvido

* Mestre em Ciências Militares/ECEME. Orientador: Cel R1 Eduardo Henrique de Souza Martins Alves.

pelos romanos quando de sua expansão. No entanto, comparações tão distantes cronologicamente e na geografia condizem com a formulação de atuais de políticas de Defesa? Sim, na medida em que o estudo do Império Romano apresenta um contraponto com a nossa sociedade, útil e necessário para os processos em curso no presente, porém mantendo o distanciamento necessário e evitando-se anacronismos (SILVA, G., 2006). Questões geopolíticas, militares e estratégicas respondidas pelos romanos assemelham-se à realidade brasileira histórica e atual, como extensas fronteiras terrestres, grande território, ameaças difusas e criminalidade nas fronteiras, com soluções similares (acertadas ou não) sendo encontradas. Um exemplo é o modelo romano de formação de soldados. Mantendo o SMO e dissociando o preparo/emprego no escalão Legião, garantiram durante grande período altos índices de voluntariado e excelente instrução aos legionários, “espinha dorsal” do exército pelo desempenho, comprometimento com suas instituições e companheiros de armas. As Brigadas (Bda) atuais possuem efetivos e finalidades similares à antiga Legião, identificando-se na concepção de organização sistêmica, com o suporte logístico, condições estratégicas e táticas de atuar isoladamente. A Brigada é a Grande Unidade (menor composição militar comandada por Oficial General) que integra os chamados sistemas operacionais, possuindo estrutura logística, de manobra (tropas de infantaria ou cavalaria, combatentes), Apoio de Fogo (artilharia), Comando e Controle, Engenharia (construção/destruição de obstáculos e abrigos, apoio à mobilidade permitindo-nos ou negando ao inimigo o uso de estradas) e inteligência de combate (reconhecimentos, estudo do inimigo). As legiões integravam em sua composição estes meios, permitindo agir isoladamente ou agrupar-se em exércitos maiores (VEGÉCIO, *in* MAGALHÃES, J. B., 2006). Neste mesmo modelo, a atual concepção brasileira de defesa estabelece este “módulo Brigada” como base da capacidade de pronta-resposta.

2 MATERIAL E MÉTODO

Associando a “generalização do encargo militar”⁷⁴ (o militarismo cívico) a uma linha de pensamento ocidental tendo o SMO como base da identificação da Nação com as Forças Armadas e vice-versa e relacionando-o com a elasticidade⁷⁵, com a dissuasão (capacidade de projetar poder, de pronta-resposta a agressões) e com a formulação de Doutrina Militar⁷⁶ e estratégias, podemos enquadrá-lo no contexto histórico do pensamento militar ocidental. Observando reflexos do pensamento militar romano na documentação brasileira de Defesa, confirmaríamos a hipótese desta presença no pensamento brasileiro de Defesa, subsidiando a aplicação de preceitos consagrados. Sendo os fenômenos históricos melhor entendidos pela duração de sua eficácia na História do que pela data de sua produção (LE GOFF, 2005), a visão histórica estrutural de longa duração aparenta ser adequada para identificar a estrutura do militarismo cívico /SMO. Nesta ótica, analisando um evento (fato) e relacionando-o com a(s) conjuntura(s) em que se enquadra, identificamos uma estrutura como fenômeno histórico. A sua caracterização é simples, pois esta deixa de ser uma estrutura na medida em que, ao perder um de seus componentes, perde sua característica principal⁷⁷. Assim, a concepção da melhor formulação de defesa ser integrada por cidadãos deixaria de ser uma estrutura quando se abdica da obrigatoriedade (este “imposto social” citado por de Gaulle). O abandono ou permanência deste quesito permite identificar suas rupturas e continuidades na longa duração da História, sendo o reflexo de sua inobservância a dissociação entre as Forças Armadas e a sociedade (END, 2008). Isto é comprovado quando o abandono do SMO pelos EUA em 1973 (por pressões políticas, e não quesitos de eficiência) afastou a sociedade dos militares e reduziu a elasticidade (LEWIS, 2010), tendo o voluntariado somente preenchido uma vez desde então os efetivos (2009, durante a crise econômica mundial). A falta de sinergia entre a Defesa e a sociedade teria gerado

⁷⁴Conforme chamado pelo Gen Mendes de Moraes..., amparando-se nas idéias de Colmar Von der Goltz (McCANN, 2004)

⁷⁵ Elasticidade é a capacidade de rápida ampliação de um exército por meio da mobilização de efetivos, recursos e materiais (END, 2008).

⁷⁶ Entendendo Doutrina Militar como a forma que Forças Armadas se organizam, se preparam, como são empregadas e como trabalham as forças morais na motivação para o combate. (SAVIAN e LACERDA, 2008).

⁷⁷ Le GOFF, 2005.

uma percepção equivocada de que meios tecnológicos seriam superiores ao potencial humano na composição do poder de combate⁷⁸, opinião endossada por sargentos da 2ª Guerra do Iraque.

3 RESULTADOS

A documentação brasileira de Defesa pesquisada se estende da Política de Defesa Nacional (2005), passando pela Estratégia Nacional de Defesa (2008) e Estratégia Braço-Forte até o Manual do Processo de Transformação do Exército Brasileiro (2010). Alguns conceitos abordados são a dissuasão, a capacidade de pronta-resposta e o escalonamento de emprego e não de capacidades, bem como os “três princípios estratégicos” (monitoramento/controle, presença e mobilidade), o conceito de elasticidade e a concepção do “módulo Brigada” abordado na introdução. Dissuasão é uma forma intermediária

[...] entre a persuasão e a coerção, presente desde o tempo de paz, consistindo de medidas de natureza militar, que venham a desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise. (BRASIL, C-124-1, Estratégia, 2001)

É complementada como “Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (BRASIL, C 20-1, 2003)”. A Capacidade de pronta-resposta para isto não necessitaria maiores explicações, e o escalonamento de emprego e não de capacidades diz que o exército deverá ser “todo ele uma vanguarda”, todas as tropas tendo a mesma capacidade de combate, conforme suas limitações e características (Motorizadas, Mecanizadas, Blindadas, Leves, Brigada de Operações Especiais e Brigada de Infantaria Paraquedista). Sobre o escalonamento de emprego e os “três princípios estratégicos”, a presença se traduz na distribuição de tropas pelo território nacional, algumas nas fronteiras realizando o monitoramento/controle através de patrulhamentos e da inteligência de combate, ampliada por sistemas tecnológicos como o “SISFRON”, permitindo a integração e

⁷⁸ Percepção reconhecida como “fetiche tecnológico e dos sistemas”.

atransmissão de informações em tempo real. Tropas com maior mobilidade aprofundadas no território eixadas por estradas em direção à fronteira seriam, caso necessário, empregadas. Tropas localizadas em posição central, com mobilidade estratégica (aerotransportadas ou mecanizadas se deslocando por estradas em blindados sobre rodas), podem se deslocar para todo o território nacional rapidamente, ficando as dos grandes centros defendendo infraestruturas críticas e político-administrativas. Isto se chama articulação dos grupos de emprego, distinguindo-se Forças de Segurança Estratégica (de Cobertura ou Vigilância, de acordo com o efetivo e disposição terreno) e Forças de Emprego (Regional, Estratégico ou Geral) possuindo a necessária mobilidade, indicada como

Aptidão para se chegar rapidamente ao teatro de operações – reforçada pela mobilidade tática - a aptidão para se mover dentro daquele teatro – complemento do monitoramento/controle e uma das bases do poder de combate (END, 2010, p. 11).

Não se escalonariam capacidades, estando todas as tropas aptas de acordo com sua articulação e características, não havendo tropas “prioritárias”. Já a transição de estruturas de paz para as estruturas de guerra é um dos pontos de transformação do Exército Brasileiro, devendo existir, no maior grau possível, as Organizações operacionais e logísticas previstas, preparadas antes dos conflitos, permitindo uma passagem não-traumática. Para isto, é necessário o reacompletamento dos sistemas operacionais das Brigadas, ou seja, criar e mobiliar as Unidades previstas na estrutura sistêmica que não existem na prática. Relacionando passado e presente, vejamos como isto se enquadra no contexto atual.

4 DISCUSSÃO

No passado próximo, identificamos o escalonamento de capacidades no exército, com redução de Poder de Combate pela existência de Brigadas incompletas nos sistemas operacionais (faltando tropas logísticas, de comunicações etc) e reduzidas em efetivos. Esta redução se manifesta também na pequena proporção de Cabos e Soldados do efetivo profissional (EP -

militares que permanecem além do serviço militar inicial) nos locais de menor prioridade, diminuindo a capacidade de pronto emprego. Isto é decorrente, dentre outros fatores, da restrição orçamentária e da impossibilidade de aumento de efetivos das Forças Armadas face à necessidade de tropas para atender aspectos técnico-doutrinários. Durante determinado período, estabeleceram-se “ilhas de modernidade”, priorizando recursos, meios e efetivos para tropas estratégicas. Apesar de ter sido a solução possível para manter um núcleo forte, reduziu a capacidade da Força Terrestre como um todo. A Constituição de 1988 e legislação decorrente, determinando o emprego das Forças Armadas em Garantia da Lei e da Ordem (GLO), ilícitos transfronteiriços e ambientais, Missões de Paz e Atividades Subsidiárias, as torna indissociáveis das missões do Exército. O contexto atual, com perspectiva de incremento tendo em vista grandes eventos futuros no País e as condições sócio-político-econômicas exigem estas capacitações, porém deve-se manter a vocação primária para o combate convencional de guerra regular, primordial para a capacidade de pronta resposta e dissuasão. Uma das maneiras de equacioná-las é a dissociação do preparo/emprego, existindo Brigadas com soldados já capacitados, ao menos na Formação Básica, dedicando-se a tropa mais ao adestramento do que à formação. Baseada nestas premissas, existe a indicação de centralização da formação de soldados oriundos do Serviço Militar Obrigatório, à semelhança do modelo adotado pelos romanos, cujas unidades de emprego nas Legiões não formavam seus recrutas, mas os recebiam prontos a partir da formação centralizada em uma de suas organizações. Numa clara percepção de “estar preparado para a guerra”, como na frase de Vegécio, é citado que “Não há unidade mais cara do que a que não é capaz de combater com eficiência no momento em que é empregada” (MPTEB, 2010, *apud* Livro Branco de Defesa da Espanha).

A documentação brasileira de Defesa traça ainda diversas considerações que trazem à tona perspectivas do pensamento militar romano e suas práticas. No escalonamento de emprego da Força Terrestre, estipula que estas, organizadas em Brigadas, deverão estar dispostas no território nacional de acordo com a priorização de seu emprego. Assim, existem tropas na

fronteira realizando o monitoramento/controlado, tropas mais aprofundadas eixadas por estradas prontas a dar uma primeira resposta e outras, mais á retaguarda, dotadas de mobilidade estratégica (tropas paraquedistas ou transportadas por helicópteros) aptas a intervir em qualquer local do território nacional. Complementando-as, existem tropas vocacionadas para a proteção de infraestruturas críticas e centros político-econômicos nos grandes centros. No caso de conflito, a expansão das tropas seria garantida pela elasticidade fornecida , no campo de pessoal, pelas reservas de soldados formados pelo Serviço Militar Obrigatório. Ainda assim, demonstra a preocupação com a transição das estruturas de paz para as de guerra, estipulando a necessidade de se ter meios e organizações militares prontas desde antes do início de uma situação de conflito.

Nossa documentação também cita a necessidade de orçamentos contínuos, de preferência através de impostos com destinação específica para as Forças Armadas, permitindo um fluxo constante de recursos para desenvolvimento de suas capacidades e livres do contingenciamento orçamentário. No campo da Doutrina, estipula a criação de um Centro de Doutrina do Exército, apto a permitir os estudos e a continuidade da prática militar, evitando-se perda de *expertise* por falta de sistematização das lições aprendidas nos treinamentos e nas situações de emprego de tropa. Também trata das questões de apoio à família militar e de fornecer uma adequada desmobilização aos soldados que terminem o seu tempo de serviço, reinserindo-os no sistema econômico.

No campo político, é estipulado que a par da atual estabilidade nas fronteiras, deve existir a preparação de Forças Armadas compatíveis com a estatura geopolítica brasileira, muito embora a cooperação com os países vizinhos na superação de seus óbices seja essencial para o crescimento conjunto da América do Sul. Esta perspectiva cooperativa, porém sem abrir mão da capacidade dissuasória, estabelece uma assertiva de aplicação do pensamento clássico de dissuasão.

Mas, vista a nossa proposta, quais questões históricas embasariam sua validade?

A obrigatoriedade da participação do cidadão na defesa, consolidada pelo pensamento grego (BRIZZI, 2003), foi posta em prática com a revolução hoplítica, apoiada nas leis de Sólon e Licurgo, complementando questões religioso-filosóficas. A motivação para o combate passa a ter base na disciplina, amparada na lealdade à Pátria e aos companheiros, um misto de respeito à individualidade subordinada ao interesse coletivo. Isto foi apropriado e desenvolvido pelos romanos (embora inicialmente seu exército tenha constituição temporária), utilizando a tática grega e aperfeiçoando os processos de mobilização de pessoal, dividido por tribos no quesito geográfico/psicossocial e por condições financeiras, pois o combatente é que se armava.

O soldo regular, a criação da profissão militar, o emprego da manobra no nível escalão Legião, o pagamento de pensões e o SMO como princípio básico da capacidade de mobilização e dissuasão são algumas das contribuições da Roma republicana. No início do Império, o estabelecimento de um exército permanente, verbas e impostos específicos destinados às atividades de Defesa e pagamento dos militares, o emprego de sistemas operacionais na legião, a centralização do Comando Supremo das Forças Armadas pelo Imperador (McNABB, 2010), boa desmobilização, um processo de recrutamento e treinamento dissociando o preparo/emprego, tentativas de documentar a doutrina militar (*disciplina militaris*), capacidade logística e uma estratégia militar baseada no monitoramento/controle e presença contribuíram para a *pax romana*. (FERRIL, 1989).

OSMO permitiu dispor de reservas mobilizáveis quando necessário, como depois da Batalha de Canas (McNABB, 2010), gerando capacidade dissuasória e sendo a formação do Sd legionário em Unidades específicas para este fim. Enquadradas na estrutura organizacional da Legião⁷⁹, menor escalão com poder de combate tático e capacidade logística, mantinha os vínculos com o grupo primário e a identificação com os níveis mais altos (Legião e Pátria).

⁷⁹ A Legião possuía de 4 a 6 mil homens, dividida em dez Coortes (Batalhões). Uma das Coortes tinha o dobro de efetivo e era responsável pela formação de todos os recrutas da Legião, enviando-os depois de um período básico para as Coortes de origem. Durante o treinamento, os recrutas permaneciam em seus contubérnios (grupos de 8 homens, iguais aos Grupos de Combate atuais) de origem na mesma cidade e Unidade, alojando-se, alimentando-se e recebendo treinamento dentro destas frações. (McNABB, 2010).

Estímulos ao recrutamento, boas condições econômicas e de assistência aos militares em serviço e na desmobilização permitiram durante longo tempo amplo voluntariado (McNABB, 2010), mas mesmo assim os romanos nunca abdicaram do SMO formalmente.

A grande extensão das fronteiras gerou uma articulação baseada na estratégia da presença, aplicando-se duas vertentes; a segurança impeditiva e a defesa elástica móvel (FERRIL, 1989). A primeira posicionou tropas nas fronteiras, apoiadas no sistema de muralhas, ligadas por estradas e prontas a dar o primeiro combate (monitoramento/controlado), mas quando tinham de atuar em várias frentes desguarneciam-se outros pontos fronteiriços. Para sanar esta deficiência foi utilizada a defesa elástica em profundidade, empregando tropas posicionadas mais à retaguarda. As tropas foram divididas em duas categorias, os palatinados (tropas da fronteira) e os comitatenses (tropas de reação). Com o tempo, se esperava que os comitatenses resolvessem todos os problemas, reduzindo a prioridade e o poder de combate dos palatinados. A formação de novas tropas foi feita diminuindo os efetivos dos palatinados, no mesmo período em que recebiam atribuições maiores de atuação do tipo polícia, combate a problemas de fronteira e contra a criminalidade crescente.

A necessidade de reservas estratégicas levou à criação das “tropas na presença do Imperador” (MOITA, 2008), diretamente subordinadas ao Cmt supremo, com mobilidade estratégica para qualquer parte do território. Apesar da tentativa de equacionar o seu emprego, ocorria priorização das tropas estratégicas. Este processo, aliado ao desinteresse no SMO pela população e outros fatores, levou à perda de doutrina militar, elasticidade e poder de combate do exército como um todo, e nos momentos de maior necessidade ele não estava preparado tecnicamente, materialmente, moralmente e não tinha reservas mobilizáveis (FERRIL, 1989).

A perda doutrinária e deficiência na aplicação da estratégia podem ser atribuídas à transmissão da *disciplina militaris* pela tradição oral e não por escrito. Isto foi percebido por Vegetio, que sistematizou as tradições militares romanas (e, por conseguinte, do pensamento militar ocidental) em sua obra, cujo princípio da dissuasão de sua famosa frase na íntegra é

Portanto, quem desejar a paz deve preparar a guerra, quem deseja a vitória, instrua cuidadosamente seu cavaleiro, quem desejar a boa fortuna e felizes aventuras, combata com arte e não ao acaso. Não há um homem, por mais impetuoso que seja, que ouse provocar e ofender a quem sabe ser superior a si, e, por isso, deve sair vitorioso da luta. (VEGÉCIO, apud MAGALHÃES, J. B., 2006, p. 249).

Porém, suas propostas não foram observadas, perdendo-se a capacidade militar romana, pois na Batalha de Adrianópolis, quando se necessitou empregar as tropas de baixa prioridade estas não foram eficientes, perdendo-se depois a capacidade de elasticidade.

Vegécio trata, dentre outros aspectos, do recrutamento, da instrução e da Legião, aproveitando o passado e fornecendo respostas e soluções aos problemas militares de então (SILVA G, 2007). A surpresa de todo leitor de Vegécio é expressa por J. B. Magalhães (2006), pois quem tem apenas conhecimentos modernos, se surpreende encontrando explicação para práticas atuais, como a organização sistêmica da Legião e o Módulo Brigada, pois

[...] a Legião era muito bem organizada, tal como uma cidadela muito forte e bem defendida. Levava por toda parte tudo que era necessário ao combate e não temia surpresa alguma da parte do adversário. Podia fortificar-se em pleno campo, fazendo fossos e parapetos. Compreendia no seu seio todas as espécies de soldados e armas, ofensivas e defensivas. (VEGÉCIO, 2006, in: MAGALHÃES JB, p. 241).

Vegécio cita a transição das estruturas de paz para as de guerra, a ponto de nada poder ocorrer em campanha para que não estejam preparados, devendo-se sempre fazer na paz o que se tem de fazer na guerra, e a versatilidade dizendo que os jovens soldados devem ser instruídos em todas as maneiras de combater com todas as armas.

Após o colapso romano, o sistema feudal gerou uma ruptura com o SMO e o militarismo cívico, surgindo novas formas de organização militar e retornando-se o sistema aristocrático de liderança militar. As necessidades de maiores efetivos e prontidão geraram o sistema de mercenários, dispendioso, insuficiente, e inconveniente durante a consolidação dos Estados Nacionais na Idade Moderna (DAWSON, 1999), na qual Maquiavel retoma aspectos clássicos do militarismo cívico, amparando seu discurso na aplicação dos preceitos romanos aos modernos Estados-Nação. Diversos militares referenciam o pensamento militar romano por intermédio de

Vegécio⁸⁰, até que após o Tratado de Westphalia (1648), base do sistema jurídico e político contemporâneo, países como a Prússia e a França começam a estruturar seus exércitos no militarismo cívico, em questões nacionais e de desmobilização⁸¹. A Revolução Francesa, com apelos à antiguidade clássica, e após os problemas do *leveé en masse* de 1793, retoma a conscrição universal (Lei Jourdan, 1798), permitindo elasticidade aos exércitos napoleônicos. Após este período, a influência do pensamento militar de Clausewitz (1780-1831) teria, pelo conceito de guerra absoluta derivado do princípio da ofensiva de Napoleão, enfraquecido a percepção dos moldes clássicos, numa ruptura com o conceito de dissuasão, sendo que “de todas as deficiências de visão de Clausewitz, a mais importante foi que ele jamais compreendeu que o verdadeiro objetivo da guerra é a paz e não a vitória” (FULLER, 2002).

Na época da eclosão da 1ª GM vários países retomaram o SMO, mas o grande número de baixas somado à influência de Clausewitz levaram ao seu abandono. No entre-guerras, pensadores militares europeus como de Gaulle, Lidell Hart, Von der Goltz e Von Seeckt indicaram modelos de reformulação militar baseados no SMO, na dissuasão, capacidade de pronta resposta e elasticidade. A 2ª GM retomou o princípio do soldado-cidadão, mas a recepção do assunto variou de acordo com a particularidade de cada país no pós-guerra.

A aparente estabilidade do fim da guerra fria colaborou para a suposição da maior eficiência de pequenos exércitos profissionais e do fetiche tecnológico, as instabilidades internacionais tornaram-se difusas, mas países que abandonaram o SMO ressentem-se da perda de elasticidade perante longos conflitos que julgavam de rápida solução e do afastamento entre a sociedade e seus militares. Outros amparam a redução de gastos militares e o fim do SMO face à crise econômica vigente, na concepção do pequeno exército profissional voluntário e no possível respaldo de organismos supranacionais, em detrimento do conceito de dissuasão.

⁸⁰ Vegécio é referência de Carlos Magno, do Conde de Anjou, no séc. X, Henrique II, Ricardo Coração de Leão e Frederico II, sendo lembrado depois em “*A Tática no XIII século*”, em 1886. É estudado ou citado em 1921, por Hons Delbruk em *Gesichte der Kriegskunft*, Berlim; 1929, em *A Guerra*, de Nicholson e Wright e em revistas alemãs e francesas em 1930 e 1938, bem como na Escola Superior de Guerra de Paris entre 1929 e 1931 (JB MAGALHÃES, 2006).

⁸¹ O *Kanton system* na Prússia de 1721 e o *Hotel dos inválidos* (1670) e pensões (1764) na França.

No Brasil, desde o período colonial existia a percepção de obrigatoriedade na participação na Defesa, não havendo uma legislação adequada para sua execução, bem como ocorria o escalonamento de capacidades do exército (tropas de 1ª, 2ª e 3ª linha). Na falta de voluntários, eram “recrutados” os presos em atos de vadiagem. Entretanto, ressalta-se a aplicação pelos portugueses da estratégia da presença e monitoramento/controlado na distribuição das suas fortificações. Com a Independência a defesa ficou a cargo de militares portugueses remanescentes, mercenários contratados e tropas nativas mal organizadas (FONSECA, 1974). A Constituição de 1824 manteve a obrigatoriedade, mas o Decreto de 4 de Maio 1831 praticamente extinguiu o exército, sendo criada a Guarda Nacional. Desavenças políticas levaram a negligências na Defesa, com sérias restrições orçamentárias e incapacidade de expansão de efetivos ocasionando gastos e prejuízos imensos quando da Guerra do Paraguai (COELHO, 1976).

Na República, a experiência negativa em Canudos gerou o Relatório de 1897 do Ministro da Guerra, com propostas de modernização/adaptação. O Projeto Mallet previa a reunião de tropas para centralizar e otimizar o treinamento, um plano de reorganização e um exército qualificado baseado no SMO, não muito extenso e passível de rápida expansão. Como deficiência, julgava possível organizar com facilidade unidades adicionais em caso de guerra (McCANN, 2009), o que talvez explique a permanência equivocada deste conceito na doutrina militar brasileira. Seu prosseguimento foi a reforma Hermes da Fonseca, interrompida pela dívida externa brasileira no governo Campos Sales. Seus antecedentes são as medidas de Hermes quando comandava o Distrito Militar do Rio de Janeiro, incluindo a realização de manobras militares com a presença do Presidente e abertas à assistência da sociedade. A partir deste período, observamos líderes civis e militares abordando conceitos encontrados na nossa atual documentação de Defesa, coerentes com o pensamento militar romano, como o Gen Vasques, que pretendia um Exército compatível com o regime democrático e convencer a população de que o cidadão tinha o dever de prestar serviço militar à pátria, provendo

rápidamobilização quando necessário (McCANN, 2009). Em seguida à crise do Acre (1903), o Gen Argollo, Ministro da Guerra dizia que

Os brasileiros ainda não compreendiam o perigo a que estava exposto seu território. Não podiam confiar unicamente nos princípios da jurisprudência internacional e na eficácia das notas diplomáticas, pois enquanto os diplomatas carecessem de força militar para fazer a lógica de seus argumentos –ultima ratio -, seus êxitos dependeriam da disposição das grandes potências para reconhecer os direitos brasileiros. (McCANN, 2009, p. 130).”

Em 1904 o Gen Mendes de Moraes citava a “generalização do encargo militar” como fortalecedor do povo, disseminando virtudes cívicas e embasando seu discurso no General alemão Colmar Von der Goltz, reestruturador do exército turco, cujos textos teriam popularizado a idéia da nação em armas entre os militares brasileiros (McCANN, 2009), principalmente os Jovens Turcos, considerando que o exército ligava os cidadãos ao Estado.

Como Ministro da Guerra, Hermes estendeu suas reformas (1908), as quais tratavam de pessoal, material e articulação de tropas, necessitando de leis para implementá-las, mas sendo a reforma em si um processo de transformação. Focada no SMO difundindo no país uma mentalidade militar, este teria papel diferente do europeu, muito mais educando e dando responsabilidade ao soldado do que preparando-o para a guerra ou como reserva mobilizável, “função social” do SMO agregada pelos brasileiros ao conceito clássico de soldado-cidadão.

As reformas sofreram lentidão por resistências internas e externas, sendo desenvolvida ampla campanha para convencer a opinião pública da sua importância e do SMO. Diversos intelectuais a apoiavam, mantiveram-se as manobras militares com assistência e Olavo Bilac desencadeou a “campanha cívica” no meio acadêmico em prol do SMO, pois

O quartel apura as qualidades do indivíduo, [...] o sentido da hierarquia, da disciplina e do patriotismo. [...] seria a expressão mais acabada da democracia porque nivela as classes no mesmo dever e tarefa de defesa nacional, funde o civil com o militar na medida em que ambos influenciam-se [...] (COELHO, 1976, p. 76).

O apoio parlamentar foi exercido por Carlos Peixoto de Melo Filho, presidente da câmara de deputados, alegando que um exército não pode obedecer absolutamente só ao critério

orçamentário. (McCANN, 2009, p. 231). Encontra-se neste período referências a questões atuais como custo-Estado, a relação risco x dano, indústria e defesa e recursos militares como investimento ao invés de gastos, como o Gen Cardoso de Aguiar dizendo que o SMO e a independência absoluta de recursos materiais estrangeiros garantem a qualquer país meios eficazes de defesa militar. (McCANN, 2009).

Os jovens turcos, influenciados pelas idéias de Von der Goltz após seu período no exército alemão e pelas reformas brasileiras, unificaram, adaptando a quesitos nacionais, as diversas correntes de pensamento existentes, divulgando-a pela revista A Defesa Nacional, até que o primeiro sorteio de alistados no SMO foi realizado em 1916, sob o impacto da 1ª GM.

O período entre-guerras relaxou as questões militares, evidenciado pelo esforço dispendido para mobilizar tropas para a 2ª GM, mas a FEB aprimorou o pensamento militar com concepções modernas. A partir de então se aperfeiçoou a legislação do SMO, chegando-se na atual (1964), recepcionado pela CRFB de 1988 e reiterado pela documentação atual de Defesa, na qual reflexos do pensamento militar romano são encontrados.

As diretrizes da PDN mantendo forças estratégicas em condições de emprego imediato e aprimorar a vigilância e defesa das fronteiras equilibramos “três princípios”, o que faltou ao Império Romano. Ao considerar todo o Exército uma vanguarda, reestruturando o módulo de combate no escalão Brigada, atende-se conceitos estratégicos clássicos e transcendentais. Nos eixos estruturantes da END, um se refere à presença (reorganização das FA), e outro ao militarismo cívico (ampliação e valorização do Sv Mil). Os imperativos da flexibilidade e elasticidade foram critérios adotados pelos romanos. A EBF baseia-se em um pressuposto dissuasório, o SMO como nivelador republicano incorpora assertivas de Olavo Bilac e sua manutenção apresenta o vínculo formal com a estrutura do militarismo cívico, sendo a destinação específica e ininterrupta de recursos também uma concepção romana.

Uma materialização destes reflexos pode ser verificada comparando-se a articulação de forças brasileiras e romanas, pois nas regiões de amplos horizontes, como nos desertos do

Oriente, postaram-se tropas inteiras na fronteira escalonadas como na Região Sul do Brasil, atualmente. Nas fronteiras de florestas conflituosas ao Norte da Europa, usaram pequenos efetivos à frente, tropas aprofundando as posições e bases maiores à retaguarda, como na distribuição dos Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia.

5 CONCLUSÃO

Confirma-se a hipótese da presença de reflexos do pensamento militar romano no MPTEB, presentes desde a PDN, no pensamento militar brasileiro, de forma esparsa, e no pensamento de militares brasileiros desde o século XIX, na República. Surgidos de iniciativas individuais ou de oportunidades institucionais assistemáticas, estão não só no SMO, mas em concepções estratégicas diversas, no militarismo cívico, e em preceitos de dissuasão. Este pensamento é difuso, certamente não é autóctone, mas oriundo de obras e práticas militares observadas ao longo do tempo em outras nações e exércitos, adaptando-as ao Brasil. A partir da PDN, formulação de um discurso de Estado sobre o pensamento militar brasileiro, podemos falar de um pensamento brasileiro de Defesa, trazendo para o campo político, de razão de Estado, aspectos do pensamento militar ocidental sob a ótica nacional. Antes, tínhamos um pensamento militar brasileiro episódico, esporádico, e um pensamento dos militares brasileiros. Está em gestação um modelo de transformação similar ao processo de Hermes, atualizado, mas o esforço de Comunicação Social e político-orçamentário necessitaria ser implementado.

Na nossa História e geopolítica, enfrentamos problemas similares aos romanos, encontrando soluções semelhantes e por vezes incidindo nas mesmas falhas. Apesar deste delinear cronológico, a percepção da necessidade de Defesa alicerçada no conceito de dissuasão, basilar no pensamento militar ocidental, ainda é incipiente na nossa sociedade e mesmo, quanto à sua origem histórica, no meio militar, indicativo para o acolhimento da obra de Vegécio por militares civis interessados em Defesa, o que de per se já parece justificar o estudo da dissuasão no pensamento militar ocidental.

A documentação brasileira assume uma postura claramente centrada na estratégia da Dissuasão, numa sistematização do pensamento brasileiro de Defesa centrada em aspectos transcendentais do pensamento militar ocidental. A difusão e maior estudo destas formulações podem contribuir para a sinergia entre sociedade e Defesa, na medida em que retoma esta concepção dissuasória, pouco estudada e conhecida até mesmo nos meios militares e acadêmicos, em detrimento do senso comum do “culto da ofensiva” do pensamento de Clausewitz, por meio do qual normalmente se observa a existência e manutenção de Forças Armadas.

Referências Bibliográficas

- AMBROSE, Stephen. **Soldados cidadãos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. 630 p.
- BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. 2005. Disponível em: www.esg.br. Acesso 17 fev 2010.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008. Disponível em: www1.defesa.gov.br. Acesso em 10mar 2010.
- _____. **Estratégia Braço Forte**. Disp em: <http://www.exercito.gov.br>. Acesso 12 jan 2010.
- _____. **Manual do Processo de Transformação do Exército**. 2ª ed. 2010. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/transformacao-do-exercito>. Acesso em 15 fev 2010.
- _____. Ministério da Defesa. **C 124-1: Estratégia**. 3ª ed. Brasília, DF, 2001.
- _____. Estado-Maior do Exército. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 3 ed. Brasília, DF, 2003.
- BRIZZI, Giovanni. **O guerreiro, o soldado, o legionário: os exércitos no mundo clássico**. Tradução de Silvia Massini. ? ed. São Paulo: Madras Ed., 2003. 155 p.
- CANEPELLE, J. C. **Soldado profissional ou conscrito voluntário?** Rio de Janeiro: ECEME, 1989. 49 f.
- CORVISIER, André. **A Guerra: ensaios Históricos**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999. 372 p.
- DAWSON, Doyne. **As origens da Guerra no Ocidente**. ? ed. BIBLIEX., 1999. 330 p.
- FERRILL, Arther. **A queda do Império Romano: A explicação militar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1989. 178 p.

- FONSECA, R. Piragibeda. **A ressurreição do Exército Nacional através da reforma de 1908**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1974.96 p.
- FULLER, J. F. C. **A conduta da guerra**. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX , 2002. 330 p.
- GAULLE, Charles De. **Por um exército profissional**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.141 p.
- KELLETT, Anthony. **Motivação para o combate**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1987.384 p.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005. 427p.
- LEWIS, Adrian R. **O Serviço Militar Obrigatório, a República e o futuro dos EUA**. Military Review, p. 73-83, jan-fev 2010, edbrasileira, Fort Leavenworth, Kansas.
- MELCHER, David F, SIEMER, John C. **How to build the Wrong Army**. Military Review, vol. LXXII, Nr 9, set 1992. Fort Leavenworth KS: Set.1992. p. 66-76.
- McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2009. 1ª edição (2007) -co-edição Cia das Letras. 255 p.
- McNAB, Chris. **The Roman Army: The greatest war machine of the Ancient world**. Great Britain: osprey Publishing, 2010. 280 p.
- MOITA, Sandro T. **O impacto da Batalha de Adrianópolis no Império Romano sob a ótica da História Militar**. Niterói, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, UFF. 64 p.
- SAVIAN, E. J. ; LACERDA, Paulo H. B. **Manual Escolar de História Militar Geral**. 1. ed. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2008. 367 p.
- SALVANY, Ivo Dias. **Formação de reservistas e a necessidade de implementar-se a capacidade operacional da Força Terrestre brasileira**. Rio de Janeiro: ECEME, 1992.
- SILVA, G.. **Repensando o Império Romano**.?ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 301 p.
- TREVISAN, L. **O Pensamento Militar Brasileiro**. versão para ebooks ebooksBrasil.com Fonte Digital Rocket Editione Books Brasil. Rio dede Janeiro, 2000.
- VEGÉCIO, Flávio Renato. **Epítome da Arte Militar**. In: MAGALHÃES, J. B., **Estudo histórico sobre a guerra antiga**. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2006. 360 p.

O SOLDADO-MERCENÁRIO, A GUERRA ENTRE OS GREGOS E A RECEPÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

*Prof^o Ms Alair Figueiredo Duarte**

A *pólis* dos atenienses de 490 a 338 a.C. guerreou dois, de cada três anos (GARLAN, 1991, p. 12). Diante dos constantes conflitos no século V a.C., houve uma especialização dos helenos nos assuntos da guerra. Ao final da *Guerra do Peloponeso* aqueles que não tinham propriedades, juntamente com aqueles que tudo perderam viram, nas guerras, um ambiente propício para conseguir recursos pecuniários capazes de manter sua subsistência. Desta forma, o emprego de *Soldados-Mercenários* foi bastante explorado e a maioria provinha de pequenos proprietários de terra, *Soldados-Cidadãos* do segmento censitário *zeugita* (TRUNDLE, 2004, p. 1-3).

Dados historiográficos mencionados por H. W. Parker mostra-nos que o serviço mercenário veio ganhar notoriedade paralelamente às tiranias do *Período Clássico Helênico* (PARKE, 1933, *passim*) e Matthew Trundle (2004, p.12-13), aponta que Heródoto se utilizava do termo *epikouroi* para se referir aos aliados e também a tropas auxiliares. Isto não somente nos permite acompanhar historicamente a percepção que os gregos tinham a respeito do *Soldado-Mercenário*; mas também, nos fornecem indícios de que até o final do período *Clássico*, ainda não havia categoricamente a existência do *Mercenarismo* como atividade e ofício especializado na guerra. Entendemos os *Mercenarismo* não como a ação de vender seus serviços como profissional de guerra, mas sim como um fenômeno que se encontra além dos desejos individuais e envolve problemas de ordem política, sociais, econômicas e agrárias relacionados diretamente com questões militares.

* Membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Após o século V a.C., *Soldados-Mercenários* tornam-se uma sistematização político-estratégica das guerras entre os povos helênicos possibilitando o *Mercenarismo*, o qual terá seu ciclo completo, nas ações expansionista e políticas de Alexandre, o Grande. Não há como falarmos do *Soldado-Mercenário*, sem identificarmos do que se trata a *Guerra*. A temática envolve problemas de ordem social, que transpassam o tempo unindo passado e presente sob diversas conceituações que a definem como: “*A continuação da Política por outros meios*” (CLAUSEWITZ, DA Guerra, 2003, p. 27); “*Dois ou mais grupos em conflito necessitando fazer uso da violência através da força durável e organizada*” (BOBBIO, T. Geral da Política, 2000, p.515-516); ou ainda, “*Uma falta de garantias que acabam gerando uma luta real e violenta*” (HOBBS, *Leviatã*, cap. XIII). Estas diversas denominações do que vem ser a *Guerra* apenas nos demonstram como o estudo do tema pode ser complexo e sem consenso.

Tangenciando a Antiguidade, particularmente em Atenas, no século V a.C. cujo corte temporal estende do final do V ao início do século IV a.C., a prática do mercenarismo começou a se tornar comum e a integrar àquela polis. O discurso do orador ateniense Isócrates nos apresenta algumas das motivações desta prática, vejamos a citação: “*Recortem na Trácia território suficiente para que não apenas vivamos em abundância, mas que possamos oferecer vida satisfatória aos gregos que passam necessidade*”. (ISÓCRATES, *Panagérico*, Apud. GARLAN, 1991, p.145). A partir de documentações dos períodos ratificados pela historiografia, torna-se possível indicar que tal fenômeno figurou como resultado de um colapso no sistema *poliade* envolvendo questões de ordem sociais, políticas, econômicas, ideológicas e agrárias (MARINOVIC, 1988, p.12).

Além das questões sócio-econômicas, *Soldados-Cidadãos* tornavam-se *Soldados-Mercenários* em razão de sua *Civilidade* abalada. No corte temporal supracitado passando pelo final da *Guerra do Peloponeso* que se deu em 404 a.C. até as primeiras décadas do século IV a.C., quando o emprego de *Soldados-Mercenários* tornou-se mais efetivo na Hélade, houve mudanças na geopolítica que afetou a construção das relações sociais. Dentre estes fatores,

podemos mencionar a mortalidade dos cidadãos masculinos em idade política ativa durante a *Guerra do Peloponeso*.

De acordo com Claude Mossé, o recenseamento feito por Demétrio de Faleros em 317 a.C, mostra que durante o conflito na Hélade, que durou vinte e sete anos e foi liderado por atenienses e espartanos, a população ateniense teria sido reduzida à metade. (MOSSE, *Apud*, CANDIDO, 2001, p.32). Na tabela que se segue podemos verificar as baixas por geração de cidadãos e categoria cívico-militar:

Período	Morte	Hoplita	Cavaleiro	Theta	Colonos	Batalhas
431-400	49.450	12.050	550	20.500	2000	66
399-369	5.700	300	?	1.400	-	16
368-338	4.750	30	30	1.750	-	14
338-322	4.100	350	50	650	-	08
Total	64.000	12.750	630	24.300	2000	104

Baixas de Guerra na Grécia Clássica de 431-322. (BRULÉ, *Apud*. CANDIDO, 2001,32)

Maria Regina Candido aponta que a alta mortalidade somada à baixa natalidade do final do século V a.C. levou os atenienses a buscarem alternativas para suprir a falta de demanda de contingente militar e incluiu o *Soldado-Mercenário* entre a comunidade dos atenienses (CANDIDO, 2001, p.34). Vemos que tal medida contribuiu para que a tradicional *Civilidade* do *Soldado-Cidadão* ateniense se tornasse sensível às inovações sociais e se adaptasse admitindo, em razão dos interesses, o convívio com o “*Bárbaro*”, o *diferente*. Dentre as adaptações constam adotar o serviço mercenário, como alternativa de sobrevivência.

Percebe-se que o *Soldado-Cidadão* ao se transformar num *Soldado-Mercenário*, buscava reestruturar sua *Civilidade*. Pois, salvo as exceções dos espíritos aventureiros, ninguém suportaria viver por toda a vida ávido de combates, sem leis e sem lar (ARISTÓTELES. *Política*,

1252 b). Neste contexto, o arquétipo de *Civilidade* idealizado pelo *Soldado-Mercenário* seria o *Soldado-Cidadão*. Desta primeira hipótese, coaduna Yvon Garlan, que teria feito menção à busca pela estabilidade cívica dos *Soldados-Cidadãos*. O historiador afirma se tratar de um engano considerar *Soldados-Mercenários* seres sociais seduzidos pelo caminho da aventura. Estes combatentes não eram meros instrumentos nas mãos de seus empregadores.

O soldado-Mercenário antes de tudo aspirava por um fim às suas andanças e à precariedade de sua condição social. O desejo destes combatentes, quando não tinham possibilidade de retornar as suas casas, era se estabelecer em algum lugar e nele obter meios de subsistência. Por tais fatores é possível ratificar que os principais elementos que motivaram *Soldados-Cidadãos* a se transformarem em *Soldados-Mercenários*, foram problemas de ordem política, social-econômica somadas ao alto índice de mortalidade da população masculina ativa. Portanto, o desejo em recuperar uma cidadania e reestruturar a *Civilidade* abalada pode ser apreendido, segundo o pensamento de Marcel Detienne, como uma necessidade de *tornar presente* acontecimentos anteriores de um grupo provido de memória (DETIENNE, 2004, p.76). Assim, os fatores que contribuíram isoladamente ou em conjunto para a proliferação de *Soldados-Mercenários* na Hélade, durante e após o século V a.C., de alguma maneira não foi um elemento isolado e sim um conjunto de fatores. A começar, por identificar que entre a comunidade dos atenienses havia uma estreita relação entre as armas e o status dos cidadãos. O armamento acabava por refletir também, condição social.

Quando Sólon, ao início do século VI a.C., tomou medidas de erradicação da escravidão por dívidas e dividiu os grupos sociais segundo a riqueza agrícola, não somente reduziu poderes da aristocracia, mas também permitiu que grupos sociais ficassem evidenciados através das armas que utilizavam para combater nas guerras (JONES, 1997, p.7).

Aristocratas e oligarcas por serem abastados financeiramente, geralmente combatiam como *Cavaleiros*; pequenos proprietários de terras como *Hoplitas* (infantaria pesada) e, indivíduos sem propriedades; cidadãos pobres e sem nenhum recurso que vivia de jornada de

trabalho, combatiam como *Peltastas* (infantaria ligeira) (GARLAN, *In*: VERNANT, 1993, p.61-62).

A *Cavalaria* era uma arma das elites sociais, pois além do alto custo de se manter um animal de grande porte como um cavalo, era preciso tempo disponível para se praticar a equitação. Este corpo militar era formado na sua maioria por cidadãos oriundos do segundo e do primeiro segmento social instituído por Sólon, os *Hippies* e os *Pentacossimedimminos*. Sob a perspectiva militar, a *Cavalaria* era limitada não somente devido ao alto custo de manutenção de um cavalo, mas também por ser incapaz taticamente de penetrar as fileiras de lanças dos *hoplitas* formados em falange (GARLAN, *In*: VERNANT, 1993, p. 61-62).

A partir da inferência de Marcel Detienne de que é possível *comparar o incomparável* podemos - guardando as devidas proporções e sem anacronismos - compreender o presente analisando e conhecendo o passado (DETIENNE, 2004, *passim*). Nestas conformidades, é possível cotejar a ação de *Soldados-Cidadãos* e *Soldados-Mercenários* ao final do século V a.C. de maneira paralela aos eventos ocorridos na Modernidade e Contemporaneidade.

Atualmente, torna-se cada vez maior o uso de “Empresas Militares Privadas”, *Private Military Company* – os chamados (PMCs). Ao início do século XXI, o elevado número de *Soldados-Mercenários* que combatem nas guerras que assolam o Oriente Médio nos levam a refletir a postura das grandes potências da atualidade. Há um valor singular a utilização de exércitos formados por estrangeiros, que lutam sob um contrato, em lugar do soldado da pátria. Nestas conformidades, em determinada ocasião o comandante da força multinacional de ocupação no Iraque, David Petraus, fez seguinte afirmação: “*sem as forças privadas é impossível vencer uma Guerra*” (SANCHES, 2007, p.56-57). O interessante neste cenário - fora do âmbito militar e mais precisamente na esfera econômica - é que o progresso tecnológico desenvolvido durante o século XX exigiu maior demanda de energia; inclusive pesquisas científicas apontam para possíveis crises do setor e não devemos esquecer que o Oriente - Médio é uma região rica em recursos energéticos. A necessidade de atuação militar para conquistar e ocupar territórios

potencialmente ricos em matéria prima energética, e que ainda não foram exploradas ou encontram-se desconhecidas, torna-se uma questão relevante. Assim, quando observamos o crescente número de PMCs – percebemos que, em sua maioria, os recrutados são oriundos de países ditos periféricos tais como: Sudão, Colômbia, África do Sul e Brasil (SANCHES, 2007, p.56).

Enfim, ainda na atualidade temos a relação *Mercenarismo* e crise econômica e política. Tanto na Antiguidade como na atualidade, há uma prática de utilização da experiência militar daqueles que nada possuem e vêem nas guerras, a oportunidade de mudarem sua condição social.

Quando nos deparamos a refletir sobre as relações envolvendo Antiguidade e Contemporaneidade – tal qual, tivemos oportunidade de demonstrar em linhas anteriores – o armamento, era um reflexo da condição social do cidadão tanto quanto o modelo de combate adotado, coadunava com a atividade política do governo. Como exemplo, durante o período *Clássico Helênico*, no qual havia uma relação ritualística do hoplita com a terra dos seus ancestrais (HANSON, 1989, *passim*), o *Hoplôn*⁸² poderia ser visto como uma representação do desejo de defesa, e da proteção a terra que foi conquistada por seus ancestrais. Enquanto que no período *Helenístico*, quando temos uma política de expansão comandada por macedônicos sob comando de Alexandre, o Grande, a *Sarissa*⁸³, ocupa um lugar de destaque; representando respectivamente conquistar e avançar.

Observando as perspectivas que unem o modo de combate as relações políticas e sociais de um dado período, torna-se pertinente destacar a observação do general do Exército Brasileiro Carlo Alberto Pinto Silva. O militar destaca a importância de os comandos militares sensibilizarem a administração política dos governos para a liberação de recursos pecuniários, a fim de investir na manutenção de uma força militar adestrada, tecnologicamente preparada e pronta a dar respostas as mutações e novas modalidades da guerra (SILVA. 2001, *passim*).

⁸² Escudo circular de aproximadamente 1m de diâmetro que pesava entre 4,5kg e era uma das principais armas da infantaria pesada.

⁸³ Lança de aproximadamente 5m, utilizada pela infantaria pesada macedônica.

Nas abordagens de Carlos Alberto P. Silva, fica perceptível que as gerações da guerra na Modernidade são extremamente relacionadas ao modo de combate. Ao surgir a *Primeira Geração da Guerra*, os Estados Nacionais estavam em formação, portanto havia necessidade de ratificar quem eram os combatentes. Sendo assim, sabíamos quem eram os inimigos; as batalhas eram formais e as tropas, de dispunham no terreno em uma formação de linha e coluna (SILVA. 2001, p. 1). Já durante a Quarta Geração da Guerra, não temos mais um inimigo regular, pois os oponentes são não estatais, tais como: a Al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, entre outros. Muitas vezes, infiltrados por entre a população civil (SILVA. 2001, p. 2). Em contrapartida a esses fatores, somam-se o intuito das grandes potências em evitar problemas de ordens políticas e jurídicas, segundo os tratados e legislações atuais da guerra. Neste sentido os chamados PMCs são alternativas eficazes e, vão de encontro à demanda de muitos jovens que não foram absorvidos pelos exércitos regulares, de seus países de origens (TEIXEIRA. 2008, *Passim*).

Assim, quando levamos em consideração a ação de *Soldados-Mercenários* tangenciando Antiguidade e Contemporaneidade é possível concluir que problemas de ordem política, social e econômica são “combustíveis” ao crescimento do *Mercenarismo*. Principalmente, se considerarmos que há quem necessite contratar e quem deseje ser contratado, como nos demonstra os fenômenos que insistem em se repetir após longos períodos de instabilidade política e de longas guerras. Tal evento ficou perceptível em eventos como foi a chamada “*Guerra Fria*” ao final do século XX, tanto quanto, após a *Guerra do Peloponeso* no século V a.C.

Documentação Textual

HERODOTO. **História**. Tradução e Introdução de Mário da Gama Cury. 2ª edição. Brasília: Editora UNB, 1988.

TUCÍDIDES. **A História da Guerra do Peloponeso**. Tradução do Grego Mario da Gama Kury. Brasília: Editora UNB, 1986.

XENOFONTE. **As Helênicas**. Tradução para o Espanhol e notas de Orlando Guntinas Tunon. Madrid: Gredos S.A, 1985.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *On Violence*. New York : Harcourt, Brace & World, 1970.

AYMARD, André. *Mercenariat et L' histoire grecque*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

BAKER, Patrick. *Les Mercenaires*. In:PROST, Francis. *Armées et sociétés de la Grèce Classique: aspects sociaux et politiques de La guerre aux V et IV s. av. J. C*. Paris: Editions Errance, 1999.

BRULÉ, Pierre et OULHEN, Jacques. *Esclavage, guerre économie em Gèce ancienne: Hommages à Yvon Garlan*. Rennes: Universitaires de Rennes, 1997.

BRULÉ, Pierre. *La mortalité de Guerre em Grèce Classique: L'exemple d'Athenès de 490 à 322*. In: PROST, Francis. *Armées et Sociétés de la Grèce Classique:Aspects sociaux et politiques de la guerre aux Ve et IVe s. av.J.-C*. Paris: Editions Errance, 1999, p. 61.

BRULÉ, Pierre et OULHEN, Jacques. *Esclavage, guerre économie em Gèce ancienne: Hommages à Yvon Garlan*. Rennes: Universitaires de Rennes, 1997.

BRULÉ, Pierre. *La mortalité de Guerre em Grèce Classique: L'exemple d'Athenès de 490 à 322*. In: PROST, Francis. *Armées et Sociétés de la Grèce Classique:Aspects sociaux et politiques de la guerre aux Ve et IVe s. av.J.-C*. Paris: Editions Errance, 1999, p. 61.

BRUN, Patrice. *Questions D'Histoire: Guerres et Sociétés dans les Mondes Grecs 490-322*. Paris: 1999.

CANDIDO, Maria Regina. *Katádesmos: a magia entre os atenienses do V ao III século a.C*. RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa de Pós-Graduação em História Social, 2001.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo. Tradução de Maria Teresa ramos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. Tradução de Ivo Stomiolo. SP: Editora Idéias e Letras, 2004.

GARLAN, Yvon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Ed. Papirus, 1989.

GRIFFITH, G. T. *The Mercenaries of the Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1935.

GUERRA, Maria Sonsoles. **Os povos bárbaros**. SP: Editora Ática, 1987.

HANSON, Victor Davis. *The Western Way of War: infantry battle in classical Greece*. Berkely and Los Angeles: University of Califórnia Press, 1989.

_____. *Hoplites: The Classical Greek Battle Experience*. Routledge. London and New York, 1993.

_____. *Warfare and Agriculture in classical Greece*. Ed. Universit of California Press. Los Angeles, Califórnia, 1998.

_____. **Por que o Ocidente Venceu: massacre e cultura - da Grécia Antiga ao Vietinã**. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2002.

HOBBS, Thomas. **O leviatã**. Tradução; João Paulo Monteiro e Maruá Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Ed. Abril Cultural, Coleção os pensadores, 1974.

JONES, Peter V. **O Mundo de Atenas**. Tradução; Ana Lia de Almeida. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARINOVIC, Ludmila P. *Le mercenariat Grec au IV siècle avant notre ère et La crise de La polis*. Paris: L' Université de Bersaçon, 1988.

MOSSÉ, Claude. *Le role politique dès armées dans Le mond grec à l'époque classique*. In:VERNANT, Jean Pierre. *Problèmes de La guerre em grèce ancienne*. Paris: L'École dès Hautes Études Sciences Sociales, 1999.

_____. *Les mercenaires dans lès luttés internes de Syracuse au IV siècle: La témoignage dès viés de Dion ET de Timoléon de Plutarque*. In:BRULÉ, Pierre. et OULLHEN, Jacques. *Esclavage, guerre, economie en Grèce ancienne*. Rennes: Universitaires de Rennes, 1997.

PARKE, H. W. *Greek Mercenary Soldiers from Earliest times to the battle of Ipsus*. Oxford: Oxford University Press, 1933.

SILVA, Carlos Alberto Pinto . **Guerra Assimétrica: adaptação para o êxito militar**. 2001

TRUNDLE, Matthew. *Greek mercenary from the Late Archaic Age to Alexander the Great*. London and New York: Routledge, 2004.

Sitografia:

TEXEIRA, Francisco. **Mercenários Brasileiros: a quem interessa?**
www.agenciartamaimor.com.br/ 18/02/05. Acessada em 10/07/2008, às 17:00hs.

TESTEMUNHOS DE *BARBÁRIE*: TENSÕES, CONFLITOS E REPRESENTAÇÕES ENTRE CELTAS E HELENOS⁸⁴

*Pedro Vieira da Silva Peixoto**

E um dia há de recair sobre nós uma luta em comum, quando os Titãs de dias futuros erguerão, contra os helenos, espadas bárbaras e uma guerra céltica, e do longínquo oeste virão como os flocos de neve e tão numerosos como as estrelas quando estas preenchem mais densamente o céu.(CALÍMACO, *Hinos*, IV, vv.171-176)

1 - Introdução

Começemos com uma constatação simples: ainda hoje a imagem que circula tanto no senso comum, como muitas vezes reproduzida pela historiografia contemporânea, associa aos celtas a figura de indivíduos guerreiros, bárbaros por excelência. O celta é quase sempre marcado pelos seus excessos: o excesso de suas mulheres, o excesso de seu amor pelo vinho e, sobretudo, o excesso pela guerra. A bravura indômita, o temperamento a ponto de explodir a qualquer momento e, em especial, a falta de comedimento parecem desempenhar a função de importantes identificadores dessa *persona* caricata à qual se habituou, em muitos casos, a chamar de “celta”.

Diferentemente do que muitas pessoas poderiam imaginar, esse estereótipo de representação não tem suas origens na contemporaneidade: ele é fruto de diferentes processos de

⁸⁴ Além de todos os envolvidos neste *I Encontro de História Militar Antiga e Medieval*, desde aqueles que participaram como ouvintes e apresentadores, até a equipe de organização do evento, a saber o Cel. Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, que gentilmente nos acolheu, e a Prof^a Vanessa Codeço, colega de laboratório na UFRJ já há alguns anos e que generosamente apoiou o evento, gostaria, em especial, de agradecer ao Prof. Mestrando Márcio Felipe Almeida da Silva, um dos idealizadores e organizadores do evento, pela iniciativa e gentileza de ter-me, pessoalmente, feito o convite a fim de integrar uma mesa e apresentar a presente pesquisa.

* Possui graduação em História pela UFRJ, e atualmente é mestrando do PPGH da UFF, sob a orientação da Prof.^aDr.^a Adriene Baron Tacla. É bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e membro do NEREIDA (UFF), do LHIA (UFRJ) e colaborador do NEA (UERJ). E-mail: peixotopvs@yahoo.com.br

construções discursivas que podem ser traçados num período de mais de dois mil anos. Remetem-nos, portanto, à própria Antiguidade.

Assim, neste texto, buscaremos apenas apresentar um panorama mais geral entre dois processos distintos de construção de saberes em relação aos celtas na Antiguidade, a partir da documentação textual grega. Conforme será visto, argumentaremos ser fundamental observar a produção discursiva sobre a *barbarie* articulando-a aos diferentes momentos, circunstâncias, dinâmicas, tensões e interações estabelecidas entre as populações da Europa da Idade do Ferro, convencionalmente identificadas como “celtas”, e aquelas comunidades do Mediterrâneo antigo, mais notadamente da Hélade.

2 – *O bom bárbaro distante.*

Os celtas ganharam existência nos registros históricos escritos há mais de vinte e cinco séculos. Foram os antigos helenos os primeiros a nos deixar documentos escritos a respeito das populações que habitavam a Europa na Idade do Ferro, as quais passaram, em sentido geral, a ser denominadas por aqueles primeiros gregos de Κελτοί (*keltoi* –celtas)⁸⁵.

As primeiras referências que temos sobre estes *keltoi* são, em sua maioria, escassas e generalizantes. Os celtas eram considerados nada mais nada menos do que mais uma das distantes tribos periféricas do mundo, não muito dignas de atenção. Sabia-se, até então, aquilo que se considerava o básico nesses casos – o nome pelo qual esses ‘marginais’ podiam ser identificados e os lugares nos quais haviam se estabelecido (DOBESCH, 1999, p. 30-31).

Para os primeiros historiadores/geógrafos gregos como Hecateu e Herótoto, os celtas, em geral, eram *bárbaros* do Ocidente por excelência – ocupavam um território que iria do Danúbio⁸⁶

⁸⁵ Para alguns autores, como Dáithí Ó hÓgáin (2002), a palavra *celta* possuiria uma origem etimológica indoeuropeia advinda da raiz **kel*, significando literalmente ‘atingir’, ‘acertar’, ‘bater em’, ‘atacar’, ‘colidir’. Seria, pois, uma referência genérica a uma espécie de *ethos*/ valor guerreiro-aristocrático. Uma coisa, contudo, deve ser destacada: nenhuma dessas populações às quais, hoje, denominamos celtas jamais deixou qualquer vestígio de que elas se identificassem ou reconhecessem por tal nomenclatura (LEERSSEN, 1996: 4).

⁸⁶ Podemos identificar, neste momento, uma considerável imprecisão geográfica por parte de autores como Heródoto no que diz respeito às descrições das terras a ‘oeste’. Uma boa discussão sobre esses aspectos entre outros,

às costas atlânticas da península Ibérica⁸⁷. Esse momento inicial é ainda marcado pelo estabelecimento de colônias gregas na costa oeste do Mediterrâneo, como Emporion⁸⁸ (atual Ampúrias, Espanha), Agathe Tyche⁸⁹ (atual Agde, França) e, em especial, Massália⁹⁰ (atual Marselha, França). Boa parte do conhecimento que se tem sobre os celtas deve-se, justamente, a esses primeiros contatos e formas de interação.

O que a princípio se sabia em relação àquelas comunidades era originário de relatos de viajantes, de negociações entre os primeiros gregos que se estabeleceram na região e as comunidades nativas, e de alguns poucos exploradores que se aventuravam pelo interior daqueles territórios (CUNLIFFE, 2003, p. 140).

Eis os motivos para determinarmos esse primeiro momento como responsável por construir uma imagem do celta como *bom bárbaro distante*. Autores como Hecateu de Mileto (*Steph. Byz.*, FGrH1A, #1, frags. 54-56 apud FÉRREZ, 2006, 46-47; FREEMAN, 1996, p. 14), Himlico de Cartago (via Avenius, *Ora Maritima*, 114-119, 380-389, 411-416) e Heródoto (*História*, II.33, IV.49) foram capazes de mapear as populações célticas, localizando-as geograficamente, e destacando, conseqüentemente, seus contatos com helenos com os quais, muitas vezes, tinham relações comerciais.

Os celtas, ao mesmo tempo em que estavam relativamente *distantes* – já que não ofereciam ameaça visível, não eram um perigo à espreita – possuíam também um aspecto *bom*,

associada à historiografia grega, pode ser encontrada no livro *The Greek Historians* de T. J. Luce (1997). Ainda sobre as descrições de Heródoto sobre o Danúbio, os Alpes, e outros elementos geográficos relativos ao oeste conferir LUCE (1997: 29-30).

⁸⁷ A Península Ibérica é, muitas vezes, exclusivamente, associada aos celtas. Nos séculos VI-V, predominava a ideia de que os celtas ocupariam, em especial, o território a oeste do mundo. Barry Cunliffe (2003: 140) fornece uma interessante interpretação para muitas das generalizações e confusões feitas pelos primeiros autores gregos em relação aos habitantes da região da Europa central, que ficou conhecida como *Kéltica* ou *Gália*, e aqueles da península Ibérica chamados celtiberos: “*embora a cultura material destas duas regiões seja diferente, elas falavam línguas similares e foi presumivelmente por esta razão que os primeiros escritores gregos não tiveram dificuldades com o conceito generalizante de que todos eles eram celtas*”.

⁸⁸ Na forma original, Εμπόριον, literalmente, ‘mercado’.

⁸⁹ ‘Boa fortuna’ (Αγαθή Τύχη), referindo-se ainda à deusa Tyche (Τύχη) responsável, em parte, pela fortuna e prosperidade de uma cidade. Para maior aprofundamento em relação a esta figura mítica e suas representações na arte ateniense dos séculos V e IV conferir SMITH (2003: 25).

⁹⁰ Massália (Μασσαλία), situada no golfo de Lyon, no sul da Gália (atual Provence), ficava próxima à foz do Ródano e serviu como principal entreposto comercial durante séculos entre o Mediterrâneo e as comunidades da Europa centro-ocidental.

isto é, positivo. Tal olhar bondoso parece vir especialmente da possibilidade de contatos comerciais com essas comunidades. A impressão que se tem é a de que a partir de centros específicos, supostamente entendidos como “*irradiadores de civilidade para populações marginais*”, tal como Massália era considerada, os celtas apresentavam-se como interessante grupo com o qual se poderia relacionar, transmitindo-lhe ‘civilidade’ e obtendo-se benefícios a partir de tal relação. Julia Kristeva (1998: 58) aponta que o caráter ‘positivo’, bondoso, perfectível atribuído aos *bárbaros* deve-se, dentro da concepção clássica, à possibilidade de eles se tornarem “gregos de cultura”. O que diferiria os bons dos maus *bárbaros* seria então o quanto essas comunidades poderiam estar sob a influência cultural helênica ou não.

Em parte, essa imagem dos celtas prevaleceu praticamente a mesma até o século V (DOBESCH, 1999, p. 31). Daí em diante, começamos a identificar o surgimento de uma nova concepção em relação a eles – o bárbaro agressivo, temível. Muitos autores defendem, ainda, ser este um momento marcado pela acentuação da rejeição do *bárbaro* em geral e pelo desenvolvimento de um discurso de *barbárie* mais efetivo. Em parte tal fato teria se dado devido às guerras greco-pérsicas e ao desenvolvimento de uma filosofia helênica cada vez mais fundada no *logos* (cf. KRISTEVA, 1994, p. 57; CASSIN, LORAUX, PECHANSKI, 1993).

3- O próximo ameaçador.

A segunda Idade do Ferro europeia, academicamente conhecida como cultura de La Tène⁹¹, foi marcada por significativas mudanças e tensões sociais (ARNOLD, 1995, p. 156-159). Embora não seja de nosso interesse aprofundar tal discussão, desejamos citar um aspecto que consideramos ser de importância para a nossa pesquisa: a introdução no cenário mediterrâneo da figura dos celtas como guerreiros e mercenários.

⁹¹ Convencionalmente, por volta do período de 475 até o domínio romano no século I. Arqueologicamente, tal momento é dividido em três estágios, a saber: *La Tène A-B1* (475-350), *La Tène B2-C1* (350-150) e *La Tène C2-D* (150-20). Melhor discussão e esquema do período estão caracterizados em COLLIS (1996: 75).

Ao longo do século V é possível identificarmos arqueologicamente um grande número de regiões a leste da zona alpina ocupadas por populações celtas. Os séculos IV e III igualmente foram marcados por um crescimento constante de contatos e movimentações de grupos belicosos inclusive em regiões como a Trácia, a Grécia e até mesmo a Ásia menor (cf. RANKIN, 2002, p. 12).

Entendemos que a intensificação de tais movimentações se deva por aspectos sociais internos relacionados às dinâmicas de poder típicas das populações célticas daquele momento. O aumento de saques, pilhagens e ataques, portanto, parecem estar relacionados à fragilidade e instabilidade política do sistema de chefias da Idade do Ferro. A inexistência de mecanismos regulados e pré-estabelecidos para a aquisição de *status*, tão característicos dos sistemas de chefias, conseqüentemente, acaba por implicar um aumento, não só da produção e circulação, como também de competições e disputas (ROWLANDS, 1998, p. 63-65). Vemo-nos, portanto, diante do seguinte cenário:

- sociedades nas quais as posições e prestígio sociais são baseados na posse e redistribuição/circulação de bens e riquezas materiais;
- grupos de uma elite aristocrática que disputam o poder entre si, competindo em um cenário marcado pela diversidade e fragilidade da perpetuação e manutenção do poder, havendo, portanto, a necessidade de constantes negociações, memorizações e estratégias de manutenção de autoridade através de contratos diversos, acordos, casamentos, enterramentos, banquetes;
- as guerras/razias/ saques como práticas ou estratégias possíveis para o acúmulo de *status*, prestígio social e riquezas a fim de serem usadas na competição por reconhecimento, poder e manutenção de privilégios sócio-econômicos.

Frente a tal cenário, marcado pela fragilidade e pelas disputas por *status*, não parece estranho que cada vez mais grupos de guerreiros passem a promover investidas em territórios outros, almejando acumular possíveis novas riquezas que serviriam como diferenciais de poder.

Assim, ao longo de todo o século IV, helenos e romanos entram em contato direto com esses bandos migratórios de guerreiros, que passam a ser reconhecidos de diversas maneiras: *Keltoi*, *Celtae*, *Galli*, *Galatae* (CUNLIFFE, 2003, p. 140). É igualmente este o primeiro momento em que os celtas passam a adquirir a reputação de guerreiros bravos, destemidos, temíveis, extremamente agressivos, passando a ser utilizados como mercenários por cartagineses, etruscos e gregos (DOBESCH, 1999, p. 31). Xenofontes (c.430 – 354) nos relata que, após a batalha de Leuctra em 371⁹², Dionísio I (430-367), o tirano de Siracusa, envia uma tropa de reforço auxiliar aos lacedemônios composta de mercenários celtas e iberos (Xenofontes, *Hellenica*, VII, 1, 20 e 31). É o primeiro relato que temos da presença de guerreiros celtas na Hélade.

Gerhard Dobesch (1999, p. 31) destaca que, como consequência da utilização desses grupos de ‘bárbaros’ como mercenários em potencial, esse é o primeiro momento em que podemos identificar o surgimento de uma preocupação de descrição mais ‘etnográfica’ dessas populações. Eis que passagens como as de Platão (c.428- c.374) em suas *Nomoi* (Platão, *Leis*, I, 637d-e) e Aristóteles (c.384- c.322) na *Política* (7, 1336a), *Ética a Eudêmio* (III.1, 1229b) e *Ética a Nicômaco* (III.5, b28) buscam, em algum dado momento, destacar aspectos culturais, hábitos e práticas supostamente celtas como a bebedeira, o espírito belicoso e agressivo, a temeridade, a disciplina à qual as crianças eram sujeitas desde a infância, bem como o excesso de coragem e a falta de inteligência características de tais sociedades.

É provável que notícias do saque e tomada de Roma em 390 por guerreiros estabelecidos na região do Vale do Pó, e a quase destruição da cidade tenham chegado à Grécia despertando parte das preocupações em relação aos celtas. Esse episódio, conhecido na historiografia como “a invasão gaélica a Roma”, representou a tomada de Roma após a Batalha do Ália na qual os celtas, tendo derrotado os romanos em combate, cercaram e sitiaram Roma chegando a dominar

⁹² A batalha de Leuctra, recebeu este nome porque foi travada nos arredores de Leuctra, na Beócia, e opôs forças beócias lideradas por Tebas contra os lacedemônios e seus aliados.

a cidade, com exceção do monte Capitolino, retirando-se, por fim, apenas mediante a condição de pagamento de tributos em ouro. David Rankin (2002, p. 46) argumenta ser plausível que Aristóteles, por exemplo, sabia dos saques e ataques realizados por guerreiros celtas na península itálica, já que em uma passagem Plutarco (*Camillus*, 22.4) posteriormente comenta que Aristóteles havia pensado que Lucius Camillus fora quem salvara Roma da ameaça dos gauleses.

Contudo, a capacidade dos celtas de inspirarem um terror absoluto, de causarem admiração e espanto, sua qualidade de *to kataplektikon*, pode ser identificada, de fato, a partir do século III. Um elemento direto e impactante sobre a representação dos celtas parece vir das expedições militares e saques promovidos por alguns grupos à própria região da Grécia balcânica, em torno de 278, e que teriam supostamente chegado até mesmo a Delfos. Os versos dos *Hinos a Delos* de Calímaco utilizados como epígrafe neste artigo representam bem o medo que surge em relação aos celtas após o século III, fazendo referência justamente às expedições celtas dentro de territórios helênicos. Nesse hino vemos a figura dessas populações “bárbaras” apropriada pelos gregos e inserida em seu contexto mitológico, semelhante, assim, à figura dos Titãs⁹³. A imagem construída em relação aos celtas é óbvia. Ela vincula-se à esfera do caos, da ameaça, da desordem, da guerra, da morte e, sobretudo, da destruição. Séculos à frente, o traumático saque celta a Hélade parece ainda ser importante o suficiente para que Pausânias em sua *Descrição da Grécia* (X, 19.5 – 23.14) tenha descrito o acontecimento, mencionando inclusive uma liga grega de combate contra os celtas formada em Termópilas, mas que teria fracassado.

Eis, possivelmente, algumas das razões para que, ao longo dos anos, esses “excêntricos” distantes ganhassem cada vez mais também o aspecto “cruel” como parte característica de sua fama (KRISTEVA, 1994, p. 57). Posteriormente, com a expansão territorial do Império Romano,

⁹³ Existem outros autores que introduziram os celtas diretamente na mitologia do mundo Mediterrâneo (Cf. FREEMAN, 1996: 25-26). Exemplos disso podem ser observados em Asclepiades de Tragilus (*Comentários de Probus na Georgica de Virgílio*, 2, 84) e em Apolônio de Rodes (*Argonautica*, 4, vv.611-47).

poderíamos destacar um terceiro momento de reapropriações, construções de representações e saberes em relação aos celtas, que se inserem e dialogam, em especial, com as dinâmicas e tensões advindas das políticas imperiais adotadas por Roma (cf. CUNLIFFE, 2003, p. 139-141; PEIXOTO, 2010, p. 78-82; TACLA, 2008, p. 10-15). No entanto, com o perdão do uso da expressão popular brasileira neste contexto, cronologicamente não tão inapropriada assim, tratam-se, aí, de “outros quinhentos”...

4- Considerações finais

Existem alguns pontos dignos de algumas últimas considerações. Primeiramente é preciso destacar que a presente esquematização, em dois momentos distintos, apresentada neste artigo diz respeito, obviamente, a uma construção historiográfica contemporânea. Isto é, em momento algum, a documentação antiga se dividiu ou se entendeu a partir desses dois estágios de produções discursivas em relação aos celtas. O que, de fato, temos é o seguinte: diversos autores, em suas complexidades múltiplas, a construir diferentes visões de mundos e saberes.

Há, contudo, uma aparente transformação na produção de discursos em relação aos celtas: se a princípio poucos são os autores a mencioná-los e quase nada se sabe sobre esses indivíduos, a não ser o básico, como, por exemplo, que parte do mundo esses distantes sujeitos habitavam, gradativamente as condições documentais sobre essas populações vão mudando. Os celtas passam a ganhar mais espaço nos relatos antigos, maiores digressões (de fundo, quase “etnográfico”) começam a ser feitas e um grande foco parece ser direcionado a aspectos envolvendo características bélicas, como a coragem em excesso e a paixão pelas armas e guerras. Tal aparente mudança da imagem construída em relação a essas populações se esvaziaria ou não poderia ser devidamente entendida se não a articulássemos com um momento marcado por uma intensificação de contatos e, sobretudo, com um crescimento constante de atividades militares, dentre elas expedições, saques, ataques e, em especial, a inserção de grupos celtas como forças auxiliares contratadas, isto é, sua presença como mercenários, prática esta cada vez mais

recorrente no Mediterrâneo ao longo do período que ficou, pela historiografia, tradicionalmente conhecido como Helenístico.

Existe um ponto comum, talvez, entre todos os autores abordados, sejam eles pertencentes a um primeiro ou segundo momento de contatos e interações: a de que em maior ou menor instância, independentemente de suas particularidades discursivas, intencionalidades e motivações sociais e individuais, todos pensam os celtas associados a uma esfera de *barbarie*: como indivíduos, invariavelmente, dotados de visíveis traços de alteridade. Tratam-se de excêntricos por excelência, a partir de uma própria etimologia da palavra *ek/ex* (exterior, fora) *kentron* (centro): indivíduos à margem da “civilidade”, distantes de um centro (‘Nós’). Não é mera coincidência que àquilo que está tão distante tenha-se atribuído, também, os sinônimos de exótico, estranho e fora da normalidade.

Com o passar dos séculos, os celtas tornam-se, por conseguinte, cada vez mais o exemplo perfeito da alteridade – tudo aquilo que um cidadão heleno “civilizado” que vive em uma *koinonia politiké* (comunidade política) organizada, que é *polis*, justamente não é, ou não deveria ser. Não parece exagero, portanto, observar que há uma função retórica, quase pedagógica, na manipulação da imagem desses bárbaros: uma utilização intencional dessa *persona* caricata como um espelho onde os helenos poderiam olhar e perceber aquilo que eles próprios idealmente valorizavam ou possuíam de comum entre si (HALL, 2001, p. 222). Em linhas gerais, os autores antigos foram capazes de criar um modelo estereotipado de representação dos “outros” (CUNLIFFE, 2003, p. 11); isto é, um sistema de conhecimento sobre esses “bárbaros”. Tal modelo se baseia, porém, na exterioridade de quem o cria e representa; justamente por isso, acaba por dizer mais respeito àquele que o elabora do que àquele que é relatado (ARNOLD, 1995, p. 153; SAID, 1996, p. 32; SAÏD, 1985, p. 150). Parece-nos lógico, assim, só ser possível analisar os celtas, tal como são apresentados nos relatos antigos, entendendo-os, primeiramente, como construções culturais (WELLS, 2002, p. 105), o que não implica dizer que estas não

possuíssem algum vínculo com a realidade social vivida pelas comunidades celtas (CUNLIFFE, 2003, p. 11).

Logo, é preciso ter em mente, sempre, que a relação de um historiador com seus documentos (ou fontes) é sempre complexa. No caso da historiografia das populações celtas, deparamo-nos, em especial, com algumas grandes dificuldades. A primeira diz respeito ao fato de que há, ainda hoje, certa hesitação e/ou desinteresse por parte de historiadores pelos estudos de diversas sociedades (antigas ou modernas) que, por diferentes motivos, jamais adotaram a escrita como prática efetiva para fins comunicativos. De fato, esta é, até o tempo presente, uma área muito mais familiar a antropólogos do que a historiadores, embora este quadro venha mudando significativamente nas últimas décadas. Logo, se por um lado as populações da Europa da Idade do Ferro podem se encaixar naquilo que tradicionalmente se nomeou de “sociedades sem escrita”, nada mais lógico, portanto, que elas fossem ignoradas pela historiografia durante anos.

Durante muito tempo, acreditou-se que a única forma possível para o estudo das sociedades celtas fosse através da Arqueologia: estudo de assentamentos, cultura material, enterramentos, dentre outros. Opondo-se a essa tendência, alguns pesquisadores buscaram nos textos gregos e latinos um suporte de informação diferenciado, distante daquele exclusivamente focado nos dados arqueológicos. O problema é que durante várias décadas, como se por alguma ironia do destino, boa parte da produção historiográfica limitou-se somente a aceitar e reproduzir características diversas transmitidas por relatos gregos e latinos: reproduzia-se a imagem do bárbaro temível celta e, na medida do possível, utilizava-se a Arqueologia como mera ilustração ou comprovação de estudo.

Nesse meio tempo, graças a muitos congressos, publicações, debates, resenhas críticas e novas teses, a postura crítico-teórico-metodológica vem mudando consideravelmente. Já somos capazes, hoje, de entender que os textos antigos são importantes documentos para os estudos das sociedades célticas da Antiguidade, mas que sua leitura deve ser feita de maneira cuidadosa e

crítica, já que não se tratam de verdades cristalizadas a partir da escrita e, sim, de construções culturais, de discursos coloniais e representações de alteridades elaboradas por alguns indivíduos específicos que se entendiam como “civilizados”. Igualmente, parece estar já bem estabelecida a possibilidade do desenvolvimento de um estudo cuidadoso, mas que, apesar de partir de um caso específico de análise, leve, igualmente, em consideração diferentes suportes de informação. Em outras palavras, é aceita, como possível, a elaboração de articulações sistematizadas entre documentos de diferentes naturezas (cultura material, relatos clássicos, textos de tradições posteriores irlandeses e galeses), a fim de se observar, a partir de casos específicos, semelhanças e diferenças, sem com isso privilegiar um determinado tipo de documento como mais ou menos importante, nem, tampouco, fazer afirmações generalizantes, anacrônicas e reducionistas.

Portanto, o presente texto buscou apenas fornecer uma pequena contribuição a todo esse longuíssimo processo de debates e renovações historiográficas, a partir de um estudo de caso específico. Esperamos ter demonstrado como, efetivamente, em um dado momento, os celtas tornaram-se importante objeto de representações por parte dos autores antigos. Uma vez levando-se em conta as principais formas de interação, as tensões e os contatos estabelecidos entre as populações célticas e os helenos, somos capazes de observar uma diversidade de discursos que coexistem, ganham consistência e são reproduzidos, sobretudo, a fim de (re)significar as relações de poder, reafirmar identidades e reconstruir alteridades.

Defendemos a hipótese de que há efetivamente uma mudança no modelo de representação dos celtas entre os primeiros autores a mencioná-los e os autores seguintes, a partir, em especial, do final do século V e, com maior evidência, entre os séculos IV e III em diante. Em nosso entendimento, tal transformação dá-se, sobretudo, a partir das formas pelas quais o Mediterrâneo antigo e aquelas populações da Europa centro-ocidental da Idade do Ferro se relacionam. Parece-nos lógico, assim, que com a constante intensificação de contatos, o crescimento de atividades bélicas, a movimentação de grupos celtas para dentro de territórios helenos, e o aumento de saques, pilhagens e ataques promovidos por esses grupos como parte de

um processo de acúmulo de bens de prestígio e *status* por parte de uma aristocracia tribal tenham sido fatores fundamentais que, interligados, contribuíram para a manipulação e o surgimento de um modelo de representação dessas sociedades como cada vez mais “ameaçadoras” e “perigosas”; em outras palavras, os celtas passam, então, a ser percebidos como uma espécie de mal que está à espreita.

Com isso, por fim, somos capazes de observar como um conjunto de marcas e traços da alteridade que idealmente caracterizariam um *bárbaro* por excelência tais como o excesso, o descontrole, a ausência de temor e a paixão desenfreada, seja, assim, atribuído aos celtas. Curioso, sobretudo, notar como, de maneira significativa, ainda hoje, este estereótipo continua se mantendo vivo no imaginário de muitas pessoas.

Documentação

ARISTOTLE. *Athenian Constitution. Eudemian Ethics. Virtues and Vices*. Trad: H.Rackham. London: The Loeb Classical Library, 1952.

_____. *Nicomachean Ethics*. Trad: H.Rackham. London: The Loeb Classical Library, 1934.

_____. *Politics*. Trad.: H. Rackham. London: The Loeb Classical Library, 1990.

CALLIMACHUS. *Hymns and Epigrams - Lycophron Aratus*. Trad: A.W. Mair & G. R. Mair. London: Loeb Classical Library, 1921.

HERODOTUS. *History*. Trad: A.D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

PAUSANIAS. *Description of Greece*. Trad: W.H.S. Jones & H.A. Ormerod. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1918.

PLATO. *Laws* (Vol. I). Trad.: R.G. Bury. London: Loeb Classical, 1967.

XENOPHON. *Hellenica*. Trad: C. L. Brownson. London: Harvard University Press, Vol. I (1985), vol. II (1986).

Referências Bibliográficas

- ARNOLD, B. 'Honorary Males' or Women of Substance? Gender, Status, and Power in Iron-Age Europe. *Journal of European Archaeology*, 1995, 3.2: 153-168.
- ARNOLD, B; GIBSON, D. B. (ed). *Celtic Chieftdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CASSIN, B.; LORAUX, N.; PESCHANSKI, C. **Gregos, bárbaros, estrangeiros – A Cidade e seus Outros**. São Paulo: Editora 34, 1993.
- COLLIS, J. States without centers? The middle La Tène period in temperate Europe. In: ARNOLD, B; GIBSON, D. B. (ed). *Celtic Chieftdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 75-80.
- CUNLIFFE, Barry. *The Ancient Celts*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- _____. *The Celts – A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DOBESCH, G. *Ancient Literary Sources*. In: MOSCATI, S (coord) et alii. *The Celts*. New York: Rizzoli, 1999, 30-38.
- FÉREZ, J. A. L. Los celtas en la literatura griega de los siglos VI-I a.C. *CFC(G): Estudios griegos e indoeuropeos*, 2006, 16: 45-84.
- FREEMAN, Philip. *The Earliest Greek Sources on the Celts*. Études Celtiques, XXXII, 1996, 11-40.
- HALL, J.M. Quem eram os gregos? *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 11: 213-225, 2001.
- KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEERSEN, J. Celticism. In: BROWN, T. (ed). *Celticism*. Amsterdam/ Atlanta: Rodopi, 1996, p.3-20.
- LUCE, T. J. *The Greek Historians*. London and New York: Routledge, 1997.
- Ó hÓGÁIN, D. *The Celts: A History*. Cork/Woodbridge: Collins & Boydell Press, 2002.
- RANKIN, D. *Celts and the Classical World*. London: Routledge, 2002.
- ROWLANDS, M. Conceptualising the European Bronze and Early Iron Ages. In: KRISTIANSEN, K & ROWLANDS, M. *Social Transformations in Archaeology: Global and local perspectives*. London: Routledge, 1998: 49-69.

- SAID, Edward. **O Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAÏD, Suzanne. Usages de Femme et Sauvagerie dans l’Ethnographie Grecque d’Herodote a Diodore et Strabon. *La femme dans le monde mediterranéen – Antiqué I*. Paris: CNRS, 1985: 137-150.
- SMITH, A. C. Athenian Political Art from the Fifth and Fourth Centuries BCE: Images of Political Personifications. In: BLACKWELL, C. W. (ed.). *Dēmos: Classical Athenian Democracy*, 2003: 1-26. (Disponível em <http://www.stoa.org/projects/demos/home> e acessado pela última vez em 11 de maio de 2010).
- TACLA, A. B. A religiosidade celta: politeísmo “naturalista”? **Cadernos do CEIA**, Ano 1, nº1, Nitéroï, UFF, 2008 : 8-28.
- WEBSTER, J. Ethnographic barbarity: colonial discourse and "Celtic warrior societies". In: WEBSTER, J. & COOPER, N.J. (eds). *Roman Imperialism: Post Colonial Perspectives*. Leicester: Leicester University Press, 1996, 111-123.
- WELLS, P.S.. *Beyond Celts, Germans and Scythians: Archaeology and Identity in Iron Age Europe*. London: Duckworth, 2002.

Realização:



Apoio:







Revista Brasileira de

História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.